

unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Filosofia e Ciências *Campus Marília*

Roberto della Santa

OTIMISMO DA VONTADE, PESSIMISMO DA RAZÃO:
English Marxism, Anderson Translation & Integral Journalism of New Left Review
(or an internationalist world-marxism in the street-fighting years of western europe)

Marília
2016

Roberto della Santa

OTIMISMO DA VONTADE, PESSIMISMO DA RAZÃO:
English Marxism, Anderson Translation & Integral Journalism of New Left Review
(or an internationalist world-marxism in the street-fighting years of western europe)

Tese de Doutorado endereçada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Senso* em Ciências Sociais – da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), da UNESP *Campus* Marília – enquanto requisito para obtenção da Titulação de Doutorado em Ciências Sociais sob orientação do Prof. Dr. Marcos del Roio

▪ **Linha de Pesquisa** Sociabilidade e Mundo do Trabalho

Marília
2016

Della Santa, Roberto.

D357o Otimismo da vontade, pessimismo da razão: english marxism, Anderson translation & integral journalism of New Left Review (or an internationalist world-marxism in the street-fighting years of western europe) / Roberto della Santa. – Marília, 2016
219 f. ; 30 cm.

Orientador: Marcos Del Roio.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2016.

Bibliografia: f. 214-219

1. Marxismo – Inglaterra. 2. Anderson, Perry. 3. Imprensa e política. I. Título.

CDD 335.4

Roberto della Santa

OTIMISMO DA VONTADE, PESSIMISMO DA RAZÃO:
English Marxism, Anderson Translation & Integral Journalism of New Left Review
(or an internationalist world-marxism in the street-fighting years of western europe)

Tese de Doutorado endereçada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Senso* em Ciências Sociais – da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), da UNESP *Campus* Marília – enquanto requisito para obtenção de Titulação Doutoral em Ciências Sociais

▪banca examinadora

Presidente da Banca: _____
Marcos Tadeu Del Roio, Prof.Dr., Unesp/FFC

Membro | *Arguidor:* _____
Luiz Fernando da Silva, Prof. Dr., Unesp/Faac

Membro | *Arguidor:* _____
RuyGomesBragaNeto, Prof.Dr., USP/FFLCH

Membro | *Arguidor:* _____
Silvia Beatriz Adoue, Profa. Dra., Unesp/FCL

Membro | *Arguidor:* _____
Valerio Arcary, Prof.Dr., IFSP *Campus* S.Paulo

Suplente | *Arguidor:* _____
Fátima Aparecida Cabral, Prof^ª.Dr^ª, FFC/Unesp

Suplente | *Arguidor:* _____
Marcelo Badaró Mattos, Prof. Dr., ICHF/UFF

Suplente | *Arguidor:* _____
Maria Elisa Cevasco, Profa.Dra., FFLCH/USP

Defesa:

cedem / unesp / são paulo, dia sete de agosto de dois mil e quatorze, quinta-feira (inverno).

Dedico este trabalho à memória de Richard Hoggart e Eric Hobsbawm, por suas historiografia social da vida operária e estudos culturais da luta do subalterno. Tributo também à lembrança de Carlos Nelson Coutinho, por seu compromisso histórico com a questão democrática. Mais, e *acima de tudo*, rendo esse modesto aporte à saudosa *co*-memoração, ou «lembrar-junto», de *Edmundo Fernandes Dias*. Ao dedicar-lhe este trabalho, o *gestus* e a intenção se multiplicam, com a força dum coro tenaz, ao qual Edmundo se dedicou integralmente a ligar sua vez e voz. Às jornadas de junho, à greve dos garis, à insurreição da «história-toupeira» de metroviários... ... ao Partido *Black Panther* para a Autodefesa; ao «*Outono Quente*»; a *Communards* de Paris. O *Velho* foi entusiasta intransigente e crítico mordaz desta contribuição... **Edmundo, presente!**

*«Un hombre del Pueblo de Neguá,
en la Costa de Colombia,
pudo subir al Alto-Cielo.
Y, a la vuelta, se nos lo contó.
Dijo que se había contemplado,
desde allá arriba, la vida humana.
Y dijo que somos un Mar de fueguitos.
'El mundo es eso', él así se nos reveló.
Un Montón de gentes, Mar de fueguitos.
Cada persona brilla con su luz propia
y ya entre todas las demás.
No hay dos fuegos iguales.
Hay gente de fuegos grandes y fuegos chicos
y hay fuegos de todos los colores.
Hay gente de fuego sereno,
que ni se entera del viento,
y gente de fuego loco,
que llena el aire de chispas;
Algunos fuegos, fuegos bobos,
no alumbran ni queman,
pero otros, arden la vida con tantas ganas
que no se puede mirarlos sin se parpadear,
y quien se acerca... se acerca y se enciende.»*

(Eduardo Hughes Galeano)

▪gratulações

É bastante usual que numa secção de *gratitudes* – em monografias, dissertações e teses – um *sem-número* de ajudas e contribuições, das mais diversas naturezas e limites, tenha lugar em seu registro; ou, que se o diga sobre as dificuldades (e riscos) de espaço (e memória) para citá-las, apropriada ou justamente. No caso deste trabalho, há uma característica adicional que se interpõe. Não se trata, *aqui*, de empreitada *exclusivamente* acadêmica. *Muito longe disso...* A bem da verdade o labor requerido (e cristalizado) em seu interior (teve hora e) tomou lugar num percurso que exigiu a simultaneidade entre os *fronts* de luta econômica, política e social – as formas-sindicato, partido e movimentos; das quais os meus contemporâneos muitas vezes tomam distância higiênica, desconfiança pós-moderna e/ou cepticismo epistêmico –; a batalha pela reprodução da própria existência – o quê as gerações *antepassadas*, que ainda conhecem economias domésticas, estabilidade no emprego, casa-própria, seguridade social e próspera perspectiva de pensão pública chamam «*Trabalho Precário*» e nós, simplesmente; “*trampo*”... – e, ao fim e ao cabo, o combate sem-quartel por uma *vida vivida* plena de sentido. A faina de investigação que precede este escrito teve início de-há uma década atrás: com poucos recursos, tempo livre colonizado pelo mundo do labor, precário acesso a meios e ferramentas de trabalho e, *no mais das vezes*, um Oceano de distância das fontes. Antes que pesquisador profissional fomos, *por ora*, jogadores de basquete, agentes culturais na periferia, jornalistas / revisores, tradutores / intérpretes, assistentes-de-cozinha, entregadores de malote, educadores de adultos, inventaristas de arquivo, membros de coletivo artístico, sociólogos do trabalho / historiadores sociais e, *últimos tempos*, professores substitutos na universidade pública ao Norte do Paraná. Antes de chegar ao eixo Londrina-PR/Marília-SP a *passeggiata* não foi curta. (Houve *detour* barcelonês/catalão, bonearense/portenho e paulistano/sudestino.) Que a atual pesquisa sobre o marxismo inglês, Perry Anderson e a *New Left* tenha qualquer filiação institucional é recente. Prévio agradecimento a orientador acadêmico, *Marcos del Roio*, e agência de fomento, *Capes*, devo, sobretudo, a companheiros de jornada e camaradas em armas, amigos e amores, mestres e referências. São tantas e tantos, tão *importantes*, que evocar um seria soslaiar outro; mesmo elencá-los *da esquerda para a direita + de cima para baixo* – qual exige a tradição *segmental*, do sistema de escrita *alfabético-neorromântico* –, seria um acinte. Como ensina uma sabedoria popular antiga comprometo-me a fazê-lo sem pompa e circunstância, *tête-a-tête*, com abraços apertados e beijos nas mãos. Como o *Caipira* – ou o *Caiçara* – que não sabe rezar só queria lhes mostrar o “meu olhar/meu olhar/meu olhar”.* (Renato Teixeira e Elis Regina, *Romaria*, 1977)

*Renato Teixeira, o compositor popular, apesar do *motif*-caipira de suas canções, é *Caiçara* de Santos.

«É preciso sonhar!». Escrevo essas palavras e, de repente, tenho medo. Imagino-me sentado no 'Congresso de Unificação' tendo – à minha frente – aos redatores e aos colaboradores do Rabótcheie Dielo. E eis que daí se levanta o camarada Martynov e, ameaçador, dirige-me a palavra: 'Mas, permita-me perguntar: uma redação autônoma ainda tem o direito de sonhar sem ter comunicado tal fato aos Comitês do Partido?'. Depois, é o camarada Kritchévski que se dirige a mim e (aprofundando filosoficamente o camarada Martynov, que há muito tempo já aprofundara o camarada Plekhânov) continua, ainda mais ameaçador: 'Irei mais longe. Pergunto-lhe: um marxista tem, em geral, o direito de sonhar, se já não esqueceu, segundo Marx, que a humanidade sempre se atribui tão-só tarefas realizáveis, e a tática é o processo de um desenrolar das Tarefas do Partido, que crescem junto com o mesmo? À simples ideia dessas questões, ameaçadoras, sinto um calafrio, e penso apenas em uma coisa: onde me esconder? Tentemos nos esconder atrás de Pissarev. 'Há desacordos e desacordos', escrevia D.I.Pissarev, sobre o desacordo entre o sonho e a realidade. 'Meu sonho pode ultrapassar o curso natural dos acontecimentos, ou desviar-se para uma direção onde o curso natural dos acontecimentos jamais poderá conduzir. No primeiro caso, o sonho não produz nenhum mal; pode até sustentar e reforçar a energia do trabalhador. Em tais sonhos, nada pode corromper ou paralisar a força de trabalho. Ao contrário. Se o homem fosse completamente desprovido da faculdade de sonhar assim e se não pudesse, de vez em quando, adiantar o presente e contemplar em imaginação o quadro mental e inteiramente acabado da obra que apenas se esboça em suas mãos, eu não poderia decididamente compreender o que levaria o homem a empreender e realizar vastos e abnegados trabalhos em arte, ciência e na vida criativa...'. O desacordo entre o sonho e a realidade nada tem de nocivo se, cada vez que sonha, o homem acredita seriamente em seu sonho, se observa atentamente à vida, compara suas observações com seus castelos-no-ar e, de forma geral, trabalha consciente, escrupulosa e diligentemente para a realização de seu sonho. Quando existe contato entre o sonho e a vida, tudo vai bem.»

(Vladimir Ilitch Trad. Florestan Fernandes)

«A esperança é uma alegria inconstante, nascida da ideia de uma coisa futura ou passada, de cujo desenlace duvidamos, em certa medida. O medo é uma tristeza inconstante, nascida da ideia de uma coisa passada ou futura, de cujo desenlace duvidamos, em certa medida. Segue, dessas definições, que não há esperança sem medo, e nem medo sem esperança. (...). Quem está suspenso na esperança – e duvida, do desenlace –, teme enquanto espera; e quem está suspenso no medo – e duvida, daquilo que poderá vir a acontecer –, espera enquanto teme.»

(Baruch de Spinoza Trad. de Tomaz Tadeu)

▪resumo

A tese a seguir versa sobre determinado tipo de marxismo inglês, a atividade político-editorial de Perry Anderson e o jornalismo integral da revista de ideias NEW LEFT REVIEW. A hipótese diretiva é de que a milieus da assim-chamada *segunda geração* desta New Left elaborou um gênero de «Marxismo-Mundo» internacionalista nos “anos das barricadas” (Tariq Ali) da Europa Ocidental. O fazimento histórico deste projeto intelectual inserido em sua formação cultural é um processo social que alentou a uma coetânea e coextensiva atividade de mediação com um duplo caráter: i) a forma-tradução, ou, a insularização / particularização / nacionalização da cultura socialista continental (França/Alemanha/Itália/Rússia) nas Ilhas (Inglaterra) e, daí, ii) a forma-jornalismo, i.e., a sua continentalização / universalização / internacionalização de um tipo sui generis de marxismo, consubstanciado a partir dum nexos identidade-diversidade entre local e global. Os contrastes e as conclusões bem como as predições e os desempenhos lidam necessariamente com a gênese, devir e metamorfoses de historiadores de processos sociais e críticos de ideias tais como Edward Palmer Thompson, Raymond Henry Williams e Eric John Hobsbawm vis-à-vis o grupo intelectual de Perry Anderson / Robin Blackburn / Tom Nairn. Uma “história a contrapêlo” (Walter Benjamin) impõe o repto de desvelar a consciência auto-adjudicada que fez da cultura socialista “mediocre e inerte”, da Grã-Bretanha, a “mais viva República das Letras” do marxismo contemporâneo do último quartel do Séc. XX. O aforisma «Pessimismo/Otimismo» refletiu/refratou a história da NLR: além do senso comum político e aquém da alta abstração teórica cabe restituir o prisma da NLR em si à luz do tempo histórico. Uma revalorização da trilogia não-premeditada – *Considerações sobre o Marxismo Ocidental, Nas Trilhas do Materialismo Histórico e Teoria, Política e História* – deve ter lugar no presente.

▪**palavras-chave:** Marxismo Inglês, Perry Anderson, New Left Review, Tradução, Jornalismo

▪abstract

The following thesis deals with a certain kind of English Marxism, political-editorial activity of Perry Anderson and the integral journalism of the journal of ideas NEW LEFT REVIEW. Its conductive hypothesis is that the milieu of the so-called *second generation* of this New Left produced a genre of an internationalist «World-Marxism» in “the street-fighting years” (T. Ali) of Western Europe. The historical making of this intellectual project inserted in its cultural formation is a social process that gave birth to a coeval and coextensive doubled-character mediation activity: i) translation-form, i.e., insularization / particularization / nationalization of a continental socialist culture (France/Germany/Italy/Russia) in the Islands (UK) and, hence, ii) the journalism-form, or, its continentalization / universalization / internationalization of a sui generis kind of Marxism, consubstantiated in a nexus of identity-diversity on local and global. The contrasts and conclusions and predictions and performances necessarily deals with the genesis, development and metamorphosis of historians of social processes and critics of ideas such as Edward Palmer Thompson, Raymond Henry Williams and Eric John Hobsbawm vis-à-vis the intellectual group of Perry Anderson, Robin Blackburn & Tom Nairn. A “history against the grain” (W. Benjamin) imposes us the challenge of unrevealing the adjudicated consciousness that made the “mediocre and inert” socialist culture of Great-Britain the “Liviest Republic of Letters” of Contemporary Marxism in the last quarter of the Twentieth Century. The aphorism of «Pessimism/Optimism» reflected/refracted the history of NLR: beyond political common sense and before theoretical high abstraction is in order to repair the prism of NLR itself at the light of historical time. A critical revaluation of the non-premeditated trilogy – *Considerations on Western Marxism, In the Tracks of Historical Materialism & Arguments within English Marxism* – must take place in the present.

▪**key-words:** English Marxism / Perry Anderson / New Left Review / Translation / Journalism

▪lista de ilustrações

Figura 1 – Fluxograma 1	85
Figura 2 – Fluxograma 2	86
Figura 3 – Fluxograma 3	87

▪sumário

PREFACIAÇÃO/PROLOGOS/FOREWORD: <i>por onde começar?</i>	xi
i NOTAS PRELIMINARES	32
i.1 « <i>or first things first</i> »	32
i.2 « <i>Filologia Vivente</i> »	34
<u>EXCURSO I (“A Critical Reader”)</u>	
<u>Ler/escrever/fazer história: “questão de método” e tradução/ <i>traducibilità</i></u>	76
I CONSIDERAÇÕES	98
<u>EXCURSO II (“Distant-Reading”)</u>	
<u>Gramsci-Trotsky: tradutibilidade dialética e internacionalismo metódico</u>	124
II TRILHAS	142
<u>EXCURSO III (“Close-Reading”)</u>	
<u>Para uma teoria do “alterjornalismo”: <i>giornalismo integrale e riviste-tipo</i></u>	150
III ARGUMENTS	173
iv CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
REFERÊNCIAS LITERÁRIAS	230

PREFACIAÇÃO/PROLOGOS/FOREWORD^{1*}: *por onde começar?*

As Letras e a Política lidam – simultânea e contraditoriamente – com *impostações programáticas + figuras de linguagem*, no mais das vezes, numa *recíproca fertilização*. Dialetrizar *preocupação literária*, com as *inquietudes políticas*, sem nunca subsumir uma à outra mas, justamente, encontrando daí *um novo e surpreendente significado* para ambas: em tal universo, estético-social, contudo, a aproximação entre *arte e vida* – no interior da *forma* histórica – adquire a uma conotação *política* cuja *poética* exige à denotação de um *futuro em aberto*. A função da crítica *não se reduz a reproduzir a sociedade de seu tempo*. O precípua objetivo – quer pelo *conteúdo*, quer pela *forma* – trata-se de desempenhar um papel *transformador*, a um só tempo cultural e político, quais sejam, *a arte e a revolução*. E, acima de tudo, tratar-se-ia ora de *desnaturalizar* àquilo que é *histórico*. Sendo rigorosos com B. Brecht: (quase) Tudo. [«O espírito que tudo nega afirma: se nasce, deve perecer.»] Tudo isso para dizer que o *Prologo* – ou *Foreword* – que segue é um «*Espírito-de-Porco*». A expressão é tomada emprestada à teatróloga trotskista Iná Camargo Costa numa palestra do *Movimento Arte contra a Barbárie* em que ela explica a relação entre B. Brecht e o que ela chamaria *rigorosamente* de os *pressupostos* – ou «*Arkhé*» – do assim-dito *teatro épico*.

Então, o outro pressuposto do teatro épico é um pressuposto metodológico, a saber, *o espírito de contradição*, a que eu gosto de chamar de *espírito-de-porco*. (...), a herança intelectual ... com a qual Brecht e seus companheiros de geração fizeram um acerto de contas. Este já é outro pressuposto: acerto de contas com o seu passado; porque quem *não* faz acerto de contas com a herança, *não* avança; *está condenado a repetir o que já foi feito*. E isto vale já em todas as esferas as que nos interessam, a saber: na prática textual, no gestus cênico e/ou nos estudos teóricos. Sem você definir quem são os seus companheiros-de-jornada e quem são seus adversários, você não avança no sentido teórico, você não entende o que está fazendo. Eu conheço, falando agora como professora aposentada; eu vejo nos trabalhos, nas pesquisas de pós-graduação: o desastre que é qualquer trabalho de doutorado, para pegar pesado, de uma pessoa que não acertou as contas com a herança intelectual. Em quê resulta? Você dá um valor igual... para qualquer afirmativa. ... Isso, do ponto de vista intelectual, se chama inconsistência. ... o nome clínico, é *esquizofrenia*. A universidade brasileira é especialista [*em reproduzi-la*](...).

¹Do *Gr. Prologos*: «*Pro*»: Antes + «*Logos*»: Discurso = i) o prefácio; ii) a primeira parte dialogada, da tragédia grega; iii) a cena introdutória, onde se fornecem dados preliminares e elucidativos do enredo geral de peça teatral e, por fim, iv): a peça de artilharia, ou corda de ligação, entre o reparo e o armão – para se *atear fogo* (*In*: Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, São Paulo: Ed. Positivo, 2004). A arte (teatral) tal qual arma (marcial) reconstitui à gênese de um conceito oriundo do *front* de batalha.

*Do *In. Forewords*: Palavras que se dizem antes. Comumente uma *Apresentação* editorial com algumas notas preliminares breves postas logo no início de um livro ou outra peça literária. Tipicamente escrita por alguma Outra pessoa (que não o principal Autor do trabalho), usualmente conta da relação entre Autor e Assunto do texto. Pode se confundir com o *Prefácio*, no qual o autor explana a ideia original e

A palestra, realizada no chão do ex-*Teatro Fábrica* – e atual *Teatro Coletivo-SP* –, em Mai./2005, tornava-se forja-e-fole para espraiair a fagulha da *insubordinação* no teatro de grupo de São Paulo desde a reconstrução dos *pressupostos* duma determinada *herança*. A digressão tomada por Iná *vis-à-vis* os trabalhos acadêmicos e a Universidade Brasileira é-nos um importante *détour* para dar início a nosso *Prólogo*. Muitos estudiosos rastream a gênese histórica, de sua expressão literária moderna, já em Mefistófiles – personagem-demônio de Fausto, o poema épico goetheano –, que, ao abrir sua voz, faz o tempo cantar: «*Tudo que nasce merece perecer*» – diz o ser-diabólico –; «*Sou o espírito que tudo nega*». O *espírito dialético* encarna à *alma social* das *questões de método* para a tradição teórica e a herança intelectual na qual nos inserimos. Para o trabalho que segue, a autoconsciência a respeito de tais coordenadas histórico/teórico/políticas, é nada menos do que *fundamental*. Trata-se de *tradição teórica e herança intelectual* – convicta e confessamente – *marxistas*. Dar nome ao *comunismo* da emancipação e ao *socialismo* da revolução é tarefa mais fácil. Para começar a falar sobre nossa *démarche* teórico-política faz-se imperioso responder ao que significa ser marxista ou *o quê o marxismo é*. O ponto de partida para uma tal elipse à narrativa que aqui se introduz é uma das *Palavras-Chave* centrais para a pesquisa exposta: «*You are a Marxist, aren't you?*». Com a autoirônica *question-tag* tipicamente britânica, o autor, do ensaio político *Notes on Marxism in Britain since 1945* (NLR I/100 Nov./1976), tenta de algum modo mapear uma série de teorias marxistas realmente existentes no após-guerra inglês: i) *Legitimizing*, ii) *Academic* e iii) *Operative*. Os marxismos *legitimatório* e *acadêmico*, situados no Partido e à Universidade, são criticados por R. Williams tais quais um dogma político e/ou um cânone literário, aos quais se opõem um marxismo *operoso e operante*, no ser-precisamente-assim do movimento contraditório do real; o qual Williams trata de defender das pechas de i) *populismo*, ii) *culturalismo* e iii) *reformismo* imputadas. Um *marxismo operante* – o qual o autor aloca em iniciativas, tais como as de intelectuais de uma *Nova Esquerda* associados, por exemplo, ao *May-Day Manifesto* do 1968 inglês – se ocuparia de: análise teórica do *capitalismo tardio*; análise histórica de *formação social* específica e análise política de *estrutura/agência* de uma práxis socialista transformadora. O próprio materialismo de Williams chamou a atenção, a partir da Crítica à interpretação já esquemática e unilateral da metáfora de *Base/Superestrutura* no famoso texto de Marx, à ineludível presença da Cultura na economia e do Mercado na cultura, atentando não só para os meios fundamentais de reprodutibilidade técnica mas *o modo de produção do quê é a Cultura* no sentido – o mais amplo – de um determinado ser social do «*modo de vida*.»

Williams irá se ocupar de ambientar os climas sociais e políticos de certos projetos intelectuais, formações culturais e processos grupais nos quais se fundem *certo marxismo*. Um importante recado é deixado neste ensaio para a tarefa que nos ocupa presentemente: «O que o ‘*marxismo*’ é parece menos dependente enfim da história das ideias [em-si] – do que ainda é, entre a maioria dos marxistas, a sua forma habitual de definição – do que do [gênese] desenvolvimento complexo do ser social e das consciências realmente existentes.» A Ortodoxia em matéria de marxismo foi buscada em certa geração de marxistas enquanto *expressão geral da luta de classes/centralidade do método à dialética/filosofia da práxis*. Karl Korsh, György Lukács e Antonio Gramsci abriram passo para a generalização duma *concepção total de mundo* não só crítica mas, una e indivisivelmente, *revolucionária*. Um nexos deste tipo, *a partir das considerações iniciais do crítico galês*, pode nos levar longe. Uma *unidade dialética*, entre *crítica e revolucionarismo*, é aquela; de *teoria e movimento*. Especialmente, *se passarmos conseqüentemente do corpo de ideias para a ideia de corpo*. “É exatamente este o Projeto a que os três maiores ‘Estetas’ do período moderno ... irão se lançar corajosamente: Nietzsche com o corpo encouraçado de poder, Freud com o corpo envolto de desejo e Marx com o corpo disposto à praxis. (...) O quê dizer de uma forma de pensamento que nega o pensamento? Nega-o, é bom frisar, enquanto realidade autônoma, voltando-se sempre para os interesses corpóreos onde ele foi gerado”, diz Terry Eagleton. Como afirma Marx, “O próprio elemento do pensamento; o elemento vital do pensamento, *a linguagem*, é natureza sensível.” O deslocamento de forças condensa, formalmente, um deslizamento de sentidos, em nosso horizonte de compreensão. *A ideia de corpo marxiana* poderia dar lugar a uma *ideia do corpo marxista* na sua materialidade sensível e *operante*? Por um momento, suspendamos o juízo do quê seria a Ortodoxia em matéria de marxismo, as suas fontes originárias ou a relação contraditória com outras problemáticas/complexos. O que constitui o ser-estar no mundo, com os Outros, e consigo, à corporeidade marxista? Numa recoleção arbitrária e *pouco usual* poderíamos chegar a elencar algumas *atividades vitais* realizadas, por marxistas crítico-revolucionários, atuantes em sua *teoria-movimento*:

1) Estética. Marxistas são *Estetas* lato sensu, na materialidade sensível daquilo que são e fazem, e um ideal de emancipação dirige-os para uma crítica e produção cultural; pois são profundamente *antiutilitaristas*, e reconhecem uma necessidade, *mesmo*, de *revalorizar* às esferas da vida *não-tensionadas* diretamente pela *rudeza concreta do devir*. Marx mesmo se voltou para as produções artísticas/literárias incorporando-as, profunda e extensamente, em seu pensamento econômico-político/social mais amplo, reconhecendo sua *autonomia*:

2) Educação. Marxistas são *Educadores* totais, reconhecendo a educação em um sentido o mais amplo no interior da luta de hegemonias. Todos somos educadores, em certo sentido, e o marxismo sempre buscou às mais diversas formas de autoeducação operária e popular para a elevação da formação política e intelectual da classe do trabalho. Não à-tôa pode-se buscar na biografia dos mais importantes expoentes dessa corrente de pensamento e ação um sem-número de exemplos os mais diferenciados de iniciativas no *campo da educação*;

3) Tradução. Marxistas são *Tradutores* e intérpretes dialéticos, já seja no sentido estrito ou mais geral, do termo e conceito. Ser um *marxista-revolucionário* implica em se formar como *comunista-internacionalista*. Já à tradução de distintos idiomas, para o próprio, e à versão de línguas autóctones, para linguagem estrangeira, sua circunscrição especializada, que pode se dar nos *modos consecutivo, simultâneo, sussurrado e literário/literal grafado*; ou sentido *mais geral*, tratando de *traduzir* experiências político-históricas, *ampliando-as*.

4) Sociologia. Marxistas são *Cientistas* sociais. A produção social de conhecimento para o marxismo é uma ciência guiada por um método. Marxistas de Partido ou não, à Academia ou não, estão constantemente fazendo análise de relações sociais em certas circunstâncias. O socialismo científico constitui uma ciência social da sociabilidade humana *muito antes* de haver Durkheim, Pareto/Weber, e *anteriormente* ao cânone de interpretação *instituído*.

5) História. Marxistas são *Historiadores* materialistas e, sobretudo, fazem e reescrevem à história. A teoria da história e a história da teoria são aquilo que Marx reconheceu como a única e indivisível ciência humano-social. A teoria historiográfica marxista compreende a todo um subcapítulo de suas aventuras (e desventuras) como corpo de pensamento e ação com raio de influência crescente sobre não-marxistas. A contribuição de Marx ou Engels, Gramsci e Benjamin, Trotsky e Deutscher, Thompson e Hobsbawm é em tudo *referencial*.

6) Jornalismo. Marxistas são *Jornalistas* integrais, *de um tipo não-convencional*, que se ocupam de *formar e ampliar* — *seus público e área*. Marxistas escrevem artigos e editam jornais, revisam panfletos e rodam livros, publicam revistas e manejam mimeógrafos. Sua atenção para o mundo do jornalismo e o universo das letras é público e notório. Já Lenin advertia para a importância do jornal, e sua respectiva composição social e política, em se tratando de desenvolver formas de *consciência* cada vez mais voltadas para a *organização*.

Estetas, Educadores, Tradutores, Sociólogos, Historiadores e Jornalistas. Uma lista já algo mais compreensiva incluiria certamente *outras funções* mais ou menos autoevidentes (Mestres-de-Obras, Psicólogos, Antropólogos, Estrategas, Cozinheiros e etc), mas o rol de *atividades* acima relacionadas dão um noção e medida *extraideal* do *saber fazer marxista*.

Com uma tal *proposição*, chegamos a uma determinação dialética menos estática do que proporcionaram as mais distintas definições *marximétricas* ou *marxionômetras* do *que vem a ser o marxismo* e passamos a nos perguntar *o quê marxistas são/fazem*, e ainda, *o quê fazem para mudar o que são* tal qual seres vivos e em devir de *permanente* mutação. Para tanto a noção de um *marxismo operante*, de R. Williams, e a ampla caracterização de T. Eagleton, sobre a *corporeidade sensível*, vem a dinamizar a forma – e o sentido – que Gramsci utiliza para lograr constatar que *todo marxista se constitui como um intelectual*.² O presente trabalho versa sobre não só uma *reflexão marxista* acerca de *certos marxismos* mas, sobretudo, se arma como interrogante a respeito *do quê fizeram* certos marxistas para *formar dado marxismo*. De que meios e ferramentas dispuseram? Como construíram seus clubes e jornais, editoras e campanhas? Quais especializações técnicas e direções políticas se imiscuíram ao processo? Que concepções, e práticas, mobilizaram às suas hora e lugar? *Talvez, mais que responder o ‘pensar’ da cabeça, pergunta o ‘fazer’ do corpo marxista.* **Nos dispusemos a investigar aqui o Marxismo Inglês, a Tradução de P. Anderson** e, enfim, **o Jornalismo Integral da New Left Review**. Nossa hipótese é que trata do *fazer-se de um Marxismo-Mundial nos Anos das Barricadas na Europa Ocidental (1968/76/83)*. O *hard-core* de suas **atividades de mediação**, categoria dialética inexorável desta pesquisa, concentraram-se na insularização-*tradução* duma cultura política e a *internacionalização-jornalismo* duma política cultural. Traduzir, daí, às cenas teórico-políticas francesa, alemã, russa ou italiana – com edições, tematizando a Sartre, Lukács, Gramsci e Trotsky – foi um dos primeiros passos para *aclimatar* a uma herança intelectual, e tradição teórica, às Ilhas. O enriquecimento lingüístico e conceitual deste marxismo renovado de fala inglesa aliado à concepção de história *universal* e literatura *mundial* do cânone de interpretação *dialético* depois viria a ser vertido num *Marxismo-Mundial* ou até mesmo *World-English Marxism*.³ Ao lidar com *corporas* de pesquisa extensos e profundos, com muitas pessoas e ideias, aí optamos por fazer-se *interatuar reciprocamente* a diferentes *tipos de leitura* e angulações sobre o *subjecto* laborado. É por isso que mais adiante iremos falar sobre termos/conceitos como *close-reading* e *distant-reading*, com lentes grande-angulares e teleobjetivas, efeitos de aproximação/identificação e distanciamento/estranhamento, cobrindo material editorial de 1968-1983 *lato sensu* e atentando *stricto sensu* à trilogia *não-premeditada* de Anderson.

² A imagem-metáfora do *Marxismo-Mundial* – tal como *um grande canteiro de obras* –, de V. Ilitch, pressupõe à construção de novas formas e relações para a divisão de um trabalho coletivo (*Que fazer?*).

³ A mediação-*milieu* entre tradução-insularização e internacionalização-jornalismo foi justamente uma

Termos e conceitos tais como “estrutura de sentimento” e “mapeamento cognitivo” para a aferição/cotejo das características distintivas das *millieux* literárias de determinadas gerações – mediações categoriais importantes ao presente estudo – tanto como a discussão mais ampla já sobre um sistema literário da República de Letras Marxistas de fala inglesa; desde intenções ou motivos a autores, público e crítica bem como os contrastes realmente existentes entre os critérios interpretativos (e a convenção linguística) do quê determinado new-criticism americano denominou “close-reading” (leitura atenta, *proximal*, de-perto) e o quê um dada crítica newleftiana europeia alcunhou “distant-reading” (leitura distante, *distanciada*, de-longe). A área da teoria do pensamento social / político tanto quanto o quê Anderson chama história das ideias políticas – bem como uma necessária problematização sobre *um determinado conceito de* «intelectual» – são esteio teórico-metodológico que se ex-põem para o movimento da descrição e análise dos dados, informes e materiais teórico-políticos já ora em telos. Maiores adensamentos, e detalhes, teórico-conceituais, sobre tal perspectiva serão fornecidos, à medida em que nós avançarmos com o próprio caminho da exposição das nossas «*questões de método*». Cabe daí asseverar, desde já, outrossim, um elemento primordial para a tal empreitada. Julgamos ser possível e necessária uma análise newleftiana sobre o quê se constituiu como o marxismo da NLR. A ortodoxia em matéria de marxismo re-presenta, também, *uma concepção total de mundo* e critério interpretativo os quais se bastariam a si mesmos: i) as transformações da representação ideopolítica e as estrutura de Estado – numa tentativa de vê-las desde a ampla perspectiva [hegemônico-intelectual] internacional e comparativa – e, por um outro lado, ii) os grandes momentos – as aventuras e as desventuras – de diferentes corporas de idéias políticas e/ou teóricas que acompanharam às tais transformações históricas. Um tal marxismo teria a capacidade (ou ambição) de produzir a uma teoria *autocrítica*, i.e., capaz de explicar à sua própria gênese, devir e respectivas metamorfoses. Essa tal particularidade, entretanto, requereria algumas especificações, complementares. De momento, bastaria com se assinalar que os requisitos *para uma reflexão marxista sobre o marxismo* devem ser aí de *duplo caráter*. Dum lado, o destino do materialismo histórico, em qualquer período dado, precisa, antes de tudo, ser situado dentro duma intrincada trama da luta de classes – nacional e internacional – que a caracteriza, e cujo o excuroso deverá ser apreendido, pelos seus próprios instrumentais de pensamento. Uma teoria social e política que, buscando a uma *interpretação* deste mundo, sempre pretendeu a unidade assintótica a uma prática popular que intenta *transformá-lo*. Esse pressuposto metodológico deve também se *incorporar* à história do marxismo da NLR.

Ao readjetivar a um conceito de *intelectual* substancializando o lexema de *trabalho* nos dispomos aí a uma espécie de *história material dos intelectuais*, centrada na teoria do *processo de trabalho* herdada da tradição intelectual e política inspirada em K. Marx. O «*trabalhador coletivo*»/cooperação mundial e/ou «*general intellect*»/máquina-ferramenta, *dentro do processo de trabalho*, serão entretecidos a noções como *geração*, *milieu* e *grupo*. Conceitos tais *esfera pública proletária* + metodologia *programa de pesquisa* de alguma forma nos aproximam de certa *crítica à economia política* da Comunicação e da Cultura. Falar a respeito de elementos internos à República de Letras e externos ao *World-Marxism* não poderiam passar ao largo do que a tradição dissidente do comunismo inglês alcunhou como a *experiência vivida e percebida* e, sobretudo, ao sentido forte da palavra «*Making*.» O *quadro conceitual* delineado nos dá a oportunidade de falar a respeito do quê certa feita chamou-se a perspectiva de *middle-range theory* que, ora, traduzir-se-á *mid-range history*. *Que tipo de história da teoria e teoria da história* estamos aí propondo *fazer* («to make»)?

A *teoria de médio-alcance*, proposta por Robert Merton, é uma abordagem para a teoria social que visa *mediatizar* a teoria e pesquisa. Principiando pelo fenômeno estudado (em oposição a uma entidade abstrata e ampla, como p.ex., o «Sistema Social») abstrai daí para criar afirmações gerais que podem ser verificadas pelo reagrupamento da matéria, em contraste com uma ideia de «Grande-Teoria» de Talcot Parsons. Influenciados por uma tal teoria, muitos pesquisadores abandonaram ao impulso inicial que guia a investigação em Ciências Sociais, *i.e.*, a reconstrução teórico-metodológica de problemas científico-sociais. Em «*On sociological theories of the middle-range*» (1949) tal autor assestará que o termo refere-se a conjuntos de proposições – logicamente interconexos – dos quais uniformidades concretas poderiam ser derivadas, encontrando-se na *intermediação* entre as menores, mas necessárias, *hipóteses de trabalho*, que evoluem em abundância durante a pesquisa do dia-a-dia, e os já tódo-açambarcantes *esforços sistemáticos* para desenvolver teorias unificadas para a explicação a tais concretudes. Tal orientação-para-a-ação investigativa, *intermedeia teorias gerais* – muito *distantes* do particular, para se dar conta do que é observável – e às *descrições* ordenadamente detalhadas de *particulares*; as não-generalizáveis já de modo algum. Envolve abstrações, é claro, mas suficientemente *próximos* da matéria observada para serem incorporadas em proposições que permitam posterior *comprovação*. Apesar do vocabulário proveniente do ambiente literário da sociologia estadunidense dos anos 1950, muito afeito a uma ideia estrutural-funcionalista de pesquisa empírica em Ciências Sociais, o que interessa é a noção operativa de *meio-lugar* dialético entre pesquisa teórica/histórica.

A partir da noção supra – *quadros teórico-conceituais, paradigmas de pesquisa e modelos de comprovação* que dêem conta do problema e possibilitem novas questões – ora nos dispomos a uma proposta do que tendemos a considerar, aproximativamente, tal como *uma história ou historiografia de meio ou médio-alcance*. Uma das predições de CSMO é *a reaproximação entre teoria e história*. O impulso empiricista da tradição historiográfica do marxismo inglês, por um lado, e a constelação teórica da tradição europeia-ocidental, por outro. Um dos significados desta *história de médio-alcance* seria justamente o cânone que Anderson viria a utilizar, em suas próprias investigações teórico-historiográficas, que se consubstanciaram na *trilogia premeditada e não-realizada* de *Linhagens e Passagens* (notória simetria bilateral para com o que é a *trilogia realizada e não-premeditada* op. cit.). Um outro sentido importante, nada obstante, seria justamente aquele sugerido por tal interconexão, agora entre ciclos históricos de *longa duração e tempos curtos*, circuito temporal caracterizado, desde termos e conceitos, tal como projeto e formação / geração ou *millieux*. *Se a fundamentação teórica sustenta que ideias preexistentes podem ser instrutivamente utilizadas para se compreender regiões / fenômenos – ou aspectos deles – que não foram examinados anteriormente em termos dessas ideias, a realização da problemática foca às inconsistências percebidas em ideias (ou resultados) canônicas e propõe reconciliar estes mostrando que as inconsistências seriam já mais aparentes do que reais. Ainda, dirige a atenção para lacunas em ideias preexistentes que não dão conta de aspectos fenomênicos a que deveriam, em princípio, aplicar-se. Em alguns casos se propõe preencher a lacuna com ideias consistentes com a teoria preexistente, a qual é vista, então, como incompleta, mas não equivocada. Em outros casos, a nova proposição teórica requer alguma revisão, drástica ou leve, da teoria antiga.* Da paráfrase a «*Notes on problem-finding in sociology*» (Merton, 1959) podemos chegar à reconstrução que Michael Burawoy, atento às tradições anglossaxônicas de teoria e pesquisa social e histórica, logrará para conceber ao marxismo *enquanto um método específico para programa de pesquisas*. Qual seja, uma proposta de *heurística positiva* onde o *hard-core* de sua determinada problemática é, daí, *defendido* aceitando ao desafio de *expandir* o poder explanatório da corrente de pensamento à qual se filia via fórmula de novos termos e conceitos auxiliares à impostação programática de seu respectivo *núcleo-duro*. A *mid-range history* – análoga à *mid-range theory*, mertoniana – é fruto da *fricção* geracional, em sua *differentia specifica*, do trabalho teórico/historiográfico realizado da *Crítica recíproca* que as formações, projetos e respectivos grupos e *millieux* de primeira e segunda geração legaram no *meio*, ou *entrelugar*, de *perturbações / questões*.

Oskar Negt e Alexander Kluge desenvolveram uma *teoria de médio-alcance* que confronta às transformações qualitativas das relações sociais capitalistas contemporâneas tanto dum ponto de vista das novas formas de produção quanto das mudanças operadas na experiência vivida no espaço-tempo de cotidianidade/cultura/modo de vida. Desta forma, proporcionam a todo um quadro histórico-teórico que adensa noções como *experiência* e *subjetividade* e, a um só mesmo tempo, analisam às transformações do processo produtivo capitalista e o seu impacto sobre os nexos psicofísicos da experiência *vivida* e *percebida* a partir das estruturas socioeconômicas. A categoria central da crítica aqui é o termo “esfera pública”, que organiza à experiência humano-social enquanto mediação entre estruturas e superestruturas realmente existentes. Diferenciando-se da esfera pública *burguesa*, cada vez mais integrada ao aparelho produtivo do capital, advém uma esfera pública *proletária*. Argumentam os autores que a última estaria apta a potencialmente se opor pelo vértice aos interesses e necessidades sociais e políticos de reprodução ampliada do capital da primeira através da auto-organização das necessidades e interesses da vida humana contra o lucro capitalista e as derivações, em termos de alienação/estranhamento, reificação/fetichização. Uma teoria social e política, nascida do 1968 alemão e suas críticas a Adorno e Habermas, vis-à-vis as expectativas críticas e revolucionárias – duma vaga de *revolta / melancolia* –, não visa a caracterizar formas ou conteúdos predeterminados mas, antes, preocupa-se com o quê seria o contexto total efetivo da produção/reprodução – *socialização* – da vida social. À «*esfera pública*», conceito assimilado pelo pensamento e a ação burguesas, se acresce o conceito histórico-filosófico «*proletariado*» que, por definição, é a *negação* de tal forma. Reanudando o *Citoyen* e o *Homme*, separados pela sociabilidade burguesa, a formação de um espaço-tempo que reúne às esferas públicas de produção e de socialização do vivido é a *negação à negação* da *publicidade* capitalista a partir de uma sua *vigorosa antítese* ativa. Tão-somente a *autodeterminação coletiva* do *trabalho vivo* – o *mundo dos trabalhadores* – poderia fornecer a alternativa politicamente *eficiente* – estrategicamente *viável* – à Ordem. Trata-se de nada mais e nada menos que a *formação enquanto classe do proletariado* já seja tanto nos aspectos de auto-organização política quanto em sua autoconsciência social. Recuperando à tradição do pensamento dialético de György Lukács e Rózalia Luksemburg bem como da primeira geração da Escola de Frankfurt no contexto generalizado de revolta estudantil-operária da Europa Central e Ocidental os autores valorizam uma série de nexos entre produção e socialização, sujeito e objeto, ser social e consciência, economia/política. A fusão proposta – é óbvio – *não esteve ao alcance histórico-político* do Jornalismo-NLR.

Ora. Falar de horas e lugares onde há formação duma *esfera pública proletária* nos remete necessariamente à teoria e à história de *revoluções sociais e políticas*, obviamente. As reflexões de Benjamin sobre o *teatro épico*, a teoria de Brecht do *aparato radiofônico* e a noção de Gramsci sobre um *jornalismo integral* dizem sobre os espaços-tempos duma *esfera pública proletária*, produzida/socializada no sentido da *autodeterminação coletiva*. O estímulo à auto-organização, o incentivo para que o mundo do trabalho *tome à palavra*, é uma preocupação *preponderante* das respectivas formas. A *refuncionalização* dos meios fundamentais de Comunicação e Cultura retroalimentava uma realização do imperativo de *interatividade*, deixando para trás o antigo conceito que via à Cultura como uma forma já constituída (mesma crítica de Williams às Letras anglo e fulcro de seu projeto intelectual). Um esforço criativo e renovador sistemático e continuado não deveria se contentar com o aprimoramento destas instituições, nem o abastecimento do respectivo aparelho produtivo. Brecht não nutria autoilusões acerca da capacidade de cooptação/neutralização do sistema, e, como bom marxista, observou – muito antes de Adorno – a primazia da produção sobre o consumo da cultura de massa, ao asseverar que «*é a engrenagem que elabora o produto para consumo*». O momento histórico-social, vivido pela intelectualidade europeia, estava marcado pelo signo anunciado pela vaga revolucionária mundial dos ciclos de 1917-1924. A agitação política do período – acompanhada de intenso florescimento cultural – assistiu à discussão sobre as sucessivas *Crises* das formas tradicionais de saber-fazer artísticos, e à busca por modos de comunicação e expressão humano-social *de novo tipo*. O encontro da política revolucionária com o modernismo vanguardista dá-se inicialmente nas chamadas *peças-didáticas*. Essas peças não são escritas para serem encenadas; eram basicamente um conjunto de *experimentos dialéticos*. Certo entusiasmo com o desenvolvimento técnico e uma dada concepção de socialismo, como avanço social via rebelião das forças produtivas contra as relações sociais de produção, se faz notar: esteiras, palco giratório, filmes etc. e termos tais: montagem/processo, máquina/ferramenta, experiência/ciência, produção etc... O ativismo cultural do período deve-se à formação dum *novo tipo* de público, produtor e consumidor além de crítico, a um só mesmo tempo, que exige à renovação do *saber-fazer*. À exigência de interpretar e transformar o mundo se alocava juntamente uma necessidade por mudar as formas e relações no interior do modo de produção cultural-artístico à época. O comentário de Benjamin sobre o *teatro épico* busca demonstrar através dos conceitos de *gestus citável* e *fluxo total* a uma nova concepção do processo de produção da cena teatral. Um teatro *não-burguês* dispensava à perspectiva «ilusionista» das *convenções dramáticas*.

O deslocamento da *concepção liberal de indivíduo*, no interior da forma do drama, fez *implodir sua instituição burguesa* e impôs uma série de novas formas narrativas com o que um conjunto de convenções foi superado por uma época de crises/guerras/revoluções que colocaram em cena a novos *sujeitos trans-individuais* do processo histórico-social. Na Alemanha irá surgir o *Freie Bühne* (“Cena” ou “Teatro Livre”) e, um ano mais tarde, o *Freie Volksbühne* (“Cena” ou “Teatro Popular Livre”). Ambos com a forma de associação livre de trabalhadores, baseada, esta, num *sistema de quotas, autofinanciamento e núcleo autodiretivo*, que foi *multiplicada* por todo o país, conquistando a organização de mais de 140 mil sócios no seio do movimento social operário. Tal iniciativa de *multiplicação*, com foco central na *politização* dos processos *artísticos*, pôs o teatro a serviço dos interesses e aspirações dos trabalhadores – tarefa esta que só foi possível de se concretizar por permitir ao teatro que se fazia uma independência econômico-cultural, o que se traduzia também por certa autonomia político-moral, já seja em relação ao Estado ou o próprio Mercado. Em sua origem, o rádio surgiu como um substituto do telégrafo sendo, por isso, conhecido inicialmente tal «*Sem-Fio*». Tal aparelho rudimentar foi usado em navios para transmissão telegráfica, em código. Em 1916, houve a revolta política pela independência irlandesa e os insurgentes, numa forma pioneira, usam o *sem-fio* para transmitir mensagens. Essa foi a primeira utilização que se conheceu do rádio moderno. Marshall McLuhan (1979, p. 342), comentando tal episódio, observou: “Os rebeldes irlandeses usaram o *sem-fio* dum barco, não para a mensagem em código – mas para a emissão radiofônica – na esperança de que algum barco captasse, e retransmitisse, sua estória à imprensa americana. E assim se deu.” A radiofonia já existia há vários anos, sem que despertasse qualquer interesse mercantil. O rádio nasceu, assim, para permitir a interação entre os homens e não para ser o que depois veio a se tornar: aparelho emissor cooptado por monopólios a serviço da lógica mercantil. A história do rádio na Alemanha mostra, a propósito, que esse meio teve uma sua origem também ligada a um ato de *autodeterminação coletiva*; a revolução social de 1918-1923. Tal qual na Revolução Russa, o movimento alemão organizou-se em *Soviets*. Durante essa breve experiência, o rádio fez à sua estréia, servindo como meio para coordenar às várias regiões do país e manter o contacto com o processo revolucionário russo. De *mobilizador político* o rádio passa a «*comércio acústico*». Ao lado das *emissoras comerciais*, contudo, proliferaram as *radioclubes* e *comunidades de ouvintes*, ligados ao movimento. A *Arbeiter RadioKlub* (“Radioclube do Trabalhador”), segundo informe da polícia à época, albergará, em 1924 quatro mil sócios e em 1926, de oitocentos a mil e quinhentos associados plenos.

Vale lembrar a presença da *imprensa proletária*, a qual serviu de referência para as novas práticas artísticas. Alguns dados são em-si instrutivos. Uma das suas publicações, o *Arbeiter Illustrierte Zeitung* (“Jornal Ilustrado do Trabalhador”), logrou 350 mil exemplares. Jornais operários alemães e russos, franceses ou ingleses, espanhóis e italianos podem ser citados a esse respeito. V. Ilitch e L. Trotsky tematizaram a questão, bem como Zenoviev. Mas foi A. Gramsci quem lhe deu sua expressão mais coerente e unitária, desde sua teoria. Para Gramsci o *jornalismo* a que chamou *integral* «não só intende satisfazer necessidades (de certa categoria) de seu público mas intende criar e desenvolver a estas necessidades e até suscitar – em certo sentido – o seu público, e estender-lhe progressivamente sua área.» Aquilo que chama de *revistas-tipo / típicas* deveria constituir instrumental para reforçar os aparelhos culturais. Por si mesmas, as revistas seriam estéreis se não se tornassem a força motriz e formadora destes aparelhos culturais, de tipo associativo e de massa, isto é, cujos quadros *não estejam fechados*. Isso também se aplicaria às «*revistas de partido*»; não é aí necessário crer que o partido constitua, *de per se*, mesmo, o aparelho cultural de massa da revista. O partido é, essencialmente, político e também a sua atividade, política, é cultural. Os aparelhos culturais, devem ser não apenas de uma “política cultural”, mas de “técnica cultural”. (Impossível não lembrar aqui o conceito de *militantismo cultural* de L. Trotsky).

A. Gramsci se dedicou ao Jornalismo após deixar o curso de Letras. Colaborou nos jornais *Il Grido del Popolo* e *Avanti!*, do PSI e, em 1917, dirigiu *La Città Futura*, uma revista de exemplar único. Em 1919 – ao lado dos P. Togliatti, U. Terracini e A. Tasca – Gramsci fundou o jornal *L’Ordine Nuovo*, de linha-fina *Resegna Settimanale di Cultura Socialista*. Mas – também – «*o educador precisa ser educado*», e isso só vai tornar-se possível (e necessário) em meio à «*práxis revolucionária*». Gramsci revelaria que o *L’ON* iniciara de um modo algo tateante e exploratório enquanto resenha cultural socialista-crítica e tão-só após a eclosão duma insurreição italiana, já no bojo dos processos da vaga revolucionária mundial – que comocionou à Rússia, à Alemanha e à Hungria – ter-se-ia clarificado qual seria o papel preponderante, de um tal agrupamento político-editorial, em meio à situação nova da política e da cultura no país. Inseridos no processo produtivo da riqueza social, os proletários urbanos seriam já dotados de um certo conhecimento técnico especializado. O labor tecnicamente qualificado e produtivo deveria se relacionar a um conhecimento mais amplo, da cultura científica e filosófica, não só para poder gerenciar o processo produtivo, mas à própria autogestão colegiada – *dum novo Estado em potência* – operário / socialista. A rica e contraditória experiência vivida irá levá-lo a uma sofisticada reflexão, no cárcere.

Considerando os ensaios de W. Benjamin sobre o acontecido, o narrado e o ofício do historiador, *vis-à-vis* às suas teorias a respeito já do *teatro épico*, da *fotografia* e/ou do *cinema moderno* pode-se notar uma *dialética viva* entre noções de declínio e ascensão de formas históricas ligadas ao desenvolvimento/estagnação de grupos sociais fundamentais. Benjamin associa o nascimento do jornalismo informativo moderno ao advento de uma burguesia ideologicamente decadente, interessada em assentar às suas estruturas de poder. Ao contrário da narrativa, a imprensa moderna não teria como objetivo fazer com que seu público-leitor se aproprie de seu material tal parte de sua própria *experiência* (Erfahrung). Se na narração o acontecimento imiscui-se à vida do relator e é ofertado aos ouvintes qual experiência, o objetivo desde o fato jornalístico – informe noticioso e/ou a «reportagem» – é excluir, rigorosamente, os acontecimentos dum con-texto total efetivo em que poderiam afetar à experiência deste público-leitor. Os próprios princípios *par excellence* da estrutura da informação, de novo tipo, jornalística – as suas novidade, brevidade, inteligibilidade e, sobretudo, uma absolutíssima ausência de qualquer nexo, entre uma notícia e as outras –, muito contribuem para um tal resultado final – compósito e bizarro – tanto quanto uma sua editoração/diagramação/design e as suas formas, ou convenção lingüística, específicas. O que Benjamin descreve e narra tão bem é justamente determinada esfera pública de classe; o arco, mesmo, de uma sua trajetória *decadente*. A crítica ao conceito de *esfera pública* ou publicidade *tipicamente burguesa* – com a serialidade, a atomização e a reificação que lhe são, aí, em tudo características – *não é mais do que um começo*. O jornal de notícias, e o livro de romance, são só diferentes produtos culturais de uma só e mesma época burguesa. O romance, e a imprensa, são duas formas diametralmente opostas à forma narrativa que Benjamin teorizou, em seus escritos; formas estas as quais encontrariam fértil terreno no mundo novo que tomou a hora e o lugar das antigas oficinas artesanais das corporações de ofício. O surgimento do romance na modernidade capitalista, cujo modo de produção está associado ao desenvolvimento das forças produtivas da época burguesa, é um sinal de um declínio da narrativa. A tradição oral, a comunidade real e o intercâmbio público desde as experiências compartilhadas, *entre aquele que fala e o que escuta*, estão em tudo ausentes do que este romance burguês – produto de uma vivência individual, *e isolada*, de quem o escreve – representa: *é impossível* aconselhar ou receber conselhos e a marca de produção «como a mão do oleiro no vaso de argila» *se perde* para as calendas de um tempo passado. Os grupos sociais específicos, portadores característicos da forma narrativa, dariam passo a Outros. Tal *crise* de narrativa, porém, *não seria a última*. A nova forma seria *criticizada*.

No início do Séc. XX uma série de *Crises + Críticas* infligiram abalos sísmicos que foram registrados no contexto total das diferentes áreas de cultura/sociedade novecentista. A *crise* do figurativismo pictórico, a *crise* do sistema tonal, a *crise* do drama burguês e a *crise* das formas romanescas deram lugar a uma série de novos desdobramentos que foram respondidos, já em cada terreno, por perspectivas – enfrentadas – no interior do processo histórico entorno à disjuntiva das tendências revolucionárias e contrarrevolucionárias que de alguma forma e em alguma medida atravessaram contradições dos movimentos *avant-gardistas*, de suas primeiras décadas, no Velho Continente. Do ponto de vista estético-social tratava-se do embate hegemônico entre a *esteticização da política* nazifascista e da *politização da cultura* revolucionária. As formas e processos artísticos sóem responder a formas ou processos históricos, *isto é*, quando uma obra explicita a uma necessidade de superação de alguma convenção formal vigente, ela está tão-só registrando, tal como um *sismógrafo social*, a abalos havidos no seio do próprio processo histórico (Peter Szondi). O contexto total de guerras, crises e revoluções que viu nascer novas formas organizativas do movimento social operário também posicionou a novas necessidades de representação artística. Os experimentos políticos do partido revolucionário *de novo tipo* encontram sua tradução nos *experimentos culturais com novas formas* e relações de produção simbólica. O próprio *teatro épico* – já além de um certo nível técnico – pressupõe a um portentoso movimento social reivindicativo de massas, interessado no livre-debate de seus problemas vitais e capaz de defender esses interesses e necessidades, contra suas tendências adversas. *A entrada em cena deste sujeito trans-individual* e sua *forma socialmente inaudita* de agir histórico, sobretudo após a vaga revolucionária mundial de 1917-1925, pôs em marcha a um complexo de complexos que de alguma forma revolucionaram à concepção de cultura. Não à-tôa Benjamin vai, daí, falar de um aparelho «tanto melhor quanto mais conduz os consumidores à esfera da produção, qual seja, quanto maiores forem suas capacidades de transformar em colaboradores os leitores e os espectadores.» (In: *O Autor como Produtor*) Neste sentido Brecht vai afirmar em sua *Teoria do Rádio* uma série de pressupostos sobre:

Temos uma literatura despropositada, que não apenas se esforça por não ter nenhum propósito, como também se empenha ao máximo na tarefa de neutralizar os seus leitores na medida em que ela apresenta todas as coisas e situações sem as suas respectivas conseqüências. Temos institutos de educação inconseqüentes, que se esforçam ansiosamente por oferecer uma educação desprovida de quaisquer propósitos e a qual também não é a conseqüência de nada. Todas as nossas instituições formadoras de ideologia consideram que se trataria de sua principal atividade a de manter despropositado o papel da ideologia, em consonância com uma concepção

cultura não careceria de nenhum esforço criativo continuado. Não cabe aqui pesquisar por quais interesses tais instituições são inconseqüentes; mas, se um invento técnico, dotado de uma aptidão tão natural para as decisivas funções sociais, propõe-se um esforço tão desesperado para permanecer inconseqüente, envolvido no entretenimento mais inofensivo, então surge de modo incontornável a questão sobre a possibilidade de se defrontarem as forças da desconexão por meio da organização dos desconectados. Todo avanço nessa direção, por menor que seja, deveria produzir forçosamente um resultado natural, que ultrapassaria o efeito resultante de todas as realizações de caráter simplesmente *culinário*. [1932] (Brecht, O rádio como aparato de comunicação, *Est. Av.* v.21, p.230, 2007)

Os experimentos radiofônicos, teatrais e literários também tiveram seu *equivalente jornalístico*, para além da forma criticada por Benjamin. Aliás, *é preciso dizer algo mais*. O *teatro épico*, tão bem-quisto por Benjamin em seus comentários, tem como pressuposto não só a *Alta Cultura* da República de Weimar tal o expressionismo e a nova objetividade, mas *todo um movimento de elevação cultural de massas* o qual se desenvolveu entorno ao movimento social operário, a partir das experiências da *imprensa proletária* que serviu de referência, estímulo e material para novas formas e relações de produção cultural à época. A abolição da extinção entre público-leitor e jornalista-escritor entorno a uma nova forma de saber-fazer jornalístico tem já uma larga tradição em países como Alemanha, Rússia, Itália e França. A imprensa proletária inspirada por aquilo a que A. Gramsci chamará de *jornalismo integral* aspira ao objetivo de fazer com que seu público-leitor se aproprie de seu material tal qual às suas próprias *experiência, autoconsciência e auto-organização*. Os acontecimentos relatados visam recompor minuciosamente a unidade entre interpretação e transformação do mundo, não à-tôa L. Trotsky insistir na importância gráfica de mapas e no tratamento de matéria dos *fait-divers* que interessem ao seu público operário e popular. O cuidado e atenção com estilo e redação, tanto quanto impressão e tipografia, visavam a *uma nova reconciliação do homem consigo mesmo*, desde um agir *independente* de classe. *Ora*, trata-se justamente da imagem-metáfora do *canteiro de obras* de V. Ilitch e o impulso de criação de *uma nova esfera pública proletária*. As Teses e Resoluções do 3º Congresso da Internacional Comunista *sobre a imprensa* do movimento comunista internacional não são nada equívocas a respeito de se construir o jornalismo de *irreconciliável antagonismo* com as formas e os conteúdos, não só do jornal burguês, mas sobretudo ao seu *modo de produção* jornalística, relações internas, nexos com as esfera da distribuição / circulação e consumo. O *jornal político* reclamado por V. Ilitch sobretudo na figura do *correspondente operário* testemunha a favor de uma nova forma-jornalismo não-alienada e não-reificadora. Este *novo tipo de jornalismo integral* teria, ainda, a função de criar um *Marxismo-Mundo*.

Os esforços por *traduzir/verter*, dialeticamente, à revolução social nas diferentes culturas/civilizações perfazem a razão-de-ser não só da difusão de círculos e a circulação de jornais mas, por fim, a própria fundação da Internacional Comunista / III Internacional. Neste sentido é sintomal que a editora *New Left Books* tenha tal qual logo à Torre-Tatlin. O projeto intelectual que animou à iniciativa político-editorial da NLR e à NLB se formou sobretudo em meio às revoltas estudantis e operárias da vaga revolucionária mundial dos anos das barricadas na Europa Ocidental – Paris, Lisboa, Berlim, Turim, Londres etc. – e o fim do ciclo histórico dos assim-chamados *anos áureos* da Ordem do capital. O clima da geração marxista que o conselho de redação da NLR buscou generalizar dentro das Ilhas é somente explicável a partir do deslocamento teórico e temático que se sucedeu à geração anterior. As predições de P. Anderson, em livro e revista de tal malha publicística, foram que a possibilidade aberta de reunificação de teoria e prática no interior da voga de revolta de 1967-1975 redundaria em: i) decadência da forma Ocidental, ii) o retorno ao concreto, iii) a mútua relação teoria-historiografia e iv) um deslocamento ao mundo de fala inglesa. De fato um novo apetite pelo estudo das formas de propriedade e estruturas de poder teve lugar, a fertilização recíproca de teoria/historiografia marxistas se deu e, ao fim e ao cabo, o mundo anglo concentrou, dos dois lados do Atlântico, um novo centro de gravidade do que veio a se constituir como um *English World-Marxism* no qual se impôs a seu Centro. As Teorias «*World-System*» formaram-se, nos EUA de 1970, tal abordagem macroscópica e multidisciplinar para uma história econômica mundial com ênfase no Moderno Sistema-Mundo, sua Economia-mundo do capital e a formação do sistema inter-Estados. A divisão interregional e/ou transnacional do trabalho classifica o mundo em países centrais, semi-periféricos e países da periferia. Uma tal divisão internacional do trabalho basear-se-ia em qualificação e produção intensivas, com a subalternidade de baixa qualificação/produção e extração de matéria-prima + trabalho intensivo. O *Sistema-Mundo* expandiu-se geográfica e intensificou-se economicamente tendo a – tal qual *Hegemons* sucessivos – Holanda, Grã-Bretanha e, mais recentemente, Estados Unidos da América. A *hegemonia* estadunidense econômica, política e militar levaria à sua *supremacia* cultural, civilizacional e lingüística. Os três alentados tomos de/em *The Modern World-System* – Immanuel Wallerstein – são um dos muitos exemplos de trabalhos os quais, no interior da perspectiva teórica marxista, conquistaram projeção nas Ciências Sociais a partir da *conjugação em inglês* de uma série de problemas e temáticas do complexo categorial afim a esta corrente de pensamento. Um tal Marxismo alcançou à projeção Mundial, mas, até hoje, *não se dedicou a transformá-lo*.

Da Semiperiferia do Sistema apareceu uma interessante crítica à generalização do idioma inglês, *para muito além* do âmbito do marxismo. Desenvolvendo uma arqueologia do saber de conceitos como língua/linguagem Renato Ortiz (2008) objetiva compreender a posição atual da língua inglesa na formação de concepções de vida/mundo/conhecimento. Tendo como premissa à condição de igualdade dos idiomas para a representação do real, o autor analisa, criticamente, a supremacia linguística da língua inglesa *vis-à-vis* às outras línguas. Perquirindo a história intelectual das ideias políticas e teóricas de *Universalidade x Diversidade*, Ortiz busca interpretar a língua inglesa tal como um elemento fulcral da constituição de todo um *mercado de bens simbólicos* sistêmico-mundial. Ao observar uma predominância da língua inglesa desde as Ciências, questiona o papel hegemônico desse idioma no interior das Ciências Sociais; num sentido internacional ou, enfim, *cosmopolita*. Após enfrentar-se ao conjunto de hipóteses, refutadas, sobre a legitimidade da supremacia anglófona, discutir a questão da origem e desenvolvimento das línguas e atentar algumas questões de tradução, o autor brasileiro concentra-se sobre a preponderância do inglês no interior dos aparelhos universitários e sistemas científicos sobretudo das Ciências Sociais. A constituição de um *provincianismo cosmopolita não-dialetal*, mas baseado no chamado *World-English* – Inglês Internacional – é a concepção do idioma Inglês como um meio de comunicação global, em numerosos contextos, um movimento em direção a um *padrão* internacional ou *standardização*. Ela também é conhecida como o Inglês Global; Inglês Comum; Inglês Mundial, Continental ou Geral; *Engas* (língua associada) e/ou *Globish*. Às vezes esses termos se referem, simplesmente, à matriz de variedades do inglês falado por todo o mundo, e à necessidade então de iniciativas tais como reformas ortográficas para a generalização do inglês enquanto uma língua franca (*English as a Lingua Franca*, a ELF). À medida que o movimento interno – à teoria marxista – e externo, das Ciências Sociais, fazem convergir, no que se constitui como cerne da supremacia linguística acima aludida, podemos nos perguntar: em que medida, e a partir do seu caráter algo híbrido (de padrão internacional numa revista acadêmica e vigor mundial de jornalismo radical), o sentido e a forma da NLR moldam ou são moldados na cunha de um léxico teórico-político que se faz a partir ou desde os mais diferentes arranjos e correlações (políticos e simbólicos) que irão conformar uma espécie de *World-Marxism* com impacto editorial e político (diferencial e algo penetrante) nos já mais diversos tempos e espaços – de teoria e política – marxistas mundo-afora? Um *Marxismo-Mundo* insere-se também qual forma-mercadoria e mercado de bens simbólicos marxista-mundial desde a produção/distribuição/circulação/consumo?

As muitas questões e perturbações levantadas do tema e problemática aludidos nos dão um pouco a medida do significado de uma abordagem alternativa à preocupação com a leitura dos textos que já não os reduza a epifenômenos já seja da *Política* ou das *Letras*. Uma nova escrita/escuta política e literária a partir do alargamento das barreiras que se lhe foram impostas permitir-nos-á – de alguma forma e/ou em alguma medida – uma série de *retificações de prismas singulares* para obter a *refração de luz* – se nos vale a imagem e a metáfora gramsciana proveniente da física óptica – que passou por mais *diversos prismas*, com o fito de encontrarmos à *identidade real sob aparente diferenciação*, e a *substancial diversidade sob aparente identidade* que conformaram a este projeto «*marxista-mundial*». A atividade linguageira/literária/jornalística *expandida*, assim considerada, deve partir de considerar a interreciprocidade realmente existente entre categorias estéticas e históricas. O juízo estético/cânone historiográfico, desse modo concebido, dão lugar à multiplicidade de considerações e trilhas de linhagens e passagens pelas mais diversas esferas da vida, do cultural ao político e do moral ao social, a partir de um seu «*nexo de unidade e distinção*.» Como uma ilustração algo proximal, da importância do alargamento/retificação dos feixes literário-políticos à luz da história do tempo presente, qual iluminadora deste passado não-ultrapassado, podemos citar nada mais nada menos do que o relato oral autobiográfico do historiador Perry R. Anderson. Ao falar sobre a sua formação intelectual/educação escolar

Eu sou um produto, até mais do que da universidade, do peculiar sistema privado inglês; das *Boarding Schools*. Isso teve um efeito energeticamente benéfico para mim (talvez não para outros), de que, a partir da idade de catorze anos, eu pude me especializar – tal qual você poderia, digamos, na universidade –, tendo aulas tão-só de História e um idioma estrangeiro, o castelhano, no meu caso. Eu posso me lembrar da incrível libertação: não mais física, não mais biologia, não mais química, não mais trigonometria... Foi um dos dias mais felizes de minha vida! Agora eu podia estudar apenas o que interessava. Então o efeito foi de que pude estudar extensivamente – e em bastante alto nível – história já desde a escola. Quando cheguei à universidade, e vi o currículo da graduação em História, em Oxford, eu pensei: “mas isso é muito provinciano, é insosso!, nem remotamente tão cosmopolita ou europeu quanto na escola; não quero saber disso...”. Então terminei não estudando História, mas Letras. Estudei Literatura Russa e Francesa. Tive a tremenda sorte de em ambos os casos ter professores [de teoria literária] fazendo coisas até então desconhecidas na Inglaterra. Meu professor de Francês era especialista em Estilística, uma grande tradição continental – sobretudo alemã; com Sptizer e outros – de perscrutar tão-só o estilo de cada texto em particular, e meu professor de Russo estava profundamente submerso em outra grande tradição teórica de escritos sobre ficção e literatura no início do Séc. 20, nomeadamente o Formalismo russo. Ele inclusive escreveu um livro a respeito. Então eu tive esse duplo background, em Estilística e Formalismo. Daí, falando grosseiramente, por isso fui da História às Letras no meu tempo de universidade. (Fronteiras do Pensamento. *Café Filosófico*. TV Cultura/Instituto CPFL. Perry Anderson).

A partir de raro depoimento, de caráter algo confessional ou testemunhal, viemos a descobrir que o tão-celebrado *historiador da transição da antiguidade ao feudalismo* e um todo rigoroso *metateórico do cânone de interpretação marxista* não possui uma credencial acadêmica, do sistema universitário, que lhe confira autoridade extra-argumentativa a seus escritos socio-históricos e, como se-o comenta a crítica literária – M.^a Elisa Cevasco – em resposta: «isso explica bem sobre a forma como você escreve e a variedade de seu estilo». Para além da escrita, o que pode ser verificado de modo mais autoevidente, controlando às diversas aproximações ao método de *exposição* andersoniano, isso revela ainda o método de *leitura* ao mesmo tempo imanente/exegética com que opera o comitê editorial da NLR e, como sabemos, ainda não encerra o assunto. O rigor e a sofisticação filológica não saem fora do vigor e a pujança historicizante. O estudante de Letras vai dar passo ao Jornalista, que, se lembrarmos à trajetória político-intelectual de *certo comunista sardo*, deu lugar a uma combinação de apropriação e objetivação – densa e rica – de um determinado cânone. O relato que faz Anderson da experiência formativa de editor duma revista com o caráter da NLR, como veremos ao largo da tese, é algo tal a *quadratura do círculo dessa história*. Fala também a respeito dos limites e natureza do *tipo* intelectual, formado nessas millieux. Gramsci notara, seguindo as pistas croceanas, que grandes personalidades podem exprimir ao seu pensamento mais fecundo não aonde seria o lugar aparentemente mais «*logico*» do ponto de vista classificatório e externo, mas em outras partes, já aparentemente estranhas. Se um homem político escreve sobre filosofia pode ocorrer que sua «*vera*» filosofia seja perscrutável lá em seus escritos sobre política. Em cada personalidade há uma atividade fundamental e uma preponderante: é nela que se faz necessário pesquisar seu pensamento, implícito o mais das vezes e muitas voltas em viva contradição com o dito «*ex-professo*.» Tratar-se-ia de um critério de juízo histórico, com muitos perigos de diletantismo, e em cuja aplicação se faz necessária a muita cautela, *mas ainda assim seria pleno de verdade* (Q4 §46). Falando sobre a «Colaboração Estrangeira» Gramsci diz que a *Revista-Tipo* não deve prescindir de colaborador internacional orgânico (*não-antológico/esporádico/casual*). Além de compreender às correntes culturais de seu país deve ser capaz de “comparar” com as do país onde a revista é publicada, *i.e.*, conhecer às correntes culturais deste também, e compreender à “linguagem nacional”. A revista, o seu editor, também deve *formar* os seus colaboradores para lograr a uma unidade *orgânica*. Trata-se dum tipo de colaborador que não já existe “espontaneamente”, *per se*; deve ser sistematicamente *suscitado* ou *cultivado*.

Uma forma racional de colaboração se oporia – para A.Gramsci – à superstição de ter, entre seus colaboradores estrangeiros, *fundadores de escolas, os grandes teóricos* etc. Não há como negar a *utilidade* (especialmente *comercial*) de contar com *grandes nomes*. Mas, dum ponto de vista prático, para promover uma cultura, seria mais importante o tipo de colaborador *unido com a revista*, que sabe como *traduzir um mundo cultural* na língua *de outro mundo cultural*, porque saberá buscar semelhanças onde parece não existirem e saberá encontrar diferenças mesmo quando parece que há apenas semelhanças. Anderson disse, *ipse literis*, que: “se você é um editor, você recebe contribuições do mundo inteiro – pessoas diferentes, gerações diferentes –, você não pode apenas encaixá-las como se fora matéria-bruta para suas próprias coisas. Respeitar a tal variedade é a razão-de-ser de uma revista. Isso sempre foi muito importante para mim; e me formou, o que foi muita sorte, tendo a chance de ter me tornado editor muito jovem e constituindo-me intelectualmente.”

Ora; a constituição intelectual de Anderson passa pela natureza do *jornalismo* integral e à *tradução* dialética a que se dedicaram. O prisma de luz do que a crítica contemporânea diz «*a sua voz*» contém uma série de feixes luminosos cuja reflexão/refração prismática são o que considera a razão-de-ser de sua vida já intelectual ou editorial atuante no sistema de relações no qual se insere. Trata-se dum aspecto absolutamente soslaiado da personalidade *individual* e da *persona* pública deste intelectual de tipo *sui generis* ao qual pode se objetar o *olimpianismo*, *ultrateoricismo*, *cosmopolitismo* e muitos outros *ismos*, se quisermos daí fazer a história de seu *dever-ser* mas importantíssimo para a história do *ser-precisamente- assim* das questões inglesas referentes à atividade de mediação exercida por Comitê-NLR. Na *voz de Anderson* existe um coro forte de *muitas vozes* não no sentido de uma polifonia *non-intended*, a qual *dialogicamente* entreteceria às diferentes vozes, singulares, na trama de relações; mas uma *marca de produção coletiva*, gravada à *força de cinzel* em seu modo de pensar e agir, volitivamente, como o lugar socialmente sito e historicamente datado de *um ato de fala específico*. O fato mesmo deste ato de fala voltar-se para uma *formação*, à *ampliação* de um público, produz *efeito de sentido* como uma *marca de enunciação* de *caracteres típicos*. Suas misérias e suas riquezas não podem ser reduzidas à personalidade ou brilhantismo de cada um de seus membros singulares, mas deve partir do princípio de um *intelectual-gatekeeper*, do qual pode se estar mais ou menos próximo e mais ou menos a favor, mas deve ser-lhe reconhecida uma condição – política e intelectual – já bastante especial. Tal «*intelectual coletivo*» empenhou-se na insularização e na internacionalização de um processo marxista-mundial com ressonâncias / reverberações no tempo e no espaço.

Uma *milieu* e/ou várias *milieux*.⁴ C. Wright Mills, *p. ex.*, contrastou uma *imediate milieu* de empregos / família / bairro / vizinhança e as formações *mais amplas* da estrutura social, sublinhando, em particular, a distinção de «the personal troubles of *milieu*, and the public issues of social structure»: o que há dum **meio-lugar** *entre* o horizonte do interesse imediato e as questões ou problemas sociais; “as perturbações pessoais originadas do *meio* [mais próximo], e as questões públicas da estrutura social.” (Mills, 1968, p. 8). De acordo com tal critério de interpretação científico-social, a atenção se volta aos fenômenos sociais e políticos, bem como ao curso da história, dos problemas *específicos* que condicionam a *vida em geral* das pessoas. A distinção – por Mills – entre: i) *perturbações* (troubles) e ii) *questões* (issues) é, aqui e agora, *instrutiva*. As *perturbações* diriam respeito ao caráter do indivíduo e às relações imediatas dele com os Outros; estando, assim, relacionadas com o seu próprio *self*, e com as áreas mais vizinhas e *proximas* à vida social, as quais lhe dizem respeito *diretamente*. As *questões*, por sua vez, *transcenderiam* aos ambientes locais do indivíduo, e de sua *vida íntima*. Elas remetem a uma *ambiência social e historicamente determinada*, e com-posta pela interpenetração de um *sem-número* de ambientes pessoais, e/ou locais, pela justaposição compósita destes já em uma estrutura social o mais ampla; *a vida social e histórica total*. O caso do desemprego [estrutural], contado por Mills é, dessa feita, bastante útil. Quando em uma municipalidade de tão-só *cem* mil habitantes, apenas *um* único indivíduo estiver desempregado, estaremos perante uma *perturbação individual* [personal trouble] e, para explicá-la, precisaremos daí nos remeter à personalidade desse indivíduo, às suas habilidades adquiridas ao largo da vida e suas oportunidades imediatas. Mas, quando em um país de mais de *cinquenta* milhões de empregados *quinze* milhões não possuem emprego, estaremos aí diante de uma *questão pública* – o *problema social* – que não terá solução e/ou explicação se nos voltarmos tão-só para um indivíduo isolado. O sentido aí atribuído por Mills ao lexema *Milieu* traz conotação que à Teoria dos Gêneros o traduziria à *meia-distância* entre uma *Lírica*, ubicada nas perturbações individuais do *eu psíquico*, e a *Épica*, que versaria sobre os assuntos mais *transcendentes* de guerras e crises: *Dramática*. Uma *milieu* diria a respeito de relações *interpessoais*, *i.e.*, entre quatro paredes.

⁴ *Etim. / Hist.*: i) “no seio de um grupo de pessoas” (*Psautier d’Oxford*, 67, 27 ds T.-L.); ii) “no Curso dos anos” (Ibid., p.239, *Canticum Habaccuc*); iii) “em uma largura de Ondas – igualmente alinhada – entre o Princípio e o Fim” (Jodelle, *Œuvres*, I, 258: “no meio de minha Idade”); iv) “a meia-distância das extremidades, no Centro de” (Geoffroy Gaimar, *Hist. des Anglais*, éd. A. Bell, 2858). *Um espaço ocupado por uma posição dentre outras; igual distância entre as extremidades; centro de um espaço; uma posição intermediária entre Estados; o que se pode inter-calar, entre duas proposições; solução de compromisso, concessão; destinado a entablar conversação, o diálogo; conjunto de circunstâncias;*

i NOTAS PRELIMINARES

i.1 «*or first things first*»

«*Pessimisme de l'Intelligence, Optimisme de la Volonté*»: A primeira vez que um tal aforisma, amiúde associado a A. Gramsci, vai aparecer em seus escritos políticos é em um artigo de jornal (não-assinado), «*Discorso agli Anarchici*», à edição semanal de 3-10 de abril de 1920, no *L'Ordine Nuovo*: «A concepção socialista do processo revolucionário se caracteriza por duas notas fundamentais que Romain Rolland⁵ resumiu desde a palavra-de-ordem — o ‘Pessimismo da Razão’ e o ‘Otimismo da Vontade’.» (*ON*, N.º 43, p.487-492). A mensagem crítica do então jovem Gramsci – endereçada, esta, aos anarquistas italianos – tratava-se, sobretudo, de rigorosa e apaixonada exposição histórica/concreta da concepção de mundo total dum jovem/moderno proletariado (o «comunismo marxista») tal àquilo que Edmundo Dias (1996) viria nomear enquanto real «racionalidade que se faz história». (p.9)

Em seu discurso sobre a particularidade de classe de cultura/cotidianidade/modo de vida operário do proletariado piemontês – conselho de fábrica, Turim, *bienio rosso* (1919-1920) – o jovem sardo intendia à sua respectiva generalização através das lutas de classes; o que passaria a conceber enquanto «*hegemonia*». A capacidade mesma de construção duma *nova visão social de mundo*, para *outro mundo possível e necessário*, a partir dum amplo movimento de reforma intelectual/moral em vistas à realização duma *nova forma histórica* “superior e total”. Gramsci repreendia, energicamente, à fraseologia anarquista – vazia de sentido – conquanto não-voltada à vivificação duma nova forma civilizatória integral. Não era outra a razão-de-ser do órgão periódico *L'Ordine Nuovo*: *informar a uma nova Ordem social e política (in nuce)* já *ex-posta* a partir da perspectiva da «*educação de educadores*».

Já noutro momento, em carta desde o cárcere fascista – destinada a seu irmão, ao dia 19 de dezembro de 1929 –, sua tão-cara *fórmula política* adquire tons pessoais e, até, *biográficos*. Ao que consta, Carlo provavelmente teria carregado nas tintas ao descrever às condições de vida do irmão prisioneiro, no mês anterior – à mãe de ambos – e, na missiva, Antonio, ora, tentava convencer (em «um sermão em regra») a Carlo de dissuadir a velha matriarca da longa viagem, de trem e barco e, sobretudo, a um já algo amargo *reencontro*. O que seria a hora e o lugar da *insubordinação conselhistas* em menos de dez anos se faz o tempo e o espaço do *cárcere fascista*. Do espectro da revolução à sua diametral oposição, o mote de análise da vontade coletiva, agora, serviria à síntese da razão íntima a si mesmo:

⁵ Romain Rolland (1866-1944) foi um escritor, diplomata, pacifista, historiador e musicólogo francês.

(...) de resto, você mesmo viu que eu não estou abalado, desanimado e nem deprimido. Meu estado de espírito é tal que mesmo que já fosse condenado à morte continuaria tranqüilo e até mesmo, na noite anterior à execução, talvez estudasse uma lição de língua chinesa. (...) Parece-me que em tais condições [I Guerra], prolongadas durante anos, e com tais experiências psicológicas, o homem deveria alcançar um grau máximo de serenidade estoica, e adquirir a convicção profunda de que ele tem, em si mesmo, a fonte das próprias forças morais, de que tudo depende dele, de sua energia, de sua vontade, da férrea consciência dos fins que se propõe, e dos meios que emprega para realizá-los — a ponto de jamais desesperar, e não cair nunca mais naqueles estados de espírito — vulgares e banais — a que se chamam pessimismo e otimismo. Meu estado de espírito sintetiza esses dois sentimentos e os supera: sou pessimista com a inteligência mas um otimista com a vontade (GRAMSCI, 2005, p. 382).

Há diversos momentos em que o duo conceitual, de amplo alcance teórico / estratégico, ressurge ao largo do *ritmo do pensamento* gramsciano. Mas parece não haver melhor contraste possível ou imaginável entre motivação geradora subjetiva e austera determinação estrutural, “distanciamento” e/ou “aproximação” ou, enfim, razões reais para vulgar e banal *Otimismo* ou *Pessimismo*. Tal *Aufhebung* dialética se trata duma apropriação crítica de Gramsci, tomada de empréstimo à resenha de Romain Rolland – a *Le Sacrifice d’Abraham* –, publicada no jornal francês *L’Humanité*, de 19 de março de 1919. “O que mais amo em [Raymond] Lefevbre”, dizia Rolland, sobre o autor mesmo de *Le Sacrifice...*, “é essa íntima fusão — que, para mim, constitui o homem verdadeiro — de pessimismo da inteligência, que penetra toda ilusão, e otimismo da vontade.” Como se pode notar, há uma *dialética viva* entre homem-coletivo e autogoverno do indivíduo no célebre pensamento rolland-gramsciano (a este respeito vide RAGAZZINI, 2005) que se pode buscar na acepção visada por Marx sobre o ente-espécie.

Como formar a pessoas que não se desesperem diante dos piores horrores, nem se exaltem diante de qualquer tolice? Que atentem ao pretérito e perspectivem o porvir, mas não descuidem do tempo presente? De que modo, enfim, alentar os nexos teoria/prática? Uma vontade férrea – programaticamente consubstanciada – há-de nascer do fértil solo de sóbria pesquisa coletiva das tendências que conformam o real. O pessimismo gramsciano não deita suas raízes em concepção negativa; duma pressuposta “natureza humana”. A sua ênfase no caráter *radicalmente* social e histórico do mundo dos homens – e sua crítica à *distinção política*, governantes/governados – permite *desnaturalizar* tanto relações sociais quanto consciências individuais. O pessimismo implica certa cautela, na análise da relação de forças; bem como dada desconfiança, de qualquer intento de subestimar aos inimigos. *Mas é o otimismo a sua contraparte*. Este não se verga à *realidade efetiva das coisas* tal como são mas, enfim, age sobre elas, *em vistas a transformá-las*. Seja para redigir jornais em conselhos proletários ou cartas no cárcere fascista, em dimensão social ou interpessoal.

i.2 «*Filologia Vivente*»

Não à-tôa, ver-se-á, tão-candente expressão – rolland-*gramsciana* – foi a escolhida para nomear o presente trabalho. Mais que aforisma, pretende-se-a certo tipo de “unidade na diversidade”. Mas, e se a medida de *dever-ser* não corresponder, *ipso facto*, à realidade efetiva das coisas? E se a tal “*luta de contrários*” for, por fim, *rompida*? O subtítulo, que combóia a tal duo conceitual, registra: «*English Marxism, Anderson Translation & Integral Journalism of New Left Review*» (NLR). Iniciemos daí, *mutatis mutandis*, pelo fim. A NLR surgiu – ao alvorecer da década de 1960 – dirigindo, dum determinado modo, a produção político-intelectual no sentido da análise e do debate das coordenadas históricas e culturais que compunham às arenas – *nacional e internacional* – do Segundo Após-Guerra entre as *milleux* da intelectualidade crítica anglossaxã e definindo-se a partir de uma perspectiva político-epistemológica a qual, hoje, nós chamaríamos *marxismo aberto*.⁶ Uma reivindicada *Nova Esquerda*, já intelectual ou política, cuja maior originalidade caracterizava-se pela crítica de “duplo caráter”: ao *invulgar* reformismo *labourista* e, ainda, à *vulgata* – *diamat-staliniana* – do Partido Comunista da Grã-Bretanha. A *Revista da Nova Esquerda* era, um só e mesmo tempo, a *Nova Esquerda Revista*. Vale a pena nos determos, aqui, no que nós poderíamos considerar tal um tipo de *filologia vivente*, dessas três primordiais *key-words*:⁷

- *Esquerda*, já-o sabemos, trata-se duma noção operativa e, sobretudo, *relacional*. Uma posição no interior de um *Spectrum* (Anderson, 2013, pp.441), a qual se referencia, deste modo, em outras posições. Os significados – e as razões – da noção de Esquerda remetem, necessariamente, a Direita e Centro; divisões que reconstituem a história de uma *distinção política* e retêm relevância, até hoje, ainda e quando “a localização e fronteira de

⁶ O *marxismo aberto* a que nos referimos trata-se de um tipo de marxismo o qual: i) compreende que a história é um processo em «*aberto*», isto é, *não-teleológico* e, ainda, é um tipo de marxismo o qual: ii) entende que a obra de Marx é algo *não-acabado* e, porquanto, indicia a um projeto intelectual «*aberto*» – à permanente *atualização / correção* – além de, essencialmente crítico e, portanto, *em contínuo devir*. Vale a pena conferir uma noção de *abertura* no interior do que Badaró (2013) denominará “a tradição da crítica ativa do materialismo histórico” numa leitura *exegética* da obra de *Edward Palmer Thompson*.

⁷ A dupla inspiração teórico-metodológica recorre desde a “**filologia viva**” de Antonio Gramsci – ou a *expressão metódica da importância dos fatos particulares* (QC) – até as “**palavras-chave**” de Raymond Williams, i.e., *um modo de registrar, investigar e apresentar questões de significação na área em que os sentidos [e tradição] de Cultura e Sociedade se haviam formado* (KW). A sólida contribuição intelectual de ambos os pensadores socialistas – se Gramsci foi agraciado por Bolsa em *Torino*, no início dos 1910, Williams o fora na *Cambridge* de finais dos 30, ambos na Área de Letras, na *vanguarda da cena* do imponente sistema universitário europeu – têm em comum a indelével gênese entre os *deserdados da Terra*, já seja um parentesco campesino ou a família operária, e o similar caráter periférico e subalterno de regiões originárias, tanto a do comunista sardo quanto a do socialista galês. O sofisticado desafio que lançaram à Ortodoxia reinante da ambiência marxista de seus respectivos cenários – além dos temas e problemas postos – é, até o presente histórico, vigente e atual, trazendo, à *luz*, os mais diversos *prismas*. Williams e Gramsci são instrumentos teóricos que nos permitem tratar das complexas questões que se abrem na NLR.

cada uma esteja longe de ser fixa.” (idem, ibidem, p.11). *A origem deste termo é ampla e sobejamente conhecida.* É relativa à Revolução Francesa – um marco histórico da política moderna –, durante os ainda vestibulares debates na Assembléia Nacional Constituinte, e dividiu: i) os que se opunham frontalmente ao direito de veto real *per se*, ii) as posições intermediárias/fronteiriças e iii) os fiéis partidários do Poder real, quais sejam: *Esquerda, Centro e Direita*. A origem do termo já define seus limites e natureza. Advinda do seio de *discussões parlamentares* para se erigir a *posição política*, passou a levar *em si / para si* – certo modo, alguma medida – os limites postos pelas “regras do jogo”, próprias da política parlamentar. Norberto Bobbio em *um carteggio fra Perry Anderson* ex-pôs, uma e outra vez, aos seus *pressupostos*. Quão mais próximos ou distantes do ideal de *igualdade social* mais Esquerda ou Direita ser-se-ia. O cerne mesmo da *desigualdade social*, não obstante, manter-se-ia *imperecível* no horizonte dos aparelhos estatais liberais-burgueses. O que tais noções operativas não admitem é o *princípio igualitarista*, isto é, o *Socialismo per se*. Em sentido tanto mais simples (quanto inescrutável) para a época histórica que nos toca viver – a qual toma por óbvia (e inquestionável) à teoria da divisão dos “três poderes” – resta, ainda, a elucidação de um significado (e razão) autoevidente(s) para qualquer comunidade semiótica falante de idioma *neolatino*: na política *Parla/mentar*, no princípio, *era o Verbo*. Uma política *Socialista*, enfim, *Extra/parla/mentar* reza um outro evangelho — *o da Ação*. Ter-se reconvertido de *Esquerda* “mediocre e inerte” à “mais viva República das Letras” (Anderson, 1992) não torna à *Inglês* alguma coisa – *inquestionavelmente* – *Nova*. Ou sim?

▪ **Nova**, adjetivo que ora qualifica o substantivo, trata-se de um modo de classificar à forma distintiva mesma que um conteúdo – identificado este com *o projeto coletivo de superação histórica das desigualdades sociais*, por exemplo – pode vir a assumir. Assim como o termo anterior trata-se, já mais uma vez, de uma noção *operativa*, relacional e, ao fim e ao cabo, *axiologicamente não-neutra*: Nova (=em relação a algo que já foi, *priori*) e Velha (=em relação ao quê virá a ser, *posteriori*) são expressões mutuamente referentes. A bússola espacial do Espectro da Política por um lado e o relógio temporal do Diapasão da História por outro. Mas diferentemente de Esquerda/Centro/Direita tais valorações ora em *telos* – a Nova e a Velha – carecem da medida absoluta do que chamamos, aqui e agora, o *princípio igualitarista*; o qual tem por nome próprio (e projeto que o anima), qual seja, ao **Socialismo**. *O tempo é fur ewig relativo*. O que se impõe, tal qual perigo ululante, é que, à ausência de um referencial absoluto, a tão-só *Presente* se autoproclame derradeira *Nova*. Uma *derradeira Nova Esquerda* constituir-se-ia fronteira *insuperável* da política *socialista*.

A dor e a delícia de se saber *moderna* – fôssemos relembrar à polêmica Marshall Berman-Perry Anderson, entorno à herança histórico-cultural de *tempos interessantes* – poderiam *condenar* tal Esquerda à imagem e semelhança da tradição folclórica das bonecas russas. Fadadas ao ‘eternal retorno’ de *Velhas Matrioskas*, tal qual o *quantum sem qualis*, depois de tal Nova Esquerda adviria a “nova” *Nova Esquerda; ad infinitum, ad nauseam*; como as bonecas artesanais, que saem umas às outras, sintetizando-se a si mesmas, *para sempre*. A nauseante espiral velho-novo, levada a cabo pelo Komintern durante o regime stalinista, *é a pior caricatura desta grotesca imagem*: desde Marx-Engels a Vilitch e Stálin passando de Khrushchev/Brejnev a Gorbatchev; uma bizarra norma de conduta: «a *devoção sincera e proba ao Poder Soviético*». As aspas citadas – esdrúxulas, para um leitor contemporâneo – remetem à definição do *Politburo* Stalinista sobre a “Ortodoxia” em matéria de marxismo, *na qual absolutamente nada era relativo e tudo era relativamente absoluto*, i.e., “discurso único”. Já sabemos: não há nada de *Esquerda*, ou de *Nova*, em ditaduras de partido único...

▪ **Revista**. Se a tal “bússula” da primeira definição (a “Esquerda”) e sua opacidade espacial – marcada, indelevelmente, pelo Norte da política Parlamentar – oblitera a escrita nova do que é o **Socialismo**, o “relógio” mesmo da segunda classificação (a “Nova”) e sua homogeneidade temporal, deformada por uma concepção Progressista da História, pode obstaculizar uma nova escuta de vir-a-ser **Revolução**. Minimamente delineados significados e razões – de substantivo + adjetivo – resta ora responder à questão: o quê uma **Revista** é? Bem, vamos lá. Poder-se-ia traduzir à *New Left Review*, como já o vimos, de modo algo simples – ou *literal* –, tal “*Revista da Nova Esquerda*”. Porém perscrutar, *filologicamente*, à palavra *Revista* – no *con-texto* total da cultura *inglesa* – torna possível avançar, para além de um seu significado, o mais *superficial*. Afinal, *a tradução dialética* deve lograr verter *extraliteralmente* os termos – inclusive *conceituais* – de determinada cultura nacional para Outra fazendo que ambas civilizações estatais (re)conheçam-se, mutuamente, uma à outra. A palavra, inglesa, **Review** – tal qual registra a nova edição do *Dicionário Oxford Escolar* – ubica acepções sinônimas a: i) exame; ii) informe; iii) crítica (lit.) e iv) revisão (prova). O cotejo dos dicionários etimológicos, anglossaxões e neorromânicos, fornece-nos origem e sentido da palavra — a gênese e devir da «vida do conceito». — Do Fr. –*Revue*, do Lat. –*Revidere*, i.e., *ver de novo e/ou com mais atenção*, em voga já desde os anos de 1570. O ato e/ou efeito, mesmo, de se *revistar* – por *segunda vez*, em exame *minucioso* – alude, tipicamente, à sua conscrição tático/estratégica, enquanto *inspeção* e *revisão de tropas*, *munição* ou *suprimentos*, à ordem política militar. A difusão, à ordem social civil traz, em

si, a toda uma multiplicidade de usos socioculturais desde a matriz comum; *reconsiderar*, *reexaminar* ou *re-visar* criticamente. Um sentido estrito de *apreciação geral*, ou *crítica de uma obra literária recente* – tal qual *Resenha/Review* –, tem primeiro registro histórico nos paradigmáticos 1640 e, *posteriori*, designaria *títulos a certa tipologia de publicações periódicas* ou, enfim, **Re-vistas**. Aqui já iniciamos a adentrar à *linguagem historicamente determinada* cujas *millieaux literários* deram luz à NLR e, enfim, seu conselho de redação. Se é bem verdade que gerações marxistas da “terceira vaga” lidaram com a *atualidade* (e a *iminência*) de «*crises, guerras e revoluções*» não surpreende que inclusive o vocabulário o mais intelectual e especializado remeta às questões candentes do movimento, em símile. Taxonomias político-históricas à parte é preciso averiguar o que compõe conteúdo essente desta forma aparente considerando que forma + conteúdo perfazem uma *unidade dialética*.

A *REVISTA DA NOVA ESQUERDA* é, mais que um *nome literário*, o *grito-de-guerra*. Trata-se dos *recursos de esperança* que põe em cena, a *questão da herança* em jogo ou o *benefício do inventário* em causa. É interrogar a *balanços e perspectivas*. Um movimento arriscadamente cauteloso, *ao mesmo tempo paciente e ousado*, de assumir o inarredável desafio de *tornar a teoria política e conceber à política enquanto teoria*. Aos efeitos de passar em revista exércitos – ou redigir resenhas e *journals* – são atribuídos, em inglês, a mesma forma verbal infinitiva (“*to review*”), que designa o ato de *editar uma revista-tipo com regularidade*. (A concepção integral de “*Party*” que – tal ver-se-á, *ao largo deste labor* – *compreende* uma concepção de “*Journalism*” idem, e *viceversa*.) É conhecida a frase do General Clausewitz, *muito citada por V. Ilitch*, de que *a guerra é continuação da política por outros meios*. Com um *juízo implícito de sabor libertário* poderíamos *anversar* que as palavras — das Letras e da Política — são a extensão dos atos da guerra e do movimento. Não se trata, nada obstante, de uma qualquer *Revista*. A *Review* era de uma *New Left*. E, tampouco, é de qualquer *Nova Esquerda*: mas “a” *Nova Esquerda* que deu nome à *Revista*.

Esquerda de uma Esquerda: desde um **lugar** político; a partir duma **hora** histórica. Uma *Nova Esquerda Revista*, para além de *uma Esquerda contraposta a uma Direita*, se pretende, adicionalmente, *a novidade face a uma suposta velha(ca)ria*. Tom Bottomore, o editor responsável pela organização mesma do bem-reputado *Dicionário do Pensamento Marxista* (“*A Dictionary of Marxist Thought*”), é o autor deste verbete, ***Nova Esquerda*** (“*New Left*”), no *Dicionário do Pensamento Social do Séc. XX* (“*Dictionary of Twentieth-Century Social Thought*”). Inicia-o, como já é de praxe, alertando para o carácter difuso de expressões de teor mais descritivo do que analítico. e os riscos que isso implica para. a

seguir, considerar a uma determinada genealogia a partir dos acontecimentos de 1956 – notadamente, *revolução e contrarrevolução nos soviets de Budapeste* – que dariam lugar a teorias e/ou movimentos, sociais e políticos, desenvolvidos ao largo dos anos 60 / 70 já fosse contra a Guerra do Vietnã e/ou a Invasão da Tchecoslováquia, respectivamente, pelo imperialismo de Washington ou a burocracia de Moscou, sobretudo na América do Norte, e, na Europa Ocidental. Aqui podemos já distinguir, sem sombras de dúvidas, a um traço fundamental da assim-chamada *Nova Esquerda: a simultânea oposição* a ambas as *zonas orbitais* que, dum modo ou de outro, em maior ou menor medida, galvanizaram às forças sociais e políticas durante os anos da Guerra Fria. “A NOVA ESQUERDA juntou, em uma aliança irrequieta, a diversos movimentos sociais — estudantes radicais, alguns setores do movimento pacifista e também os primeiros movimentos feministas e ecologistas —, com intelectuais de origens e orientações as mais variadas, incluindo comunistas dissidentes, socialistas de esquerda, anarquistas e críticos culturais” (p.530) Sobre o 1956 na Inglaterra

Isso significa que todo o campus estava em apaixonante fúria, eu diria, com discussão política, tensão e debate. Não se tratava de um movimento ‘de questão única’, tal como foi a Guerra do Vietnã, mas você tinha estes dois eventos, completamente diferentes – o que estava acontecendo na Europa, ou o quê era o ‘Comunismo’, e qual era o seu destino –, e, ao mesmo tempo, o que estava acontecendo no Oriente Próximo, relativo ao Colonialismo, ao Imperialismo e aos seus desdobramentos. Então, era virtualmente impossível – para qualquer jovem ser vivo de então – não ser, rápida e profundamente, *politizado* por esta tal experiência histórica” (Entrevista de Perry Anderson a *Berkley Conversations with History* 2001).

Perry Anderson – novíssimo personagem, na cena do marxismo inglês – nasceu em Londres, no ano de 1938, e frequentou a Universidade de Oxford, na segunda metade dos 1950. Depois de tão-só três semanas de matrícula, explodiria a *invasão Moscovita da Hungria soviética* – trágico evento *contrarrevolucionário*, narrado por um Peter Fryer⁸ das avenidas de Budapeste – e, ainda, a ofensiva anglo-franco-israelense contra o Egito de Nasser, após a nacionalização do Canal de Suez. Na mesma quadra histórica, dar-se-ia a Conferência Ásia-África de Bandung – descortinando ao assim-chamado movimento *terceiro-mundista*, de países “não-alinhados” –, e Khrushchev pronunciaria no mesmo ano o *mis-en-scène* do «Discurso Secreto», ou: *um anti-Stálin oficial*, que ficaria aí conhecido como *Informe-Khrushchev extravazado*, d’*além-muros*, do movimento comunista oficial. Peter Fryer, *dum lado*, e Perry Anderson, *doutro*, são expoentes seminais do que podemos considerar como os *dois êxodos*, político-teóricos, que deram hora + lugar à *Nova Esquerda*.

⁸ Peter Fryer (1927-2006) destacou-se, dentre outras coisas, por ter sido enviado especial à Revolução Húngara de 1956.

Bem, das origens da NLR. Ela adveio sobretudo – nasceu da confluência – de duas correntes, políticas e intelectuais, baseadas na Inglaterra, ambas cristalizadas em meados do ano de 1956. Foi nesse ano de 1956 que dois grandes acontecimentos históricos ocorreram: um foi a revolta húngara contra o governo [político] do Partido Comunista da Hungria e o outro foi a ofensiva anglo-franco-israelita contra o Egito (de Nasser) – por conta da Nacionalização do Canal (de Suez) –, por seu respectivo governo. Esses dois acontecimentos engatilharam daí dois grandes êxodos, de um lado, i) a revolta húngara engatilhou ao êxodo dos maiores intelectuais do Partido Comunista da Grã-Bretanha, e eles tinham muitos intelectuais (no, bastante pequeno, PCGB); e, de outro, ii) o ataque anglo-franco-israelita engatilhou um êxodo desde a tradição socialdemocrata na Inglaterra, que era o Partido Labourista (PL). A partir daí, as duas correntes, uma bem mais velha em idade (provinda do PCGB), e a outra bem mais jovem, oriunda da tradição labourista (o PL), se fundiram, em 1960, para criar a NLR (Fronteiras do Pensamento, *Café Filosófico*, TV Cultura/Instituto CPFL, Perry Anderson).

Para além de constituir-se em algo como um protagonista indubitável da trama aqui entretecida o relato retrospectivo do velho Anderson sobre então juveníssimo universitário da graduação acadêmica, no reputado sistema *Oxbridge*, nos remete a um *divisor de águas* excepcional entre dois momentos fundamentais do *marxismo inglês* — ao mesmo tempo dos pontos de vista da história da teoria e da sua teoria da história. O que a antropologia política etnograficamente densa de Raphael Samuel viria a denominar tal qual «*The Lost World of British Communism*» (2006), de onde *uma parte importante* da “primeira” ou “antiga” *Nova Esquerda* há-de vir – incluindo aí nomes insosslaiáveis desta história, tais como Edward Thompson e Raymond Williams –, sofreu uma fratura político-histórica — de dimensões intelectuais-morais e ético-sociais, gigantescas — que foi para muito além da desfiliação massiva, advinda após os informes-*denúncia* editados a respeito da violenta supressão da revolução húngara – pelos tanques moscovitas – e a assassínea cumplicidade do Partido Comunista britânico para com os crimes, bem como os métodos, aí denunciados.

Uma importante coluna de historiadores e intelectuais marxistas havia se formado no segundo após-guerra, entorno à referência essencial do velho PC britânico. O que torna distintiva à contribuição especificamente historiográfica dos socialistas ingleses para uma história das classes trabalhadoras e grupos sociais subalternos da Velha Ilha – e, em pouco tempo, se torna uma inspiração teórico-metodológica mundo-afora –, qual seja, as linhas e diretrizes político-intelectuais decididas no interior do Partido Comunista, vai se converter numa determinação ideopolítica que, contraditoriamente, *se volta contra as suas próprias fileiras*. A distinta cepa duma geração de intelectuais marxistas que conheceu a vida adulta em finais dos anos 30, praticamente toda ela politicamente ativa nas juventudes do Partido Comunista e, em sua grande maioria, de seu Grupo de Historiadores no segundo

após-guerra — *p.ex.*, Edward Thompson, Christopher Hill, Eric Hobsbawm, John Saville, Rodney Hilton, dentre tantos, tantos e tantos outros —, assistiu a cada uma de suas figuras centrais tornarem-se expoentes de seus respectivos campos em meados dos 60. E para além do “brilhantismo” que deve ser – e com muito mérito – atribuído a cada um deles, as sucessivas décadas só fizeram magnificar à influência coletiva de seus autores e obras. Uma rara síntese de “senso de história” – para usar a expressão de Bertolt Brecht – parece ter-se combinado à independência moral e à assertividade política. Algo que as coleções mais pessoais, de Raymond Williams, ao restituir às *working-class cultures*, e Edward Thompson, narrando à *moral economy of the crowd*, visam, desde o conjunto de suas obras.

À primeira ou “antiga” Nova Esquerda, segue-se, nada obstante, uma segunda ou “nova”. O tempo de *afluência* e *Guerra Fria* daqueles que conheceram a vida adulta nos anos 30 foi substituído por um clima de *apatia* e *Corrida Armamentista* em meados dos anos 50. Até mesmo a *historical semantics* de Raymond Williams tematiza/problematiza inclusive a denominação corrente de “Esquerda” e “Marxista”, por um lado, e “Socialista” e “Comunista”, por outro, a partir dos deslizamentos de sentido – e os deslocamentos de forças – que tem, nos signos, uma *autêntica arena das lutas de classes*. Trata-se mesmo de um *marco epocale* muito diferente daquele que o antecede. Na longa entrevista concedida por Raymond Williams ao comitê editorial de uma NLR já “repaginada” – recentemente editada, no Brasil, sob o título de *A Política e as Letras*, Ed. UNESP, 2013 – uma série de pistas e indícios são fornecidos a respeito do contraste mesmo entre condensações formais e deslocamentos temáticos que compõe à *peculiaridade* destes grupos intelectuais anglo-saxões, em suas *específicas diferenciações*. Dizer a esse respeito implica historiar revistas bem como revisar histórias. Como se verá a seguir trata-se dum tipo *específico* de história.

A partir da “fusão” dos quadros de duas revistas semanais, *Universities and Left Review* e *The New Reasoner*,⁹ dá-se a fundação do novo órgão, entorno, principalmente, à efervescência social e política de *Campanha pelo Desarmamento Nuclear*, dos *Clubes da New Left* e do *Left-Wing Labour* – em plena *Guerra Fria* –, na qual atuaram, ativamente, intelectuais tais como Edward Palmer Thompson, o qual havia recém-rompido com o PC grão-britânico – após a invasão moscovita da Hungria soviética – no fatídico ano de 1956. Tal *Revista* – que se tornaria *emblemática* das esquerdas, já intra ou internacionais, bem como do quê Anderson, membro ativo há 50 anos, denominaria o “marxismo ocidental” –,

⁹ SADER (2006) nomeia-as, de modo *bizarro*, *Board or Universities* e *The New Reminder*, no Brasil. A direita, seguindo uma linha detalhada e longa em *Universities and Left Review*, de cada uma delas e com um texto

consolida-se já atravessando mais de meio-século, por entre diferentes projetos editoriais, fases, eixos e problemas de desenvolvimento teórico-político, no interior de um horizonte crítico à Ordem dominante. Da década de 1960, até os dias correntes, os responsáveis pela publicação identificaram a pelos menos *onze etapas* com traços distintivos *muito próprios*.

Houve *papers* pioneiros sobre política mundial, economia global; movimentos de libertação – social e/ou nacional –, teoria social e política; história e filosofia, opressão de gênero; movimentos negros, identidade sexual; cinema, literatura; as artes e as estéticas percorreram suas páginas *a partir de uma ampla orientação de diferentes vertentes* tanto as marxistas quanto as não-marxistas, contrárias ao ideário hegemônico, pelos punhos de colaboradores/as tais como Thompson, Hobsbawm, Hall, Nairn, Anderson, Williams, Mandel, Przeworsky, Mills, Poulantzas, Mitchell, Buttler, Jameson, Brenner, Arrighi, Eagleton, Harvey, Habermas, Bourdieu, Said, Ali, Löwy, Amin, Wallerstein, Schwarz, Mészáros e largo etc. Acreditamos que, a partir da análise desta publicação internacional próxima teórica e politicamente ao *princípio igualitarista* do Socialismo (tal qual a revista *Monthly Review*, por exemplo, d’Outro lado do Atlântico) quiçá soe possível apreender às multideterminações sócio-históricas mais significativas, desde concepções variadas sobre suas respectivas *expressões e/ou momentos* constitutivos – ideopolíticos e/ou histórico-culturais –, as quais se desenvolvem, sob a contemporaneidade do capital e sua Ordem, e perfazem aí uma espécie de «*benefício de inventário*», histórico-mundial. Assim como as continuidades e rupturas que se manifestam, em devir histórico, *traduzidas* em distintas *análises, críticas e perspectivas* diversas que – ao mesmo tempo, de modo muito *rico* e muito *contraditório* – expõem pontos de vista social em texto + *con*-texto à contracorrente.

A extensão e profundidade de escopo (e espectro) alcançado(s) por malha político-editorial a qual tem na NLR o seu eixo – editada regularmente, *com raras exceções*, desde os idos de 1960 –, simplesmente não se revela, já em sua inteireza, neste breve *racconto*. Quiçá soe até mesmo infactível, aos ouvidos das mais jovens gerações, que um tamanho empreendimento – a um só tempo, cultural-teórico e político-ideológico – atenda pelo nome de “*Revista*”. Guardadas as devidas proporções, haja vista a distância – cada vez mais encurtada, no *mainstream* publicístico – entre um universo editorial *ampliado*, de escritos “para sempre” (“für ewig”) e o mundo jornalístico *estricto*, cujo material deve “morrer ao fim-do-dia” (A. Gramsci), é difícil conceber a ideia de uma publicação que sintetiza – já em-si e para-si – uma tão *vigorosa antítese* ao espontaneísmo, imediatismo e superfluidade que caracterizam às redes de publicações de estampa que ostentam, *a um só*

tempo, significante idêntico e significado tão díspar. Uma *Revista*, publicada meio-século a fio, dum modo crítico e autocrítico, independente e autônomo, que reuniu – entre seus colaboradores – dos mais importantes expoentes das humanidades e artes – da economia à política, da filosofia à cultura – e, *tão importante quanto*, colocou-se, entre o quê *de mais elevado já se concebeu dentro das objetivações-subjetivações duma história intelectual à segunda metade do Séc. XX*, sem defeccionar ao questionamento e crítica à Ordem. Como veremos a seguir a *atividade editorial* veiculada – a concepção jornalística aí mobilizada – a partir deste algo peculiar “conselho de redação” *sintetiza uma laboração intelectual que, para além de pertencer a um domínio exclusivo da produção cultural encontra-se* – por meio (e desde) das suas tarefas políticas mais amplas – *continuamente à prova do diálogo crítico entre teoria e prática lato sensu* e constantemente reexaminada/revisada/*re-vista*. As *considerações e trilhas*, deste *intelectual coletivo*, dizem respeito ao *nexo* entre teoria / política. Qualquer intento duma «*História dos Intelectuais*», a respeito da geração decisiva das *passagens e linhagens* de um tal projeto político-editorial, deve partir de reconhecer o papel-chave ou *intelectual gatekeeper*¹⁰ desempenhado este por Anderson. *Senão, vejamos*.

“Perry Anderson é o mais importante pensador socialista contemporâneo” (Sader, 2002, p.7) ou “A NLR (...) é a mais importante revista socialista contemporânea.” (idem, 1997, p.7). Com estes dois positivos «*leads*» editoriais – em apresentação às coletâneas *Vozes do Século e Afinidades Seletivas* –,¹¹ Sader ressoa, categoricamente, ao enunciado

¹⁰ Uma das primeiras *surveys* empírio-funcionais sobre a influência da publicística é a de David White que –partindo de uma analogia proposta, esta, pelo psicólogo Kurt Lewin– representou aos jornalistas, em geral, como “porteiros” ou “vigias de guarita” (“*gatekeepers*”), responsáveis por selecionar, dentre o enorme *quantum* de eventos cotidianos, àquilo que chegaria ao público. Tal “transporte”, operado pelos “canais” de comunicação, teria que passar por uma série de “*gates*” (portões) mediante o poder de decisão, sempre algo arbitrário, de grupos de interesse. A sugestão do método funcional fustigava o inquérito sobre os verdadeiros “*gatekeepers*” e o quê *informa* a determinadas decisões. Theda Skocpol (In: *Vision and method in historical sociology*, Cambridge University Press: 1984) utiliza o conceito de *intellectual gatekeeper* na análise do percurso teórico-metodológico – de Perry Anderson – desde a *New Left Review*. Para uma aproximação diferencial e totalizante a este conceito talvez a autobiografia de Terry Eagleton – *The Gatekeeper* – possa fornecer sugestão menos austera. Um vigilante a “postar-se de fora com uma espada” – como um antigo guardião templário, do Cálice Sagrado, o quê a lírica viniciiana evocou, nos versos de *Para Viver um Grande Amor*–; quiçá seja uma tradução mais adequada.

¹¹ Em um ensaio autobiográfico, o autor E. SADER revela a atração de alguns intelectuais “uspianos” (Silva, 2003) à perspectiva marxista da segunda geração da *Nova Esquerda* britânica: “sob influência da vinda de Perry Anderson à USP, foi publicada a revista *Teoria e Prática*, cujo comitê editorial praticamente coincidia com a segunda geração do Seminário d’*O Capital*. Uma olhada naquela revista permite ler, um pouco, o clima mesmo da intelectualidade de esquerda da USP à época.” (Sader, 1996, p. 76; um vetor aprofundado, n’*O marxismo ocidental no Brasil*, idem, 2004). Tal horizonte seria aprimorado, em constante relação com as intervenções de Sader – à sua maneira, tal qual Anderson, preocupado com a “miséria da teoria”, desde *uma autêntica via brasileira ao marxismo* –, numa série

supra. A respeito deste marxismo britânico – por sua vez – a nova afirmação de Sader em nada é menos inequívoca, e/ou incisiva: “a corrente de maior peso dentro do marxismo na segunda metade do Séc. XX” (idem, *ibidem*). Porém, as afirmações categóricas são, no mais das vezes, *peremptórias*. Caso aspirem ao estatuto mais *concreto* – e mais que meros *imperativos* –, carecem das devidas *mediações contraditórias* e a *constante conexão* com as suas mais *múltiplas determinações*. Os *superlativos* – como já o notaram comentaristas britânicos – constituem, longe da *exclusividade*, dum suposto “*apaixonado interesse*”, de Sader – por certas «*Questões Inglesas*» –, a algo tal como *um quasi-senso comum teórico*, acerca do *evolver intelectual* de P. Anderson. Terry Eagleton descreveu-o tal qual “o mais brilhante e erudito intelectual marxista da Grã-Bretanha” (cit. por Blackledge, 2001, p. 263) – o que não é pouco, haja vista a cidadania de pensadores socialistas, como Edward Thompson e Ralph Milliband, Christopher Hill ou Eric Hobsbawm –, enquanto, Fred Inglis, disse-o: “das mais influentes figuras da vida intelectual insular (...)” (idem, *ibidem*).

Ciosos historiadores dialéticos de seu pensamento social e político emitiram juízo mais razoável sem desmerecer, em nada, a extensão e/ou profundidade de sua obra. “Perry Anderson (...) está entre os mais importantes e influentes marxistas de sua geração”, disse BLACKLEDGE (2004), na sua *Introdução*, enquanto ELLIOT (1998), em seu *Prefácio*, afirmou que aquele “goza de uma relevância especial, amplamente reconhecida na cultura marxista de língua inglesa.” A trajetória histórica política e epistemológica de Anderson – historiador marxista, intelectual da ex-*Nova Esquerda* anglo-saxã e, por décadas a fio, editor-chefe¹² em paradigmática ex-revista-típico-socialista, autor de uma vasta, complexa

prefaciação de uma série de livros, de alguma forma, referenciados no projeto político-editorial da NLR. Desta forma Sader –em diferentes editoriais, p.ex., Record, Paz e Terra, Boitempo etc.– foi se constituindo como interlocutor / mediador *privilegiado* da recepção / difusão da trajetória de Anderson & Cia no país, ao menos entre o público-leitor das mais jovens gerações de *sua obra em português do Brasil*. Especialmente para elas, as últimas edições representam as únicas fontes de acesso –afora bibliotecas, sebos, coleções– a seu material. De algum modo foi se constituindo, coetaneamente, uma peculiar maneira de «*ler Anderson*», muito afeita a uma só dada problemática, referente esta a *certo momentum* de seu decurso intelectual. Em artigo no qual Sader inaugura sua participação direta na NLR –*Worker’s Party in Brazil*, N.º 165, set.-out./1987–, Alex Callinicos aferiu-lhe algo de “tons suspeitamente andersonianos.” (cf. Elliot, p.362, 2004). Como veremos a seguir as próprias *formas de autoconsciência social* do que iremos denominar pensamento *marxista-mundial* perfazem a seu núcleo.

¹² Após vinte anos de afastamento Anderson reassumiu, em 2000, o comitê editorial da NLR, sob profunda revisão – *autoconsciente*, de forma e de conteúdo– da trajetória político-teórica da publicação. A um só tempo, prólogo da reforma futura e uma alusão histórica a *demarché* pretérita, o editorial-manifesto “Renewals” (2000) autoevidencia: i) como uma sua noção de “deslocamento” (“displacement”) torna-se *coextensiva*, ao próprio autor e à revista que dirige; ii) como os diagnósticos, *peremptórios*, de um *trunfo inexorável da hegemonia neoliberal*, de Anderson & Cia., demonstraram-se absolutamente *equivocados*, para a situação histórica que se seguiu e, ainda, iii) trata-se de uma oportunidade para a crítica feita nos *lucubrantes* e *expansivos* *anos* mais de

e consagradamente importante produção teórico-política – inspirou, recentemente, duas histórias / biografias político-intelectuais. A primeira reconstrução, de amplo e exaustivo alcance, do pensamento sócio-histórico, em Anderson, restou a cargo de Gregory Elliot – sob um título de *Perry Anderson – ou O Implacável Laboratório da História* (Minnesota Press, 1998) –, o qual se reivindica a si um “marxista independente” já tendo explorado os terrenos da história e da teoria, através de pesquisas que vão do *Declínio do Labour* à obra do filósofo francófono Louis Althusser. Um minucioso inventário andersoniano, em Elliot – que abrange documentos não-publicados da NLR, além de seus diversos pseudônimos literários –, fornece uma visão panorâmica sobre a evolução da *Nova Esquerda* desde o rompimento com o stalinismo, revelando-nos vicissitudes da teoria marxista – e da prática intelectual, em geral, a esta conectada – desde aí. De acordo com Elliot, as vacilações e descontinuidades em seu desenvolvimento intelectual e político – as quais compreendem desde um apoio (a)crítico à URSS pós-Vilitch, simpatias guevaristas e pretérita adesão ao maoísmo, até uma posição *protoeurocomunista avant la lettre*, ou o recente *pessimismo histórico*,¹³ e a inquietante proximidade às teses finalistas de um Francis Fukoyama a partir dos anos 1990 – não elidiria o “engajamento” crítico enquanto pensador de uma “esquerda intransigente”, de cujo *compromisso intransigente com a visão sócio-histórica*, «longue durée», haveria convertido o presente autor em *uma referência central para as atualidades*. A segunda biografia é de Blackledge – *Perry Anderson, Marxismo e a Nova Esquerda* (Merlin Press, 2004) – e constitui, já acorde ao mesmíssimo Gregory Elliot, “impressionantemente clara, concisa, bem-estruturada e, em geral, equilibrada biografia intelectual de uma das figuras centrais do marxismo britânico do segundo após-guerra”. Blackledge, autor de várias peças a seu respeito,¹⁴ traz – de uma forma densa e coesa – uma crítica imanente (e contundente) às premissas teóricas, às “zonas cegas” e, por fim, ao próprio desenvolvimento político-intelectual do autor ora em questão. Desde um posicionamento político-programático que orbita entorno ao *Socialist Workers Party* grão-britânico o mérito desta publicação reside em fazer perscrutar – quiçá mais exegética, e, *rigorosamente* – à relação *dialética* entre teoria e política ainda que breve e concisamente.

história política (e cultural) da publicação –e seu contexto intelectual–, ainda que vagamente, e sem aprofundamentos, por Anderson, em especial suas diferenças com Thompson, visível e importante omissão direta/ volitiva ou, enfim, uma espécie de *afinidade seletivo-negativa* que a nós cabe explicar.

¹³ Gilbert Achcar (2000) The ‘historical pessimism’ of Perry Anderson. *Internacional Socialism* Nº 88.

¹⁴ Vide: i) Paul Blackledge (2000a) “Perry Anderson and the End of History. *Historical Materialism*, Nº 7; ii) (2000b) “Perry Anderson’s Journey to Postmodernity”. *Studies in Marxism*, Nº 7 e iii) (2001) “Realism and Revisionism”. *Contemporary Politics* Nº 4, vol. 7, entre muitas outras publicações.

Uma das suas conclusões é que o principal objetivo – *autodeclarado* – da *opera* de Anderson – *a análise da formação histórica dos Estados capitalistas da Europa Ocidental e o estudo crítico das Estruturas de Poder* nas democracias burguesas em seu bojo – não é plenamente atingido. Primeiro a virtual inexistência de laços orgânicos com algum *núcleo* no qual pudesse se colocar às idéias em prática e depois ausência de um *labor* de pesquisa mais *histórico-concreta*, no sentido de aprofundá-las, teriam relegado os vários *insights*, teóricos, de Anderson, ao puro *formalismo* – e à *abstração* especulativa –, *sem qualquer incidência efetiva nas lutas sociais e políticas do movimento do real*. Ainda, Blackledge argumenta que os marxismos de Anderson são eclipsados por, pelo menos, três tendências genético-estruturais as quais ter-lhes-ia obstaculizado a visualização de uma nova situação histórica nas relações de forças em presença, expressas em Paris (1995), Seattle (1999) ou até Buenos Aires (2001): i) um denso *impressionismo* político – que variaria de *otimismo* voluntarista, nos idos de 70, a um *pessimismo* fatalista, dos 90 – derivado de marcos teóricos relativamente *estáticos* – na “apreensão do real” –, ii) a *desvalorização* de toda potencialidade revolucionária dos trabalhadores (ingleses), enquanto uma possibilidade de superação efetiva do corporativismo (*tradeunionista*) e respectivas ilusões (*labouristas*) e iii) uma *aceitação* (a)*crítica* da conclusão – de Isaac Deutscher – de que o Socialismo não seria *necessariamente* um projeto histórico de autoemancipação do proletariado moderno e, tão conseqüentemente, um *apoio* (a)*crítico* ao stalinismo. Blackledge, por fim, exorta os socialistas a tanto: a) reter ao *rigor crítico* associado à trajetória do autor, quanto a b) negar a suas *antinomias políticas* evitando, assim, a seus equívocos táticos e estratégicos. Se uma tal “*close-reading*” de Elliot, *atentiva ou proximal*, inspira uma reconstrução mais filigrânica (até, em alguns momentos, *algo condenscente*) com o *projeto intelectual* o qual visa historiar, Blackledge, por sua vez, oferece uma perspectiva mais analítica do que descritiva, partindo de acúmulo pertencente a grupo intelectual claramente “demarcado”, e “autoconsciente”, de sua própria *leitura de con-texto*. Esses dois trabalhos nos fornecem, interrogados devidamente em sua *condição-fonte* – a ser intelectualmente *reelaboradas*, e, *tecnicamente* consubstanciadas – elementos fundamentais/complementares para *uma nova escrita/escuta da história* da constelação aí eleita como *ponto de vista monográfico* para a venturosa/ousada historiografia contemporânea de *momentos decisivos do século passado*. Mais do que optar por uma ou outra forma de aproximação e distanciamento nas leituras já realizadas nossa proposição pretende realizar uma síntese dialética compreendendo-as e, ao fim e ao cabo, retificando os diversos prismas históricos sob a luz duma *nova escrita*.

Tratar de aspectos elementais da obra – e vida – do autor angloirlandês, em *efetiva contextualização*, entretanto, demandaria muito mais do que a natureza e os limites do que este mero *prólogo* pode oferecer. Sem embargo, *incompletude e provisoriedade*, isso não nos exime aqui-agora dum tratamento em momentosa *primeira aproximação* – ainda que tentativa e exploratória – sobre inquietudes e problemáticas anunciadas pelo mesmo, e – *no mesmo movimento*, poder-se-ia dizer –, do intento de desvendar as condições reais ou uma cena histórica a tais perspectivas. De qualquer forma, o leitor luso-brasileiro – o qual não pode, propriamente, se queixar sobre o desconhecimento da obra – encontra-se já algo familiarizado com algumas peças editadas, p.e., *Zona de Compromisso* (1996) e/ou *Afinidades Seletivas* (2002), além das suas versões castelhano-espanholas da NLR – ou coletâneas, à la *Contragolpes* (2002) e/ou *Contracorrente* (2000) – que facilitam a sua relativa difusão. As breves primeiras pinceladas deste *croqui* biográfico-intelectual, com a retratação *leggera* que deverá ser seguida por traços mais consistentes, a cada pincelada, podem se beneficiar – e amplamente – das raríssimas ocasiões em que o circunspecto e secreto historiador angloirlandês *fala a respeito de sua própria formação*. As inovações temáticas e/ou mudanças formais estabelecidas pelo que iremos chamar de «a segunda geração» – para além das barreiras e limites impostos pelo juízo pessoal que um indivíduo possa atribuir à sua própria *démarche* –, podem vir a ser “emolduradas” em um tipo de “enquadramento biográfico”, cujo *distanciamento crítico* exige permanente *autocrítica*. “Não era consensual ... não era propriamente como, digamos, o que eu penso que ocorreu em muitos dos *campi* dos Estados Unidos, durante a Guerra do Vietnã, nos quais houve multitudinária – e praticamente unânime – rejeição à guerra, pela juventude. Você deve se lembrar que na Inglaterra de 1956 havia uma guerra contra o Egito, e um grande número de estudantes – e outros –, na verdade, comprou a linha do governo: ‘Nasser é tal qual um outro Mussolini, ou um novo Hitler. Nós estamos lutando, e bravamente, contra os perigos de outra ditadura fascista e, portanto, defendendo a liberdade’ – o que era um pacote cheio de mentiras, é claro.” (Ver: *Conversations with History* | Institute of International Studies | University of California / Berkeley Campus, In: «*Reflections on the Left from the Left*»). A partir de uma tão nova *milieu*, histórico-política, formaram-se às primeiras gerações do que passou a ser conhecido como a *Nova Esquerda inglesa*, “e da imediata reação política houve a necessidade de tomar às ruas, de se posicionar contra o que o governo estava fazendo no Egito mas, também, contra o que os russos estavam fazendo na Hungria”. Daí, então, se formou a um tal *horizonte intelectual*, no interior duma tentativa de melhor

compreender o que eram as estruturas sociais, de escala internacional, que produziram estes eventos; “que tipo de esquerda era essa – de fato, foi um primeiro-ministro social-democrata, na França, que lançou o ataque contra o Egito – e, é claro, a tradição stalinista, que produziu tal monstruosidade, a violenta supressão da revolução húngara”, e combatê-las. Desta forma, possibilitou-se historicamente o surgimento de uma nova crítica ao Sistema Mundial inter-Estados, já à «Ordem de Ialta e Potsdam»,¹⁵ e à institucionalidade do Segundo Após-Guerra – genericamente, tratada como a “Guerra Fria” (“*Cold War*”) – sob uma «polarização dual», interzonas orbitais, de Washington ou Moscou, em escala internacional e, na refração que ressoava/reverberava ao movimento operário inglês – entre partidos *Labourista* e *Comunista* britânicos –, i.e., os seus satélites repercussionistas. Conquanto *um sujeito trans-individual* a *Campanha pelo Desarmamento Nuclear (CND)*¹⁶ constitui *um movimento a fornecer a força material e efetiva* – ou, enfim, a *cena histórica* – ao desenvolvimento de uma perspectiva autônoma e independente, haja vista que a dialética entre a *arma da crítica* e a *crítica das armas* – para se realizar *plenamente* – dá-se a partir da *mediação dialética* de sua apropriação mesma pela teoria. Os milhares de jovens e trabalhadores, que foram às avenidas¹⁷ – da mesma forma como acudiram aos *Meetings da Nova Esquerda* –, expressavam o mal-estar social e político não só com o governo, mas também com as suas direções, social-democratas e/ou stalinistas que, num primeiro momento, renegaram-se a apoiar a uma principal reivindicação da CND, i.e., o *desarmamento unilateral*. Logo após concluir sua licenciatura acadêmica na University of Oxford – aí com os seus, então, vinte e poucos anos –, Anderson passa a co-laborar e,

¹⁵ Os acordos contrarrevolucionários de Ialta e Potsdam – firmados entre a burocracia moscovita e o imperialismo washingtoniano – dividem o mundo, então, em zonas de influência entre os EUA e a ex-URSS. No afã de dar mostra de compromisso para a «coexistência pacífica» Stálin dissolve a estrutura organizativa da Internacional Comunista, em 1943 – já com severas degenerescências burocráticas –, *denegando* aí à perspectiva internacionalista da Revolução de Outubro com a qual foi fundada a União das Repúblicas Soviéticas Socialistas e, a *posteriori*, a própria Terceira Internacional. O objetivo era tranquilizar aos aliados imperialistas – à petição direta de Churchill e Roosevelt, em especial – sobre a inexistência de qualquer lastro e/ou veleidade, pró-socialista revolucionária, nos respectivos satélites-auxiliares do regime stalinista mundial, quais sejam, os partidos comunistas *sitos ao mundo do capital*.

¹⁶ A *Campanha pelo Desarmamento Nuclear* a um só e mesmo tempo orientava-se como um novo tipo de movimento nas Ilhas como, simultaneamente, compreendia-se no quadro referencial de todo um momento em que coordenadas internacionais –específicas– da Guerra Fria davam-lhe forma e sentido.

¹⁷ “Enquanto a CND nasceu como *uma resposta à imediata ameaça de guerra nuclear*, seus integrantes foram forjados – em grande parte – *a partir de uma camada social criada mediante a evolução econômica precedente da sociedade inglesa*. Então, enquanto o *boom* econômico do segundo após-guerra gerou previamente inauditos níveis de prosperidade material, o fez de forma desigual e combinada, no interior de um contexto de estruturas de crescente iniquidade internacional. Tais fatores auxiliaram a promover um cada vez maior *sentimento de alienação* entre a juventude. Este contexto gerou a sua própria ‘prole desiludida’, a qual – na Inglaterra – foi personificada por Jimmy Porter, na peça teatral de John Osborne, ‘*Look Back in Anger*’” (Blanchard, 2004, como citada e traduzida por...)

subseqüentemente, em 1962, torna-se *editor-responsável da recém-lançada NLR*,¹⁸ que representava “a” *interface* mais pública e visível – teórica, política e, em alguma medida, até *organizacionalmente* – desta *Nova Esquerda* inglesa em presença ideopolítica, desde meados do Séc. XX. Um então juveníssimo Anderson – aí *incomparável* a historiadores da envergadura de Thompson e Williams, Hobsbawm ou Deutsch, Hill / Hilton, Dobb e etc.– construiu, centralmente a partir (desde) da Revista NLR, à frente de editoras da *New Left*,¹⁹ a *tradução dialética* entre a “provinciana” cultura – teórica e política – anglossaxã, e as sólidas tradições marxistas – “cosmopolitas” – da Europa Continental – em especial, a França, a Itália e a Alemanha–, por um lado e, *menor medida*, entre o movimento do real e a teoria marxista, em uma *escala internacional*. Anderson & Cia foram os responsáveis por tradução *inédita* de obras de autores tais Marx / Engels, Lukács / Adorno, Gramsci etc. Uma *tradução*, como já veremos, que coloca uma série de *questões* a ser problematizadas. O “tempo curto” do declínio do movimento *New Left* (1959-1961) e a “longa duração” de sobrevivência da teoria *New Left* (1960-2014), ao fim e ao cabo, um programa de políticas e uma revista de ideias, colocam-se-nos a necessidade imperiosa de pensar realidades interdependentes cujos ritmos e intensidades devem ser perquiridos em meio a uma dialética viva de diferenças e identidades essentes e aparentes. O que viria a formar todo o projeto intelectual materializado em mais diversas iniciativas político-editoriais, livros e revistas/ brochuras e catálogos, reportes e balanços/rascunhos e relatórios, é o que nos ocupa agora.

¹⁸ As querelas centrais – políticas e intelectuais – entre E. P. THOMPSON e P. R. ANDERSON, que expressam diferentes pontos de vista da *New Left*, são já notórias: “Nos idos de 1962, quando as atividades da NLR estavam um pouco confusas, a direção da Nova Esquerda convidou um hábil colaborador – Perry Anderson – para assumir a editoria da revista. (...) *Todos os ramos secundários e desvios sócio-culturais da New Left, que estavam, de resto, recebendo cada vez menos tráfico, foram abruptamente desativados. As principais linhas da revista sofreram uma modernização igualmente brusca. As marfias-fumaça da Velha Esquerda foram varridas dos trilhos, as paradas marginais (“Compromisso”, “Qual o futuro da CND?”, “Mulheres apaixonadas”) foram fechadas e, as linhas, eletrificadas para o tráfego expresso da Rive-Gauche marxistencialista.* Em menos de um ano, os fundadores da revista descobriram, para o seu pesar, que o conselho editorial vivia em um ramal o qual –após um rigoroso balanço intelectual– foi considerado deficitário. Percebendo que nós já nos havíamos tornado supérfluos colocamos os cargos à disposição” (Thompson 1965 em tradução nossa).

¹⁹ Segundo os estatutos do projeto político-editorial da VERSO – em: documento *inédito* (cf. Elliot, p.102) – “em 1970 se fundou a casa editorial NLB como prolongamento de um labor – político e cultural – da NLR (...) Os objetivos principais da nova editora eram: i) promover a política já definida pela NLR, encaminhada a pôr ao alcance dos leitores de língua inglesa as principais obras da tradição marxista europeia, em um contexto desenhado para aumentar seu impacto e atração intelectual; ii) tornar possível a difusão/recepção da obra dos redatores – e colaboradores – da NLR enquanto autores aportando, desta forma, um ponto de referência para outros socialistas que escrevem em inglês, de tal modo que se pudesse criar um segmento de obras marxistas em língua inglesa comparável, por sua densidade, às traduções realizadas do marxismo europeu à NLB; iii) promover edição de livros de matiz mais diretamente política, e de intervenção direta (...), sob a responsabilidade editorial da NLR.”

O ora presente trabalho teórico-político, desde um *marxismo aberto/interdisciplinar*, visa à síntese de múltiplas determinações e relações da Cultura e da Política do Mundo do Trabalho e suas sociabilidades globais – compreendidos para além da fixação à produção material, *strictu senso* –, tal qual em representações culturais e políticas que informam os movimentos sociais / políticos, econômicos e culturais da classe do trabalho. Configuram *subjecto* de estudo nessa pesquisa social: i) o desenvolvimento desde a produção cultural – em geral –, e, o trabalho teórico-político, em particular; ii) as formas teórico-políticas, e de organicidade, do labor (*para além* de partidos, sindicatos, movimentos *stricto sensu*); iii) o nexos, aí, das estruturas de Estado e representações ideopolíticas; iv) a teoria social / política imanente à subjetividade do trabalho; v) sua cultura *comum* e forma histórica, no complexo categorial em que o conceito de trabalho expõe momento fundante ao ser social. A justificativa para a incursão sobre a área do pensamento social e político em Trabalho e Sociabilidade – ou, já sobre uma «*História dos Intelectuais*», tal o diria A. Gramsci –, jaz em sua particular inclinação pelas singularidades históricas, em constante conexão com a dimensão histórico-universal; na possibilidade de cotejar a relação una e diversa entre a teoria e a política, o nacional e o internacional, a interpretação e a *trans/form/ação* social, conselhos de redação / nova organização em “círculos de cultura”, material e espiritual etc. A relevância social e política – já teórica ou cultural – dum estudo deste tipo expressa-se, aqui, no desenvolvimento em-si da pesquisa bibliográfico-conceitual / histórico-documental. A investigação, aqui *ex-posta*, tem por objetivo geral operar à reconstrução histórica dum pensamento vivo sobre as *considerações e trilhas* do periódico *New Left Review* (NLR), conquanto *intelectual coletivo*, assumindo-lhe o pressuposto de *revista-típica / tipo* – isto é, simultaneamente *configurada* como conselho de redação editorial e círculo de cultura político – voltada esta aos constantes desenvolvimento e renovação, teórica e política, do marxismo britânico, do de fala inglesa e, por fim, o que diremos o «*Marxismo-Mundo*». Especial ênfase – como um objetivo específico – será posta sobre *a segunda geração* da NLR e seus modos de pensar e agir sobre a cultura marxista britânica, o ideário socialista de fala inglesa e, enfim, tal *Marxismo-Mundo*. Uma *história dos intelectuais*, a respeito desta geração, algo decisiva, deste *projeto político-editorial marxistizante*, deve partir de reconhecer um papel-chave, ou «*intelectual gatekeeper*», desempenhado, este, pelo editor-responsável Perry Anderson. Assim sendo, debruçar-se-á a rigor por sobre a sua produção teórico-política, bem como sua atuação político-editorial, em um só determinado período.²⁰

20 A *segunda geração* compreende o período de publicação da *New Left Review* (NLR) entre 1968 e 1978.

Como já deve ter quedado claro, a esta altura, tomamos àquilo que A. Gramsci sumarizou como uma “História dos Intelectuais” – *o nexu entre estruturas de poder e representações ideopolíticas*, para se o resumir algo brutalmente – tal aspecto modelar para *um cânone de interpretação marxista sobre a história das ideias políticas e teóricas* de um dado grupo histórico-intelectual marxista inglês. Uma intelectualidade com corte *radical* que traçou plano crítico-racional para atuar com viés unitário/coerente sobre elevação político-teórica da cultura marxista insular sob intenso processo de *politização*, em sentido o mais amplo, *do pensamento marxista*. A *forma-tradução* e a *forma-jornalismo* que aqui inventariamos, tanto quanto o termo “literatura mundial” (bem como o conceito de “história universal”), vão formando um importante arcabouço de “marxismo operante” (R. Williams) para a estrutura analítica reclamada por nosso *subjecto*. Aos poucos entretecer-se-ão noções e expressões tais “*estrutura de sentimento*”/“*mapeamento cognitivo*” para a aferição/cotejo das características distintivas das *millieux* literárias de determinadas *gerações* – mediações categoriais *importantes* ao presente estudo – tanto como a discussão mais ampla já sobre um sistema literário da *República de Letras Marxistas* de fala inglesa; desde intenções ou motivos a autores, público e crítica bem como os contrastes realmente existentes entre os critérios interpretativos (e a convenção linguística) do que determinado *new-criticism* americano denominou “*close-reading*” (*leitura atenta, proximal, de-perto*) e o quê uma determinada crítica *newleftiana* sul-europeia alcunhou “*distant-reading*” (*leitura distante, distanciada, de-longe*). A área do pensamento social/político tanto quanto o quê Anderson chama *história das ideias políticas* – bem como a necessária problematização sobre um determinado conceito de “intelectual” – são esteio teórico e metodológico que se ex-põem para o movimento da descrição e análise dos dados, informes e materiais teórico-políticos ora em telos. Maiores adensamentos, e detalhes, teórico-conceituais, sobre tal perspectiva serão fornecidos, à medida em que avançarmos com o próprio caminho da exposição de nossas «*questões de método*». Cabe asseverar, desde já, contudo, um elemento primordial de tal empreitada. Julgamos ser possível e necessária uma análise *newleftiana* sobre o quê se constituiu como *o marxismo da NLR*. A *ortodoxia em matéria de marxismo* representa também uma concepção *total* de mundo e critério interpretativo *que se bastam a si mesmos*: “i) as transformações da representação ideopolítica e as estruturas de poder – em tentativa de vê-las desde ampla perspectiva [hegemônico-intelectual] internacional e comparativa – e, por um outro lado, ii) os grandes momentos – aventuras e desventuras – dos diferentes corpus das ideias políticas e teóricas que acompanharam a tais transformações históricas.”

(Cf. Anderson, *Conversations with History*, Berkley, 2001). Após reivindicar à diferença específica de «*seu marxismo*» em relação à geração anterior de historiadores e intelectuais marxistas anglo – tomando distância tanto da *história econômica tradicional* quanto do que chama de «*marxismo cultural*» – em relação à história de Estados e de ideias políticas assim P. Anderson sintetiza à sua própria contribuição a um marxismo inglês de sua época.

Deixe-me tentar situar tal como veria a meus próprios escritos, em relação à tradição intelectual da qual eles provém. (...), uma tradição marxista. A Inglaterra é famosa por ter tido a mais talentosa e extraordinária cepa de historiadores marxistas. Não (...) filósofos marxistas, mas sim este muito, muito formidável grupo, de historiadores marxistas – Edward P. Thompson, Eric Hobsbawm, Rodney Hilton etc. – entre muitos, muitos outros. (...) constituía uma influência muito direta, um modelo que atraía os jovens [historiadores] de minha [nova] geração. Agora este marxismo concentrou-se principalmente ... em duas áreas, uma das quais era a história econômica tradicional. Afinal, é disso que todo mundo pensava que o marxismo se tratava. Tratar-se-ia, aí, da determinação econômica, o modo com que a produção material da vida cotidiana constitui momento fundante de todas as outras instituições e idéias em sociedade. (...) em primeiro lugar o modo sob o qual os produtos materiais são fabricados. ... a história econômica marxista era um terreno muito espaçoso. Já outros historiadores marxistas reagiram contra isso. Edward P. Thompson é o mais famoso deles. Ele insistia: «Não, o marxismo não é um mero determinismo econômico. Na verdade, é uma tentativa de entender como as pessoas vivem, e não só *do quê* elas vivem. (...) a sua cultura, as mentalidades e as perspectivas, suas esperanças e sonhos subjetivos.» (...) um marxismo cultural muito, muito rico, no qual são observados os hábitos das pessoas, o modo com que as pessoas vivem, e assim por diante (inclusive o modo como elas constroem suas vidas privadas). São estas as duas linhas que formaram o ambiente intelectual no qual cresci: i) o cultural e ii) o econômico. Minha própria personalidade (...) – não era lá realmente uma escolha assim tão consciente ... – era voltada para a política num sentido um pouco mais tradicional. Os marxistas [britânicos] não eram muito bons, na verdade, em discutir a vida política em-si: não a cultura enquanto tal, e tampouco a economia, mas i) a história do Estado e, também, ii) a história das ideias [políticas]. São tais as duas áreas que eu senti que estavam aí um pouco em falta. Foi nelas que fundamentalmente me concentrei. (...) a ênfase de minha obra (...) [*Op. cit.*]

Tal marxismo teria a capacidade (ou ambição) de produzir uma teoria *autocrítica*, i.e., capaz de explicar à sua própria gênese, devir e metamorfoses. Essa tal particularidade, entretanto, requereria algumas especificações complementares. De momento, bastaria com assinalar que os requisitos *para uma reflexão marxista sobre o marxismo* devem ser de *duplo caráter*. Dum lado, o destino do materialismo histórico, em qualquer período dado, precisa antes de tudo ser situado dentro de intrincada trama da luta de classes – nacional e internacional – que a caracteriza, e cujo excurso deverá ser apreendido por seus próprios instrumentais de pensamento. A teoria marxista, buscando a uma *interpretação* do mundo, sempre pretendeu a unidade [assintótica] a uma prática popular que intenta *transformá-lo*.

A trajetória da *teoria*, portanto, tem sido sempre determinada primariamente pelo destino desta *prática*. Inevitavelmente qualquer narrativa *sobre o marxismo* será antes de tudo uma história social e política de *seu ambiente externo*. Mas, ao mesmo tempo, tal enquêete deve, também, confrontar obstáculos e bloqueios *internos* da teoria na sua própria tentativa de se *aproximar* duma verdade geral da época [histórica]. Uma história puramente redutiva do marxismo contradiria à natureza de seu *subject*, isto é, o *socialismo científico* [dirigido] por critérios de evidência e verdade; racionalmente controláveis. Uma história interna – de cegueiras e obstáculos cognitivos, assim como avanços [teóricos] e descobertas [de novos problemas] – é essencial para uma real averiguação dos caminhos do marxismo. Sem isso, o rigor duma autêntica *autocrítica* estaria ausente: o recurso a uma movimentação mais abrangente da história passaria da – ou para além da – explicação material à sua justificação. O cânone interpretativo supra – utilizado por Anderson, sobretudo, em sua trilogia CSMO (*Considerações sobre o Marxismo Ocidental*), NTMH (*Nas Trilhas do Materialismo Histórico*) e AWIM (*Arguments within English Marxism*, nunca traduzido ao português!), e, também, na peça ensaística denominada AAAG (*As Antinomias de Antonio Gramsci*) –, a dita “trilogia não-premeditada” *para uma reflexão marxista sobre o marxismo* remonta a indicações que Karl Korsh predicara como condição ao que é o «*marxismo do marxismo*.»

Cabe, ora, ressaltar à asseveração canônica inscrita no materialismo histórico desde o próprio Marx: *a práxis revolucionária na luta de classes constitui a base fundacional* à qual, direta ou indiretamente, são erigidas – e mesmo *ampliadas* – as formulações críticas *desde um pensamento marxista*. Afinal, o materialismo histórico trata-se de teoria social e política a qual se desenvolve enquanto autêntico para-si do movimento social operário, em formação a partir do Séc. XIX, configurando-se como uma expressão intelectual orgânica fundamental da luta proletária enquanto objetivação duradoura de seu ponto de vista social, mediada, esta, por uma profunda e extensa análise da produção (e reprodução) da Ordem do capital bem como suas várias crises. Isso se considerarmos sua gênese mesma – para além de mera “síntese” teórica entre economia inglesa / filosofia alemã / história francesa – enquanto subjetivação, *autônoma*, das fileiras mais avançadas deste próprio grupo social moderno, «*in statu nascendi*.» Aqui já adentramos o universo político-epistemológico das teses centrais de um certo Anderson. *Não é possível conceber a teoria marxista para além – ou para fora – da realidade onde ela se move / constrói / transforma* (Dias, 2001). A teoria à prova da política – caso aspire a ser real – deve haver-se com a sua história interna e externa para ciente de seus limites históricos e natureza social *confrontar-se ao presente*.

Se a verdade, sobre um viés *político* da CND, no embate por *desarmamento*, foi o *falhanço*, pode-se dizer, contudo, que a sua intencionalidade *editorial* de transmutar às *millieux* intelectuais britânicas, resultou em *amplo sucesso*. No interior de *multiplicidade* de linhas, matizes e/ou concepções anticapitalistas, a NLR abrigou em suas páginas diferentes/várias vertentes contrárias ao ideário hegemônico. A disciplina hoje chamada *Cultural Studies* foi criada a partir da contribuição de Williams, em *Cultura e Sociedade*. Thompson, n' *A Formação da Classe Operária Inglesa*, inspirou toda uma corrente, a *Social History from Below*. A NLR foi publicação, algo pioneira, já seja em estudos de filmografia comparada, estética e arquitetura/urbanismo, vanguardas artísticas ou política revolucionária. O debate sobre a crise do capital, e a cultura pós-moderna, encontraram aí – desde R. Brenner e F. Jameson, respectivamente –, mais altas referências. *A lista não tem fim*. Tal contribuição, aberta e plural, à formação integral política e teórica de toda uma geração de organizadores e intelectuais marxistas, anglófonos ou não, deu-se – com força e nitidez – pelo menos de finais de 60 até inícios de 80, em consonância temporal com todo um *ciclo histórico* de devenir ascendente, *em média-duração*, de um tal projeto. Cinquenta e quatro anos após a primeira aparição da NLR – *as 325 edições devidamente catalogadas e arquivadas*, bem como o conjunto das obras de membro de seu comitê editorial, *em exercício* – o lançamento de uma série nova, com o novo projeto gráfico e programa editorial reconstruído, marca à inflexão de “projeto epocal”, *duração histórico-política intermédia*, cujo desdobramento, iniciado com editorial-manifesto, ou “*Renewals*” (2000), cumpre já mais de um decênio. Se, por um lado, coloca-se que o breve *resumé* da pré-história editorial da NLR – *o fracasso do lançamento de um movimento social e político da Nova Esquerda pré-1962* – se faz aqui sobretudo necessário, para a explicação / compreensão de seu *presente*, por outro, o devir real que sucedeu o relançamento da revista – *i.e.*, nova série surgida após, entre 2000 e hoje – pode dar conta de comparar *predições* e *desempenho* do movimento contraditório do real, entre o *texto* e o *con-texto*, à *novíssima* NLR. À ampla afirmação – e à *consolidação* – de toda uma bibliografia a respeito do núcleo ativo da NLR pré-1962, inclusive a vasta difusão / recepção associada a autores como E.P. Thompson, R.H. Williams e E.J. Hobsbawm, no Brasil; contrasta-se a *escassez* flagrante de uma literatura a respeito de P. Anderson e T. Nairn ou R. Blackburn. A obra historiográfica de Perry Anderson e/ou as coletâneas científico-sociais de Robin Blackburn – além das teses e os conceitos de Tom Nairn – não se difundiram ainda, razoavelmente, tal qual a de seus pares anglossaxões. *Inquirir-nos, a tal respeito, é preciso.*

Da *crise* do marxismo, à total falência *metanarrativa* até, enfim, *o fim da história*.²¹ Em poucas palavras *miséria teórica – e ideologia única* – da chamada *ofensiva neoliberal*. Porém um aluvião de novos ares – desde movimentos sociais e políticos *com centralidade no trabalho* – suscita a um novo céu sob assalto do *pensamento marxista*. A crítica social espontaneísta, à universalização do fetiche mercantil, presente de modo já difuso em não-tão-novas *insígnias* alterglobalistas, ora enreda-se à crítica teórico-política *mais radical* à propriedade privada; pista de vôo pavimentada, de-há muito, desde o autor d’*O CAPITAL* (e atualizada, por inequívoca manifestação de *crise estrutural do capital*). A resistência e as lutas contra as expressões *epifenomênicas* da Ordem do capital daí se encontram, desde a perspectiva marxista, a um importante fundamento. Da *fracture sociale* de trabalhadores estatais, em uma Paris de 1995, ao jovem protesto ressoado – à *Anticúpula* da OMC –, na Seattle de 1999, do multitudinário movimento social antiguerra, em Barcelona a, e em especial, diversas rebeliões sociais proletárias ocorridas na América Latina – já seja em Buenos Aires, Quito e/ou La Paz –, à aurora do Séc. XXI; até as greves gerais européias, os atos históricos de *Occupy Wall Street*, *Movimiento-Indignados* e a “*Geração à Rasca*”, a Primavera Árabe ou as próprias *Jornadas de Junho*²² no Brasil refranqueou-se ambiência já literária ou política mais propícia à difusão da *crítica marxista* e o *programa comunista*.

²¹ Os “anos noventa” foram então especialmente duros para o marxismo quando apologetas a soldo do capital decretaram que o que tivera fim – à URSS e Leste Europeu – não fora a ditadura stalinista mas, sobretudo, o *mal-dito Real-Socialismo*. O término da “Guerra Fria” propiciou uma oportunidade – por primeira vez à história – para que o capital e a sua Ordem pronunciassem a seus nomes próprios, abertamente, numa ideologia que anunciava a chegada do ponto final à práxis histórica, construído por sobre premissas do livre-mercado, para além do que seria impossível imaginar melhorias substanciais. Francis Fukuyama deu-lhe expressão teórica mais ampla (e ambiciosa) enquanto em outras expressões – mais vagas (e populares) – também se difundiu a derradeira distopia: “o capitalismo é o destino histórico-universal manifesto permanente e inevitável”, do gênero humano enquanto tal. “Por fora da realização deste destino pleno”, dizia-se, «*There is no Alternative*». Um seu argumento em *The End of History and The Last Man* foi deslocado, em sua mais nova obra produzida, após-invasão do Iraque, a bastante (re)veladora *America at the Crossroad*. «*O Fim*» – de Hegel, Kòjeve, Fukuyama e, ainda, um Anderson tardio – assistiu deste modo seu próprio fim. Se há pouco já se sentiu anunciar a *velha crise* na *Crise do Marxismo* vê-se já à nova ocasião um novo ponto final ao que se disse o «*Fim da História*».

²² Salvo um ledíssimo engano, foi obra do filósofo sudestino, Paulo Arantes, em entrevista a jornal de ampla circulação nacional, a vulgarização da expressão, para se referir ao que uma das revistas mais assinadas do país chamou d’“*Os Sete Dias que Abalam o Brasil*”, em já clara alusão ao quicá mais conhecido livro-reportagem da história do jornalismo moderno do Séc. XX. John Reed – e a insígnia da Revolução de Outubro – não costumam figurar tal como referências literárias da imprensa liberal-burguesa brasileira, bem como não é lá usual que Arantes e a intelectualidade marxista se pronunciem tão desabridamente em órgãos centrais das classes proprietárias destas latitudes, a não ser tal como os bem-pensantes comentaristas do teatro de grupo ou críticos bem-dizentes do mercado editorial. Mas estes foram dias – ou, enfim, *jornadas* – em que o que parecia mesmo impossível se tornou inexorável. A etimologia – e a história – da “palavra-chave” que nos demanda exercício de *filologia vivente* sugere derivação da atividade social vital do ser-que-trabalha; seja no cultivo da terra, batalhas campais, deslocamentos temporais, ou funções científicas, estas práticas em se fim de se estabelecer a ordem

... a retomada de colóquios sobre a obra de Marx – e de um polissêmico campo marxista – nas mais diversas universidades [públicas] brasileiras, a vitalidade de revistas marxistas – como: CRÍTICA MARXISTA, MARGEM ESQUERDA, OUTUBRO etc.–, a edição de obras marxistas (...) a reedição de seus clássicos, *com novas traduções* e, em especial, *o uso de referências desse campo nas investigações de distintos temas*, comprova que uma vasta “operação” ideológica, empreendida por agências e fundações estrangeiras, comitês assessores de órgãos de fomento, conselhos editoriais (...) e por colegiados de pós-graduações dos diversos programas, *apesar de ter sido muito bem-sucedida ao erigir obstáculos de toda ordem à circulação do pensamento marxista, não pôde calar a tão vigorosa tradição intelectual.* (LEHER, 2005, p.1, colchetes/grifos).

Um trabalho coletivo num canteiro de obras. Sob a «metáfora do edifício» pode-se aferir à produção de conhecimento *no horizonte marxista* tal labor teórico; práxis humana e socialmente necessária, dos andaimes a soerguer-se – desde a sua base até o cume de seu *constructo* – em um seu devir sinalizando aos contornos, intermediando às relações entre distintos/as trabalhadores/as, auxiliando distribuir à atividade total e, ao fim, à apropriação do produto geral objetivado pelo labor pré-ideado e coletivamente ordenado (Lenin, 1979; Löwy, 1998, p.21; Bianchi, 2007, p.2). O marxismo daí seria, sobretudo, uma perspectiva baseada em um complexo *aberto e sem-fim*, *unidiverso e omnilateral*, *i.e.*; um *vir-a-ser*. À enésima morte noticiada – desde con-texto mundial após-queda do Muro de Berlim – toda uma série de intelectuais, militantes e/ou organizações de vários países se puseram a colaborar, por sobre as ruínas da *expropriação dogmático-determinista* de um *mal-chamado “marxismo soviético”*.²³ Uma crítica à reconversão *politicista* do pensamento marxista a uma lógica de *apparatchik* moscovita – fenômeno de *stalinização*, deste, como *negação à morte*, daquele – implica desafio de meticulosa re-elaboração crítica, objetivando, por fim, reconstruir bases para a lenta mas segura *revalorização* da obra de Marx, na qual certezas são deixadas de lado, para dar lugar à pesquisa e, em meio aos escombros, reerguer à obra.

A relevância social e política de *um estudo deste tipo* traz à tona uma *homologia estruturante* para com a proeminência assumida pela própria impositação político-editorial da revista NLR: suas aventuras e desventuras, seus acertos e equívocos, sua riqueza e sua miséria, perfazem algo tal como *um inesgotável manancial* para um historiador social do processo histórico empenhado na construção de *Outro mundo possível*, necessário e, sem lugar a dúvidas, *já urgente*. Em meio às suas mais distintas junturas sociais-econômicas e

²³ Atribuir burocratismo teórico à expressão *marxismo soviético* é um anátema já em tudo paradoxal. Outra denominação também, em-si, *problemática* – haja vista o *abismo*, entre signo e significante – seria um *marxismo-leninismo*. Contra os tais paradigmas mecanicistas, prevaletentes à II Internacional reformista e à III Internacional burocratizada, várias vozes fortes/dissonantes ressoaram/reverberaram, de A. Gramsci a R. Luxemburgo, M. Horkheimer, Lukács até L. Tostoy, Edward B. Thompson e M. Lef

político-culturais, em diferentes concepções sobre as lutas de classes, vários diagnósticos sobre Norte e Sul – Ocidente + Oriente – e suas transformações, ademais dos diferentes *loci* de sua produção, as revistas típico-socialistas assinalam a certo *ponto de vista social* importante na história contemporânea e, já em especial, evidenciam a múltiplas sínteses sobre seus: dilemas e impasses, considerações e trilhas, desafios e inovações, rupturas e deslocamentos, já sejam os temáticos, teóricos e/ou temático-teóricos, em sua *labor/ação*. Um complexo categorial necessariamente aberto/inconcluso – e que comporta diversidade muito ampla de desenvolvimento omnilateral – ora demanda a incessante evoluer dialético. Todo o escopo / espectro de teoria e política produzida por este círculo de cultura – e reproduzida, por esta malha político-editorial – ora pressupõe a um complexo “*mapeamento cognitivo*”,²⁴ desde um viés de coordenadas de convicções e, já simultaneamente, a uma cartografia de afetos, “*estrutura de sentimentos*”,²⁵ a qual se nos compõe arsenal/recursos necessariamente presentes, em todo pôr-teleológico. O *Labor de Sísifo*, envolvido neste diagrama algo rudimentar, *ao intermezzo de ser e dever-ser*, dum amplo e multifacetado *projeto coletivo*, mobiliza também à *Graça de Clio* – Musa da História – no transpasso da memória envovida em Meard Street – à sede da NLR – aos milhares de corações/mentes *de algum modo afetados* por um tal ambicioso/vastíssimo *empreendimento típico-socialista*.

²⁴ No tempo-de-agora, “pós-moderno” (que não passaria de simulacro a si próprio), os sujeitos seriam incapazes dum mapeamento cerebral da sua própria posição na totalidade na qual estes se encontram. Nestes termos, a função de um *mapeamento cognitivo* estaria, justamente, em permitir a representação situacional de um sujeito em relação àquela totalidade de modo que o desestranhamento à *nova cidade* envolveria, aí, à re-conquista, ativa, de um sentido de espacialização, a re-construção de um conjunto articulado que pode ser retido na memória e que o sujeito poderá *mapear e remapear* a cada momento. F. Jameson – *a partir de K. Lynch* – propõe uma cartografia *não-tradicional*, à *la* latitudes e longitudes X ou Y, mas a exigência de coordenadas histórico-dialéticas de dados da existência social – a posição relacional do sujeito – com acepções não-vividas, abstraídas desde totalidade geotopográfica específica.

²⁵ “O termo é difícil, mas ‘sentimento’ é escolhido para ressaltar uma distinção dos conceitos mais formais de ‘visão de mundo’ ou ‘ideologia’ [total]” (RW); a remissão a valores e crenças de modo formal e sistemático, ao passo que uma *estrutura de sentimento* daria conta de significados e valores *tal como são sentidos e vividos ativamente*. Não se contrapõe a pensamento, mas busca dar conta do *pensamento tal como sentido e do sentimento tal como pensado*: a consciência operosa e operante de um tipo mais presente, numa continuidade – viva e interrelacionada –, sendo por isso uma hipótese diretiva de relevância fulcral para a Cultura. O termo fora cunhado por Williams, para descrever às práticas sociais e hábitos mentais, em co-ordenação com as formas de produção e de organização, econômico-social, que as estruturam em termos do *sentido* que aí se consigna à experiência do vivido. Para além da descrição formal ou da paráfrase enquanto uma assertiva sobre um ser-estar no mundo a estrutura de sentimento é articulação duma *resposta* a mudanças, determinadas, na organização social. O caráter de *experiência vivida* que o conceito de *estrutura de sentimento* tenta apreender faz com que essa estrutura nem sempre seja perceptível para os sujeitos no momento mesmo em que a constituem. Torna-se clara, no entanto, com a passagem do tempo histórico que a consolida *e também ultra-passa, trans/forma e supera*. Quando essa tiver sido absorvida, são as conexões, as correspondências, e até mesmo as semelhanças, de época, as que mais saltarão à vista. O que fôra então a estrutura vivida, será

(...) não é de nos surpreender que – com o colapso do [stalinismo], e a cooptação da [socialdemocracia] ao neo-liberalismo – a história [social e política] da *New Left*, determinada a forjar um excuro alternativo para a política socialista após-1956, continue a nos gerar interesse e controvérsia, posto que foi esta tal *New Left* a qual primeiro tratou, consistentemente, de *muitas das mais palpitantes questões que já toda e qualquer refundação exitosa de uma nova esquerda anticapitalista* de hoje deveria perquirir. (THOMPSON, p.vi, 2008, colchetes/grifos.)

Como bem o atesta D. Thompson em sua *History of the New Left Review* (London, Merlin, 2008) *existe já farta literatura sobre a chamada primeira geração da New Left inglesa* e seu desdobramento. A NLR surge do ocaso após-1956. Em 1962, o conselho de redação original, ao redor do, *já-aclamado*, Edward P. Thompson, foi substituído por um grupo, sob a direção de um, *ainda juveníssimo*, Perry R. Anderson. Anderson se propôs a fazer da NLR a um «equivalente insular» da continental *Les Temps Modernes*, a revista francófona fundada, por J.-P. Sartre, em 1945. A documentação a respeito desta segunda geração – a qual incluiria a nomes como Robin Blackburn e Tom Nairn – apesar de tão significativa quanto, *é muito menos substantiva*. Os herdeiros finais deste último legado institucional, *desta Nova Esquerda* – a saber, *a sua Revista* –, após a sua crise como um grupo unitário, não receberam uma devida atenção de Sísifo ou Clio. Apesar da escassa produção intelectual a respeito da história social e política da NLR, já existe uma série de lugares-comuns a seu respeito – “esoterismo”/“teoricismo” etc. – em voga. É interessante observar a *uma simetria relativa*, nesse tipo de «*latim vulgar ilustre*», desde as jusantes diametralmente opostas, neste delta ético-político. À esquerda, tornou-se “*quasi-senso comum*” ilustrado o surrado vocabulário a respeito do desenraizamento social e político da Revista NLR – e do seu grupo – em relação ao que seria de se esperar dum autêntico agrupamento socialista, ou seja, o movimento social operário e suas formas organizativas. À direita, avolumam-se, vertiginosa celeridade, as acusações de constituir uma ordenação conspirativa, semi-clandestina, de inspiração *jacobino-blanquista / bolchevique-leninista*. Tal «*contradictio in subjecto*» poderia aí parecer, então, um anátema insolúvel para um observador recém-iniciado à discussão. *Ora, como pode um mesmo grupamento nuclear a maior extensão de inorganicidade e, ainda, o mais profundo viés orgânico em sua forma de ser?* As tipologias históricas em Gramsci – a respeito dos intelectuais *tradicionais*, em contraste com os *orgânicos* – oferecem, aqui, tão-só interessante recurso heurístico, para deslindar complexa trama sobre a “História dos Intelectuais” ou, enfim, a história mesma, e este «*intelectual coletivo*», é dificilmente redutível a esquemas unilaterais de qualquer tipo.

Parafrazeando um Peter Wollen – e, junto a D. Thompson – poder-se-ia reivindicar tratar-se, *o presente estudo*, da “passagem de um pequeno grupo de pessoas por também um pequeno período de tempo”. Um microgrupúsculo que de-há pouco se dedicasse a descobertas teóricas e culturais, a um reduzido raio de atuação, seria um fato, histórica e filosoficamente, insignificante. Não obstante, os “pequenos”, grupo e período aqui em tela revestem-se da mais “alta” significação, filosófica e histórica, posto que foram decisivos em moldar a uma «batalha de idéias» – expressão e *momentum* constituinte – em espaço social e tempo histórico que nos tocam, coextensivos e contemporâneos. À distância da neblina ideológica que cobre – tal qual um *fog* londrino – à «Casa de Soho» e às disputas intestinas do periódico em questão – sob o efeito de duplo acúmulo resultante da *leitura em regra* da literatura especializada britânica e do seguimento, atento e distanciado, da difusão/recepção da segunda geração da NLR no Brasil –, ocupamos *locus* privilegiado para contribuir a *uma nova história social e política do marxismo da NLR* e o seu papel-chave de “*gatekeeper intelectual*” para além de fronteiras nacionais, momentos históricos, tradições teóricas e movimentos específicos. A *internacionalização* proposta sobre seus estudos, *a respeito duma história marxista da NLR*, condiz com sua audaciosa ambição de constituir um aporte ao pensamento «*Marxista-Mundial*» e contará com um “benefício do inventário”, laboriosamente construído, por jovens herdeiros da historiografia marxista inglesa, aqui brevemente levantados – G. Elliott, P. Blackledge, D. Thompson etc. – e, por sua vez, dispensará as querelas momentosas, ou os motivos mais conjunturais que, de uma forma ou outra, pesam sobre os mesmos, já por suas inarredáveis cidadanias, acentos e modos britânicos. «*As Peculiaridades dos Ingleses*» serão submetidas ao escrutínio de *Outro marxismo*, cuja história de formação perpassa o pêndulo de temas e problemas cuja gênese e devir em muito lhe aportam. Um estudo, desta envergadura, é inédito no Brasil e, internacionalmente, constitui, desde já, uma contribuição original, considerando não só propriamente suas fontes primárias e secundárias mas, sim, o *tratamento / reagrupamento* deste material formativo – fornecido, aqui, *por uma Outra civilização estatal integral* – considerando os avanços e inovações que o desenvolvimento dum *programa de pesquisas marxista* no Brasil vem angariando e, muito especialmente, através das hipóteses diretivas de trabalho teórico-político que ora apresentamos junto a marco político e epistemológico. Uma reflexão marxista sobre o marxismo e uma atuação intelectual sobre intelectuais não deixa de constituir, também, a *um benefício de inventário sobre inventário do benefício* e, desse modo, uma *reorientação geral para uma nova história*, teórico-política, *newleftiana*.

A presente pesquisa tem por objetivo geral operar à reconstrução, *histórico-social e teórico-metodológica*, dum pensamento vivo sobre as considerações e trilhas do periódico NLR, conquanto *intelectual coletivo*, assumindo-lhe aí um pressuposto de revista-típica ou tipo – como já vimos, *simultaneamente configurada como conselho de redação editorial e círculo de cultura político* – voltada, esta, a um constante desenvolvimento e renovação, teórica e política, do marxismo britânico, de fala inglesa e, por fim, a um «*Marxismo-Mundo*». Especial ênfase – tal como um objetivo específico – será posta sobre *a segunda geração da NLR, a atividade de mediação* estabelecida a partir do conceito-tradução (e do cânone-tradutibilidade), seus modos de pensar e agir sobre a cultura marxista britânica, o ideário socialista de fala inglesa e *uma sua culminação político-teórica na forma de uma influente República de Letras Marxista-Mundial*. Uma história dos intelectuais a respeito desta geração, algo decisiva deste projeto político-editorial, deve partir de reconhecer o papel-chave – “*intelectual-gatekeeper*” – desempenhado por um editor-responsável Perry Anderson e sua *differentia specifica* – em termos de *contrastos e conclusões* – em relação aos marxismos de E. Hobsbawm, R. Williams e, sobretudo, E. Thompson. Assim sendo, debruçar-se-á por sobre a sua produção teórico-política, bem como a sua atuação político-editorial. Mais de meio século (e 325 edições) – além das publicações próprias – *não serão aí postas em evidência indistintamente*. A partir de uma centralidade do intento de “traduzir”, a cultura europeia e continental marxista à Inglaterra, permitindo a distintas civilizações estatais integrais o reconhecimento mútuo sob primazia do *internacionalismo* tratar-se-á, os termos e conceitos, de *história universal e literatura mundial* na perspectiva da *internacionalização de um pensamento “Marxista-Mundial.”* Um tipo, *já específico*, de história marxista das *ideias* políticas / teóricas deve ter lugar para explicar e compreender o *modus operandi* de *um benefício de inventário que inventariou seu próprio benefício* de modo a *elegar e ampliar*, progressivamente, seu *público* e sua *área*. Defendemos a *hipótese diretiva* de que uma tal *configuração* abarca um *circuito temporal de média-duração* e expomos como balizas para o critério de *periodização* **datas-chave** de: **1968/1976/1983**.²⁶

²⁶ *Nada obstante*, importa ressaltar o acúmulo de-há mais de dez anos construindo às condições atuais, para levar a cabo a uma alentada investigação, a qual envolve desde as mais subterrâneas, *e invisíveis*, “tarefas” – desde a documentação arquivológica, do levantamento bibliológico, da aferição de dados e o preparo, cotejo e/ou catálogo de materiais informativos – até a sua face a mais evidente, *e prévia*, da preparação/tradução/adaptação de materiais, importação de livros/artigos/atas e/ou o esboço preliminar de primeira aproximação, publicado e/ou no prelo. O processo de catalogação e indexação do material mais informativo – realizado por fora do sistema universitário e seus programas de pós-graduação – contou, desde o início, com a solicitude de Johanna Zhang (NLR) e Jacob Stevens (Verso), nos inícios de 2004, e desde então com o auxílio de um dos membros do grupo de Sebastian Radwan e George Semmler, em suas muitas reuniões

Se, a rigor, o novo conselho assume em 62 à direção editorial e a série publicística faz perdurar o formato até 2000 acreditamos que *projeto intelectual, formação discursiva e grupalização efetiva*, desde/a partir de termos que adotamos para a presente investigação, dão-se no que muitos chamaram de *tempos rebeldes*, «anos das barricadas» ou *the street-fighting years*. Se seus entusiastas, da publicação coletiva, aproximaram-na de *Les Temps Modernes*, seus detratores a compararam à *Partisan Review* e seus próprios agentes deram diferentes interpretações técnicas e políticas sobre seu manifesto destino político-editorial; nós acreditamos que a assunção das concepções jornalísticas *comunistas e marxistas* de *Outros periódicos coletivos*, como o *Iskra russo* e, até mais, o *L'Ordine Nuovo* italiano, podem jogar *nova luz histórica* de reflexão/refração prismática para uma crítica das ideias. As formas *tradução / jornalismo* – enquanto *projeto intelectual* – são *parte da sua história*. Como intentaremos demonstrar, a partir de seu *interno* e *externo*, há aí um *the making-of*. Por razões e significados imanentes ou exogenéticos acreditamos que seu *hard-core* mais delineado e consistente pode e deve ser buscado *entre finais de 1960 e inícios de 1980*. A rigor, por peremptório que soe ainda, cremos, mesmo, que tal momento *dá nome à NLR*. Isso envolverá movimentos de *nacionalização-tradução* e *internacionalização-jornalismo*. A *atividade de mediação* desenvolvida pelo corpus da NLR, obviamente, não deu lugar ou hora ao *incêndio* previsto à linha-fina do jornal Chispa/Fagulha/Centelha (*Iskra* ou *Искра*). Essa é a realidade, *ululante e incontestável*, sobre o grupo intelectual aludido e, *por óbvio*, não iremos nos deter na crítica marxista sobre uma premissa à qual a NLR *nunca se filiou*. Tampouco iremos corroborar à pecha de “jacobinismo”/“bolchevismo” que o comentário conservador anglossaxão sói imputar ao círculo justamente por seu ar *central-democrático*. Em muitos sentidos, a historiografia realmente existente se encaminhou mais ao *dever-ser* do que ao *ser-precisamente-assim* da NLR e, digamos; *não o sabiam mas assim o fizeram*. Uma historiografia assim *distráida*, e à revelia do poeta trotskista paranaense, não *venceu*. Atados à condição d’*Englishness*, e ao ponto de vista circunscrito ao Império Britânico (e seus prepostos), não puderam vislumbrar minimamente que a atividade editorial extendida e as práticas intelectuais ampliadas deste peculiar órgão central foram *para além* das suas fronteiras nacionais, da tradição da qual provinha, do tempo em que nasceu e dos espaços que cultivaram. Certamente *não* contribuíram imediatamente para a criação de uma *esfera pública proletária* em oposição diametral a uma *esfera pública burguesa* – como o diriam Oskar Negt & Alexander Kluge²⁷ – mas deram lugar a um *programa de pesquisa* marxista.

²⁷ *The Public Sphere: A Critical Theory*, Minneapolis: Minneapolis University Press, 1989, 205-206.

M. Burawoy (1989) argumenta que *a corrente de pensamento marxista* constitui, na tradição trotskiana aludida – de *Balanços e Perspectivas*, por exemplo –, uma espécie de marco teórico-metodológico, comparável ao paradigma científico da tese epistêmica do «*programa de pesquisa*», de I. Lakatos. Atesta o autor; as ciências humano-sociais teriam fundado suas credenciais acadêmicas sobre uma *mimetização* da metodologia própria das ciências exatas-naturais; segundo sua interpretação *na filosofia da ciência*. São princípios normativos tais como o *cânone de indução*, o «*dedutivo-nomológico*» ou mesmo o *método do falsificacionismo* (de Mill, Hempel e Popper, respectivamente) os quais teriam advindo mais da especulação filosófica do que da observação empírica diligente de ciências exatas e naturais das quais derivariam, aí, à sua legitimidade científica. Nada obstante, quando metodólogos voltaram-se para a história social e à crítica das ideias viram seus princípios violados e, *ato contínuo*, emergiram de tal experiência – menos motivados pela busca de um único método abstrato-universal e mais pela necessidade de explicar e compreender o *acúmulo crescente* de conhecimento científico – novos entendimentos sobre ciência social. O paradigma lakatosiano, concepção de teoria social e historicamente sita e datada, seria uma proposta de *heurística positiva* onde o *hard-core* de determinada problemática é, daí, *defendido* aceitando o desafio de expandir o poder explanatório da corrente de pensamento à qual se filia via fórmula de novas teses e conceitos auxiliares à impositação programática de seu respectivo *núcleo-duro*. Segundo o autor, o texto trotskiano seria um belo exemplar dum *progressivo programa de pesquisa* marxista histórico-coletivo no qual se reelaboram teses voltadas ao até então “inexplicável”; à luz da problematização venturosa do “novo”. A ideia-força laborada por Burawoy,²⁸ *como estudo de caso*, será expandida para o quê é o homem-coletivo representado pelo labor teórico *dum velho conselho editorial da NLR*. A ideia burawoyana é de *linguagem equivalente* àquela que V. Ilitch utiliza na releitura já famosa da *metáfora do edifício* marxiana e bastante próxima à noção gramsciana *integral*. De novo, atesta-se a necessidade de reanudar adjetivo, *intelectual*, ao substantivo, *trabalho*. A milenar existência de funções intelectuais tal qual sua divisão/*alienação*, entre trabalho intelectual e trabalho manual, visto muitas vezes qual *indigno / impróprio a homens de Bem* ou, até mesmo, *incongruente* com a participação sociopolítica caracteriza, aí, o surgimento do “Intelectual” – como substantivo – e a *autoconsciência* de uma *função social* que recebe destaque com *dupla revolução*, econômico-social, que tem *loci* na Europa Ocidental de fim do Séc. XVIII e início do Séc. XIX reconfigurando daí à Ordem do capital contemporâneo.

²⁸ Burawoy, Michael. “Shooting Down Targets.” *The American Sociologist*, Vol. 19, No. 6, 1989, p. 750-805.

A história intelectual da teoria social e política / história das ideias teórico-políticas que reivindicamos parte da assunção *crítica* e sobretudo *autorreflexiva* de um seu cânone. Circunscrever uma pesquisa ao campo da história das ideias tem significado *muito amiúde* ater-se à localização dum *autor* em sua dada *época* e daí aos elementos necessários para a *reconstrução* das relações sociais de produção do texto que resultaram na *obra* ora à vista. Um *passado intelectual* se apresentaria relevante ao presente tão-só tal qual um “elo” na “cadeia evolutiva” do conhecimento social. Nessa perspectiva, o *Clássico* seria uma Obra sem a qual tal “Cadeia” estaria rompida, um elemento fundamental para a compreensão de nosso presente intelectual. Assim, o *Clássico do Marxismo*, *p.ex.* a NLR, seria importante para uma “reconstrução” das fundações de um pensamento marxista hodierno do mesmo modo que um fóssil ofertaria pistas, ao arqueólogo, na busca do passado; do *homo sapiens sapiens*. Por várias razões – e diversos significados – uma *problematização* da noção de *Marxismo Clássico* convém. A palavra «Clássico» pressupõe que – como observou Bianchi (2013) – um autor, ou obra, encontram-se “embalsamados” no passado, formam parte de um “cânone” ou, enfim, já se reconverteram em *receituários* a serem *mimetizados*. Para todos os atos e efeitos, o próprio conceito de “*marxismo clássico*”, de Perry R. Anderson, seria uma *contradição em termos*. O que mais perturba, porém, é o caráter conservador da ideia de “Clássico”. Em Latim, a palavra “*Classis*” indica uma das cinco divisões da população romana promovidas por Servius Tullius. Segundo o escritor Aulus Gellius, do Séc. II a.C., o vocábulo “*Classici*” designa àqueles homens que possuíam renda elevada, enquanto que os despossuídos restariam “*Infra Class Em*”, *i.e.*, abaixo dos “*Classici*”. O mesmo autor parece ter sido um dos primeiros a fazer uso da expressão “*Classicus*” para referir-se a escritores, falando de um “*‘Classicus’ Assiduusque Scriptor, Non Proletarius*” que, em um exercício de livre-tradução, quereria dizer algo como um “escritor ‘clássico’ e abastado, não-proletário”. K. Marx, bem se sabe, utilizou-se da acepção de teoria *clássica*, em oposição a *vulgar*, dum modo bastante *distinto*. A *economia política dos clássicos* do pensamento liberal-burguês seria diferente daquela típica da *decadência ideológica* e suas teorias sicofantas. O abandono do ideário crítico-revolucionário (antifeudal e anticlerical) por parte da burguesia, corresponderia, *tradução do movimento do real ao movimento do conceito*, a tal *decadência*; em meio ao “*já-não-mais*” burguês e o “*ainda-não*” proletário. A revalorização do papel social e histórico da Revolução Francesa à contracorrente dum pensamento conservador permite combater sua neutralização – com fito de apagamento da história das *objetividade-subjetividade*, da *novíssima* classe –; *luz e sombra, no proscênio*.

A carga fortemente conservadora, e o compromisso com a Ordem, da acepção *não-marxiana*, contudo, *impõe a crítica*. Na epígrafe de *Considerações...*, Anderson cita frases lenineanas de 1901 e 1920. No Lenin de *Que Fazer?* lê-se que “sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário.” Já no de *Esquerdismo...*: “... a acertada [correta] teoria revolucionária (...) não é um dogma e só se forma de modo definitivo [assume sua forma final] quando em estreita ligação com a experiência [atividade] prática de um movimento verdadeiramente de massas e verdadeiramente revolucionário.” Num primeiro momento, quando este afirma que *sem* teoria revolucionária *não* existiria movimento revolucionário, não estava se referindo ali, exclusivamente, a uma determinada teoria *para a revolução*. O caráter renovador / criativo de sua formulação reconhece o conteúdo subversivo *da teoria*. A Ordem teórica, dos fundadores do marxismo russo, era desafiada no seu próprio terreno. Já no segundo o nexa teoria-movimento – *a dialética viva de cabeça e pés* – se concentra em refração parelha, na qual a teoria revolucionária faz parte da trama da luta de classes. É neste sentido que a prática se revela tal ulterior critério de uma racionalidade histórica. A relação dialética entre teoria e prática seria uma processualidade histórica: não há um marxismo crítico sem o *revolucionário* e não pode existir revolução sem *crítica de ideias*. Anunciar Marx (ou o marxismo) qual um *Clássico*, tal qual a Weber, Durkheim ou Pareto, pode significar o passo acadêmico à Universidade como uma relíquia ideológica antiga; mas tão-só *a expensas de apresentá-los como cânone de um Bem-pensar e um Bem-falar ilustrados*, sem os *gestus e intenções* de provocação/combate que lhes são característicos. O pensamento marxista não merece tão inglório destino se pensarmos sua gênese e devir. As origens extra-acadêmicas (e pré-sociológicas) do pensamento marxista impõem *recorte*. A *afinidade genético-estrutural negativa*, entre as *sociologias acadêmicas* e o *marxismo revolucionário*, vem retornando aos temários de congressos e revistas com uma inspiração *marxistizante*. Se a sociologia teve hora e lugar desde o interior de instituições acadêmicas do Estado nacional tipicamente burguês o marxismo nasceu do ventre da autoatividade de um também recente grupo social, a novíssima classe operária e suas mais diversas esferas. Não à-tôa as *ciências sociais* francesa, alemã e italiana nasceram justamente do combate à *questão social* que nada mais é do que o reflexo no plano de formas sociais de consciência de uma importante dimensão do ser social do movimento social operário que em diversas horas e lugares assumiram *nomes próprios* qual Rózia Luksemburg, e Antonio Gramsci.²⁹

²⁹ Para uma já contraditória – e *nada* unívoca – relação pendular entre as Sociologias e os Marxismos

Se Korsh (1977) – desde os anos 20 – deixou, já assentada, a uma necessidade de *autoaplicação da teoria marxista da história à própria história da teoria marxista*, ou o quê Löwy (1994) chamaria o “princípio da carruagem”, podemos aferir juízo, tipicamente andersoniano, e neste caso em especial, *para a análise mesma da demarché do próprio P. Anderson*. De maneira absolutamente geral, pode-se considerar o quadro sinótico, acima esboçado, como o intento provisório por estabelecer um *benefício de inventário* – entre o ser e dever-ser –, do quê Anderson designaria às suas “*coordenadas históricas*”. Tratar-se-ia das principais tendências, apresentadas em fenômenos histórico-políticos num *marco epocale* dado constituindo assim – para além do dado contingencial – a um nexu *orgânico*. A relevância de suas letras estaria na complexidade dos desafios, questões e interrogantes *que recolocam ao presente*. E, ainda, na capacidade de se reapresentar *fur ewig* diferente, colocando novos problemas e apresentando soluções *ainda não-atinadas* para um tempo que, em algum sentido, não é seu. O *anticlássico*, e é disto que estamos tratando, revela-se aqui não apenas naquilo que o autor disse, como também naquilo que ele *continua a dizer*. A bem da verdade, a própria noção tradicional clássica d’«*autoria*» e todo seu pressuposto correlato, no interior da *alta cultura*, tende a dar lugar a uma concepção de *labor coletivo*. Já seja versando sobre uma *Old-fashioned* Maria-Fumaça e velha NLR ou tratando de uma novíssima *Rive-Gauche* nos termos antitéticos de tradição/modernidade político-editorial com que Edward P. Thompson polemizou, duramente, com Perry R. Anderson, faz falta aqui colocar em questão *determinada concepção de intelectual* para a *Outra história das ideias*.

As suas primeiras expressões remontam ao Séc. XIX, em Rússia e Polônia, onde os lexemas, *Intelligenstia* e/ou *Intelligencja* nascem, numa literatura histórico-política que começa, ali, a se difundir. Embora a maioria dos experts atribua a primazia do uso pleno da noção à pena dum P. Boborykin é possível encontrar já, a tal expressão, na obra do escritor polonês K. Libelt, nos 1800, utilizada na literatura russa, por V.G. Belinsky. Creditou-se a P. Boborykin a cunha, por volta de 1860, do termo «*Intelligentsia*». Ledniski mostra, todavia, que Belinski – ele próprio um membro da *intelligentsia* russa – já se utilizara do termo em 1846. Richard Pipes constata o uso do termo «*Intelligentz*» na Alemanha, em 1849, para designar o mesmo fenômeno. (Gella, um deles, assevera que o termo fora empregado pela primeira vez na Polônia, nos 1840). Posteriormente, açambarcaria tanto intelectuais de um dado país (conforme o *segundo* dos sentidos, mencionado no *Le Robert*, por exemplo) como grupos mais restritos de intelectuais *que se fazem notar* pela capacidade de ofertar visão de mundo, criação mental e por suas atividades – direta ou indiretamente – políticas.

Se a *Intelligentsia*, russa, designava àqueles que não ocupavam a nenhuma posição oficialmente reconhecida, *i.e.*, grupo social que, afastado da Ordem, opunha-se ao sistema e reivindicava reforma social e política; já a *Intelligencja*, polonesa, teria sua formação ligada a um Sistema Escolar – bem como ao corpus do funcionalismo estatal – surgido no processo de modernização conservadora. Embora a localização ao poder em tais grupos fosse diversa, o que determinava a suas distintas *remissões a valores e crenças* – além de *função intelectual e o projeto político* – é comum, a tais *intelligentsias*, uma **concepção de mundo** (*Weltanschauung*) que nascia da combinação de uma pré-ocupação com problemas sociais de seus países + a reflexão filosófica a qual encontrava expressão não só no ensaísmo de caráter político, histórico ou filosófico, mas também desde as próprias narrativas literárias. «Aqui, de novo, aparece uma profunda desigualdade social entre as condições do trabalho manual e as do intelectual.» Durante o exílio austríaco L. Trotsky tratou de polemizar com Max Adler sobre dada *concepção de intelectual*, a qual o seu folheto «O Socialismo e os Intelectuais» trazia invertendo termos («Intelectuais/Socialismo») deste filósofo vienense.

Com K. Marx, sabemos que a divisão do trabalho só se torna efetivamente social *a partir do momento em que se opera uma divisão* – ou uma *alienação* – *entre o trabalho manual e o trabalho intelectual*. A partir desse momento a consciência poderá de facto *imaginar-se*, qual algo mais do que *a consciência prática existente*, ou a re-presentar realmente algo, e *sem re-presentar a algo real*; desde tal momento, a consciência está em condições de se emancipar do mundo e aí passar à formação da “pura” teoria, filosofia etc. As bases dessa *relativa autonomia* e a própria *formação de intelectuais*, conquanto uma *camada staccata*, pode ser perquirida no devir da sociedade civil-burguesa e do moderno Estado-nação que implicou a constituição de uma *esfera pública burguesa* ampliada para tais *intelectuais*. A *reestruturação* que tem lugar com um desenvolvimento do capitalismo mercantil, e a subsequente expansão da divisão de tipo capitalista do trabalho social, permitiu o advento de notícias jornalísticas e ideias filosóficas *enquanto mercadorias* que buscavam a seus suportes, já no jornal e/ou no livro. Desde a metade do Séc. XVII surgem os primeiros *Avvisi*, *Zeitungen* e *Gazettes* que tomam o lugar da correspondência em que se dava, qual informe, a leitores *ultrasseletos*, o resultado da guerra, colheita e/ou o comércio. Desse modo, tem lugar *um novo tráfico*, no qual a “troca” de informes desenvolve-se não só face às *demandas de intercâmbio mercantil*; mas *a notícia mesma se torna mercadoria*.³⁰

³⁰ O conceito de *intelectual* e seu lugar na história das ideias tem aporte de artigo de Bianchi (2014) sobre, *Um conceito e tanto: reflexões de J. Habermas, estudo de J. Martins e as consequências teóricas de M. A. ...*

Mas este era, ainda, um processo embrionário; molecular. O desenvolvimento de técnicas de imprensa – e toda transformação do mercado editorial – tornou possível a tal mercantilização das notícias/ideias e outros gêneros do discurso e da produção de letras. A *Ilustração* francesa, em especial o movimento político-editorial do *Enciclopedismo* e, com ênfase específica o chamado *Affaire-Dreyfus*, vão aí dar *nova cidadania ao conceito russo em solo francês*, com a publicação, pelo jornal *L'Aurore*, da famigerada missiva de E. Zola ao presidente (*J'Accuse* 13/Jan./1898) e um petítório público de personalidades favoráveis à revisão do processo, o qual restará conhecido enquanto o «*Manifeste des Intellectuels*». O próprio E. Zola teria sido o segundo a firmar tal abaixo-assinado e, dentre os primeiros signatários, encontravam-se cientistas/médicos/artistas/poetas/filósofos etc. com atividade intelectual própria. A circulação estendida de notícias / ideias num espaço social e político mais amplo que suas vidas privadas criou às condições para o advento do intelectual *como uma camada social*. Em tal esfera, *a figura do intelectual* afirmou-se como o agente que vindica, daí, a uma condição *independente e autônoma* dos interesses que organizariam às atividades econômicas e políticas. A assunção de porta-vozes da «*Razão*» autoevidente no signo dos firmantes de tal *Manifeste*, expressa tal reivindicação de «*Autonomia*» e posição *Olimpica* na qual alguns intelectuais se põem. Importa destacar que o *Manifeste* tenha sido publicado num jornal nacional de circulação quotidiana. Para *construir à sua identidade* intelectuais precisavam não só libertar-se do trabalho manual mas, também, *dos meios* que permitissem tornar *públicas* às ideias. Tais meios foram ofertados pela imprensa moderna e o mercado editorial tal como os conhecemos na história social e política contemporânea. Uma importante *teoria e história dos intelectuais* tem origem, nos *Quaderni del Carcere*, apesar de *radicalmente modificada* desde seus planos primevos. De modo mais esparso do que unitário também Trotsky refletiu sobre a *categoria dos intelectuais* em seus escritos.³¹

O trabalho manual escraviza os músculos, esgota o corpo, mas é impotente, não obstante, para submeter o pensamento dos operários. Todas as medidas de controle [social] sobre (...) foram infrutíferas. O trabalhador intelectual é incomparavelmente mais livre do ponto de vista físico. O escritor não está obrigado a se levantar ao toque da sirene, o médico não tem um capataz a suas costas, os bolsos do advogado não sofrem revistas ao sair de tribunais. Mas, se não têm que vender sua força de trabalho bruta e a tensão de seus músculos, pelo contrário, se vêem obrigados a vender à sua personalidade humana não pelo seu temor mas por sua consciência. E, em conclusão, eles mesmos não querem – e não podem – reconhecer que suas indumentárias profissionais nada mais são do que bem-cortados uniformes de presidiários. (L.D. Trotsky, Sept. 1910 «Sovremennyi Mir» [O Mundo Contemporâneo])*

³¹* Vide Dossiê *a cura* de A.R. Bertelli sobre *Intelectuais e Socialismo* para o órgão Novos Rumos N.º 46, com textos de K. Kautsky, M. Adler, J. Tardieu e resumo de J. L. S. sobre *Socialismo e Intelectuais*.

A partir dum ensaio de Luciano Martins (1986), pudemos aceder ao artigo de L.D. Trotsky («Ob Intelligencii» [Da *Intelligentsia*], Kievskaja Mysl' [Pensamentos de Kiev], N.64, v.4, Mar. 1912; 72, 12 Mar, In: Sočinenija [Obras], XX, «Kul'tura Starogo Mira» [A Cultura do Velho Mundo], p.329-330).³² Ao versar sobre um *sucessivo substitucionismo* – social + político – na *Rússia pré-revolucionária*, Trotsky assevera que “substituir classes” inexistentes ou *embrionárias*, que *dissimula* à fraqueza social da *Intelligentsia* russa, torna-se nela uma autêntica e imperiosa *necessidade* ideológica, além de *profissão de fé* política. Mais uma vez, tal qual explicará J.Cannon, nos EUA, tratar-se-ia de diversas *antecipações*.

Primeiro, a *Intelligentsia* Aristocrática se substituiu à “Multidão”; depois, o Plebeu Populista se substituiu ao Campesinato; e, em seguida, o Intelectual Marxista [Legal] se substituiu à Classe Trabalhadora. Mas, mesmo no caso em que a ideia caminhava no sentido do desenvolvimento histórico geral, era a tal ponto antecipadora, sob influência da Europa, que a *intelligentsia* portadora dessa ideia ligava-se à vida sociopolítica do país não por meio da classe à qual queria servir, mas tão-só por meio da ideia dessa classe. Foi o caso dos primeiros círculos da *intelligentsia* marxista. Só pouco-a-pouco é que o espírito foi-se tornando carne (...). Se um futuro radiante, que era tão-só fantasia nebulosa, se torna realidade para nós, é apenas à medida em que a história apaga às características “originais”, a nosso passado, e às “mais-que-perfeitas”, a nosso presente. E, a respeito das características originais, advindo completar ou coroar, não será obra da *intelligentsia* “fora da sala-de-aula” ou messiânica, caracterizada, esta, no domínio da teoria, por “algo mais que ligeireza” e, no domínio da prática, pela sua impotência. [Op. cit.].*

As indicações de A. Gramsci de que não há *homo sapiens* sem *homo faber* fazem o *fulcro* de suas notações teórico-conceituais para toda *uma teoria-história dos intelectuais*. O erro metódico mais difundido seria ter-se buscado a tal critério de distinção no quê seria *intrínseco* às atividades intelectuais, *ao invés de buscá-lo desde um conjunto do sistema de relações no qual essas atividades* (e, portanto, *os grupos sociais* que as personificam) *se encontram*, quais sejam, *o conjunto geral das relações sociais de produção da existência*. A revalorização de *substantivo* face ao *adjetivo* – e a *readjetivação* do ali *substantivado* – é a *reconsideração* de que não há intelectual sem trabalho; não há trabalho sem intelectual. Para uma história de intelectuais *marxistas* que operaram sob um plano *racional-crítico* o critério interpretativo deve incorporar à noção «*trabalhador coletivo*»/cooperação mundial e «*general intellect*»/máquina-ferramenta *dentro do processo de trabalho*.³³ Um trabalhador intelectual-geral coletivo, *voltado para uma 11ª. TESE AD FEUERBACH*, ou um seu *consolo* intelectual *anverso*, ou seja, *desengajada uma premissa de necessidade da transformação revolucionária do mundo inteiro restaria uma possibilidade de sua filosófica interpretação*.

^{32*} Acouturier, Michel. Le Problème de l'Intelligentsia Marxiste avant la Révolution, *Cahiers...*, 3, 1978.

³³ O trabalho intelectual em atividade necessariamente momentânea de teoria do processo de trabalho em Marx

Mas antes disso; *por que parte da intelectualidade tradicional tornar-se-ia marxista?* Desd’o *Manifesto Comunista* se o diz, *quando a luta de classes faz soar à hora decisiva*, “o processo de dissolução de toda a velha sociedade adquire caráter tão violento e agudo que uma pequena fração das classes dominantes se desliga destas, ligando-se aí às classes revolucionárias” (p.35), *que trariam em suas mãos ao devir futuro*. Do mesmo modo que, outrora, uma parcela da nobreza passou-se para a burguesia, em nossos dias, uma parcela da burguesia *passar-se-ia ao proletariado*, em especial a fração da *intelligentsia* tradicional que chegara aí *a uma compreensão teórico-ideal do movimento histórico em seu conjunto*. No próprio *contexto* do *processo* de Formação – do Projeto da *Liga dos Comunistas* – cuja impostação programática o *Manifesto* buscava *textualizar*, um movimento de duplo caráter tinha hora e lugar. Enquanto a antiga *desconfiança proletária* em relação aos intelectuais começava a se dissipar, entre a classe e seus representantes, e o proletariado ia buscar suas *armas intelectuais* na filosofia; os filósofos divisavam *nos proletários* – esses *bárbaros* da *civilização* burguesa – o *aspecto prático* da emancipação humana. Depois da rebelião dos Tecelões da Silésia, em junho de 1844,³⁴ Marx declararia, nas páginas do *Vorwärts*, que *a Alemanha não podia encontrar o elemento ativo de sua libertação senão no proletariado*. Nada obstante, tanto uma tese da identidade sujeito/objeto na relação filosofia/proletariado quanto, *principalmente*, a noção marx-engelsiana da *ultrapassagem intelectual de fileiras*, carecem de maior problematização histórico-crítica. Uma objeção importante é a que segue

A “compreensão teórica do conjunto do movimento histórico” estaria em relação dialética com uma tomada de partido político-ideológica a qual é preciso explicar, sociologicamente; freqüentemente é a tomada de partido da classe operária que cria às condições de possibilidade, no intelectual, dessa visão teórica. Exceto Gramsci, raros foram os intelectuais marxistas que tentaram explicar a esse fenômeno, nada obstante, decisivo, para o movimento operário e, cada vez mais, importante e freqüente no curso do Séc. XX. Lenin destacou o papel crucial de intelectuais revolucionários na luta ideológica contra a burguesia e na construção do partido (...), mas não deu, senão, uns poucos elementos para compreender às causas de sua conexão ao campo do proletariado (da qual ele mesmo é exemplo ilustre). (LÖWY, 1979, p.xi)

Löwy, em linhas d’*Introdução a Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários* (*op. cit.*), fornece a uma importante lição epistemológico-política para as aferição e cotejo reais, *de texto e contexto*, de tal *ultrapassagem*. A descoberta do proletariado como sujeito da história não se faz, senão, *desde a mediação do marxismo tal qual concepção de mundo*.

³⁴ In: *Glosas Críticas Marginais ao Artigo ‘O Rei da Prússia e a Reforma Social’, De Um Prussiano*. Expressão Popular : São Paulo, 2010. Confira também a coletânea *Lutas de Classe na Alemanha*, nova compilação de textos de Marx / Engels com uma introdução de Michael Löwy e notas de Heinrich Ullrich.

Uma significativa parcela da *intelligentsia* volver-se *radicalmente* contrária à Ordem do capital e sua adesão espiritual à vida e à luta dos trabalhadores *não* se trata dum fenômeno simples, com soluções esquemáticas/unilaterais; não podendo ser explicado/compreendido desencarnado da materialidade-sensível de *suporte objetivo* duma *Weltanschauung* dada. A preexistência duma tradição marxista no seu país e as possibilidades efetivas de contacto com as *millieaux* socialistas, *ou sua respectiva ambiência literária*, são o signo das marcas de enunciação de uma transubstanciação em ato deste tipo. A polémica viva Adler-Trotsky aborda a uma série de questões atinentes à tal problemática, em geral, e especificamente pertinazes para o presente estudo, em particular. Glosando a posição do austromarxista M. Adler, L. Trotsky afirma que o primeiro consideraria possível atrair à *intelligentsia* para o socialismo; mas tão-só *ex-posto*, primeiro plano, o mote do «*Objetivo Final*» (*Endziel*) do movimento, em todas as suas dimensões. A configuração, mais clara, de um tal *Objetivo* revelar-se-ia, plenamente, no plano das consciências subjetivas – tal como se o pensa, do interior da tradição intelectual germânica, *e do Marxismo da Segunda Internacional* –, na medida, mesma, em que se operaria, já no plano do ser social objetivo dum dado país, a concentração da indústria, a proletarização das classes intermediárias (cujo *núcleo-duro* se o perfaz a própria *intelectualidade*, diga-se *au passage*) e um acirrar dos antagonismos de classe entre Capital e Trabalho. L. Trotsky mesmo reconhece que, independentemente da vontade de dirigentes germânicos, ou à diferença específica do «*método alemão*» – ao qual, o marxismo russo, ainda estava por dirigir *Crítica crítica* –, as condições materiais de tal premissa apareceriam muito mais cristalinamente na Alemanha novecentista do quê nas vizinhas Áustria ou Itália, *p.ex.* Nada obstante, tratar-se-ia de um processo eminentemente *contraditório* posto que o mesmo *fervilhar* da luta de classes dificultaria a *ultrapassagem* de fileiras da intelectualidade tradicional não-proletária, *como camada social*, em direção ao quê diz ele o “partido do trabalho.” As pontes *interclasses* permaneceriam em ruínas e o «salto», das condições *gritantes*, se imporia à *abismal* situação mais e mais aprofundada. Onde um filósofo austríaco via só condições a cada hora objetivamente mais *favoráveis* à penetração teórico-conceitual da *essência do coletivismo* o líder ucraniano enxergava cada vez mais, e crescentes, *obstáculos* – materiais e espirituais – para a unidade entre *frações intelectuais* de cada país e seu respectivo “exército socialista.” Não à-tôa Trotsky assevera que *uma ultrapassagem para o socialismo* em todo país avançado (de intensa vida social e política) *não se trata de um ato especulativo*, mas sim *político*, “e a vontade social domina aqui, sem meios-terminos, à razão teórica” (p.15); *i.e.*, *distinção* entre ato mental e histórico.

A *sensível diferença* destes *vocabulários teóricos*, evidenciada, aí, nas expressões trotskianas – “*partido do trabalho*”/“*exército socialista*” –, põe de manifesto à questão da imperiosa necessidade de *filiação/recrutamento* intelectual. Se tal ato *mental-especulativo* refreraria à revolta melancólica, em um momento tão-só cultural-moral, dever-se-ia ao ato *histórico-político*, de *adesão às fileiras do proletariado*, a possibilidade de uma tal catarse ético-política, e *ultrapassagem ao socialismo*. Antes do que se perguntar sobre a primazia de ovo ou galinha, mental e histórico, político ou especulativo; o que ali faz M. Löwy é repensar *dialeticamente* à questão qual uma *contradição viva*. Aqui, se afiguram as noções da *sociologia do conhecimento*, do autor, sobre o «**ponto de vista**» do proletariado como *posição social mais avançada da totalidade social*. Isto é, a própria tomada de *partido* do trabalho e seu respectivo *exército socialista* é o que possibilita – histórica e socialmente – a assunção de uma concepção total de mundo afim ao comunismo marxista. Mas para além de universal abstrato há carência de atinar o particular concreto de cada *Grupo* específico, *Formação cultural / Projeto* intelectual. Tal obra, do sociólogo vienense, se volta para um *distinto membro* do grupo intelectual do *Círculo de Heidelberg*, ou seja, *György von Lukács*.

A esse respeito, interessa-nos anotar uma *feliz coincidência* jornalístico-tradutória. *Pour une Sociologie des Intellectuels Révolutionnaires: l'Evolution Politique des Lukács* (1909-1929) fora sua tese de *doctorat d'État* – defendida em 1976 –, rodada pelas Presses Universitaires de France, no mesmo ano. *Georg Lukács: from Romanticism to Bolshevism*, exatamente três anos depois, foi a *forma* transliterada com que *cruzou o Canal da Mancha* em direção Paris-Londres. A iniciativa editorial adveio de uma recém-debutante empresa do setor, a qual atendia pelo nome de «*NEW LEFT BOOKS*»,³⁵ ora conhecida através do selo *VERSO*. A editora NLB, nos 70, adotara o assim-dito *Monumento à Terceira Internacional* ou simplesmente «*Torre-Tatlin*»,³⁶ enquanto design-marca logotípica e, nos dias de hoje – já *Verso* –, é reconhecida tal *maior editora radical independente do mundo de fala inglesa* com oitenta livros por ano, e um respeitável catálogo de edições. Focando, de início, em traduzir a obras de teoria política e social europeias, sua lista, durante a estréia, incluía a Adorno, Benjamin, Lukács, Gramsci, Lefebvre, Mandel, Marcuse, J.-P.Sartre e M.Weber; bem como as obras centrais de Anderson e Eagleton, Nairn e Williams; enfrentando-se ao *status quo* editorial do Pacto de Varsóvia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte. *Mas as coincidências não páram por aí...*

³⁵ Haverá mais informes, e debate, sobre a NLB, tema fulcral para um *jornalismo integral newleftiano*.

³⁶ O monumento ao demônio ficou conhecido como símbolo da mental especulativa de Kautsky de 1927

O tradutor do volume, e especialista em teoria e política europeias, trata-se de um colaborador da NLR e co-organizador de edição junto a Perry Anderson, *Patrick Camiller*. Com auxílio de tradução feita para a NLR N.º I/91 de Ann Clafferty (1975) do Capítulo V, «*Lukács e o Stalinismo*», o volume saído de Carlisle Street / W1-London, de impressão a *Filmset* em máquina-tipográfica,³⁷ de fotocomposição de tipo *Monophoto*, carregava um ar especificamente *problemático* no que se refere ao *novo título*, em idioma inglês, e *impactou* ninguém mais, e ninguém menos, do que o próprio filho de sinaleiro: *Raymond Williams*. Num Seminário da USP, voltado ao estudo do *marxismo insubordinado* de Michael Löwy, em meados dos anos 2000, Maria Elisa Cevasco recuperou uma resenha, de Williams, ao livro de Löwy, esta, publicada na revista *New Society* (Ed. III/51 Jan./1980), e tomou-a tal qual um *ponto de partida* para discussões que envolviam simultaneamente o engajamento intelectual *anticapitalista* em sentido *marxista*, a aferição da corrente de pensamento do romantismo como uma das formas de *anticapitalismo*, em geral, e o quê se poderia pensar como *questão de método* para o saber-fazer especificamente marxista-revolucionário de se propor à *crítica político-cultural*, é claro, *a partir das suas formulações críticas sobre*. O contexto de sua fala envolvia um presente brasileiro de *silêncio dos intelectuais*, o clima europeu-ocidental pós-vaga revolucionária mundial dos *anos das barricadas* (1967-1975), o ambiente político-ideológico do neorromantismo central-europeu de inícios dos 1900 e, ainda, as *primeiras reações* intelectuais românticas ao advento dum *modo de vida burguês*. A fenomenal justaposição de questões e o modo como enfrenta os problemas é-nos central.

“O Que é o Anticapitalismo?” (...) parece de uma generalidade excessiva, mas valeria lembrar que esta é uma pergunta central, aquela que, se não soubermos responder, invalida todo projeto intelectual. É porque achamos que podem nos auxiliar a respondê-la que nós nos interessamos pelos intelectuais engajados ... , na esperança de que suas opções teóricas e suas análises nos ajudem a identificar às formas mais eficazes de praticar o anticapitalismo, ... nos apontam as maneiras mais provavelmente eficazes de levá-lo a uma destruição final (...) Passam por aí tanto a atração como os problemas do romantismo. (...) Sua crítica parte da colocação ilusória da existência de dois mundos antagônicos (...) o Mundo da *Kultur*, dos valores espirituais, orgânicos, comunitários; e o Mundo da *Zivilization*, um novo mundo do capitalismo, com sua ênfase no mecânico, no manufaturado, na separação do trabalhador dos meios de produção. É interessante notar que no caso alemão essa nova ordem acaba muitas vezes ... descrita estrangeira. (Cevasco, 2007, p.45)

³⁷ Um tal dispositivo técnico opera através da *projeção sucedânea de letras sobre um filme*, a qual irá, por meio *fotográfico – sucessivamente* – figurando palavras, linhas e, por fim, páginas, para a utilização na litografia ou litogravura (do Gr. λιθογραφία de λιθος–*lithos* / pedra e γραφειν–*grafēin* / grafia / escrita). Essa *técnica de impressão por luz + gravação* envolve criação de *marcas* sobre uma dada *matriz gráfica*. Trata-se aqui de uma história material da produção intelectual, importante para o estudo da cultura

«*But those are big-words*» – o diria, tipicamente, um velho crítico anglogalês – «*from Romanticism to Bolshevism*». Tratar-se-iam de *palavrões*, tanto mais quando *usados para* indiciar o passo *do erro à verdade*. O marxismo como uma teoria social capaz de revelar o caráter fetichista das formas históricas e a reificação das relações sociais em consciência – e *conceitos* – parciais, instrumentais e/ou quantitativos deve muito, argumenta Williams, à *suscetibilidade* justamente *romântica* de Lukács, cultivada no terreno do projeto intelectual do mencionado círculo, *vis-à-vis uma dada formação cultural*. O processo sócio-histórico de *radicalização política* dum *intelligentsia anticapitalista* neorromântica alemã pré-1914 passava pelas estações – de *Crise + Crítica* – de determinada forma da sociabilidade que se formava, *enquanto solo histórico e esteio intelectual*. Uma determinada *tradução inglesa* fazia-se criticar, podemos dizer, a um só e mesmo tempo. Citando o primeiro capítulo do livro, «*Para a sociologia da intelligentsia anticapitalista*», Williams diz da *complexidade* da forma de exposição, do título original, e da *consistência de seu argumento central*, ao afirmar que o material: «pode ser lido contra algumas de suas fórmulas imediatas.» (p.56) Segundo a pena do autor, a leitura dinâmica no contexto da condição intelectual de finais de 1970, na Europa Ocidental e América do Norte, suscitaria muito mais do que um mero interesse acadêmico-profissional ou historiográfico-social. “As duras escolhas intelectuais e políticas – incluindo às divergências subseqüentes, bastante radicais – que, sob pressão, emergiram do que parecera uma posição razoavelmente comum têm uma relevância muito proximal, comovente, e desafiadora, para a nossa própria situação contemporânea.” (p.54) Num excerto dos *Grundrisse*, Marx diz ser tão absurdo aspirar ao retorno dum plenitude original quanto se crer que a história imobiliza-se, para sempre, em *vacuum* do presente. O ponto de vista *burguês* nunca avança além da antítese entre ele mesmo e o ponto de vista *romântico* e, assim, este acompanhar-lhe-ia, como sua antítese legítima, *até seu final feliz*. Com verve irônico-satírica, ele assevera a um só e mesmo tempo a legitimidade da crítica romântica e sugere que tal *Weltanschauung* só desaparecerá junto ao antagonista burguês. Uma larga tradição do pensamento social inglês – Carlyle, Ruskin, William Morris e R. H. Tawney – remontaria a toda uma tradição do anticapitalismo romântico e, tão importante quanto, *a uma série de historiadores sociais e críticos de ideias* tais como R. Hoggart, P. Laslett, R. Samuel, B. Taylor, E. Hobsbawm e, *sobretudo*, E. Thompson e R. Williams. A «*soberba revolução da tradição romântica*», como descreveria Thompson ao movimento iniciado por Williams –, formada a partir do grupo de historiadores e do núcleo intelectual do Partido Comunista da Grã-Bretanha, fora pródiga em formar dada *concepção de cultura*.

O complexo entorno à produção da NLR poderia ser traduzido ao *modus operandi* e perspectiva teórico-metodológica pela qual R. Williams desenvolve a tal *concepção* total. Em um *exercício intelectual*, advindo das próprias reflexões filosóficas do jovem Marx, desde os *Manuscritos*, a imersão da cultura como momentum de linguagem/sociabilidade e trabalho – e não como algo *Sublimado*, nas diáfanas esferas da *Erudição*, compreendendo o trabalho artesanal, envolto em suas múltiplas condições – e percebendo a *forma* como se dão os meios de *produção* e *circulação*, na relação *interprodutores* – interferem na própria criação não de modo *determinista*, no sentido do *controle estrito*, mas como *determinação* em sentido filológico mais apurado, *i.e.*, *de estabelecer limites* (limites impostos os quais poderiam ser, aí, confrontados e superados – *diga-se au passage*). Ao pensar um *processo produtivo*, não se exime de conceber, à obra, desde a sua materialidade sensível, enquanto objetivação humana. O produto cultural é compreendido no cerne das relações sociais e na maneira como se as sintetiza, condensa, reflete ou refrata; e justamente enquanto *produto cultural*. Para além de delimitar, no momento, conceitos como o «*general intellect*» ou o «*trabalhador coletivo*», ora busca-se compreender à NLR numa dada perspectiva; é uma publicação – e deve ser compreendida *tal qual uma publicação* – enquanto um periódico, *nas suas especificidades enquanto tal*. Entretanto, como lembra o próprio R. Williams, a cultura não deve ser compreendida – ou “julgada” – pelos seus objetos históricos, mas no interior do «modo de vida» no qual se insere. Ao mesmo tempo em que tal especificidade *edição periódica* não deve ser relevada, não pode ser entendida/sintetizada por si mesma. Os seus usos, e a intenção da produção, revelam / ocultam sobre as escolhas feitas e seus reflexos em formas e/ou *processus*. Estaria um modo de produção da NLR mais próximo ao lugar de editar jornais integrais, do *comunismo marxista*, ou à reprodução de revistas e publicação de papers, acadêmicos, à hora do *produtivismo teórico*?³⁸ Para Williams, não se poderia entender *Projeto* intelectual sem entender, também, *Formação* cultural. A relação *Projeto/Formação* é sempre *decisiva* e sua ênfase recai sobre engajar-se já em ambos, em vez de especializar-se, em um ou outro. Os *Cultural Studies* não lidariam com a *formação* da qual um determinado *projeto* seria *exemplo ilustrativo*, nem com projeto que poderia se relacionar a dada formação, *como con-texto e/ou pano de fundo*. *Projeto+Formação*, nesse sentido, são modos diversos de *materialização* – e *descrição* –, o que é, de fato, *disposição comum* de energia e rumos; um *sistema de relações* de tipo criativo e crítico, *em formação*.

³⁸ O próprio P. Anderson descreve à NLR tal qual justaposição de rigor acadêmico e jornalismo radical. “... NLR é um jornal de ideias, não publicação acadêmica: a escrita vívida, inteligente e laboriosa é elemento essencial de qualquer processo de Renascimento. Black ou White – múltiplas inteligências e múltiplas...” (Cited)

«Na luta de marxismos hoje profundamente empenhada, da qual tanto dependemos, tal complexo – e contraditório – desenvolvimento, de G. Lukács, é um caso central.» (p.56) Se de fato é verdadeiro que a *história econômica tradicional* não tem muito a aportar no caso da atribuição de sentido e adjudicação de significado à história da NLR, o assim-dito *marxismo cultural inglês* do qual Anderson tanto tenta se desmarcar é tão-só *fundamental*. Marx, referindo-se à sua *Obra Capital*, concebeu-a como um “tôdo artístico”, e W. Mills descreveu e narrou o *ofício do cientista social* enquanto tôdo um “artesanato intelectual.” O Projeto williamsiano de reanudar *Cultura e Sociedade*, extenso e profundo movimento de ideias e programas, compõe o importante *recurso de esperança* por dar nome e alentar às *sementes de vida* além de ofertar importantes noções sobre aquilo que Gramsci chamou o aspecto *técnico* do trabalho *cultural*. Os conceitos thompsonianos de *experiência vivida* e *experiência percebida* – que serão tratados, em detalhe, na tese – vão em sentido similar. Qualquer história dos *intelectuais ingleses* há-de lidar com um forte lugar-comum teórico a respeito do *absenteísmo* mental, *excepcionalismo* intelectual e outras noções semelhantes para distinguir o contexto da *função intelectual insular vis-à-vis a realidade continental*. O panorama publicístico disponível – da análise comparativa *mais ampla* (Collini, 2006) – contudo, conheceu um vigor investigativo filologicamente *débole* em comparação ao *tour de force* do que se o fez – em termos dum mapeamento de centros intelectuais – a partir da esquerda inglesa, em geral, e das diferentes linhas abrigadas em diferentes momentos da NLR, em particular. As notas, os artigos, os livros e/ou conferências dos grupos político-intelectuais são *breath-taking*, a exemplo de *Components of National Culture* (Jul./1968). Como veremos, nos materiais da tese, o próprio percurso intelectual de Perry Anderson se apresenta enquanto a reformulação do projeto historiográfico de *história dos Estados e da passagem de uma forma histórico-social a outra*, forte no período que buscamos entender, para uma *história das idéias sociais, teóricas e políticas contemporâneas*. No recém-livro *Spectrum* (2005) – «da direita à esquerda no mundo das ideias» – Anderson, por exemplo, nos fornece rico panorama de teoria, história e política no espectro do tempo presente: i) “... ideias raramente são valores *absolutos*: seu valor é sempre *relativo* às outras noções que estariam em jogo, *no campo*, e é apenas o *conhecimento destas* que proporciona uma *medida de comparação*”, e ii) “... ideias de *qualquer grau de complexidade* são mais bem estudadas por meio do *trabalho detalhado dos autores que as produzem*, enquanto *textos inseparáveis de contextos históricos*, ao mesmo tempos *sociais e conceituais*, mas que não podem ser reduzidos a estes.” (p.11-12) diz o mesmo autor de *Zone of Engagement* (1992).

Um certo conceito de *geração* – aqui entendido enquanto uma *mediação* categorial *intermediária* – permite-nos operar, *a partir de uma intersecção* entre uma experiência biográfica, ou particular, e suas determinações genéricas, universais, que a *com-preendem*. Desta forma uma mesma geração, a um só tempo, “habilitaria” seus membros a uma gama específica de «experiência» – predispondo-os a um certo modo característico de pensar e agir, concretizado, este, em uma atribuição de *sentido pessoal* – e, no interior do mesmo movimento, “limitaria”, à adjudicação de um *significado social*, já em torno às principais *coordenadas históricas* de determinada «época.» *Em contextos marcados pela pugna da transição, considerar a processualidade a partir da mediação geracional pode constituir um fértil cânone de interpretação.* Conquanto a “longa duração” entende-se tal história de *ciclos recorrentes*, já os eventuais “tempos curtos” deveriam ser entendidos enquanto uma *perturbação de superfície* (Braudel apud Anderson, 1980). Um *ciclo histórico de duração média* revelaria – através de um seu encadeamento, histórico-concreto, ou dos sucessivos contextos políticos e/ou ambiências literárias – o momentum privilegiado de análise da *atualização* de estruturas econômico-sociais, *i.e.*, um *momentum privilegiado de racontre* entre o encolerizante vagar histórico-estrutural e a brusca aceleração das conjunturas. Tal tempo histórico – *ou assim descrito e narrado* – aproximar-se-ia duma candente sucessão, algo já biográfica, das gerações, *i.e.*, espécie de «*ad hoc geracional*». Que um historiador social e/ou crítico de ideias ocupe-se duma *periodização temporal da mudança histórica* parece imprescindível. Para além de qualquer «*história imediata*», tratar-se-ia daí, então, de equacionar – *a partir das determinações fundamentais, e mediações preponderantes* – o presente advindo tal como um tempo histórico. *Curiosamente*, há uma certa *convenção lingüística*, entre os historiadores da NLR, sobre *os usos da noção de «milieu.»* Embora o marxismo de G.Sorel polemize com a sociologia francesa apresenta-lhe tão-só uma fulcral objeção: a «*milieu social*», *normas/representações* de forças/fatos *internalizados*, parecer-lhe-ia prenhe de *vigores* que realmente habitariam tão-só o interior das *mentes*. Para Sorel, este *modo de pensar*, sobre *categorias*, introduz uma *essência* onde, anteriormente, havia tão-só «*le rapport*»; pode-se dizer que E.Durkheim *naturaliza-as* ao invés de perquirir sua construção *vis-à-vis* às *relações sociais*. Sorel acorda, com Durkheim, com que a *milieu* é objeto fundamental de estudo, mas rejeita a sua posição de quê «*fatos sociais são coisas*». A *milieu* é, para G. Sorel, não *um campo objetivamente existente e suscetível de definição total*, mas tão-só se torna tangível *vis-à-vis* *Outro determinado objeto* e em *dado momento*. Não teria uma *essência*; em-si. A noção, de *milieu/millieux*, serve-nos aí em *vários sentidos*.

EXCURSO I (“A Critical Reader”)

Ler/escrever/fazer história: “questão de método” e tradução / tradutibilidade

Ler, escrever e fazer história – as notas preliminares para *todo o mais* –, tal como veremos logo adiante, mais do que *mútuos reversíveis*, seriam, aqui, *redutíveis recíprocos*. A temática da «*tradutibilidade*» das linguagens, como *questão de método*, evidencia uma *forte ligação com o próprio estatuto do marxismo*, no que se refere à sua concepção total de mundo para a produção social de conhecimento. Trata-se de um *motif* que evoca toda *uma reformulação da história das ideias* e cuja forma histórica poderia ser sintetizada – para A. Gramsci – na *tradução de filosofia em política*, de *pensamento em ação* ou, enfim, de *teoria em prática*. A perspectiva marxista – de “interpretar” o mundo –, esta, a qual reivindicamos, é parte indivisível do mesmíssimo mundo o qual se intende “transformar”. A autocrítica marxista inscrever-se-ia, dessa forma, em *teoria da história* que implicaria, a sua vez, a *história da teoria* e, subseqüentemente, um tipo de “*marxismo do marxismo*.” Mais do que considerar aqui o marxismo como uma problemática teórica ou um complexo categorial tratar-se-ia de reivindicar a *política da tradução* para uma *tradução da política*, isto é, uma equivalência *em geral* do que iremos chamar de *tradutibilidade* ao conceito de *unidade dialética entre teoria e prática*. A pesquisa histórico-teórica da *verdade geral* de um *marco epocale* é o que deve ocupar o historiador dos processos sociais e o crítico de ideias. Se é verdade que “se se desejar uma mesma refração é preciso toda uma série de retificações dos prismas singulares”, e, “encontrar a identidade real sob a aparente diferenciação (...) e encontrar a substancial diversidade sob aparente identidade” é a qualificação mais essencial e dom o mais delicado do historiador social de ideias teóricas, também o é que o tema da «*língua unitária*» é ponto de partida – e chegada – do *ato de ler*. Em um trabalho como este a leitura não pode passar incólume como uma *naturalização* de procedimentos *linguísticos* – ou *extralinguísticos* – implicados aí na sociabilidade humana.

Toda *leitura* traz *desafios* que carecem de alguma *problematização*. Tanto o leitor quanto o autor apresentam remissão a *valores* e crenças, *visões* sociais de mundo; *paixões*. Tomando-se ao texto em um dado con-texto o leitor, invariavelmente, estabelece com este uma relação de tensionamento: sendo interpelado; perscrutado; *inquirido*. A relação não é tranqüila pois que, entre o *ato de escrita* e a *leitura*, há sempre um *distanciamento* espaço-temporal, *i.e.*, um *estranhamento* recíproco. Por isso, uma reconstrução *hábil e cuidadosa*, refazendo as questões que este dirigia à sua hora (e desde seu lugar) e as soluções mesmas que o mesmo apresentava para essas, se faz necessário. Ler os *Quaderni del Carcere* (QC)

dum Antonio Gramsci, *p.ex.*, adiciona elementos perturbadores à empreitada, posto que seguem desafiadores para tempos e espaços que não os seus. Essa *contextualização efetiva* não deixa de ser uma forma de *tradução*, ao menos no sentido *dialético* e “mais geral” que Gramsci e/ou Walter Benjamin,³⁹ além de Marx e Engels, o conceberam. A concepção da *tarifa tradutória* benjaminiana bem como o cânone de interpretação da *tradutibilidade* em Gramsci são uma espécie de *tradução atualizadora e ressignificante* de inquietudes marx-engelsianas que a sua vez são versão de *subjecto* de preocupação do próprio *Georg Hegel*.

Uma primeira aproximação, a respeito deste *complexo gramsciano*, poderia ser não se tratar de uma concepção em nada tradicional/literal da tradução tal como a conhecemos usualmente, por um lado, e tampouco versar questão filosófica de fácil apreensão, por outro. Para dar início a esse *detour* intelectual é preciso reconhecer uma *démarche* teórica que, a partir de Gramsci, remonta a toda uma concepção integral do que é a «língua» (e as “linguagens”). Através duma apreensão *ampliada* de língua tal *concepção total de mundo, de homem e mesmo de conhecimento* – e do cânone de interpretação da *tradutibilidade* de distintas *linguagens* filosóficas, históricas e políticas –, Gramsci desenvolve uma série de reflexões, apuradas e consistentes, sobre o trabalho tradutório lato sensu, pensando sempre nas discordâncias de tempos-espaços entre Passado e Presente, Velho ou Novo, Simples e Complexo, Norte-Sul, Oeste/Ocidente/Esquerda e Leste/Oriente/Direita, Cidade e Campo, Dominantes/Dirigentes e Dominados/Subalternos, enfim, Centro e Periferia. *Seria, então, toda uma história materialista francesa “tradutível” à filosofia idealista alemã? Seria “conversível” a profundidade do Renascimento meridional, ou similar, em extensão, para com a Reforma setentrional? Como se “verter”, à experiência histórico-política russa, a idiomas europeus?* Nos escritos sardos – carcerários e pré-carcerários – pode-se relacionar um «conceito da tradução» que amplia a seu escopo e espectro já para além do texto, até o *con-texto estendido*. A tradução é, daí, concebida como uma forma de *mediação* dialética entre diferentes civilizações estatais integrais (ou culturas nacionais-populares), sendo aí a própria língua concebida tal qual *concepção integral de mundo*. Em carta pessoal à sua companheira Julia Schucht Gramsci expõe tal *outra* concepção, de um modo algo *didático*

não tão-somente traduzir *literalmente*, mas *traduzir os termos – inclusive conceituais – de uma determinada cultura específica para outra*, ou seja, *esse tipo específico de tradutor deve ter um conhecimento crítico das duas civilizações e ser capaz de fazer com que uma conheça à outra*, usando-se da linguagem historicamente determinada, daquela para a qual se intenta ofertar o material informativo (Gramsci, *Lettere del Carcere*, 1975, grifos).

³⁹ Para uma discussão detalhada do conceito de tradução, ver: Susan Kramoff/Laura/Thomas Marie Gramlich

Como já se sabe, parte importante da estrutura propriamente analítica das teorias histórico-político-filosóficas do revolucionário meridional provém de uma sofisticada e já algo instigante reflexão crítica – com a qual Antonio Gramsci travou contacto intelectual mais sistemático/profissional, já no sistema universitário – a respeito das “línguas” (e das “linguagens”) como objeto (e como instrumento) de conhecimento da realidade. Um dos movimentos conceituais mais fulcrais na oficina do pensamento gramsciano, bem se sabe, se refere à categoria da «**hegemonia**»: *não é possível conceber a tal movimento apartado da reflexão sarda propriamente linguística* e isso diz – e muito – a respeito dos estudos da linguagem para um pensador que muito cedo teve que romper com a «*palla di piombo*» do provincianismo meridional (e seu caráter dialetal) nas relações Sul-Norte, rural-urbano ou, enfim, camponês-operário. Uma já séria reconstrução historicista-filológica (mais detalhes do *método genético-diacrônico* de “ler Gramsci”, In: Bianchi, 2008) das notas dedicadas à *questão da tradução* se faz necessário, para avançar terreno sobre o cânone heurístico da *tradutibilidade* qual Gramsci o concebeu. A “língua”, nos *Quaderni*, via de regra indicia à “língua natural”, *tal italiano, francês etc.* A língua, *nesse sentido*, é compreendida como um “elemento de cultura” – “e ainda de história geral” (Q3 §76) – ou, fazendo referência à Itália após-*Risorgimento*, esta se volta o que viria a ser “língua unitária comum” (Q29 §3).

Se é certo que o *momentum* dialético do *Nacional-Popular* constitui eixo-norteador do estudo mesmo do modo de vida na *Modernidade-Mundo*, galvanizando à atualização – na Política e nas Letras – da experiência histórica formativa dos Estados-nação, *é a língua a sua estrutura movida e movente*. As “línguas naturais” são um *compósito resultado* que tem lugar na trama das relações sociais e políticas e são, sobretudo, produto da história de intrincadas lutas de classe. A história da *supremacia linguística* do que hoje se conhece como o *vero italiano* ou *italiano (florentino, toscano; língua comum)*, por exemplo, reflete (e refrata) – não de um modo unívoco-esquemático – a todo um processo histórico referente a uma unificação nacional complexa, peculiar e em tempos descompassados para com a própria Europa Ocidental. Uma generalização idiomática dos modos de escrever e de falar línguas itálicas, oriundas da província Toscana e/ou sua capital Florença, obviamente, não pode ser descrita – sem uma maior problematização – enquanto «*naturale*», e nem é essa a perspectiva *política* do comunista. O *lugar* do ato de fala gramsciano impõe detida teorização sobre a *mediação* (intelectual) numa formação social «nova e velha». A *questão da língua «se traduz»*, *por assim dizer*, na questão da relação entre intelectuais e povo-nação em um país no qual – durante mais de seiscentos anos – a escrita foi monopólio da Igreja Católica.

Todas as vezes que aflora – de um modo ou de outro – a questão da língua, significa que se colocam daí uma série de outras questões: a formação e alargamento da classe dirigente, a necessidade de estabelecer relações mais íntimas e seguras entre grupos dirigentes e a massa nacional-popular, isto é, *de reorganizar a hegemonia cultural*. (Q29 §3 grifos).

Um novo “latim vulgar ilustre”, e/ou a sua *generalização*, passa pela ampliação da participação social popular real na vida ideopolítica cultural-nacional. Gramsci se refere a Alessandro Manzoni, o responsável letrado pela galvanização do debate no *Novecento* peninsular. De-há pouco afirmava este que *De Vulgari Eloquentia* – de Dante Allighieri – deveria ser entendido enquanto um “ato de política cultural-nacional” (no sentido que o vocábulo “nacional” tinha, à época de Dante), e que «*um aspecto da luta política sempre foi aquela denominada tal como ‘a questão da língua’ que, desde este ponto de vista, se torna interessante estudar*». Consistia na resposta intelectual ao esfacelamento da unidade política com o fito de reforçar camadas intelectuais unitárias cuja existência *Risorgimental* italiana importava. O “dialeto” não deixa de ser uma parte fundamental deste complexo. A inquietação sobre a possibilidade efetiva de se expressar – *e comunicar* – mediante uma “língua verdadeira” –, o “dialeto”, no sentido mesmo de uma *real comunidade* semiótica,⁴⁰ que compartilha a códigos e sistemas, *operosa e operante* – se justapunha à preocupação mais urgente por difusão de um idioma nacional capaz de manifestar uma *nova hegemonia*.

Nada obstante os usos e costumes dialetais não fossem reprováveis de *per se*, a sua exclusividade consistia num problema, qual seja, um verdadeiro obstáculo cognoscitivo à massa popular, no sentido da possibilidade efetiva do conhecimento de expressões as mais diversas, da política e cultura modernas, condição esta que só o idioma nacional ofertaria; e pressuposto elemental para que um grupo social subalterno conquiste à função diretiva. (Daí que a língua, *enquanto questão*, se imponha no que tange a um *princípio educativo* e àquilo que Gramsci chamaria, como já o veremos, *jornalismo integral*.) Expressar-se tão-só via dialeto – e compreender, *parcialmente*, o idioma nacional – implica *intuição-de-mundo* mais ou menos *restrita/provinciana/fossilizada/anacrônica* em relação a grandes correntes de pensamento que dirigem à história mundial e, ainda, interesses restritos, mais ou menos *corporativos* ou *economicistas*; não-universais. Conhecer ao próprio idioma oportunizaria tradução de grandes culturas (ou civilizações integrais), isto é, uma grande língua nacional – historicamente rica e complexa – poderá traduzir qualquer Outra grande cultura, ou seja, ser *uma expressão histórico-mundial*, enquanto que o dialeto *não* possibilita uma tal gesta.

⁴⁰ Para Boothman a *comunidade* só pode se dar sobre a base de seus grupos sociais diversos, com seus *estilos dialetais* próprios e hábitos linguísticos diferentes, mas refletindo forças de coesamento. (p. 25)

O processo de ensino-aprendizagem de outros idiomas – «*a fim de colocar-se em contato com vidas culturais diversas*» – pode não ser possível para um indivíduo da classe trabalhadora, por motivos que sua condição assalariada, em geral, impõe à vida operária, em específico; mas é, *de fato e de direito*, já seja real ou metaforicamente, um pressuposto insoslaivável *para um processo revolucionário de nexo nacional-internacional* tal como o compreendiam os próprios fundadores do materialismo histórico. As notas preliminares de tal relação dialética, entre *Tradução e Revolução*, podem ser conferidas enquanto *gestus* na quiçá mais “semioticista” das obras de K. Marx: «... *o principiante que aprende um outro idioma traduz sempre as palavras deste idioma para sua língua natal; mas só quando puder manejá-lo sem apelar para o passado e esquecer sua própria língua no emprego da outra, terá assimilado ao espírito desta última e só daí poderá produzir livremente.*» (18 *Brumário de Luís Bonaparte*, v/e, 1852). Aqui a metáfora marxiana se dá em um dos mais célebres excertos sobre o núcleo central da concepção dialética da história e versa, literal e literariamente, sobre a relação passado/presente, vis-à-vis à construção de um futuro novo.

Após um breve excursão sobre concepções integrais de língua/dialeto nos estudos gramscianos chegamos *por fim* ao que o italiano concebeu como *linguagem*. Se os estudos específicos sobre *linguagem* têm *uma vasta tradição* dentro do pensamento marxista,⁴¹ os motivos de Gramsci adquirem, a tal respeito, acentuação propriamente *política*, entorno à aferição, sobretudo, das suas *relações de poder*. A linguagem é, daí, compreendida em sua especialização técnica e científica, nos termos da *análise concreta de situações concretas* de *realização* da língua. Isso compõe à tradução já nos seus mais diversos eixos e níveis – sintagmáticos/paradigmáticos, sincrônicos/diacrônicos, verticais/horizontais... – e, enfim, a possibilidade/necessidade de equivalência dentro de uma mesma *comunidade* semiótica. A formação social peninsular, e o desenvolvimento do capital no país, sabe-se, assumiu forma *tanto complexa*, quanto *bastante peculiar*. A construção *tardia* de um Estado-nação tipicamente liberal-burguês, determinou, por fim, a “via italiana”; a partir de um processo *histórico* de difícil apreensão. E, ainda, uma *geografia* natural bastante diversa – formada por montanhas altas e ásperas, reentrâncias e vales isolados, costa extensa e acidentada, além de salpicada por várias ilhas –, com uma longa história de ocupações por diferentes povos, formou a uma miríade de aglomerados humanos diversificados, que se refletem até hoje em modos de agir e pensar, compondo plêiade de dialetos/línguas, em *toda* península.

⁴¹ Williams, Benjamin, Lukács, Vigótski/Leontiev, Bakhtin/Volochinov, Pechêaux/Althusser, Schaff etc; ainda e quando não haja algo duma teoria sistemática da linguagem em Karl Marx e Friedrich Engels. É necessário distinguir, contudo, uma concepção total da unidade – uma concepção total da unidade – de uma concepção da unidade social.

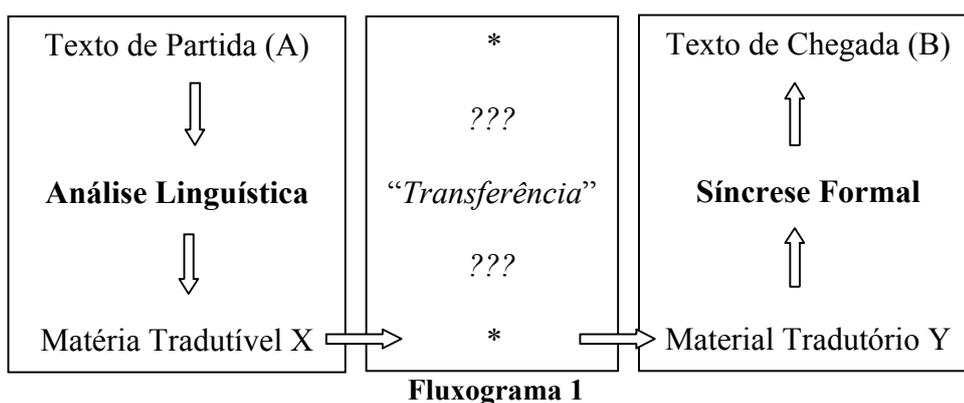
Se, para Gramsci, toda língua constitui uma *concepção integral de mundo* – «e não uma veste que serve indiferentemente, como forma, a qualquer conteúdo» –, as linguagens *específicas* – já em seu interior – se refeririam a *classes, frações, grupos e camadas*, numa série de esferas da vida, que não só as *estritamente culturais* (Boothman, p.12).⁴² Assim, o conceito de *tradução* operaria a partir da premissa da possibilidade (e da necessidade) de tradução (e versão) entre diferentes *línguas/dialetos* de Partida e de Chegada, obviamente; mas, também, entre as diferentes *linguagens* que se expressam em seu interior, coetânea e coextensivamente. Porém, a *concepção de cultura* em Gramsci se põe, como sói acontecer às ciências humano-sociais, de um modo *plurissígnico*. Toda discussão sobre *supremacia* ou *prestígio lingüístico* contém traços de *hegemonia*. Isto é, Gramsci pode se referir tanto a *culturas* nacionais e populares quanto a *culturas* hegemônicas e subalternas, a partir da *centralidade da política no interior dos conflitos que caracterizam à práxis*. Boothman (2004) oferece rica leitura sobre as notações de Gramsci, endereçadas ao conceito de *tradução*.

A *tradução* se trata de um ato preeminentemente *intercultural* (idem, ibidem) e não é por Outra razão que esta consubstancia uma *forma lingüística* específica, em que todos podem reconhecê-la tal qual. A sua vez, a *tradutibilidade* não é uma descrição objetiva de uma prática empírica mas, antes, um conceito mesmo de toda *uma linguagem histórico-filosófica original* ou, para todos efeitos, “lexema de um léxico” (ou “filosofema de uma filosofia”) enquanto *unidade atribuidora de sentido*. Boothman remete-nos à categoria de “paradigma científico” – *discursos* teóricos que compartilham uma mesma *problemática* –, de Thomas Kuhn, para explicar, inclusive, ao método gramsciano de *apropriação crítica* e renovadora dos conceitos pertencentes – a outros horizontes intelectuais – e a demais épocas históricas. Em sua crítica à filologia acadêmica nota-se que a inquietude de Gramsci pela *questão da língua* não se trata de uma especulação filosófica abstrata, mas expressão da necessidade de elevação político-cultural concreta da classe do trabalho, *i.e.*, no sentido da possibilidade histórica de abolição da distinção política entre governantes e governados. A *língua/linguagem*, para Gramsci tanto quanto para Marx, tem sua gênese e devir na *práxis*. As formas de consciência social do homem se processam por meio de sistemas de signos que são constituídos e constituintes, desde o seu intercâmbio inter-humano. As mudanças lingüísticas são uma questão *trans-individual*, isto é, se dão no interior de *relações sociais* de influência molecular ou inovações massivas, com eixos verticais e horizontais e níveis descendentes e ascendentes. Porquanto; *a afirmação de seu caráter intercultural é fulcral*.

42 *Ver Gramsci, 1977, p. 12. De Gramsci, 1977, p. 12. De Gramsci, 1977, p. 12. De Gramsci, 1977, p. 12.*

Gramsci opera a *passagem* de uma língua⁴³ à outra – *i.e.*, uma cultura/civilização a outra – dum modo distinto à grande maioria de outros autores que tratam do *conceito* de tradução.

O autor exemplifica – como se pode notar no *Fluxograma 1* – como a lingüística de uma maneira geral opera teoricamente uma tradução literal *stricta*. Esta seria um percurso que se inicia com a análise gramático-sintático-lexical de um Texto / Língua de Partida A que, para “transferir” este a uma segunda língua, antes, reestrutura-o, “sintaticamente”, para chegar à mensagem adequada – *enquanto mensagem* – na Língua / Texto de Chegada B. A contribuição gramsciana – à versão, “*stricto sensu*”, de tradução – consiste em formular questões atinentes àquilo que ocorre no *interregno* da “transferência” entre as Línguas (ou Linguagens), de Partida (A) e de Chegada (B), ou, *tão mais propriamente*, entre as duas culturas/civilizações distintas. Gramsci, para tal, roga tradutores-intérpretes desempenhar, aí, a reconstrução dum quadro geral de *anatomia* mesma das duas culturas/civilizações em presença e, além disso, delinear estrutura, funcionamento e dinâmica que as caracterizam para compreender limites e natureza do labor tradutório dentro da relação texto / contexto. Não é outro o sentido da recomendação de Gramsci, em carta à sua companheira de vida, sobre o significado *supraliteral* – e *extralingüístico* – duma tradução intercultural *dialética*. Sem grande dificuldade podemos compreender que se trata aqui do *conceito de mediação* sobre o qual versaremos oportunamente e que o lexema “transferência” *não* logra traduzir.

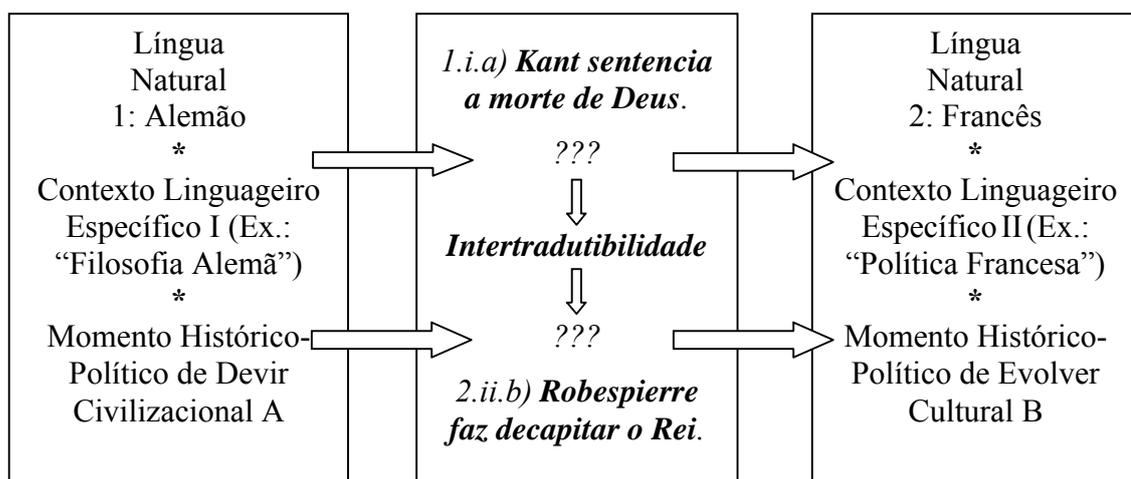


Essa sua missiva não é menos exigente. Para Gramsci, o problema da tradução envolvia, certamente, uma questão literal/lingüística mas, muito claramente, *não só*. Uma *teoria da tradução*, de cariz gramsciano, parte de *potencialidades e obstáculos* do ato intercultural para uma recíproca fertilização intercivilizacional, em distintos eixos e níveis e, por isso, os saberes lingüísticos – gramatical/sintático/lexical – se tornam um resorte fundamental, muito certamente, mas *não esgotam* a questão tradutória em sua riqueza de determinações.

43 *Uma Nota sobre o método de Gramsci (1932-1933)*. Disponível em: <http://www.gramsci.org.br/pt-br/verbo-gramsci/verbo-gramsci-1932-1933>

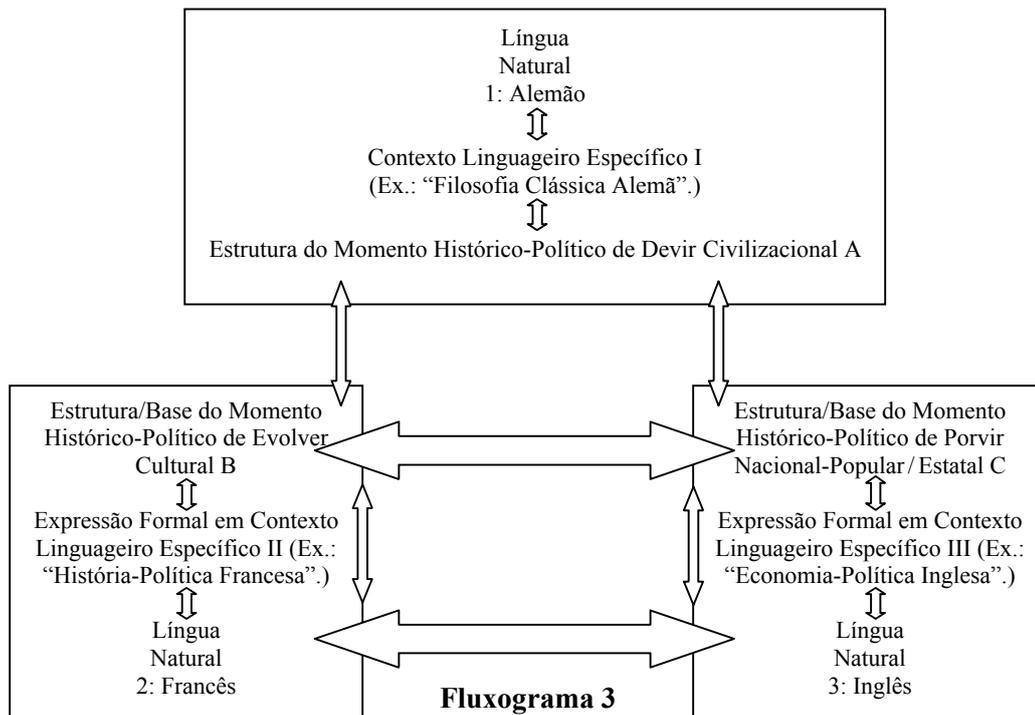
Por sua vez, o conhecimento das *millieux* das comunidades semióticas às quais pertencem as dadas linguagens, “historicamente determinadas”, de Partida e Chegada, constituem um momento preponderante, do qual o resorte supracitado é não mais que pressuposto vital. Os primeiros *grundrisse* dos principais parágrafos sobre respectivo assunto datam de volta aos *Quaderni* 4, 7, 8 e 9 (Texto B). A inspiração para a noção operativa de *tradutibilidade* remonta aos escritos de Marx que, a sua vez, havia tomado a questão de Hegel; mas este a amplia, ao incluir a um subtópico de tradução entre “paradigmas científicos” (através do matemático/filósofo Vailati). O resultado leva o autor a distinguir *dois tipos de tradução*.

i) Um tipo a que poderíamos denominar “*stricto*”, e que se além a traduzir às linguagens internas a uma dada disciplina. É o tipo a que Gramsci chamará de “*primeira instância*”-*tradutibilidade*, lembrando que aqui *linguagem* é substituível por “paradigma” (Q11 §48). Neste, a tradução não se trata dum processo “direto” (ou “horizontal”), como pode parecer (etimologicamente) consistir o se levar (*trans-ferire*) alguma coisa dum lado ao outro (*tradurre*); mas é um ato no qual, da *propositura* expressa em uma “língua natural” descende-se – mediante diferentes *níveis* de “superestrutura” – até a “estrutura” de uma determinada civilização, para depois então passar à estrutura da segunda cultura e emergir, *através da superestrutura*, na superfície desta última refletida por uma dada *propositura dessa língua*. Vejamos, no *Fluxograma 2*:



Fluxograma 2

ii) Outro *tipo* de tradução – já em forma histórica, “superior e total” – poderia ser chamado de “*mais geral*” ou mesmo de “*ampliado*”. Trata-se daquele dado entre diferentes *culturas nacionais-populares*. Este tipo corresponde à possibilidade, sugerida por Marx, da tradução entre culturas nacional-populares – ou *civilizações estatais-integrais* – tais como as francesa, alemã e inglesa. Este tipo de tradução tem fundamentos nos *Quaderni* 10 e 11.



Gramsci pensa o cânone da *tradutibilidade*⁴⁴ enquanto *metáfora* atuante entre duas culturas, ao invés de se dar, tão-só, entre duas línguas naturais; mas também apresenta o conceito Outro, isto é, entre duas línguas unitárias, dialetos e/ou *linguagens* específicas. O problema que interessava a Gramsci não era tanto a necessidade da tradução em-si mas a razão para-si duma “tradução” ser possível/factível. O *Quaderno 11*, «Tradutibilidade das linguagens científicas e filosóficas», Gramsci expõe: “Em 1921, tratando de problemas de organização, V. Ilitch escreveu – ou disse (mais ou menos) – o seguinte: não soubemos ‘traduzir’ nas línguas europeias a nossa língua.” (§46). Aqui o termo “traduzir” é usado no sentido *metafórico* – e de *pró-memória* – enquanto a “língua” aí indicia complexo cultural de dado país. Cotejando o *Apparato Critico* (Q7 §2N1, p.2748-9) nota-se que o líder russo fala/escreve: “apresentar” (*traduzir*) «nossa experiência» (*nossa língua*) a “estrangeiros” (*línguas europeias*). Ao introduzir a um tal conceito de “tradução” (do italiano “tradurre”, “expressar”/“interpretar”, significando tanto a uma tradução de tipo *lingüístico*, bem como “convocar”/“transferir”, no sentido *extralingüístico*) torna-se daí possível explicar como a “apresentação” de “nossa experiência”, ou, a *Revolução de Outubro*, requer a *mediação* dialética dum contexto para Outro, e não só a sua mera reprodução; *mecânica*. Com este conceito *ampliado* de tradução torna-se aí possível, também, “ampliar” o *sentido da tarefa tradutória*. Se certamente tem um aspecto *literário*, compreende-o e **supera-o**. A *derrota* histórica das revoluções alemã, húngara e italiana não se trata de um problema *lingüístico*.

⁴⁴ Gramsci diz ainda que só a “filosofia da práxis” permitiria tradução; *mais geral*, orgânica, profunda.

Tal ato “metatradutório”, gramsciano, se volta aqui para a esfera da organização coletiva e formação integral e tem enquanto objetivo precípua o princípio educativo internacionalista.

A seguir, neste mesmo *Quaderno*, Gramsci reúne algumas notas em que se dedica à questão do *espelhismo*, posto por Marx, entre a linguagem “jurídico-política jacobina” (francesa) e a “filosofia clássica alemã” (numa tradução “geral”; de “segundo grau”). No *Quaderno 10* ele expunha a Crítica crítica ao movimento que Croce opera na filosofia – ao retraduzi-la, *reaproximando-a de Hegel* – e propõe *um retorno à filosofia da práxis*, como uma *nova tradução*. É destas notas – e da *análise comparativa*, entre os Textos A e C, das mesmas – que Boothman reconstruirá às razões e significados para a tradução gramsciana. *Vale a pena sumarizar os resultados parciais obtidos pelo estudo de Boothman a respeito:*

- i) Não se trata de se traduzir, tão-somente, termos e conceitos pertencentes a uma mesma matéria e sim, sobretudo, reconhecer que matérias distintas – diferentes *linguagens* tal qual “história”, “filosofia” ou “política”, *p.ex.* – podem advir a pressupostos fundamentalmente tradutíveis, *i.e.*, podem ser postas vis-à-vis entre si e, *sucessiva e reciprocamente*, serem *transcriadas* considerando a diferentes horas e lugares, épocas e continentes, em presença.
- ii) Para Gramsci a tradução pode assumir viés de *duplo caráter*. A cultura de uma Nação está expressa na língua que, por sua vez, é objeto da tradução para uma outra e, a última, constitui *o modo mesmo que expressa/reflete à cultura desta Outra forma civilizacional*.
- iii) Por fim, *para que a tradução entre duas concepções de mundo seja factível* ou elas devem estar em um mesmo *momento* – ou, ao menos, em momentos equiparáveis – ou uma delas deve já ter passado por momentos *correspondentes*. Por isso, uma civilização menos avançada poderá encontrar tradução nos termos/conceitos de cultura superior, conquanto esta não logrará uma tradução no interior da primeira. Para além de compartilhar códigos e sistemas de dada *comunidade* semiótica as pessoas precisariam reportar uma experiência *comum* – ou *similar* – para que possam, minimamente, *compreenderem* umas às outras. A linguagem se dá no interior das gêneses e devir de uma sociabilidade que tem, nas suas origens, a *atividade* vital humana de produção/reprodução das condições de sua existência.

Considerando os diferentes eixos e níveis tratados (*via* Boothman; *apud* Gramsci) a respeito do conceito de *tradução* dialética e seu *cânone* de interpretação, a *tradutibilidade*, podemos chegar à conclusão de que a filosofia da práxis se propõe ou aspira à condição de uma *tradutora-intérprete histórico-mundial* de diferentes concepções totais de mundo com o fito autodeclarado de, *como quem sabe que no princípio* – e antes do verbo – *fôra ação*, (re)construir a uma nova civilização, integral, do gênero humano mundialmente unificado.

Um “saber” tal os alemães + um “fazer” qual os franceses. Adjuntar a Engenharia Politécnica, das Americas, à Economia Política, da Europa. Reanudar dialeticamente a extensão alcançada pela Reforma, ao Norte da Europa, com a profundidade lograda pelo Renascimento, no Sul Europeu. Combinar, já desigualmente, às inovações temáticas, da Ilustração – com as conquistas formais – do Romantismo. Tal «conceito de tradução», em Gramsci, compreendia *uma concepção do próprio novo materialismo dentro do processo histórico.* De alguma forma, em alguma medida, o *devir-movimento* da filosofia da práxis implicava sua *generalização* – para o sardo – numa espécie de *novo senso comum teórico-político* capaz, este, de *sintetizar experiência vivida para além das fronteiras nacionais.* A *aposta comunista* do autor italiano consistia na possibilidade e necessidade histórica duma filosofia que viesse a *expressar/refletir* a unificação histórico-mundial do gênero humano. O cânone da *tradutibilidade* se expressa em linguagem que não é uma mera vestimenta a servir, como forma, a qualquer conteúdo. Seu objetivo não é um Outro senão vivificar uma *nova forma histórica* “regulada” de *Outro mundo* – possível e necessário – *superior e total.*

Para além da lingüística, o mundo das letras se faz presente, no *lessico gramsciano*, também, através das *figuras de linguagem.* Gramsci é pródigo em estabelecer critérios de interpretação para lidar com a natureza (e os limites) das *metáforas* no desenvolvimento filosófico das visões de mundo. Reconstituir o sentido *não-literal* de *atos enunciativos* – de modo a des-mecanicizar uma (*in*)compreensão *reificada* – é parte importante da atitude crítica de Gramsci perante a letra do texto, por exemplo, dos fundadores do materialismo histórico. As descobertas e os avanços intelectuais e teóricos se manifestam *literariamente* sobretudo quando não é possível, *com a linguagem disponível*, expressar tais conquistas e inovações senão por meio de *novas figurações*; de *sucessiva aproximação.* O processo de significação neste caso se dá por uma orientação geral e certas linhas tendenciais mais que uma unívoca relação forma / conteúdo, em geral, e *significante/significado*, em particular. Quando uma concepção dá lugar a outra – ou, quando um “paradigma científico”, *velho*, é superado por outro, *novo* – a linguagem com que se expressa o discurso teórico renovado configura uma transcrição *metafórica* do sentido original que possuía no discurso antigo. O autor sardo chega, enfim, a dizer que *toda linguagem é metafórica* em pelo menos dois sentidos: i) em relação ao material-sensível, que todo signo reporta como *forma* e ii) em relação a civilizações precedentes, em seus contextos *linguageiros originários.* Pôr limites (metafóricos e figurativos) em novas linguagens teórico-científicas dentro de sua efetiva contextualização permite ao historiador social e ao crítico das ideias melhor *compreensão.*

O próprio conceito de tradutibilidade se dá como uma metáfora lingüística. O ato de tradução é possível posto que a «gramática histórica» expressa viés *comparativo*, *i.e.*, o labor tradutório se funda sobre a práxis da qual a língua é momento movido e movente. O pressuposto de um sistema de intercambiabilidade de códigos diversos se aplica a uma série de substratos basilares, duma *epistemologia* de matiz *realista*. Neste sentido nós nos referimos, por exemplo, à relação dialética entre o movimento do *real* e o movimento do *conceito*, à redutibilidade recíproca entre *teoria* e *prática* (e viceversa) ou, com as devidas mediações, sobre o nexos que há – unidade + distinção – entre “concreto” e “abstrato”. Já comentamos que a prática/política/francesa encontrava – para o próprio Marx – *tradução*, contemporânea e coextensiva, à teoria/filosófica/alemã. De modo similar, podemos pensar a sofisticada elaboração do jovem Marx duma *intertradutibilidade* de *crítica* da Religião, entre os alemães, e *crítica* da(o) Política(o), nos franceses. Ou, para pensarmos passagens mais propriamente político-práticas – da vida e da obra de Karl Marx –, a relação que este estabelecia entre uma “forma”=*Estatutos e Resoluções da Associação Internacional de Trabalhadores* (AIT) e o “conteúdo”=*revolução europeia quarentottesca*. Há uma sensível diferença entre um ato de enunciação da impositação programática imbutida ao momento fundacional da AIT, em 1856, e aquele registrado no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848 (ambos os documentos da lavra e próprio punho de Karl Marx). Em correspondência de Marx a Engels diz-se que ainda passaria algum tempo antes que o novo “movimento revivido” se lhes permitisse usar da velha “linguagem audaz”, a necessidade conjuntural seria *ousadia no conteúdo + moderação na forma*. O novo documento expressava a um só tempo uma heterogeneidade de níveis e eixos de desenvolvimento político-teórico no seio mesmo da AIT assim como rudimentos elementais de ideias fundamentais do *comunismo*. A aposta de Marx era no sentido de que a práxis revolucionária faria avançar às formas de consciência, em frente unitária de ação e, daí, uma nova concepção dialética da história – exposta, cristalinamente, no opúsculo – conquistaria hegemonia neste movimento-partido. A *intertradutibilidade* entre teoria e movimento – ou *forma e conteúdo* – baseava-se em uma percepção: a própria AIT era a *tradução* internacionalista (“ato histórico”, mais que estritamente “mental”) ou culminação político-organizativa – e *devir inicial* – marcada já por intensos modos de solidariedade ativa, e resistência proletária, desenvolvidas pelas parcelas mais avançadas do nascente movimento operário socialista em diferentes Nações, baseadas, estes, na construção duma nova concepção total de mundo que – para além das fronteiras nacionais – dinamizaria *projeto* coletivo de *autoemancipação* dos trabalhadores.

À celebração de uma grande assembléia internacional de trabalhadores em Saint Martin's Hall – no Distrito de Long Acre, Londres, Inglaterra; por ocasião de uma Feira Industrial, suntuosa e autocelebratória do Sistema, conhecida como «*Exposição Mundial*» – o prussiano fora, aí, eleito por seu recém-comitê, de franceses e ingleses, para redigir um manifesto programático que fundasse bases à nova organização mundial. A meio-caminho entre a Primavera dos Povos e a Comuna de Paris – 1864 – Marx se pôe à cabeça da tarefa. Glosando (criticamente) à pré-história dum «*World-Marxism*»⁴⁵ para o Séc. XX e para um público de escassa tradição teórica marxista, o trotskista estadunidense George Novack reafirmou que se o Manifesto do Partido Comunista teria sido *antecipação* teórica do movimento operário moderno e, a Comuna de Paris, a *antecipação* revolucionária da ditadura do proletariado a AIT, por sua vez, fora nada menos que a *antecipação* prática do associativismo mundial proletário ou, como ficaria conhecida, a «*Primeira Internacional*». O *novo-internacionalismo* incorpora tal necessidade de solidariedade em base à identidade *coletiva* e projetos *comuns* mas vai além, embasando *nova compreensão* do imperialismo moderno qual época histórica de “atualidade da revolução” proletária. Longe de ser – nas palavras do mesmo Novack – *um dogma, um sonho ou um ideal sentimental impossível de realizar*, este *novo-internacionalismo* é a *nova tradução* de realidade e necessidade *para uma forma civilizacional Outra*. Em sua análise do imperialismo Leon Trotsky, *seguindo os passos de V. Ilitch*, destaca a contradição mesma entre os Estados-nação e a crescente mundialização do capital e sua respectiva manifestação nos conflitos dados, entre a lei do valor-trabalho no Mercado Mundial e sua regulação estatal, por um lado, e o Centro e a Periferia do sistema, por outro. Um *neointernacionalismo* para uma *nova* Ordem do capital.

A ênfase agora é posta na necessidade de contrapor, ao *novo-velho* imperialismo, a ação internacional operária e socialista organizada. O *novo-internacionalismo marxista* dos Séculos XX-XXI incluiria um esforço nuclear *sistemático* e *profissional* para coordenar a movimentos sociais e políticos de autoemancipação do proletariado mundial e alterar às relações de forças em presença no cenário nacional mas, também, na cena mundial. Tal esforço só poderia ser *politicamente* eficiente se estiver concretizado *historicamente* numa *organização internacional de trabalhadores*. Depois da falência da socialdemocracia e do colapso do regime stalinista essa organização se *retraduziria* à *Nova Internacional*, para a qual Leon Trotsky dedicou suas melhores energias, ao longo de seus últimos anos de vida.

⁴⁵ Longe de conceito “pronto e acabado” – em base a I. Wallerstein – trata-se dum exercício de tradução. O *World Marxism* em *Marxism* *Mundo* remete também à constituição dum *Global World* *Global*

Em que residiria o fulcro do *conceito de tradução/tradutibilidade* à formação dum *internacionalismo* do mundo do trabalho humano para o autogoverno da produção da vida? Ora, há um *nexo* fundamental – *nacional-internacional* – no sistema *mundial* interestatal cujo desenvolvimento se dá de forma, sobretudo, *desigual e combinada* dentro da Ordem do capital. As formações sociais particulares – os países – devem ser compreendidas não como *unidades* nacionais, *em-si e para-si mesmas*, mas em meio a um orgânico conjunto heterogêneo constituído, este, por todo um *Sistema-Mundo*. Neste sentido, estas unidades nacionais – com as suas heranças políticas, e linguagens históricas – não se desenvolvem isoladas do restante do mundo. Mais do que isso, é necessário afirmar que só assumem significado *nacional* uma vez postas à luz da *História Universal*. A relação do que ocorre “para fora” das fronteiras nacionais com movimentos sociais e políticos “desde dentro” das mesmas é não só premissa do que é *tradução*, mas do ser próprio ao *internacionalismo*. Neste exato sentido se coloca a questão. Neste caso, como efetuar a tarefa “*tradutória*” (ou *mediação* dialética) dos acúmulos conquistados pelos movimentos sociais e políticos de outros países para o contexto *intranacional*? Como possibilitar apropriação-objetivação de experiências em *tradução* para além das fronteiras – *e do idioma nacional* – em que se produziram? É com esta problemática teórica que o tradutor marxista se defronta quando colocado diante do desafio de «utilizar-se de linguagem determinada»; e fazer com que diferentes culturas se conheçam uma à outra. Caso a assunção da tarefa tradutória parta da premissa mecânica/literal, tanto mais em ambiente estritamente histórico-político, mais provável é que incorra em erros, mais ou menos importantes. Não se trata de se depreciar o labor cristalizado à esfera *técnica* – ou o conhecimento *especializado* – em favor de um seu elemento *político*, ou seja, sua *direção* consciente. Tratar-se-ia de conceber *síntese* = *técnica* + *política* (especialização + direção).⁴⁶

O cânone da *tradutibilidade* em Gramsci não deixa de ser a tradução *metódica* de conceito *orgânico* ao *marxismo revolucionário*; e caro ao *internacionalismo* de Trotsky. A *leitura proximal* de Antonio Gramsci, dos textos italianos, oportunizou-lhe (exigiu-lhe, na verdade) uma complexa e serial concepção teórica do histórico-nacional e sua linguagem. Já o *ato de fala distanciado* de Leon Trotsky, contextos internacionais vários, lhe impôs (e, por outro lado, possibilitou) sofisticada / consistente prática política histórico-mundial e sua atividade. Aqui damos início a uma *primeira aproximação* ao tema Gramsci-Trotsky.⁴⁷

⁴⁶ Trata-se de problema eminentemente *intelectual* em sentido ampliado, *i.e.*, de *organização coletiva*.

⁴⁷ O mesmo título, neste trabalho, foi utilizado, desta vez, para designar de uma primeira aproximação.

O *tema* Gramsci-Trotsky – aproximações e distanciamentos entre a teoria e a política gramsciana e trotskiana – se trata de uma questão teórico-metodológica *fundante* para o presente trabalho, *por muitas e diferentes razões e significados*. A sua anunciação aqui, obviamente, não esgota ao assunto. *Não é mais que um debute*. Porém não se trata, contudo, de prévia desarrazoada. O cânone de interpretação metódico da *tradutibilidade* – o qual se alicerça com vigor e paixão na obra gramsciana – tem, qual pressuposto vital, a noção operativa orgânica do que é o *internacionalismo*. Não à-tôa tratar de tradutibilidade lingüística se relaciona, em especial, a aspectos, centralmente, *extralingüísticos*. Como o *ato metatradutório* de A. Gramsci sobre um V. Ilitch põe de manifesto, uma preocupação é central nos seus estudos de linguagem: a possibilidade efetiva de experiências históricas e políticas encontrarem o critério de equivalência em realidades de outros tempos-espacos. Os problemas de organização coletiva e formação integral nascem da experiência vivida de necessidade e realidade postas a partir do núcleo ativador da Internacional Comunista, da Revolução de Outubro e das mais diversas experiências de *internacionalismo marxista*. Isto quer dizer que a tradutibilidade – *entre as teorias e as práticas, economia e política, estrutura e superestrutura, filosofia e história* – anima à práxis revolucionária que desde a origem pensou a si mesma tal uma perspectiva de superação dialética da barreira nacional, das chancelas espaço-temporais e da subalternização / periferização da classe do trabalho. Assim, a tradutibilidade *gramsciana* e o internacionalismo *trotskyano* são, em essência, termos e conceitos coetaneamente tradutíveis, dentro de uma só e mesma “linguagem”. Antes de passar a um “exercício de tradução” do *internacionalismo* trotskiano como uma *questão de método* (e a sua *atualidade e relevância*) para o estudo que aqui apresentamos, vale a pena fazer uma preleção dos desdobramentos do que até agora desenvolvemos do *conceito de tradução* e algumas de suas implicações para a investigação do agrupamento histórico-intelectual do projeto político-editorial da NLR inglesa e seu labor tradutório, já seja em sentido *estrito* ou *mais geral*. A assunção mesma da possibilidade/necessidade da tradução/tradutibilidade não implica uma versão (ou interpretação) *mimetizante* dos textos «tradutíveis» para os mais diversos contextos *extralingüísticos*, nem se reduz a noções de reiteração mecânica ou transferência literal. *Traduzir não quer dizer re-produzir mas*, sim, efetuar a *transcrição*,* a partir de uma dada linguagem, desde situação histórico-política com os seus substratos *equivalentes*. A verificação – e o controle – da possibilidade efetiva da tradutibilidade concreta traz, em-si, a possibilidade mesma de uma implementação das potencialidades e limites dum *marxismo vivo* dotado, *este*, de um «*critério interpretativo*».

Em W. Benjamin – n’*A TAREFA DO TRADUTOR* – também se pode encontrar a uma concepção que nega à oposição mecânica entre a produção (criação), no original, *versus* a reprodução (“mimesis”), já na tradução.⁴⁸ A *própria* tradução é afirmada enquanto um ato *produtivo* (=criativo) e não só *reprodutivo* (=mimético). (Na tradição didático-pedagógica dos *Readers* anglossaxões – p.ex.: VENUTTI, Lawrence. *The Translation Studies Reader*. London : Routledge, 2000 – Benjamin sói constar qual um partícipe ilustre dos anos 30 na formação de uma teoria da tradução. Em obras como essas é possível acompanhar o arco da trajetória, voltada para o ensino a estudantes de Letras com interesse no desempenho profissional das carreiras de tradutor e intérprete, desenvolvida pela história da tradução na esfera pública e as suas manifestações fenomênicas, passando por sua especialização mais técnica e seu respectivo acúmulo teórico até as perspectivas contemporâneas e várias influências de correntes de pensamento tais como o pós-estruturalismo, o feminismo e etc.)

Para construir uma *concepção de tradução* tal qual *atividade* – para além de *tarefa* literária e/ou método exclusivamente *lingüístico* – eminentemente *política* interessa deixar de lado tanto a mera *transmissão de conteúdos* ou *transposição de línguas*, a ideia-força da “*intradutibilidade*” inter-lingüística e, por fim, a noção vaga de uma “*tradução livre*”. O critério para o sucesso do labor tradutório não se limita à seara da “*linguagem*”. Se Engels já afirmou que – refutando à crítica de que, *no marxismo alemão*, «ações são só palavras» – «a abstração precederia a prática» poder-se-ia, assim, entender um nexos real existente entre a tradução, *stricto sensu*, e a tradução, *lato sensu*. Ao invés de traduzir, sempre, às palavras doutro idioma para a língua natal, de forma mimético-literal/mecânica, devemos ser capazes do *saber-fazer* com que uma civilização reconheça à outra, utilizando-nos da linguagem, historicamente determinada, da cultura para a qual intentamos ofertar material.

⁴⁸ Benjamin afirma que a tradução é uma *forma* no mesmo sentido que Adorno considera ao *ensaio*. Também Benjamin chega através de teorias da linguagem as mais diversas à noção da *tradutibilidade*. Walter Benjamin definiu à *má-tradução estética* enquanto uma “transmissão inexata, de um conteúdo inessencial”. O equívoco de *maus-tradutores* seria o mesmo que acompanha às teorias literárias desde a *poética aristotélica*, qual seja, o de *alienar* forma e conteúdo. E, tanto pior, asseverar o segundo como aquilo que se deve *transmitir*. Dessa maneira, a tradução que se proponha tal qual uma *transmissão de conteúdo cognoscitivo de texto* (e ignore sua organicidade formal), por maior *fidelidade* que clame, é a que tanto mais se distanciará do “espírito” mesmo, dessa obra, seguindo à tal concepção benjaminiana. Influenciada pela filosofia e estilística alemãs, pelas semióticas, e pelo formalismo e concretismo russos podemos afirmar que existe *certa tradição brasileira* de *transcrição poética* que se preocupa mais – proximal e atentivamente – em re-elaborar, já na língua *importadora*, alguns elementos em princípio “intradutíveis” desde a língua *exportante* – tais como ritmos e estilos literários, significantes sensíveis, arranjos formais/técnicas de escrita – do que preservar uma suposta *fidelidade* estrita ao texto original, p.ex., o já célebre volume de transcrição de Vladimir Maiakóvski do russo ao português brasileiro dos irmãos Campos e Boris Schnaiderman. Por caminhos diversos – como aquele que descreve o arco da

Da mesma maneira que dois “cientistas”, formados estes no terreno de uma só e mesma cultura fundamental, acreditam sustentar diferentes “verdades” somente por que empregam uma diferente linguagem científica (o que não quer dizer que entre eles não exista uma diferença e que esta diferença não tenha o seu significado), também duas culturas nacionais, expressões de civilizações fundamentalmente similares, acreditam ser diferentes, opostas, antagônicas, uma superior à outra, pelo fato de empregarem linguagens de tradições diferentes, formadas estas com base em atividades características e particulares a cada uma delas: a linguagem político-jurídica, na França, a linguagem filosófica doutrinária-teórica, na Alemanha. Para o historiador, na realidade, estas civilizações são reciprocamente tradutíveis, redutíveis uma à outra. Esta tradutibilidade, por certo, não é “perfeita” em todos os detalhes, até mesmo importantes (mas que língua é exatamente tradutível, em outra? Que palavra singular é exatamente tradutível, em outra língua?), mas o-é no seu “fundo” o mais essencial. É possível, também, que uma seja realmente superior à outra, mas quase nunca o-é naquilo o que os seus representantes e defensores fanáticos pretendem e, sobretudo, quase nunca em todo seu conjunto: o avanço mais real da civilização acontece graças à colaboração de todos os povos, graças a “impulsos” nacionais, mas tais impulsos quase sempre dizem respeito a *determinadas atividades culturais ou grupos de problemas*. (Q11 §48 grifos).

Ora, o crítico de ideias/historiador marxista opera tradução dialética *mais geral* não em busca duma “tradução perfeita” – de *palavra por palavra / sentido por sentido* –, mas, certamente, *orientado desde uma perspectiva realista, já seja na teoria e/ou na política*. A extensão da atividade vital humana à escala histórico-universal tornou ao gênero humano, *nesta forma histórica*, subsumido a poder que lhe é estranho – *opressão* tomada por uma *quimera*, daquilo ao que se intui tal «*Espírito Universal*» –, *poder*, este, tornado cada vez mais *maciço* e que se revela, em última instância, tal um *Mercado Mundial*. Poder social tão misterioso – *na linguagem teórica de forma filosófico-doutrinária à la alemã* – só pode ser abolido pela supressão do Estado / fenecer da forma histórico-social que lhe é inerente, tal seja, *desde o seu conteúdo de uma tradução prática histórico-política à la francesa*. À contradição entre as barreiras nacionais e uma crescente universalização do capital, forças e relações de produção; somar-se-iam, *veremos adiante*, tensões entre Mercado Mundial e regulação estatal ou ainda defasagem Centro-Periferia no vindouro Sistema Mundial inter-Estados, a configurar uma forma histórica *especificamente* Imperial da cultura humana. O processo histórico de *reconstrução* desta Cultura / Civilização humana e social mundial – entendida qual riqueza material e intelectual humano-genérica total – traz em-si o signo da contradição fundamental entre produção social *x* apropriação privada. A riqueza do gênero humano existe na *forma alienada* de valorização do capital pela *classe do trabalho*, classe tal que vive da reconversão de sua atividade de trabalho em mercadoria; trocando-a por um determinado *quantum* de dinheiro, *i.e.*, vendendo a força-de-trabalho em troca dum salário.

A emancipação social só pode se dar à medida que a cultura humana finalmente for se convertendo em *história universal*. A verdadeira riqueza humana total depende apenas do pleno estabelecimento da riqueza de seus nexos mais reais. Tão-só por tal meio pode-se libertar o homem das suas diversas barreiras nacionais e locais, ao passo de estabelecer a nexos práticos com a autoprodução da vida humana no mundo inteiro – inclusive aquela notadamente *intelectual* – e de se encontrar em condições reais de poder beneficiar-se da produção social do mundo inteiro, em todas suas esferas (enquanto *autocriação* humana). A forma-*cooperação mundial*, à escala da *história universal*, conscientizou-o de poderes engendrados pela reciprocidade de homens uns sobre os outros; esses lhe foram postos – até agora –, como se o foram poderes absolutamente estranhos (ao próprio mundo dos homens). N’*A Ideologia Alemã* fomos buscar fundamento mais basilar pelo qual se desenvolvem as formas de universalização da história do ser social humano-genérico sobre a face da Terra sob a fundamental contradição do esvaziamento das relações sociais daqueles que de fato são responsáveis por sua realização. A noção hegelo-marxiana, de *história universal* e um seu complemento, *i.e.*, a goetheano-marxiana, *literatura mundial*, são pressupostos vitais para a *forma-tradução* e a *forma-jornalismo* que pretendemos desenvolver qual mediações categoriais para o presente estudo. Se os momentos *mais importantes* e de *avanço real* da civilização acontecem já graças à «colaboração de todos os povos», graças a «impulsos» nacionais, que dizem respeito *a certas atividades culturais ou grupos de problemas*, não podemos crer que as tais riquezas – materiais-intelectuais –, em seu cerne engendradas, se sintetizem “naturalmente”. Os *impulsos nacionais de colaboração entre seus povos* se dão desde ricas e contraditórias *atividades de mediação* postas por *tradução* e por *jornalismo*. Obviamente não estamos falando de qualquer *tradução* nem mesmo qualquer *jornalismo*. Os atos de intenso intercâmbio cultural e tradução entre línguas são de vital importância para o acontecimento, mesmo, de grandes movimentos histórico-culturais da humanidade: *o Renascimento italiano, a Reforma alemã, a Ilustração francesa etc.* O que A. Gramsci concebeu como a protoforma vital do processo revolucionário mundial partia de ambições pouco (ou *nada*) comezinhas. Um *Marxismo-Mundo* que aspirasse a se tornar força efetiva de massas deveria constituir a síntese dialética de aspectos modelares de diferentes tipos: deveria combinar a *profundidade* intelectual do Renascimento com a *extensão* política da Reforma; propor-se-ia tanto a desafiar *teoricamente* à filosofia clássica alemã quanto a superar *praticamente* à história política francesa; impelir-se-ia, aí, a *reanudar o mundo da cultura ao mundo do trabalho*. E, para isso, fundar-se-ia o centro na *atividade de mediação*.

Hegel, em passagem célebre de *Filosofia da Religião*, afirmara cabalmente que não pode haver um saber i-mediato, e que a **mediação** aí não se trataria dum mero artifício ou tirocínio do pensamento mas, sobretudo, aspecto (constituído e) constituinte da realidade. György Lukács em *História e Consciência de Classe*, a esse respeito, nota que o *conceito de mediação*, qual ferramental metodológico para superação da simples imediaticidade da vivência, não se trata de algo im-portado, *subjetivamente*, do exterior aos objetos; senão *a própria manifestação de sua objetiva estruturação*. Neste mesmo espírito é possível dizer que uma “nova língua” prefigurada por Marx em também célebre excerto – d’*O Dezoito Brumário* – não é mais que o *novo momento* duma totalidade concreta porvir, qual seja, o próprio gênero humano mundialmente unificado; já tanto histórica quanto filosoficamente. As relações entre mediação e imediatez, o saber simultâneo e sistemático dos elos mesmos que constituem, daí, a uma *totalidade*, determinam que os atos de *mediação* tradutória (e jornalística) não possam ser isolados pela pesquisa: trata-se duma experiência determinada por todo o complexo social que, neste caso, põe-lhe nexos reais entre *Tradução/Revolução*. No caso da *tarefa tradutória*, o conceito *eleva-se do abstrato ao concreto* por meio da sua própria *efetivação contextual* enquanto **atividade** de mediação denexo real entre línguas e povos, no sentido *stricto*, e no se dar a conhecer às mais diversas culturas e civilizações, no sentido *mais geral*. Como toda *luta* de hegemonias trata-se de uma relação *pedagógica*.

O desenvolvimento desigualmente combinado, “por saltos”, de épocas históricas e continentes espaciais; a recíproca redutibilidade de economia e política/ filosofia e história e/ou teoria-prática; o inventário da explosão do *continuum* do tempo-espço que chancela a passado, presente e futuro; até a *premissa da centralidade da classe do trabalho para a atividade de mediação* são vitais pressupostos do *conceito de tradução* aqui ex-posto. Não é possível qualquer *coexistência pacífica*, porquanto, com uma impostação programática afeita a ideias tais quais a concepção duma revolução “por etapas”, a teoria do “socialismo num só país”, o nódulo da *rationale* de colaboração de classes fundante da “frente popular” e, para todos efeitos, já todo/qualquer ideário não-subversivo e não-transgressor da teoria e da política. E se a relação dialética de nexos real entre *tradução e revolução* neste sentido é algo indissociável, podemos e devemos asseverar, também, que não se trata de conexão algo unívoca ou esquemática. A *discordância de tempos* entre transformações culturais de *longa duração* e explosões políticas de *ciclo curto* – que “fala devagar” + “anda depressa” – é mesmo fulcral ao *cânone de interpretação* (e *transformação*) do mundo que intendemos inventariar (e *reorganizar*). À tradução se esposa, e indissolubemente, o *internacionalismo*.

O conceito dialético de *tradução*, tal como o vimos antes, é de natureza *complexa*, em especial, por estar imiscuído a diversos outros termos; à cultura e à política, ao devir civilizacional e sua forma histórica, relações internacionais / horizonte teórico-conceitual; levando em consideração seus nexos à escala mundial. O conceito-*tradução* (e o cânone-*tradutibilidade*) é elaborado por Gramsci nos seus mais distintos momentos, em sua obra jornalística e carcerária – inclusive a epistolografia pessoal e política –, e é mundialmente reconhecido por ser de árida leitura e compreensão, tal qual vê Derek Boothman (2004/5): *o conceito se funde à sua concepção teórico-metodológica. A differentia specifica deste método-pensamento está na indissociabilidade entre gestus intelectual, elaborar conceitos e teorias mais gerais, e a intenção histórica* (geotopológica) em que esses/essas têm lugar (hora). O *transcrescimento* – de “*Questão-Meridional*” a “*Tropicus-Mundi*”⁴⁹ – enceta fio argumentativo de Boothman numa hipótese diretiva a qual intende desvelar um autêntico modo de pensar partindo de *trilhas/considerações* tecidas no *Quaderno 19* – que assunta o *Risorgimento* italiano – e, algo peculiarmente, sobre a interação entre “Força” da Cidade e “Força” do Campo – Norte e Sul da Península –; só que ora retraduzido em contexto mais amplo, diverso; *global*. Tal *transcrescimento* se opera, assim, sobre a base de movimentos aparentemente *opostos*, mas essencialmente *complementares*. Um deles, trata a história de “Estados subalternos”, que só é inteligível desde a história de “Estados hegemônicos”. O outro, e tão importante quanto, se dá no fato de que as forças progressivas não devem-ser buscadas, forçosamente, ao nível imperial. (Sendo *oriundi* sardo, Gramsci bem sabia que um povo oprimido deve aspirar à libertação tão-só desde suas próprias forças.) Um *nexo unidade-distinção* é exemplificado, desde o *Primo Quaderno* até o *Quaderno 24*, a partir da *Metáfora do Raio e os Prismas* que dariam lugar, estes, a refrações de luz, Outras. A metáfora introduz uma sintética e valorosa noção gnoseológica (e orientação-para-a-ação, teórico-metodológica), sobre a “Técnica” e a “Política” para um trabalho político-cultural. Gramsci propõe uma rica teorização sobre o que é o momento *fundamentalmente* idêntico enquanto *pressuposto* para o ato tradutório intercultural, ainda/quando a “linguagem” seja *historicamente* diversa; diversidade *determinada* pela herança particular de *cada* cultura nacional e *suas* *millieux* literárias postas. A *tradutibilidade* só é factível entre momentos histórico-políticos de devenires civilizacionais *equivalentes*, na medida em que constituem momentos reciprocamente *correspondentes* e, portanto, *dialetizam-se um ao outro* (ou, se um momento dado for *tradutível*, em termos de um momento *passado*, da *mesma* cultura).

49 *Tradução: M. de J. S. Mendes, in: Leitura de Gramsci, Editora UFMG, 2006, Nº 50, 2006. (Del. Deleuze)*

Nos muito promissores – *e pouco valorados* – parágrafos de Gramsci em que ele usa da «tradução», enquanto metáfora, o sardo concebe *tradução* como muito mais do que transferência ideal ou transliteração lingual. *Mais próximo a Walter Benjamin* (e à *teoria tradutória feminista*) afirma que uma tradução exigiria uma *transformação mútua* tanto na língua/linguagem original quanto naquela em que a tradução é realizada: *algo fundamental para a utilização especificamente distinta de tradução como uma metáfora para a análise intercultural e para a revolução social*. Se Peter Ives (2004) estabelece a relação dialética *Tradução & Revolução* em Gramsci, seu alentado estudo abrange a muitos mais termos e conceitos de intertradução entre linguagem e hegemonia no *pensiero* gramsciano. Partindo da relação Teoria-Linguagem – já seja para tratar dos vários “giros lingüísticos” na teoria social e política, ou a relação que há, entre o Marxismo e a Linguagem –, passando por Linguística e Política na Itália de Gramsci, a Linguagem e a Hegemonia nos *Quaderni* gramscianos e suas palavras-chave à luz de enriquecimento lingüístico, até advir à política pós-moderna e o *novo altermundialismo*; o material de Ives aqui se vale largamente duma ampla e rica difusão gramsciana no mundo anglo. Anterior aos anglos, consta interessante intervenção de Fabio Frosini no Congresso «*Gramsci-Benjamin*» (a Napoli, *giugno* 2003).

Sulla Traducibilità nei Quaderni di Gramsci retrata o tema da «*traducibilità dei linguaggi*» como evidência «*de forte legame con lo statuto filosofico del marxismo.*» (p.1) A forma *radical* da tradução, *e aquela que torna possível todas as outras*, é a tradução de Filosofia em Política através da mediação da História. A tradução, “quando vista da parte correta” / aquela de Marx, é uma «*riduzione*»; “quando vista da parte errada” / aquela de Hegel, é o «*capovolgimento*».⁵⁰ Uma *recíproca redução* não traduz um *mútuo reversível*. O cânone-*tradutibilidade* é parte fundamental dum projeto amplo e ambicioso para uma *nova concepção total de filosofia*, em geral, e a *filosofia da práxis*, em particular. Para a última há relação-*recíproca redução* entre Filosofia e Política: “tudo é política, inclusive a filosofia e as filosofias (...) e a própria ‘filosofia’ é história em ato, isto é, a vida mesma.” (Q7 §35). A tão-alardeada – e *tão-pouco compreendida* – unidade (dialética) entre teoria e prática não se refere, então, a um fator mecânico, que possa ser someramente deduzido da atividade prática das massas em movimento, mas trata-se de uma realização histórica, um *devir, processualidade*; e a superação (dialética) de diversas fraturas que se incrustaram no marxismo, só pode ser compreendida tal *fazimento histórico; formação de (the making of)*.

⁵⁰ Para Hegel tal para Croce, a língua era *não*-diferente da arte, para Marx e Gramsci, era um seu *meio*.
A *tradutibilidade* de *certas* *estéticas* e *éticas* é fruto de *unidades* de *solidariedade* de *certas* *ambas* *escolas*

A centralidade mesma, do intento de “traduzir” dialeticamente a cultura européia, continental e marxista, à Inglaterra, permitindo a distintas civilizações estatais integrais o reconhecimento mútuo sob a primazia “internacionalista”, é o que justifica o esforço supra. O *diagrama rudimentar* de teoria e historiografia – tentativas e exploratórias – esboça um exercício de “*primeira aproximação*” – aos textos e contextos – da *atividade de mediação* estabelecida pelo conselho de redação editorial – e círculo de cultura político – da segunda geração da NLR entre a teoria marxista européia e o discurso socialista britânico em geral e, em especial, entre o pensamento marxista continental e as *millieux* da *New Left* inglesa. Emprega-se, aqui, o conceito ampliado de *tradutibilidade* e a reflexão sobre o *jornalismo integral* que, dentro da obra de A. Gramsci, mantém um nexo *orgânico* (e *metódico*) com a “*História dos Intelectuais*” e uma concepção de «*hegemonia*». O panorama publicístico de difusão e recepção da obra *Marxista-Mundial* no mundo anglo considera momentos pré e pós-NLR, voltada ao constante evolver e renovação do marxismo britânico, de fala inglesa e, já por fim, a um *Marxismo-Mundo*. Especial ênfase será posta sobre a *segunda geração*, seus modos de pensar e agir sobre a cultura marxista britânica, o ideário socialista de fala inglesa e, algo em especial, a *tradutibilidade* marxista à Inglaterra partindo de reconhecer papel-chave (“*intelectual gatekeeper*”) desempenhado este pelo jovem editor P. Anderson.

Num primeiro momento a *insularização* do marxismo *continental* – em especial, as cenas marxistas francesa, italiana e alemã – consistia, muito necessariamente, no elemento de técnica-cultural da tradução, *stricta*. A tradução/tradutibilidade em sentido mais geral, *metafórico*, dar-se-ia numa série de iniciativas político-editoriais as mais diversas e umas entre si. Já afirmamos aqui que a batalha pela língua se refletia para o autor sardo tal qual uma luta por uma nova civilização integral. Isto é dizer, também, que a reflexão crítica do intelectual revolucionário sobre o conceito dialético de tradução se liga –umbilicalmente– à *teoria da hegemonia*. Ao largo do texto, teremos novas oportunidades para configurar a tese do caráter *metonímico-tradutível* entre a parte-*conceito* de tradução e o todo-*teoria* da “*hegemonia*”. Da mesma forma, ou de modo análogo, cremos que as notas preliminares de Gramsci, *para um grupo de ensaios*, sobre a «*história dos intelectuais*», traz em-si um de seus aspectos constituintes de *técnica-trabalho*, *i.e.*, a *história e teoria do jornalismo* nos diversos apontamentos do comunista italiano a respeito de uma tão *rigorosa*, sofisticada, consistente e *apaixonada* compreensão laboração intelectual orgânica sobre aquilo que se prestou a analisar e caracterizar enquanto uma –rica/viva– espécie de *jornalismo integral*. A forma-*jornalismo*, que o *ritmo do pensamento* gramsciano talha, é um *cânone*-heurístico.

I CONSIDERAÇÕES

«Nosso evangelho reza: no princípio era a ação.» (Rózalia Luksemburg)

«*The New Left*». Com esse título Edward Thompson redigia o apaixonado editorial do *The New Reasoner* (N.º 9, Mai./1959, pp.1-17)⁵¹ com que, de um modo bem franco, se dirigiu às *millieux* – socialistas e humanistas – constituídas no contexto total dos eventos (inter) nacionais após-1956. As diferentes – e diversificadas – *joint-ventures* entre o jornal dos dissidentes comunistas e a esquerda acadêmica de *Universities & Left Review* foram se afirmando, e intensificando, no final dos anos 50: o panfleto «*A Socialist Wages-Plan*», uma *Industrial Conference*, no Condado de York, e o lançamento, conjunto, de uma série de sedes de *New Left Clubs*⁵² locais. Isso para não dizer das mais diversas colaborações recíprocas e/ou mútuas fertilizações, em sentido político-editorial, já jornalística e/ou extrajornalisticamente. A expressão *New Left* passa a ser moeda-corrente, primeiramente na Inglaterra e, depois, nos Estados Unidos, com razões e significados já sensivelmente (e muito) distintos no mundo de fala inglesa dos dois lados do Atlântico-Norte. Como vimos, o sentido atribuído ao que se considera uma *Nova Esquerda* intenta se opor a formas de ideias, programas e projetos associados ao que as novas gerações identificavam como uma *Velha Esquerda*. Os seus dois êxodos – políticos e intelectuais –, advindos das direções majoritárias, funde-se ao ascenso, político e social, contra a política binária da Guerra Fria

⁵¹ A arquivística (e bibliologia) deste trabalho deve, em muito, ao trabalho do pessoal do *Barry Amiel & Norman Melburn Trust*. O citado centro de documentação e memória tem como objetivos precípuos a divulgação, educação e conhecimento: a) da filosofia do marxismo, b) da história do socialismo e c) do movimento dos trabalhadores. O site deste Fundo alberga de modo integralmente digitalizado todo o escopo das malhas, político-editoriais, associadas ao *The New Reasoner*, e à revista, *Universities & Left Review*: <<http://www.amielandmelburn.org.uk/trustinfo/about%20the%20trust.htm>> [«About us»].

⁵² Os *Left Clubs* ou *Clubes de Esquerda* perfazem uma tradição política *latu senso* entre as esquerdas da Grã-Bretanha desde os anos 30 com origens nas vertentes fabianista, *labourista* e comunista. Com diferentes aspirações e propósitos difusos – da política às letras, da educação moral à estética, e com atividades como círculos literários e dança de salão – os *clubes* ou *casas* de esquerda eram animados por um espírito comunitário de pertencimento plebeu: suprapartidário/frugal e, muitas vezes, boêmio. A vertente literária dos *Angry Young Men*, o *Free Cinema Movement* e as primeiras audições e danças de Jazz estadunidense tiveram hora e tomaram lugar em suas sedes. Essa é uma das características do que distingue o ambiente político-cultural das constelações igualitaristas das Ilhas: a educação de jovens e adultos, dentro ou fora da *Workers Education Association*, Workshops de História dos Trabalhadores e muitos grupos de teatro não-comerciais surgiram dessa forma de associativismo proletário herdado do passado da vida operária inglesa, e suas mais diversas formas de consciência/organização/experiência. É curioso que tenha sido um francês o autor desta marcação, mas o *pub* ou *bar* plebeu é *uma das mais distintas instituições operárias* realmente existentes e não deixa de ser a aclimatação de camaradagem análoga mais graficamente universal à socialização entre os *debaixo* de mais diversos cantos do globo. O último filme de Ken Loach, *Jimmy Hall* (2014), retrata a história real do comunista Jimmy Gralton, que teria fundado um salão nos moldes de um *clube de esquerda* ou *casa socialista*, com alfabetização de adultos, eventos comunitários ou bailes de dança irlandesa tradicional e de Jazz negro estadunidense. O ambiente de *Left Clubs* comunistas em finais do século em estudantes de dança Jazz nos *New Left Clubs*

É em reconhecimento desse fato que alguns membros da geração mais jovem estão começando a assumir a atividade política. Eles estão fazendo isso não porque tenham objetivos políticos, claramente formulados, mas porque pensam que seja necessário vigiar os políticos. É uma geração difícil para a Velha Esquerda compreender. Trata-se, para um começo de conversa, da primeira – na história da humanidade – a experimentar a adolescência dentro de uma cultura onde a possibilidade de aniquilação humana tornou-se um lugar-comum para depois do jantar. (...) É uma geração que nunca olhou para a União Soviética tal como um Estado fraco – mas heróico – dos trabalhadores; mas, sim, como a terrível Nação do Grande Expurgo e de Stalingrado, do bizantino aniversário de J.Stalin e do Discurso Secreto de N.Krushchev: como a grande potência militar e industrial que reprimiu o levante húngaro e lançou os primeiros Sputniks ao espaço sideral. Uma geração que aprendeu, de Belsen e Hiroshima, quando ainda estava na escola primária; e que formou suas impressões sobre a conduta cristã do Ocidente a partir dos exemplos de Quênia e Chipre, Suez e Argélia. Uma geração nutrida com *1984* e *Revolução dos Bichos*, que entra na política, ao ponto extremo da desilusão, de onde usualmente vão para casa os de meia-idade. Os jovens – da Marcha de Aldermaston – que estão começando, já em muitos aspectos, a associar-se com o movimento socialista, estão entusiasmados o suficiente. Mas o entusiasmo não é para com um Partido, ou um Movimento, as Direções Políticas Estabelecidas. Eles não vão dá-lo de barato para qualquer aparelho de rotina. Eles esperam [sem ilusões] que os políticos dêem seu melhor para enganá-los ou traí-los. Nas reuniões, ouvem com atenção, observando insinceridades de perto, mais dispostos a aplausos irônicos do que a gritos de aclamação. Eles preferem a organização amadora e as plataformas diletantes – da Campanha do Desarmamento Nuclear – aos métodos e/ou formas profissionais da esquerda. Eles são extremamente sensíveis à menor falsidade e/ou gesto histriônico, à “ordem do dia” “político-partidária”, às evasões tortuosas, e por “conveniência”. Eles julgam com olhos críticos a esta primeira geração da Era Nuclear. Fontes estabelecidas, que querem ver os jovens em sua tôada e que já estão alarmados com os ainda primeiros sintomas de um movimento juvenil socialista autoativado, soaram o alarme. O [Comitê] Executivo do Partido Labourista nomeou uma comissão para reunir-se acerca da questão da Juventude. Mas a Juventude tem seus próprios processos; e o O [Comitê] Executivo do Partido Labourista não saiu deles lá muito bem. Vários remédios são propostos. ‘Os jovens são ingratos, estragados pelo *Welfare State*. Eles devem ser educados nos valores morais e espirituais dos pioneiros do Movimento’ ou, talvez, o Partido Labourista deve competir com os Jovens Conservadores na promoção dum ‘tapa’ na vida “social”? Ou talvez (pensa a Presidente Fabiana, Miss. Irene White), o “tipo mais efervescente de juventude política”, que circula entorno aos Clubes de *Universities & Left Review*, e a Campanha Nuclear, vai ‘crescer a tempo’. (Idem, *ibidem*.)

O furioso libelo de Thompson é petardo em alvo certo, e vai no mesmo sentido dos discursos que proferira à ocasião – para platéias jovens e não-tão-jovens – reunidas ao redor da *Campanha pelo Desarmamento Nuclear* e do assim-dito *Left-wing Labourism*.⁵³

⁵³ Importante elucidar que o *Labour* tem controle de importantes estruturas e dinâmicas do movimento. Lembre-se a crítica gramsciana à mecânica de funcionamento (e filiação massiva) do partido trabalhista

A crescente mobilização que tirou da *apatia política* – um *leitmotif* constante das críticas à esquerda – novas gerações oprimidas e combatentes começou um novo ciclo histórico-político em meio a não-tão-novas questões palpitantes deste novo movimento *newleftiano*. Se foi Stuart Hall quem proclamou que 1956 fora uma «*conjuncture*» mais do que um ano foi Thompson quem mais insistiu na necessidade de ser organizar *por fora do maquinário*. O término da Segunda Guerra Mundial pelo lançamento de bombas atômicas dos EUA destruiu as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki e dividiu o mundo em dois campos que tentavam impor uma disciplina rígida sobre satélites componentes mundo-afora. O prestígio da ex-URSS face à derrota nazifascista teve um ponto de viragem em 1956. A dupla crise, decorrente de Suez e Budapeste, afetou às fileiras dos partidos laborista e comunista grão-britânicos. O *University Labour Club*, por um lado, e o *Communist Party Historians Group*, por outro, foram os núcleos intelectuais elementais de onde saíram, respectivamente Perry Anderson do município de Oxford e Edward Thompson de Halifax.

Este e John Saville produziram uma publicação periódica não-autorizada intitulada *THE REASONER* animados pela perspectiva do Informe e as suas discussões. Recusando-se a retratar-se, e sem qualquer circunscrição estabelecida, eles lançaram um sucessor impresso, o *THE NEW REASONER*, que apelou não só para os desiludidos com o PC, mas também a uma nova geração que tinha sido até então politicamente inativa, mas agora desiludira-se do imperialismo washingtoniano e da burocracia moscovita. Como convinha a um par de historiadores o jornal situou-se nas tradições do radicalismo britânico e seu movimento operário. Seu título remete a uma publicação do Séc. XIX e identifica-se com o antifascismo da revolução espanhola, que tinha dado origem às Brigadas Internacionais, e seus panfletos. Nas primeiras edições os eventos do Leste Europeu vieram naturalmente à tona, incluindo contribuições de Hungria e outros países orientais: poemas, relatos e declarações. Na Europa Ocidental Claude Bourdet, editor do *Nouvel Observateur*, foi um colaborador da revista, e Dorothy Thompson foi a Paris falar na Conferência de Fundação. Nos EUA, Cedric Belfrage foi um contribuinte de primeira hora e, a revista *Monthly Review*, aliada natural. O ensaio de Thompson sobre o *humanismo socialista*, na primeira edição, foi além de uma crítica da repressão moscovita e o controle sobre os partidos a um questionamento teórico do “marxismo ortodoxo” como um todo e tentou desenvolver um novo tipo de perspectiva teórico-política. Também foi muito além do comentário político. Havia contribuições artísticas de poetas dos anos 30, novos escritores, tal Lessing e Jones, e artigos ilustrados sobre autores tal qual William Blake, Diego Rivera e/ou Paul Hogarth.

A *New Left* emergida, aí, de grupos dissidentes do Partido Comunista – ao lado de estudantes radicais, laboristas de esquerda e novos membros da esquerda revolucionária – não tinha nem posições políticas fixas, nem uma agenda acordada, mas se pôs o objetivo de fazer do socialismo uma força viva na Grã-Bretanha. *Newleftists* desenvolveram esta mensagem em uma série de jornais, incluindo o *Reasoner* de Edward Thompson e John Saville. Fora editado como uma revista dissidente dentro do Partido Comunista e, depois – renomeado *The New Reasoner* –, como um jornal independente, depois que os editores se recusaram a cumprir o dictame do partido de interromper a publicação. A revista fez seu nome como a voz inglesa para o ato de fala do *humanismo socialista*, buscando resgatar Karl Marx, e o socialismo, da negação à morte do vil stalinismo. Stalin tinha justificado o seu regime, argumentando que a história era tão-só um processo mecânico de progresso econômico, e que o socialismo seria, daí, a liberação das forças produtivas dos grilhões do sistema de mais-valor. Thompson, a sua vez, insistiu em *colocar seres humanos reais no centro tanto do processo histórico e da luta pelo socialismo*. Na primeira edição do jornal Thompson editou a carta para tal posição «*Humanismo Socialista: epístola aos filisteus*». Ele argumentou que o stalinismo era uma ideologia que representa a visão de mundo de uma “elite revolucionária que, dentro de um contexto histórico particular, degenerou em uma burocracia”. Alegou que a rebelião humana, que sustentou a luta pelo socialismo, tornou-se uma revolta contra o stalinismo, e que essa revolta envolveu um “retorno ao homem.” Thompson abraçou o humanismo em uma tentativa de reposicionar “homens e mulheres de verdade no centro da teoria socialista”, sem renegar o seu compromisso com o socialismo. Ele reafirmou, assim, “as perspectivas revolucionárias do comunismo”. Apesar da honestidade da ruptura moral/pessoal de Thompson com o stalinismo, os pressupostos teórico-políticos de seu passado no Partido Comunista imiscuíram-se a suas perspectivas. Ele aceitou que um socialismo, ainda que imperfeito, tinha sido trazido para o Leste Europeu por tanques moscovitas. O humanismo thompsoniano estava de flancos abertos – para a acusação, feita por Harry Hanson no *The New Reasoner* – de que não era “tão humano afinal.” Thompson tentou explicar o stalinismo como consequência dos aspectos mais mecânicos do marxismo encarnados pelos bolcheviques “nas formas rígidas de centralismo democrático”. Charles Taylor diria que a crítica humanista do stalinismo haveria de lançar grande sombra sobre o marxismo também. Críticas como essas levaram muitos a concluir que o *humanismo socialista* buscara um caminho longe do marxismo. Alasdair MacIntyre é exemplo socialista que negara tanto a liberalismo quanto stalinismo.

The Reasoner – e *The New Reasoner* – apelava à *razão*, a *arrazoar*; *to reason with*. *Ser razoável*, neste contexto, tinha a ver com um processo de debates no interior de um partido que remontava a uma tradição. A velha política editorial artesanal pressupunha um entusiasmo jornalístico cuja iniciativa se aliava à perspectiva semiamadora de mimeógrafo instalado na garagem da própria casa e distribuição-militante de volantes em sessões mais afins do partido onde o debate poderia de alguma forma e em alguma medida reverberar e ressoar no tempo e no espaço. Edward Thompson e John Saville transitaram para fora do que era o “mundo perdido” do comunismo grão-britânico pós-ruptura de ¼ dos membros e uma baixa especial de seus escritores, intelectuais e sobretudo historiadores quando dos eventos pós-1956. O jornal de ideias trazia a perspectiva de galvanizar teoria e política e organização e programa. Ora, o início dos debates fora sinalizado a partir da própria direção do partido o qual se voltou ao conteúdo latente do assim-chamado *Informe Secreto*. Ainda no interior dos quadros do partido, *arrazoar ou chamar à razão* seus pares, como o indiciava o título do jornal, poderia ser uma autoilusão a respeito das perspectivas reais de autorreforma do Partido Comunista da Grã-Bretanha ou mesmo do Comintern stalinista. O que se sucedeu foi a experiência vivida de se chocar com os limites e a natureza do que se apresentava como realidade efetiva de hora e lugar. O próprio Informe, o qual citava de modo protocolar Marx, Engels e Lenin, lido com o distanciamento crítico necessário, não é mais do que uma bastante convencional – além de grosseira e mecânica – declaração de fé no materialismo vulgar contra aquilo que passou-se a nominar “culto da personalidade” enquanto uma espécie de contrassenha para trazer à tona alguns dos crimes e métodos que a própria burocracia moscovita passava a “denunciar”. A revelação parcial do Testamento de V. Ilitch, onde J. Stálin é caracterizado como um *apparatschik* voltado para a conquista da máquina *partijnost*, trouxe necessariamente uma série de críticas, questionamentos e negações como uma espécie de retorno do reprimido desde as suas próprias hostes/fileiras. Algo após um ano e meio do espaço-tempo político-histórico aberto para o nascimento de uma esquerda independente dos aparelhos burocráticos surgiu o movimento de massas que trouxe o batismo de fogo para que se testasse a sua respectiva política contra tanto a direção socialdemocrata do Labour Party quanto o stalinismo do Communist Party of Great-Britain: a Campanha pelo Desarmamento Nuclear.

CSMO

Concebido – em sua origem – como *Uma Introdução* a um *Critical-Reader* da *New Left* sobre o Marxismo Ocidental (NLB/Verso) e concentrado «*nas estruturas formais do marxismo que se desenvolveu no Ocidente depois da Revolução de Outubro*», o opúsculo se trata de uma espécie de *acerto de contas* público coletivo com o discurso do marxismo produzido pela Europa Ocidental. O *Prefácio à Quarta Edição* (o qual iremos referenciar a partir da publicação brasileira de 2004), escrito dez anos após versão manuscrita e não-publicada de 1974, inclui “algumas palavras para explicar a razão e a natureza deste breve texto.” (p.18) O ensaio teórico de interpretação proposto trata das coordenadas gerais do marxismo ocidental enquanto uma tradição intelectual comum (indiferenciada), haja vista que o exame específico ou a avaliação comparativa em detalhe de cada sistema particular ali abordado seria a tarefa dos autores preambulados por aquilo que *não fora premeditado* enquanto uma *edição independente*. Os escritos *prefaciados* constituiriam, estes sim, uma série de exposições a respeito das principais escolas e expoentes desta vertente: György Lukács/Antonio Gramsci, Jean-Paul Sartre/Louis Althusser, Herbert Marcuse/Della Volpe.

O texto se abstém, segundo a letra andersoniana, de fazer juízos substantivos sobre os deméritos ou qualidades relativos dos seus principais representantes e, ainda segundo o autor, seria evidente que não se tratam de materiais idênticos ou mesmo equivalentes; uma espécie de balanço histórico de sua *unidade na diversidade*, modesto escopo autoimposto, não afastaria a necessidade de avaliações que demonstrassem a *diversidade na unidade* das realizações produzidas desde seu interior (ainda e quando não fosse possível debatê-las de imediato quedariam tal exercício intelectual essencial e proveitoso para toda a esquerda). O fato mesmo, do texto ter como motivo-gerador preocupações duradouras, *fur ewig*, que vão *para além da juntura em que se inseria* – e permitira a sua publicação independente – tem a ver com certos problemas com os quais se defrontaram os editores no labor teórico afim a mais de vinte anos à frente de uma revista socialista como a NLR. Um *essay* escrito para a revista em 1968 tentava delimitar e analisar uma configuração particular da cultura nacional britânica, desde a Primeira Guerra Mundial: *Components of National Culture*, NLR N.º 50, Jul./Ago. Um dos principais temas anotados era o fato de a cultura socialista inglesa carecer de qualquer tradição autóctone de marxismo ocidental; ausência esta que se registrava com seus tons manifestamente negativos. Muito do trabalho da revista, desde então, consistiu na tentativa autoconsciente e auto-organizada de começar a corrigir um tal déficit através da tradução e publicação, além da aclimatação e debate – muitas vezes pela

primeira vez na Inglaterra –, do trabalho de proeminentes teóricos marxistas de países tais quais a França, Alemanha e Itália. O plano preestabelecido fora cumprido metodicamente, a contento, entre os finais de 60 e inícios de 70 e, por conseguinte, exigia algum tipo de balanço conclusivo a respeito do legado o qual a revista procurou tornar comum de forma sistemática. Esta é a perspectiva de fundo contra a qual faz figura tal labor de prefaciação. Desta feita que o ensaio sobre a tradição *continental* europeia é o prolongamento de dado modelo *insular* inglês e possa ser lido como o resultado de uma crescente consciência de que o legado ignorado pelas Ilhas estava ausente também de traços mais “clássicos”, que caracterizam o materialismo histórico enquanto herança intelectual. É uma consequência implícita de tal fato uma maior equidade de juízo na avaliação das diferenças nacionais e do destino internacional, do marxismo de tal época, no relativo às ideias do *essay* de 1968. Como *résumé* das principais e mais prementes preocupações do coletivo da NLR o texto foi discutido e criticado grupalmente pelo conselho de redação de modo também metódico e a sua revisão final incluiu reflexões e críticas do comitê editorial. Além disso houve uma alteração e refinamento de excertos em que seria possível melhorar a linha argutiva e introdução referencial a desdobramentos posteriores à preparação do ensaio. O documento foi modificado até onde permitia sua *forma intrínseca* e, nada obstante, manteve em seu corpo problemas que *não permitem* solução imediata no interior do texto. Para tais tópicos houve remissão a um Posfácio que inventariava questionamentos adicionais que de todo modo não encontram solução de tempo curto e remetem à necessidade de ulterior pesquisa e crítica a respeito do destino latente, do materialismo histórico, enquanto tradição teórica. O *Critical Reader* sobre Marxismo Ocidental – *New Left Books* (1977) e *Verso* (1983) – e o *essay* sobre a teoria da hegemonia em Antonio Gramsci (NLR N.º 100, Nov./Jan.), bem como *Nas Trilhas...* e *Arguments within...* perfazem o quê Perry Anderson assevera como um complemento direto e um anexo necessário que podem ser lidos como a visão geral do editor sobre tal domínio e em seu conjunto perfazem *um tipo de trilogia*, não-premeditada. A expectativa e a esperança de um encontro entre a historiografia marxista britânica e a tradição filosófica europeia, no qual cada uma deixaria de trilhar caminhos separados e se proporia a retirar estímulo e desafio da Outra é registrado na *Crítica crítica* a Edward Thompson por sua objeção a Louis Althusser: *Arguments within English Marxism* (1980). De resto, um conjunto de palestras proferidas nos Estados Unidos e recopiladas em livro, *Nas Trilhas do Materialismo Histórico* (1983), inicia-se com o cotejamento das predições e desempenhos emulados em 1974-1976 com a *história intelectual/política* dos anos 1970.

O “complexo de complexos” de remissão a valores e crenças propugnados por este primeiro ensaio era professado logo de início a partir das epígrafes de V.Ilich e B.Spinoza. “A correta teoria revolucionária só assume forma final em ligação estreita com a atividade prática de um movimento verdadeiramente de massas e verdadeiramente revolucionário”, *axioma lenineano*, acrescia-se: “À turba, e àqueles que partilham suas paixões, peço que não leiam meu livro; não, preferiria que o ignorassem totalmente a que o interpretassem equivocadamente segundo sua vontade”, *pensamento spinoziano*. Tomados em conjunto, forneciam, no encadeamento de ideias e programas, uma perspectiva de superação do que o ensaio irá caracterizar como *um divórcio estrutural entre teoria e prática*. O posterior trecho é extraído do único volume editado em vida da pena de Baruch de Spinoza, o seu *Tratado Teológico-Político*, mais especificamente, os extertores da sua crítica prefaciação. O anterior compõe segunda secção do livreto *Esquerdismo: doença infantil do comunismo* editado por V. Ilich no contexto do Komintern para leitura em diversos idiomas à ocasião. O argumento de autoridade lenineano é o de máximo dirigente falando para as delegações estrangeiras sobre a mais exitosa experiência prática do movimento comunista internacional. Já, a autoridade da argumentação spinoziana, é de um exilado judeu sefardita, que exorta à racionalidade enfrentando-se à exegese de textos sagrados por uma hierarquia eclesiástica. A cultivada erudição de um excomungado, desprovido de audiência e a sabedoria popular de um reconhecido dirigente, com público cativo. 1670 + 1920. Um apelo às massas e um anátema às multidões. Adiantando o prognóstico baseado na consulta a partes componentes e fontes originárias do *marxismo andersoniano* em questão podemos arriscar cautamente a primeira aproximação a cada um destes textos. Se o material em tela se volta a contrastes e conclusões retirados do que o escritor chama de *marxismo clássico / marxismo ocidental* chama a atenção que L.Althusser tenha a Spinoza como leitura de cabeceira, por um lado, e, por outro, que Ilich seja eminente referência de L.Trotsky. A leitura atenta de cada uma destas proposituras, tal como o faremos mais adiante, possibilita o cânone de interpretação do qual se depreende não só o conteúdo de seus argumentos e concepções mas até mesmo a cadência e o estilo de sua forma. Em particular, o mesmo Anderson propõe acompanhar *palavra por palavra / enunciado por enunciado* a letra do texto de V.Ilich tentando retirar de uma leitura proximal as razões históricas e significados políticos que pudessem ser daí então emulados por uma esquerda europeia interessada não só em *se ligar às massas* tal qual foi possível à Terceira Internacional durante vaga revolucionária mundial da Primeira Guerra Mundial mas também manter a radical abertura de espírito de um *herege confesso*.

Este material apresenta pouco mais de cem páginas dispostas em cinco capítulos, além de um *Prefácio* e um *Posfácio*: i) A Tradição Clássica, ii) O Advento do Marxismo Ocidental, iii) Mudanças Formais, iv) Inovações Temáticas, e, v) Contrastes e Conclusões:

A história do marxismo, desde que surgiu há pouco mais de cem anos, está ainda por escrever. O seu desenvolvimento, ainda que relativamente curto no tempo, tem sido, não obstante, complexo e extenso. As causas e as formas das suas metamorfoses e transferências sucessivas continuam, em larga medida, por explorar. O tema ao qual nos restringiremos nas considerações aqui apresentadas será o “marxismo ocidental”, expressão que já em si indica um espaço e um tempo imprecisos. Por conseguinte, procuraremos, neste curto ensaio, situar historicamente determinado corpo de trabalho teórico, e sugerir as coordenadas estruturais que definem a sua unidade – ou, em outras palavras, que o constituem como uma tradição intelectual comum, a despeito das suas divergências e oposições internas. Isto requer inicialmente referir-nos à evolução do marxismo que precedeu o aparecimento dos teóricos em questão, pois só este procedimento nos permitirá avaliar o que há de especificamente novo no modelo que representam. Um registro adequado de todo este percurso inicial do materialismo histórico exigiria, como é evidente, um tratamento muito mais extenso do que aquele que aqui é possível. Contudo, mesmo um esboço retrospectivo sumário ajudará a esclarecer modificações posteriores. (CSMO, p.23)

O primeiro capítulo irá então se dedicar a uma reconstrução sinóptica (e elíptica) de “três gerações” do materialismo histórico que antecederam aquilo que Perry Anderson irá nomear como «marxismo ocidental»: *os fundadores* – Marx e Engels –, *os sucessores*, como Labriola e Mehring e, ao fim e ao cabo, a *tradição clássica* propriamente dita, com pensamento e ação de marxistas revolucionários qual Rózia Luksemburg e Leon Trotsky. As glosas marginais – a respeito da vida / obra – dos fundadores do materialismo histórico não serão objeto de grandes desenvolvimentos, como delimita o parágrafo supracitado. Ao dar início ao movimento de reconstituição das duas gerações iniciais Anderson comenta o desenvolvimento teórico, político e histórico, em linhas gerais, atentando sobretudo para o que no contexto informa os textos, preocupações comuns e áreas de interesse, as formas e os processos, fortalezas e/ou debilidades. O ambiente *externo* das realizações literárias de ambos os pioneiros renanos cujas vidas atravessaram os anos 1800, era o equivalente a um momento histórico que coincidiu com uma *transição* epocal do movimento social operário *da oficina para as fábricas* e assistiu modos e relações de resistência e conformismo, além de períodos de *revolução e contrarrevolução*. Detrás de si uma teoria econômica coerente e unitária do modo de produção capitalista, desde *O Capital*; mas não a equivalente teoria política das estruturas do Estado burguês, nem da estratégia (ou a tática) da luta socialista. O internacionalismo de seus aportes abrangeu de “Moscou a Chicago, de Nápoles a Oslo.”

A *milieu seguinte* que adveio – e legou – à herança dos fundadores Marx e Engels, e, portanto, *os primeiros marxistas*, formou-se em um momento histórico de uma relativa calma social. Como já o vimos; Antonio Labriola, Franz Mehring e George Plekhanov puderam desenvolver todo o trabalho de teoria e cultura longe do rol de direções político-partidárias, *em plácida calmaria*. A sistematização intelectual da herança marx-engelsiana foi, sobretudo, um ato de escopo / espectro *tradutório-jornalístico* no sentido *dialético / integral* por nós adjudicado. Em correspondência pessoal e política com Friedrich Engels se ocuparam da *formação do marxismo* enquanto uma concepção total de mundo *ampla e facilmente apreensível* – para um público vasto e internacional –; a *reelaborar* princípios filosófico-históricos, e a estendê-los, para domínios donde o marxismo não havia cruzado sabres com seus contendores e adversários. Os vários aspectos teóricos e metodológicos, a filosofia e a estética, a literatura e a religião deram lugar a temas e problemas de pesquisa. À compilação (e publicação) sistemática de obras-primas, como os Volumes II e III d’*O Capital*, *Teorias da Mais-Valia* ou até a *Correspondência de Marx-Engels*, acresceu-se a biografia político-intelectual de Karl Heinrich Marx. Esta camada inicial da *intelligentsia* europeia russo-central, campano-italiana e pomerano-alemã foi tal o oleiro a dar *forma* à visão social de mundo, de homem e de conhecimento, pressuposta na dialética crítica, do materialismo histórico. O período em que se formaram – entre meados de 1800 e início de 1900 – foi já imediatamente precedente à época histórica de «guerras/crises e revoluções». Os objetivos principais desses continuadores era a recapitulação de legado muito próximo.

Paralelamente, contudo, modificava-se todo o clima internacional do mundo do capital. Nos últimos anos do Séc. XIX deu-se um crescimento econômico impetuoso nos países industriais os mais importantes, os monopólios fixaram-se nas metrópoles e a expansão imperialista acelerou-se d’além-Mar, abrindo uma era repleta de tensões e de impetuosas inovações tecnológicas; elevando as taxas de lucro, aumentando a acumulação do capital e fazendo crescer às rivalidades entre as grandes potências. Estas condições objetivas eram comparativamente muito diferentes das da fase relativamente tranquila de desenvolvimento capitalista durante a longa recessão de 1874 a 1894, depois da derrota da Comuna de Paris e antes da eclosão dos primeiros conflitos interimperialistas na Guerra Anglo-Bôer e na Guerra Hispano-Americana, seguidas de perto pela Guerra Rússia-Japão. A nova geração marxista enfrentou-se a ambiente muito mais turbulento, quando o capital europeu começava a se deslizar depressa para a tempestade da Primeira Guerra Mundial. Muito mais numerosos do que os seus predecessores; os teóricos marxistas desta geração

confirmaram, ainda mais acentuadamente, uma modificação que já tinha começado a se fazer visível no período anterior à transferência de todo o eixo geotopográfico da cultura marxista para a Europa Central/Oriental. As figuras dominantes da nova milieus provêm, sem exceção, de regiões a Leste de Berlim. V. Ilitch era filho dum funcionário público de Astrakhan; Rosalux era filha dum comerciante de madeiras da Galícia; Trotsky dum fazendeiro da Ucrânia; Hilferding dum funcionário de seguros e Bauer de industrial têxtil da Áustria. Todos redigiram obras sérias antes de eclodir a Primeira Guerra Mundial. Filhos mais tardios desta geração Bukharin e Preobrajenski – respectivamente oriundos de professor de Moscou e sacerdote de Orel – destacaram-se na cena marxista; *após* a guerra.

O que segue é uma impressionadamente clara, concisa, bem-estruturada e em geral balanceada história intelectual de principais figuras do marxismo europeu de terceira voga com a descrição e análise das principais tendências inovadoras que traziam seus textos e a séria recopilação de seu respectivo contexto. Em prosa intempestiva e no melhor estilo de um marxismo “de épocas e continentes” a pena de Anderson faz notar, com visão do todo e argúcia de conjunto, a aceleração convulsiva do tempo histórico sintetizando os vetores de desenvolvimento de duas grandes direções intelectuais: a teoria econômica e a teoria política. As autoevidentes transformações do modo de produção capitalistas, monopólios + imperialismo, demandavam a análise e caracterização continuamente depuradas e, ao mesmo tempo, a crítica profissional a *O Capital* estimulava novos avanços neste terreno. Kautsky (*A questão agrária*, 1899), Ilitch (*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, 1899), Bauer (*A questão das nacionalidades...*, 1907), Hilferding (*O capital financeiro*, 1910), Luksemburg (*A acumulação do capital*, 1913), Bukharin (*O imperialismo e a economia mundial*, 1915) e, de novo, Ilitch (*Imperialismo, fase suprema do capitalismo*, 1916) são, a um só e mesmo tempo, momento constituinte e constituído de uma juntura específica da teoria marxista, e se dedicaram à meticulosa e paciente análise dos nexos nacionais e internacionais do desenvolvimento capitalista, contribuindo de modo decisivo para a particularização e a generalização das teorias d’*O Capital* e da Crítica da economia política. O comentário *panorâmico* não perderá de vista as relações várias bem como as múltiplas determinações presentes na evolução geral desse pensamento, além da polêmica recíproca – e crítica mútua – que catalizam um fator *interno* do marxismo. Os primeiros quinze anos do novo século descortinam a uma intensa atividade teórica que atravessa o conjunto dos intelectuais marxistas dedicados, daí, à premissa de decodificação das leis fundamentais de movimento do capitalismo nesta *nova fase* de desenvolvimento histórico.

Enquanto as pesquisas econômicas do período podiam erguer-se diretamente sobre os imponentes alicerces marx-engelsianos, nenhum dos fundadores tinha legado um corpo comparável de teses ou conceitos para a estratégia socialista e a prática/teoria política da revolução proletária, pois a situação concreta em que se ancoravam impediu-os de assim fazê-lo. Os limites e a natureza do proletariado nascente da época de Marx e Engels, que negou-lhes a possibilidade de uma adesão institucional a qualquer movimento operário nacional e afirmou a necessidade dum internacionalismo olímpico transmutou-se de tódo. O rápido crescimento dos partidos operários na Europa Central e a irrupção tempestuosa das rebeliões sociais populares contra os *ancien regimes* no Leste Europeu criavam agora condições para *um novo tipo de teoria*, que se baseasse diretamente nas lutas de massa do proletariado e estivesse, mais “naturalmente”, incorporada às organizações partidárias. A revolução russa – de 1905 –, que foi seguida e analisada de perto em toda a Alemanha e em toda a Áustria, deu origem à *primeira análise política estratégica de tipo científico* na história teórica marxista: *Balanço e Perspectivas*, de Leon Trotsky (1906). Baseado em admirável e perspicaz cognição da estrutura do Sistema Inter-Estados do imperialismo mundial, este pequeno trabalho expôs com precisão brilhante o carácter e o curso futuros da revolução socialista na Rússia. Trotsky escreveu-o com a idade de vinte e sete anos, não o fazendo seguir de qualquer outra contribuição importante no pré-guerra, dado o seu isolamento do partido bolchevique russo, depois de 1907. A construção sistemática de uma teoria política marxista da luta de classes, organizativa e tática, foi obra de V.Ilich. A envergadura do que conseguiu, neste plano, retransformou, *irreversivelmente*, toda a arquitetura desta tradição intelectual. Antes dele, o nível Político *propriamente dito* estava praticamente por explorar pela teoria marxista. No íterim de tão-só 20 anos criou-se os conceitos (e os métodos) necessários para a condução de uma empedernida luta proletária pelo poder na Rússia, dirigida por um partido operário, experiente e abnegado. As formas específicas de se combinar a Organização, a Propaganda e a Agitação, de dirigir greves e manifestações, de impor alianças de classe, de cimentar às formas partidárias, de levar à luta pela autodeterminação nacional, de analisar a conjuntura nacional e internacional, de situar tipos de desvios, de se utilizar da ação parlamentar, de preparar a insurreições — todas inovações temáticas, muitas vezes encaradas como simples atos práticos, também representavam ipso facto avanços intelectuais decisivos, em terreno até então inexplorado: *Que fazer?*, *Um passo a frente...*, *As duas tácticas...*, *As lições da insurreição...*, *O programa agrário da socialdemocracia russa*, *O direito à autodeterminação das nações...*

Se essas tão formidáveis energias subjetivas *de baixo*, de práticas elementares e espontâneas das massas em movimento, alimentaram os pontos altos da teoria seus pontos baixos foram inflexionados por limites, de natureza similar, na estrutura *de cima*. O atraso da formação social russa – e o aparelho estatal czarista – deu lugar a um movimento mais revolucionário em Moscou enquanto o avanço industrial e o sufrágio universal em Berlim fez a hora de uma cultura socialista já mais paramentada. Se Luksemburg não obteve a coerência e extensão de V.Ilich ou a originalidade e profundidade de L.Trotsky pode-se dizer que a crítica da democracia burguesa, a defesa intransigente da espontaneidade das massas proletárias em ação e a concepção avançada de esfera pública operária da lavra de Rosalux não tiveram paralelo no marxismo russo. Os caminhos da socialdemocracia russa e alemã iriam se separar ainda mais drasticamente. As alas da teoria marxista na Europa foram abaladas dramaticamente pela Primeira Guerra Mundial, o que provocaria uma cisão do próprio movimento operário. Todo o desenvolvimento do marxismo nas últimas décadas, prévias, tinha realizado uma unidade entre teoria e prática muito mais estrita do que a do período precedente, devido à ascensão dos partidos socialistas dessa época. No entanto, a integração dos principais teóricos marxistas na prática dos seus partidos nacionais não os regionalizou e nem os segregou entre si. Pelo contrário, o debate e a polêmica internacionais *eram como o ar que respiravam*; mesmo se nenhum atingiu o universalismo olímpico de Marx e/ou Engels, uma consequência necessária do seu mais concreto enraizamento nacional na situação e na vida particulares dos seus países — mediatizado, no caso de russos e leste-europeus, por já extensos períodos de asilo no estrangeiro, fazendo aí emular a vida de penúria, restrição e exílio de Karl Heinrich Marx. (Leon Trotsky sintetiza a emigração russa da fase como o mais internacionalista dos seus: Alemanha, Inglaterra, França, Suíça, Áustria, Romênia, Sérvia, Bulgária, Espanha e EUA) A divisão acometeu o âmago do marxismo europeu, *teoria viva* e intercambiante que não conhecia a fronteiras intelectuais e/ou políticas para a crítica e o comentário recíprocos; Kautsky, Plekanov, Bauer e Hilferding de um lado; Ilich, Trotsky, Rosalux e Bukharin de Outro. A unidade internacional construída desde Engels ruiu em menos de uma semana. Mas a revolução russa fez inaugurar a nova unidade dialética entre teoria e prática, nunca antes vista na história do marxismo. Ilich, sobretudo, além de Trotsky, Preobrajenski e Riazanov, tornaram a Rússia a mais nova fortaleza intelectual do marxismo europeu e se prontificaram em assegurar um futuro – bastante promissor – para o pensamento marxista. Nada obstante, a vaga revolucionária mundial, não logrou maior generalização na Europa.

No resto da Europa, note-se, a vaga revolucionária mundial que eclodira em finais de 1910, e se extinguiu nos algo após 1920 fora, enfim, derrotada. O capital mostrou-se, decididamente, mais forte em todo o Continente, à exceção da Rússia. O bloqueio contra-revolucionário internacional ao novo Estado soviético – de 1918 a 1921 – não o conseguiu derrubar, embora a Guerra Civil tenha infligido grandes prejuízos à classe operária russa. Mas logrou isolar, fortemente, a revolução russa do resto da Europa durante os três anos que durou a crise social e política mais aguda por que passou a Ordem do capital em todo o continente, o que permitiu pôr em cheque os levantamentos proletários fora das fronteiras da União Soviética. A primeira e mais importante ameaça para os Estados capitalistas mais bem implantados no Continente foi a série de revoltas de massas na Alemanha, em 1918-19. Rosa Luxemburgo, que observava da prisão a evolução da revolução russa, percebeu mais claramente do que qualquer dos dirigentes bolcheviques à época os perigos do regime ditatorial instalado durante a Guerra Civil embora seu próprio mal-entendido de certos problemas – cuja importância era menos evidente nas zonas avançadas da Europa. Libertada da prisão, com a queda do Segundo Reich, imediatamente Rosalux se lançou à tarefa de reorganizar à esquerda revolucionária alemã; um mês depois, como figura mais destacada do KPD, escrevia o Programa e fazia o Informe do Congresso de Fundação do Partido. Duas semanas mais tarde foi assassinada, quando dum revolta semiespontânea. A revolução alemã, nascida dos conselhos de operários e soldados em Novembro de 1918, “estava decisivamente derrotada já em 1920.” Entretanto, no Império Austro-Húngaro, os acontecimentos tinham seguido rumo similar. Num mais atrasado Estado rural, a Hungria, as exigências da Entente levaram à abdicação voluntária do governo burguês, constituído a seguir ao armistício, e à rápida criação de uma república soviética sob direção conjunta entre socialdemocratas e comunistas; e, seis meses mais tarde, destacamentos militares romenos suprimiram a Comuna Húngara e restauraram um regime branco. Na Áustria, o peso objetivo da classe operária era muito maior que na Hungria, mas o partido socialdemocrata, que tinha ascendência incontestada sobre o proletariado local, optou contra a revolução socialista, preferindo entrar para o governo burguês de coalizão e dismantelar, gradualmente, os conselhos de operários e soldados *a partir de cima*, com o pretexto de evitar a intervenção da Entente. Em 1920, abandonava o governo, mas a estabilização capitalista estava já garantida. Mais a Sul, a última das grandes insurreições proletárias do triênio pós-guerra ocorreu na Itália. Apesar do partido socialista muito menor do que os da Alemanha ou Áustria, era muito mais combativo: resistiu ao socialchauvinismo e ostentou

durante a guerra um maximalismo verbal. Contudo, a greve geral e a vaga intempestiva de ocupações de fábricas, que se apoderou de Turim em 1920, veio também a encontrar o partido totalmente despreparado para assumir uma estratégia revolucionária resoluta; e, na ausência de qualquer direção política clara, as medidas adotadas contra esses eventos pelo governo burguês e os patrões acabaram por paralisar o movimento. A maré de insurreição popular refluíu, deixando que os esquadrões armados da contrarrevolução preparassem o advento do fascismo na Itália. Os recuos decisivos na Alemanha, Áustria, Hungria e Itália – regiões que, juntamente com a Rússia, constituíram a zona clássica de influência do marxismo teórico – ocorreram antes que a revolução russa estivesse, por seu turno, o suficientemente liberta da intervenção multiimperialista para ser capaz de exercer uma influência organizativa e/ou teórica direta sobre o evoluir das luta de classes nestes países. Nosso autor tributa os reveses extrarussos à “força objetivamente superior” das fortalezas e casamatas do capital na Ordem da Europa Central/Ocidental de modo indiferenciado no conjunto de países abalados pela vaga revolucionária mundial de 1917-1925. A formação da Terceira Internacional e suas iniciativas político-organizativas são vistas como tardias e extemporâneas para influenciar mais decisivamente o curso dos eventos sociais e políticos. A mensagem de V. Ilitch às delegações dos novos partidos comunistas sites ao mundo do capital, *Esquerdismo*, voltava-se para o desenvolvimento de uma estratégia revolucionária baseada na *tradução* da experiência russa a *contextos* de democracia parlamentar-liberal e reformismo operário mais forte. O que adveio da vitória contra os exércitos imperialistas e o vencimento do cerco capitalista foi o enfrentamento a forças internas. A usurpação do poder pela burocracia, e a subjugação da classe trabalhadora na Rússia, formou às bases materiais para o surgimento do *stalinismo*. Na Europa Ocidental a fisionomia do capital se tornou cada vez mais violenta e conturbada e a resposta às crises sociais e políticas adveio do estabelecimento do *fascismo*, com terríveis ditaduras enfrentando-se às organizações da classe trabalhadora em Itália, Alemanha, Hungria e Espanha. O divórcio estrutural do que caracterizara o bolchevismo clássico (e a teoria marxista), isto é, a unidade indivisível de pensamento e ação, foi a consequência imediata desta nova conjuntura política e social. Os últimos remanescentes da tradição intelectual do marxismo clássico teriam expressão fora dos partidos e dos sindicatos, com as colaborações extemporâneas do recém-fundado Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt e o Instituto Marx-Engels de Moscou e, do Outro lado do Atlântico, a obra do economista marxista Paul Sweezy, atestando o último respiro de interesses econômico-políticos que animaram à letra marxista prévia à Segunda Guerra.

O movimento expositivo do que Anderson irá chamar de “*tradição clássica*” trata de realçar um tipo de análise e caracterização para além da anterior dicotomia entre o que se chamou nas páginas da NLR de marxismo “continental” (ocidental) e “insular” (inglês) a partir de um corpo de pensamento marxista que os antecede e, ipso facto, supera. O telão de fundo, ainda que bastante sinóptico, revela com a perscrutação atenta das estruturas formais (e inovações temáticas) da letra do texto de escritores como Ilitch, Trotsky e Rosa como, aí, se formaram sucessivas gerações de marxistas, ora organicamente vinculadas à prática política – com soluções muito diferenciadas nas *millieux* de Marx/Kautsky/Rosa – ora estruturalmente divorciados do movimento social operário, com arranjos igualmente distintos entre a pena de um Lukács ou de um Marcuse. Em registro escrito interno à NLR *Document A* fixara, como fio condutor de argumentação, a teoria crítica Ocidental tal qual tradução filosófica de uma derrota proletária e, a partir da “*Coupure of May*” (1968) havia-se decretado a possibilidade efetiva de “reunificação entre teoria e prática” com a tradição *trotskista* figurando, então, como vital fonte e parte integrante de um marxismo revolucionário em plena *renaissance*. CSMO reiterava daí um prognóstico embrionário e *não-público* – realizado em documentos internos e informes coletivos, *não-assinados* – para a sorte do marxismo *não-ocidental* de tradição desenvolvida, secretamente, *off-stage*.

Ora, os corredores isotópicos, de remissão a valores e crenças, cunhados desde as epígrafes spinoziana e lenineana não poderiam ser mais diametralmente opostos entre si. O enunciado formal de V. Ilitch e a letra do texto de B. Spinoza, como veremos à frente, de facto prenunciam uma série de desdobramentos políticos da impositação editorial com que o trabalho coletivo deste *petit comite* de jornalismo integral vai construir enquanto sua política (e técnica) cultural socialista. Se é verdade que Marx contribuiu com uma teoria geral do modo de produção capitalista não o é que houve, em consonância, uma mais sistemática exposição do materialismo histórico ou mesmo de uma teoria política *in tothom*. Engels – junto aos sucessores; Labriola, Plekhanov e Mehring – assumiu como uma tarefa jornalística e tradutória *de sentido mais geral* a ideia-força de sistematizar qual *visão de mundo* o marxismo. Já Ilitch/Trotsky e Bauer/Bukharin se defrontaram com crise política e econômica que prefiguravam um *marco epocale* em tudo distinto das gerações que lhes precederam. Foi necessário agora desenvolver a teoria marxista de forma criativa e renovadora dando resposta às problemáticas e complexos da economia e da política. Se o esforço nuclear sobre teoria econômica/materialismo histórico teriam sido iniciados pela primeira e segunda gerações, definitivamente, a política marxista fora *criação da terceira*.

A unidade dialética entre teoria e prática fora rompida com a derrota histórica, na Europa Ocidental, e a degeneração contrarrevolucionária, no Leste Europeu. O encerrar-se de um ciclo histórico – de *tradição clássica* – tomou lugar e deu hora ao assim-chamado *marxismo ocidental*, tendo como marca oculta a *dupla derrota*, no Ocidente e no Leste, e, a subsequente transformação do tipo de marxismo realmente existente entre 1918-1968. Na época imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial os primeiros teóricos desta nova tradição intelectual da história de ideias marxistas são reconhecidos pela pena de Perry como de um caráter *transicional*. Korsh, Lukács e Gramsci ainda detiveram postos dentro dos partidos, sindicatos e/ou movimentos. Nada obstante, as tragédias parelhas, Stalinismo a Leste, e Fascismo no Ocidente, selaram o destino de mais ou menos meio século de marxismo na Europa. Gramsci era, para Anderson, quem mais dramaticamente personificava historicamente os dilemas e tensões do momento histórico de pugna entre o velho e o novo. A cisão geopolítica entre os assim-chamados Primeiro e Segundo mundos sob a zona gravitacional de Washington e Moscou fez nascer o amargo dilema colocado a estes teóricos que tiveram que optar por basicamente três saídas: i) incorporação partidária e obediência burocrática, ii) independência política a preço de isolamento intelectual e iii) evasão de todo e qualquer tema/questão político-econômica crucial para a época histórica.

O que Lukács descreveu por *ticket de entrada para a história* Adorno analisou tal *sacrifício da razão crítica*. Incubado pela história, e sobredeterminado pela política, este tipo de marxismo haveria se caracterizado por mudanças formais significativas. O recuo para a universidade e a inversão da trajetória do próprio Marx – tendo daí como ponto de partida a economia e por ponto de chegada a filosofia, com o abandono da política – teria se traduzido tal como o declínio do concreto ao abstrato. As preocupações essenciais dos teóricos precedentes – a interpretação do mundo do capital para melhor transformá-lo – se teria reconvertido naquilo que Rosa Luxemburgo chamou de “socialismo de cátedra” ou V. Ilitch repreendera como “marxismo legal”. Sua *ênfase epistemológica* gerou, mais que um discurso marxista, *um discurso sobre o marxismo*. A abdicação histórico-política que se viu, no Segundo Após-Guerra – em meio a uma considerável expansão da economia capitalista e relativa estabilização de democracias burguesas acompanhadas por uma onda de crescimento de universidades / incremento do trabalho intelectual, nessa nova fase do capital-imperialismo –, redundou aí em grave consequência para o pensamento marxista. O corolário estilístico e prosódico foi uma espécie de deformação ocupacional entorno a um jargão especializado e inacessível — e “formas extremadas de esoterismo” expositivo.

À medida que se distanciava dum movimento vivo, tratou de dialogar intensamente com a cultura codificada da ambiência clássica de Spinoza, Kant, Hegel e outros; além de contemporâneos como Weber, Croce ou Freud... O distanciamento do proletariado cifrara a aproximação à filosofia. *Mais a mais*, e à diferença contrastante do *internacionalismo teórico* do marxismo precedente, os teóricos ocidentais – com mais tempo livre, erudição acadêmica e mesmo conhecimento idiomático – constituíram-se em isolamento intelectual *nacional*, até mesmo *paroquial*, em direção cada um à sua respectiva ambiência filosófica. Nas ocasiões em que de fato produziam inovações temáticas para além das *questões de método* suas atenções se voltavam mais para as “Superestruturas” do que para a “Base” e, em especial, em direção à Cultura e à Ideologia. Mais uma vez Gramsci surge como um marxista *transicional*, pois que em suas reflexões sobre a hegemonia “tentou diretamente produzir uma explanação teórica do beco sem saída histórico que foi a origem e a matriz desse marxismo ocidental” (p.80). Mas, à distinção do *otimismo clássico*, havia um tom de *latente pessimismo*, em comum, nas formulações tanto da teoria da ideologia, dum Althusser, quanto na estética dum Adorno, para ficarmos em exemplos antípodas-teóricos. Mais ainda que sequestrados da política por defecção ou burocratização a imensa maioria dos *marxistas ocidentais* não sucumbiram aos cantos de sereia do reformismo/liberalismo (à exceção, marginal, de Horckheimer), algo que não se pode dizer de Kautsky ou Bauer, por exemplo. Dentro de seus próprios campos de especialização técnica pode-se dizer que a teoria marxista alcançou uma sofisticação intelectual inédita e, por isso, Perry Anderson nos exorta a reter o rigor teórico e evadir a antinomia política num duplo movimento que se caracterizaria por unidade-enfrentamento com este tipo de marxismo europeu ocidental.

A seção sobre *Contrastes e Conclusões* exibia uma espécie de *acerto de contas* público/coletivo (Cap. 5) que se justificava, política e teoricamente, por uma nova juntura de revolta e melancolia que sacudira o Velho Continente no ciclo de rebeliões operárias e estudantis experimentado pela classe trabalhadora – e a juventude – de países como Alemanha, Itália, França, Portugal, Tchecoslováquia etc., entre os idos de 1967 e 1975. Todo o momento precedente, isto é, toda a análise e caracterização que de alguma forma e em alguma medida foram objeto de reflexão interna e trabalho externo da NLR em relação a *um marxismo realmente existente* na Europa, começava a esboçar com linhas-mestras gerais um cenário de mudanças repentinas e radicais. Uma profunda e extensa mudança de maré político-cultural se anunciava na predição espaço-temporal da Europa rebelde dos anos dos atos/greves/barricadas que – graficamente – des-locaram o lugar da teoria crítica:

Contudo, é hoje visível o advento de um novo período no movimento operário, que vem pôr termo à longa pausa que separou a teoria da prática. A revolta francesa de Maio de 1968 constitui a este respeito um profundo ponto de viragem histórica. Pela primeira vez em cerca de 50 anos, um levantamento revolucionário de massas ocorreu no interior do capitalismo avançado em tempo de paz, numa situação de prosperidade imperialista e de democracia burguesa. A arremetida desta explosão ultrapassou o Partido Comunista Francês. Desta forma, começaram a cair pela primeira vez as duas condições fundamentais da não-coincidência histórica entre a teoria e a prática na Europa Ocidental. O reaparecimento de massas revolucionárias fora do controle de um partido burocratizado tornaram mais uma vez potencialmente concebível a unificação entre a teoria marxista e a prática da classe operária. Tal como ocorreu, a revolta de Maio não foi evidentemente uma revolução, e a principal força do proletariado francês não tinha abandonado o PCF, quer organizativa quer ideologicamente. A distância entre a teoria marxista e a luta de classes estava longe de poder ser abolida de um dia para o outro, em Paris, durante os meses de Maio e Junho de 1968; mas estreitou-se ao máximo na Europa desde a derrota da greve geral em Turim, durante a agitação política de 1920. Além disso, a revolta na França não ficaria como uma experiência isolada. Nos anos que se seguiram assistiu-se a uma onda internacional cada vez mais ampla de insurreições operárias no mundo imperialista, diferente de tudo o que tinha sucedido dos anos vinte para cá. Em 1969, o proletariado italiano iniciou a maior vaga de greves jamais registada no país; em 1974, a classe operária inglesa lançou a ofensiva do trabalho mais bem-sucedida da sua história, paralisando a economia nacional; em 1973, o movimento operário japonês tomou a ofensiva através do maior ataque ao capital até à data conhecido; e em 1974, a economia do mundo capitalista entrou na maior recessão geral desde a guerra. A possibilidade de restabelecimento de uma relação íntima entre a teoria marxista e a prática de massas, resultante das lutas reais da classe operária industrial, tornava-se muito maior. As consequências de tal unificação entre teoria e prática poderão transformar o próprio marxismo, recriando as condições que, em seu tempo, estiveram na origem dos fundadores do materialismo histórico. (CSMO, p.115-116)

Com uma laboração teórica *quasi-idêntica* ao diagnóstico político de *Document A* tentava-se buscar, aqui, o caminho para um *marxismo revolucionário* pós-Maio de 1968. Curioso é que a fortuna receptiva deste ensaio de Anderson – as críticas e comentários, as resenhas e recensões – costuma soslaiar, solenemente, um de seus aspectos fundamentais do ponto de vista construído nos capítulos anteriores e que, inclusive, dá forma manifesta ao conteúdo latente que operava no marxismo *newleftiano* como um gênero de *leitmotif*. O Maio de 1968 demonstrou a falência da Segunda Internacional e o colapso do Comintern como alternativas históricas para as classes trabalhadoras e a juventude da Europa tanto quanto se provara inefetiva a tradição intelectual do marxismo ocidental ou mesmo o marxismo inglês para encarar à análise concreta da situação concreta que com intensidade e ritmo diverso colocava ao velho continente a assertiva esópica de: *Hic Rhodus, hic salta!* O legado teórico da tradição trotskista é peça fundamental do presente texto andersoniano:

Entretanto, a série de levantamentos iniciados pela Revolta de Maio teve um outro importante impacto nas perspectivas contemporâneas do materialismo histórico na zona de capitalismo avançado. O marxismo ocidental ... ocupou ... a vanguarda da cena em toda a história intelectual da esquerda europeia, após a vitória de Stalin na União Soviética. Mas, em todo este período, uma outra tradição de carácter inteiramente diferente subsistiu e desenvolveu-se «fora-da-cena» para ganhar, pela primeira vez, uma audiência política mais ampla durante e após os acontecimentos tempestuosos na França: trata-se da teoria e do legado de Trotsky. Como vimos, o marxismo ocidental sofreu uma constante atração magnética por parte do comunismo oficial, enquanto única encarnação histórica do proletariado internacional como classe revolucionária. Nunca aceitou completamente o stalinismo, embora também nunca o tenha combatido ativamente. Mas fosse qual fosse o tipo de atitude que os sucessivos pensadores adotaram em relação àquele, para todos eles não existia outra realidade nem qualquer outro meio efetivo de ação socialista fora da sua esfera. Foi todo um universo político que os separou do trabalho de Trotsky. A vida de Trotsky desde a morte de Lenin foi consagrada a uma luta prática e teórica para libertar o movimento operário internacional da dominação burocrática, de forma a que pudesse retomar uma luta vitoriosa pela derrubada do capitalismo à escala mundial. Derrotado no conflito interno do PCUS nos anos vinte, e exilado da URSS como ameaça destacada ao regime simbolizado por Stalin, Trotsky iniciou no exílio o seu mais duradouro desenvolvimento da teoria marxista. A sua nova obra tomou como origem a matriz do tremendo levantamento de massas que foi a Revolução de Outubro. Mas o trotskismo como teoria tem um nascimento tardio: é em grande medida posterior à revolução, quando já desaparecera a experiência que a tinha tornado possível. Assim, a primeira mais importante produção de Trotsky no exílio foi exemplo único para um teórico marxista da sua envergadura um trabalho de história concreta. A sua História da Revolução Russa (1930) continua a ser hoje em dia, sob muitos pontos de vista, o exemplo mais magistral da literatura histórica marxista; e o único em que o talento e a paixão de um historiador se somam à ação e à memória de um dirigente e de um organizador político, numa grandiosa reconstrução do passado. A realização seguinte de Trotsky foi, de certa forma, ainda mais importante. Isolado numa ilha turca, ele escreveu, a certa distância dos acontecimentos, uma sequência de textos sobre a ascensão do nazismo na Alemanha que, como estudos concretos de uma *conjuntura política*, são de uma qualidade ímpar no conjunto do materialismo histórico. Neste campo, o próprio Lenin nunca produziu qualquer trabalho de profundidade e complexidade comparáveis. Com efeito, os escritos de Trotsky sobre o fascismo alemão constituem a primeira análise marxista real de um Estado capitalista do século vinte – o estabelecimento da ditadura nazista. A natureza internacionalista da sua intervenção, concebida para armar a classe operária alemã contra o inimigo mortal que a ameaçava, manteve-se até ao fim da sua vida. Exilado e perseguido de país em país, sem contato direto com o proletariado de qualquer nação, ele continuou a produzir análises políticas do mais alto calibre sobre a situação política da Europa Ocidental. A França, a Inglaterra e a Espanha, no que toca à especificidade nacional das suas formações sociais, foram todas por ele examinadas com uma mestria que Lenin – predominantemente centrado sobre a Rússia – nunca atingiu. Finalmente ele fundou uma teoria rigorosa sobre a natureza do Estado Soviético e sobre o destino da URSS – sob Stalin –, documentada e desenvolvida, segundo as normas da tradição clássica, com grande precisão. Ainda hoje é difícil de compreender a amplitude histórica das

realizações de Trotsky. Não cabe aqui explicar o legado posterior do pensamento e da obra de Trotsky. Um dia haverá que estudar em toda a diversidade dos seus canais e correntes subterrâneas esta outra tradição — perseguida, injuriada, isolada, dividida. Ela poderá surpreender a futuros historiadores com os recursos que possui. (CSMO, 116-117)

Essa breve recensão da tradição intelectual fundada por Leon Trotsky, longe de se debruçar com acuidade sobre o marxismo trotskiano (ou mesmo o movimento trotskista) nos indicia, mais do que qualquer coisa, um importante *não-dito* da Crítica realizada ao labor da NLR e, sobretudo, de P. Anderson. A extensão da citação se justifica aí por sua importância fundamental a nosso argumento. Se é verdade que o marxismo ocidental fora eclipsado pela tradição autóctone do marxismo inglês, o mesmo poder-se-ia dizer em relação à história do marxismo mundial e sua forma de lidar com o trotskismo. Que seja citado tão positivamente — ainda e quando as críticas ao movimento e à teoria trotskistas não tardariam, *no próprio corpo do texto* — diz muito a respeito do caráter *sui generis* do marxismo *newleftiano*. Os tipos de marxismos produzidos na Grã-Bretanha do pós-guerra, seriam segundo R. Williams três: o *legitimatório* (Partido), o *acadêmico* (Universidade) e o *operativo* (New Left). Pois bem, nem o Partido Comunista Grão-Britânico, o Sistema Oxbridge de *campi* universitários ou mesmo a pioneira New Left inglesa deram a menor atenção/importância, política/editorial, ao legado-movimento teórico ou político trotskista.

Ainda e quando o tratamento adequado envolvesse trabalho teórico virtualmente impossível à época, pelo estado da arte das publicações *de/sobre* Leon Trotsky no mundo, o que a NLR fez com a polêmica Mandel-Krassó e a publicação sistemática e orientada de textos *de/sobre* Trotsky permitiu ao movimento trotskista inglês uma maior audiência para além de suas zonas de gravitação mais tradicionais nos sindicatos de trabalhadores e no movimento de estudantes. Ao mesmo tempo, deu-lhe uma perspectiva mais *canônica*, desde o ponto de vista do padrão de trabalho intelectual, político e historiográfico logrado no interior das páginas da NLR. O impulso de algumas adesões individuais de membros do conselho de redação ao *International Marxist Group* (IMG) além do próprio contexto intelectual europeu à época — é preciso recordar que anarquismo, maoísmo e trotskismo se credenciaram à batalha de ideias como *oposição de esquerda* à socialdemocracia e ao stalinismo e suas respectivas burocracias sindicais e políticas nos “anos das barricadas” — se explicam/compreendem a partir das coordenadas histórico-sociais abertas pelo Maio de 1968. Se é verdade que alguns marxistas ocidentais, tal Althusser e Sartre, desenvolveram uma aproximação ao maoísmo, que rogasse algum mapeamento; *não é caso do trotskismo*.

Afora os especialistas e contemporâneos do pensamento andersoniano, fossem eles desafetos políticos ou camaradas-em-armas, é virtualmente inexistente a observação mais tímida a respeito do diagnóstico previsto por Anderson em relação à herança teórica de Leon Trotsky. Mesmo considerando as críticas a diversos aspectos assumidos por esta dada corrente – que Anderson irá chamar de *catastrofismo* e *triumfalismo* – e mesmo o que é um procedimento minimalista, reduzindo seu legado às figuras de Deutscher, Rosdolsky e Mandel, é notável a ausência de qualquer menção a este apartado do texto (referente ao que é um *elogio* trotskiano) na maioria das críticas e resenhas que CSMO recebera mundo afora. Junto a essa revitalização do marxismo revolucionário, pós-clássico e pós-ocidental, Anderson previra seu adensamento em zonas geotopográficas inexploradas, quais sejam, as terras americanas e europeias do mundo de fala inglesa; casamata do mundo do capital e fortaleza do mundo do trabalho. À ausência de uma filosofia marxista autóctone na terra da mais importante historiografia marxista mundial tornava a tarefa de desenvolver uma forte cultura socialista muito difícil. Fazendo alusão à *teoria do desenvolvimento desigual e combinado* no terreno da teoria Anderson dizia que o atraso de Inglaterra e EUA poderia fazer com que se beneficiassem das vantagens de retardatários da cena internacional e lhes possibilitar saltar etapas. Para medir forças com o mundo do capital o marxismo teórico teria uma espécie de desafio: penetrar os problemas e os temas planteados pelo momento o mais desenvolvido da moderna civilização capitalista da segunda metade do Séc. XX. O programa de pesquisa marxista mundial deveria responder a uma série de questões como: a natureza e os limites da democracia burguesa, a estratégia para a revolução e o Estado no Ocidente, a configuração desejável para a futura democracia operária e pós-capitalista. A condição necessária para um tal desenvolvimento seria o surgimento de um movimento de massas e revolucionário livre de restrições organizativas nos países centrais do capital avançado, isto é, a unidade entre teoria socialista e movimento operário em nova juntura e em novas circunstâncias. Anderson atribuía o poder gravitacional dos partidos comunistas oficiais àquilo que Sartre já sentenciou como sendo uma espécie de única encarnação possível do proletariado mundial. A atitude dos marxistas ocidentais face aos PCs daria-lhes a opção ou da independência-esterilidade ou da filiação-conformismo. Aqui a letra do texto de P. Anderson denuncia a uma atitude não necessariamente voltada ao minúsculo CPGB mas, sobretudo, à zona de gravitação da *teoria dos campos* que o atraía à órbita da política internacional preconizada por Isaac Deutscher, isto é, seu apoio crítico à ex-URSS. Não à-tôa o silêncio sobre a Quarta Internacional ou qualquer movimento trotskista mundial.

Perry Anderson, ao longo deste texto, realiza uma série de movimentos, *questão de método*, no sentido da construção de um argumento perfilado simultaneamente ao texto e contexto em que se inseria. Um, muito notável, é a leitura atenta e proximal, metódica, de um excerto de V. Ilitch do momento quicá o mais avançado do marxismo mundial à ofensiva. O opúsculo *Esquerdismo* é uma intervenção – político-editorial – de combate da pena dum máximo dirigente do movimento comunista internacional no início dos anos 20. O livreto é editado – *e traduzido!* – a tempo de receber os delegados internacionais do Comintern já antes do início de trabalhos do Congresso Mundial em plena Moscou rebelde. A polémica que este desenvolve, ali, sobre o verdadeiro significado histórico-universal da revolução de outubro é retomada por Anderson a partir de recursos de análise de texto que dificilmente a academia burguesa aplicaria à letra lenineana. Aqui cabe citação; *in extenso*.

Podemos deixar a Lenin a última palavra. Cita-se amiúde, e com razão, a famosa máxima em que afirma que «sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário». Mas ele também escreveu, com igual pertinência, que «uma teoria revolucionária justa (...) só assume forma acabada em ligação estreita com a atividade revolucionária». **Aqui, cada palavra é importante.** A teoria revolucionária pode vir à luz do dia num relativo isolamento – Marx no Museu Britânico, Lenin isolado pela Guerra em Zurique: mas só pode adquirir uma forma correta e acabada quando inserida nas lutas colectivas da própria classe operária. A simples adesão formal a uma organização partidária, do tipo habitual na história recente, não basta para fornecer esse vínculo: é necessária uma ligação estreita com a atividade prática do proletariado. Nem tampouco basta a militância num pequeno grupo revolucionário: tem que haver uma ligação com as massas reais. Inversamente, a ligação com um movimento de massas não é também suficiente, porque este pode ser reformista: só quando as próprias massas são revolucionárias, pode a teoria completar a sua eminente vocação. Estas Cinco Condições para que o marxismo se possa desenvolver com êxito nunca estiveram reunidas fosse em que parte fosse do mundo do capital avançado desde a Segunda Guerra Mundial. Contudo, as perspectivas para o seu reaparecimento são agora finalmente e cada vez maiores. Quando um verdadeiro movimento de massas nascer a partir de uma classe trabalhadora amadurecida a «forma final» da teoria não terá precedente exato. Tudo o que se pode dizer é que quando as próprias massas falarem os teóricos – do gênero este dos que o Ocidente produziu ao longo dos últimos cinquenta anos – calar-se-ão, necessariamente. (CSMO, p.125, grifos nossos.)

Da Segunda Internacional, o Partido Laborista e a socialdemocracia; à Terceira Internacional, o Partido Comunista e o stalinismo e, por fim, até a Quarta Internacional, o *International Marxist Group* e o trotskismo estariam – assim – na zona de penumbra da dialética negativa de Anderson (de massas e reformista; de massas e contrarrevolucionário e revolucionários mas de vanguarda) enquanto perspectiva real de Programa/Organização. As «Cinco Condições», bolchevique-leninistas, reviravam o prognóstico da NLR de 1968.

O último texto assinado de P. Anderson, antes da escrita de CSMO é, justamente, o seu *Components of the National Culture*. Quando do auge de seu maoísmo-althusserianismo o Anderson, “de antanho”, falava sobre a necessidade de uma cultura revolucionária para nascer, daí, uma teoria revolucionária; sendo o espólio da NLR um legítimo herdeiro da tradição do que ele viria a denominar “marxismo ocidental”. O texto de CSMO, redigido em 1974, e publicado em 1976, fazia uma ruptura pública com a positividade assignada ao marxismo ocidental enquanto perspectiva e, agora, a preexistência mesma de “massas revolucionárias” era condição para uma “correta e acabada teoria revolucionária”. Mas como colocaria de manifesto o seu Posfácio, o convite a uma leitura “ativista” seria ele mesmo hipostasiado, haja vista que o chamado era muito mais às armas da crítica do que à crítica das armas e não ensejava nem o passo ao Partido nem à Universidade, mas a uma espécie de *belvedere privilegiado* que permitisse visualizar às formas das lutas de classes.

A fonte primária de P. Anderson a respeito de sua ideia-chave a respeito do que se chamará de *marxismo clássico* é uma intervenção de I. Deutscher em que, tratando sobre *Marxismo de Nossa Época*, fala sobre a questão da degeneração do pensamento marxista. Para além do divórcio estrutural entre teoria e prática fala-se a respeito, neste já conhecido ensaio, sobre o que ele considera o contraste entre um *marxismo clássico* (Marx, Engels, Plekhanov, Kautsky, Lenin, Trotsky etc.) e um “marxismo vulgar”, isto é, as diferentes variantes de *pseudomarxismo* (socialdemocrata e stalinista). Por uma série de razões seria necessário criticar a própria concepção de “marxismo clássico”. No interior desta grande baliza polêmica – sob a unidade dialética teoria-prática – se albergou a reformistas e revolucionários, dialéticos e positivistas, internacionalistas cosmopolitas e nacionalistas chauvinistas. Já a inspiração mais imediata ao conceito de *marxismo ocidental* é Merleau-Ponty – de *As Aventuras da Dialética* –, o qual resgatava as contribuições de G. Lukács e K. Korsh. De qualquer modo, importa aqui ressaltar o movimento de *transtradução* que os conceitos de Korsh e Ponty sofrem para se chegar às conclusões e contrastes entre o que P. Anderson chama de *Tradição Clássica / Advento do Marxismo Ocidental*. O tratamento da terceira geração de marxistas, clássicos, e as *millieux* sucedâneas, ocidentais, desde o ponto de vista das estruturas formais e inovações temáticas trazidas pelas vertentes assim contrapostas desde uma perspectiva formalista/estilística de análise de textos aliada a uma historiografia intelectual das tradições de ideias marxistas europeias formam aí o fulcro da pesquisa teórico-histórica – com forte impostação político-programática – realizada pelos editores da NLR como balanço e perspectivas dum período político-editorial em presença.

A tradição clássica aludida por I. Deutscher – corpo de obras de Marx/Engels, Kautsky/Plekhanov, Lenin/Trotsky e Rosa Luxemburgo – teria mantido uma relação mais próxima entre teoria e prática. Desde então, o marxismo ter-se-ia degenerado em duas grandes tendências: uma no Ocidente, divorciada da prática revolucionária, e outra no Leste, apartada da teoria crítica: «a prática às vezes é a inimiga da teoria e a teoria às vezes sofre do contacto com a prática.» O stalinismo seria um herdeiro legítimo, ainda que corrupto, da perspectiva marxista; contente de seu lugar na superfície da extensão do que é o pensamento marxista. Por outro lado, se Marx se deixava informar pela prática proletária e não se permitiria a constranger por ela; o stalinismo permaneceria tão forte quanto o seu elo mais fraco. O ponto de partida de Anderson para caracterizar a relação do marxismo clássico com seus respectivos contextos nacionais e movimentos operários deu ao stalinismo a condição de *marxismo da Rússia contrarrevolucionária* (e ao bolchevismo a condição de marxismo à ofensiva) e, além dos mais, pôde caracterizar Lenin e Kautsky como marxistas da Rússia e da Alemanha. A ruptura trazida pela Primeira Guerra Mundial é reconhecida por Anderson nas fileiras da teoria marxista europeia enquanto um divisor de águas que corre *no interior dos* contingentes nacionais; mais do que *entre eles*. A separação não poderia ser reduzida à geotopografia mas, ainda assim, expressava distintos momentos da classe trabalhadora. A insurgência social do marxismo luxemburguiano em oposição ao centrismo político kautskiano ou ao reformismo econômico bersteiniano seria debitável – para o autor – às origens polonesas de Rosa. Se a revolução teria, daí, sido estrangida no Ocidente a questão sobre a possibilidade/necessidade da revolução alemã sagrar-se vitoriosa é de importância fundamental e a resposta andersoniana tende à negativa.

É relevante notar que a análise de Anderson a respeito das possibilidades abertas na situação revolucionária alemã difere substancialmente da de Trotsky. Se Anderson vê o fechamento do ciclo de revoltas antes de 1920 – com nula probabilidade de bolcheviques terem influenciado a nova conjuntura social e política –, Trotsky enxerga a uma crise revolucionária que se estende até 1923, um partido alemão inexperiente e uma burocracia moscovita *cada vez menos interessada* na causa da revolução mundial. O corolário da visão de Anderson de que o Ocidente não estaria preparado para a revolução nem objetiva nem subjetivamente é a sua apreciação da superioridade do pensamento burguês sobre a teoria marxista neste meio-século entre o final da Primeira Guerra Mundial e a eclosão do Maio de 1968. A mudança de maré trazida com a revolta europeia colocaria o trotskismo em condições de generalizar o legado clássico do marxismo para as fileiras do movimento.

Nada obstante, a enfática declaração do ensaio de interpretação de Anderson não fora suportada pela devida análise: nada mais do que cinco laudas no interior de um texto de mais de cem páginas eram dedicadas ao trotskismo. A derrota histórica de longa duração deixara suas marcas também sobre o legado de Trotsky. Se o marxismo ocidental lidava com alta abstração teórica o conservantismo doutrinário seria uma sua patologia sectária. O catastrofismo perante o mundo do capital e o triunfalismo diante da causa operária seriam devidos mais à vontade otimista que à razão pessimista. E se por um lado Mandel, Rosdolsky e Deutscher não ocupavam cadeiras na universidade nem eram movidos por inquietações filosóficas ou estéticas por outro, poder-se-ia dizer, dificilmente, os últimos mais militantes do que Sartre ou Althusser.

EXCERTO II (“Distant-Reading”)

Gramsci-Trotsky: tradutibilidade dialética e internacionalismo metódico

Desde Karl H. Marx o *internacionalismo*⁵⁴ é «a» *estratégia organizativa* da luta proletária contra a Ordem do capital e *expressão ética* para a qual a emancipação humana perfaz *valor histórico-universal*; fim ulterior da *práxis*. O moderno *comunismo marxista* é movimento e teoria *internacionalista* em razão do caráter *universal* de seus propósitos. A *dimensão moral* possibilitaria explicar o engajamento das gerações/*milleux* do movimento socialista, mundo-afora. Porém, fôra tão-só *imperativo categórico* seria simples refutá-lo enquanto piedoso ideal: *Proletários de todos países, uni-vos! (Länder, vereinigt euch!)* Como vimos na ultra-passagem desde o *internacionalismo* marxiano à fundação histórico-social do *neointernacionalismo*, o *Império*, tal um estágio supremo de desenvolvimento do mundo capitalista, cumpre papel *preponderante*. As tendências universalizantes, trazidas pelo reino do capital, deram daí *um salto de quantidade em qualidade* o qual marcou, indelevelmente, um *novo divisor de águas*. Pretendemos aqui *expor* a uma contribuição inovadora e original do marxismo trotskiano, defendendo ora que se trata, este, *da forma a mais desenvolvida de internacionalismo metódico apresentada por uma tal tradição*. Mas antes de tal reivindicação, *sobretudo teórica*, da qual versaria *uma especificidade de Leon Trotsky* na vertente do *marxismo revolucionário* de que se apresenta herdeiro, vale a pena iniciarmos a reanudar o fio da meada do quê nomeia o *tema Gramsci-Trotsky*. O *primeiro-internacionalismo* – e a *socialdemocracia* –, em forma *política*, podem ser descritos, qual máximo *quantum-mundial*, enquanto *preparatórios* e/ou *organizativos*. Ao não-ultrapassar o mote-solidariedade internacional – e à *forma-associativismo federativo* – seus temas e questões *não se impuseram*, já mais consistente e/ou desenvoltamente, *na cena teórico-conceitual*. Acreditamos que as estruturas e as dinâmicas do Mercado Mundial incipiente ainda se punham, tal qual um aguilhão, para uma filosofia da *práxis* anterior ao fenômeno histórico-mundial dos marcos duma *nova época* de atualidade de *guerras/crises/revoluções* globais em presença. Um «explosivo barril» de *contradições histórico-sociais*, não à-tôa, marcou à *sua falência política*. A *Segunda Internacional* vai conhecer então uma série de fissuras que darão origem à política e programa do *derrotismo revolucionário* – desde sua palavra-de-ordem, a de “guerra à guerra” –, reconfigurando às questões de *estratégia* em questões de *organização*. A *tradução* mais fina de tais questões à *teoria* é ora o nosso *tema*.

⁵⁴ Anderson (2002) tratou o tema de modo mais geral no editorial que retomaremos, *Internacionalismo: um breviário pós-tese*. (Editorial New Left Review, London, New Series Nº 14 [II] Mar./2002, p.5-25)

O *tema* Gramsci-Trotsky é mais do que a *questão* Gramsci-Trotsky, circunscrita às díades entre *guerra de posição/revolução permanente* e seus derivados ou congêneres. Tal *tema* trata das *multideterminações* recíprocas (e *correlações* mais várias) que caracterizam importantes *aproximações e distanciamentos* entre a teoria e a política do marxista sardo e do comunista ucraniano. A prévia-anúnciação do que aqui intendemos enunciar de modo mais apodíctio/sistemático diz a respeito da relação mesma entre *cânone*-tradutibilidade e *conceito*-internacionalismo, enquanto um *conteúdo*, na *forma* deste presente *tema*. De um lado a *leitura proximal* de Antonio Gramsci dos “textos” italianos, a concepção teórica do histórico-nacional e sua *linguagem*. De outro, o *ato de fala distanciado* de Leon Trotsky em “con-textos” inter-nacionais vários, prática política histórico-mundial e sua *atividade*. Para descrever às condições objetivas e subjetivas que permeiam e atravessam a este *tema* devemos nos debruçar sobre dois movimentos fundamentais, a saber, i) a ***mundialização imperialista*** do “Império Universal” e ii) o devir histórico-político ***refundação comunista***. A compreensão do *momentum* histórico-mundial pelo qual passa a humanidade no início de presente século – quando advém graves indícios de crise total que se expande por todas dimensões da existência social, pondo em risco à própria re-produção do ente-espécie – exige, antes de tudo, a apreensão de uma sua *particularidade*. Mas a particularidade *em-si* dum momento sócio-histórico “só pode ser efetivamente percebida quando inserida no (...) prolongado processo, no qual sejam localizados, pelo menos, alguns elementos (...) das condições atuais. ... marca nova fase (...) implantação do Império universal do Ocidente.” (Del Roio, 2004). O motivo, aqui desenvolvido, a respeito da questão da *mundialização imperialista*, se baseia numa original e ambiciosa *narrativa* inspirada esta em perspectiva teórica e historiográfica de *longa duração*, qual seja, a *grande-temporalidade* da formação mesma dum dado *Sistema-Mundo* que, na pena do autor, é a “*Ocidentalização do mundo*”.

A refundação teórica do comunismo (ou da crítica socialista) definiu-se em torno de algumas linhas que foram convergindo no decorrer do tempo e tornaram-se indissociáveis: i) o resgate do método crítico-dialético como instrumento de análise sócio-histórica e de luta ideológica, ii) a percepção do imperialismo como elemento distintivo da acumulação do capital na virada para o Século XX e a solidariedade ativa com os povos vitimados pela expansão do Ocidente, iii) a luta contra a guerra imperialista e a necessidade da cisão com o reformismo. Essas tais linhas distintivas do movimento de refundação comunista ocorreram com intensidades e ritmos diferenciados de acordo com o país e com sua capacidade de elaboração teórica em meio ao conflito social. É certo que a refundação se mostra por inteiro apenas com a eclosão da revolução socialista na Rússia (1917) e com a fundação da Internacional Comunista (1919), quando todas as linhas referidas se entrelaçam e a crise mesma das outras correntes do movimento operário – tanto do reformismo quanto do sindicalismo revolucionário

fica patente. As primeiras sementes da refundação, no entanto, foram plantadas – no ano 1898 – em torno do assim-chamado *Bernstein-Debatte*. Ano emblemático, o qual demarca as linhas de tensão, tanto da refundação teórica do comunismo crítico, quanto do imperialismo como seu sujeito antagônico. Lenin apresentava obra importante sobre a particularidade do desenvolvimento capitalista na Rússia e assim ajudava a fundar o RSDRP, enquanto uma insurreição popular anti-imperialista ocorria na China, e os EUA, por meio de uma guerra contra a Espanha, começavam a corrida pelo Império-Mundo – era o início do longo século americano. (Del Roio, 2003)

A mundialização imperialista, por um lado, e a *refundação comunista*, por outro, teriam hora e lugar, coextensivos e contemporâneos, interagindo reciprocamente sobre os ritmos e intensidades, já de um ou de outro. “Uma inserção, antes de tudo, definida por um espaço sociocultural composto este por dois impérios – o Russo e o Áustro-Húngaro – que intentaram, sem sucesso, o trânsito para o capitalismo por meio de ‘revolução passiva’” e, ademais, por dois Estados-nação que surgiram, propriamente, de “revoluções passivas” mais ou menos bem-sucedidas, *i.e.*, Alemanha e Itália. Do ponto de vista do movimento *operário socialista* e da história do *marxismo revolucionário*, poder-se-ia identificar desse modo a *grande-espacialidade* desta *grande-temporalidade* que marcou interativamente os dois movimentos. A radicalidade *crítica* – bem como o ímpeto *revolucionário* –, da teoria e da política, fundadas por Marx e Engels, estavam perdendo o fôlego desde as origens da Segunda Internacional pelo menos. Desde a derrota histórica da Comuna de Paris (1871) e do deslocamento da zona orbital do movimento operário socialista ao Império Germânico, com a fundação do SPD (1875), poder-se-ia notar os indícios de integração do movimento operário à seara do Estado liberal-burguês, *tal qual a origem de um ideário subalterno ao movimento do capital*. As polêmicas acaloradas de um Marx ao programa do novo partido foram seguidas por um seu crescente interesse pelo potencial revolucionário presente na Rússia, “como se estivesse intuindo a direção do movimento que faria uso de seu nome.” (idem, *ibidem*) O *método-alemão* e seu revisionismo teriam minado-lhe à *alma comunista*.

A vertente da *refundação comunista* constituiria processo histórico-teórico-político de reatualização de discurso / prática marxista revolucionária mundial a desenvolvimentos concretos do modo de vida. Tal *refundação comunista* implicou articulação orgânica entre elaboração teórica e experimentação prática. *A primeira*, necessária para a interpretação da estrutura, dinâmica e funcionamento do capital em seus distintos estágios e, *a segunda*, precisa para a constituição de formas político-organizativas aptas a ofertar eficiência tática e estratégica à práxis revolucionária da classe do trabalho e os grupos sociais subalternos. Del Roio (2005, p.19) propõe uma efetiva *contextualização*, desta, ao largo do Século XX.

Segundo o autor, sua inauguração teria lugar com V. Ilitch e Rosalux (2005, p.25-33), em base à *reconstrução da dialética e revalorização da subjetividade* à ação revolucionária. Esta, em razão das *coordenadas históricas* de isolamento da vaga revolucionária mundial na formação social russa, e ao refluxo dos movimentos comunistas internacionais a partir de 1922, exigiu a elaboração, dentro da IC e o partido bolchevique, da *fórmula política da frente única*.⁵⁵ O segundo momento teria lugar, com Antonio Gramsci e György Lukács, com a problemática herdada do momento inaugural, buscando continuá-la e aprofundá-la às distintas contingências histórico-sociais (e geotopológicas) europeias. Com a prisão de Gramsci, em 1926, o processo padece revezes, sendo o principal deles que a *refundação*, subsequente, seria caracterizada pela *cisão* em sua unidade dialética, sendo forçosamente reduzida a seu elemento exclusivamente *teórico*. O modelo de análise de Del Roio (2005) – a vertente da assim-chamada “*refundação*” – oferece uma alternativa ao algo consagrado aspecto modelar, consubstanciado na denominação “*marxismo clássico*”, de P. Anderson. Por ora, vamos deixar de lado a crítica desta “tradição inventada”, e nos concentraremos, sobretudo, em um detalhe o qual não constitui menor importância. *Não existe aí qualquer razão plausível para deixar de lado Leon Trotsky de seu primeiro momento, e Karl Korsch, de seu segundo*. Se, por um lado, não aderimos integralmente ao elemento de Anderson, por outro, não subscrevemos, já sem ressalvas, ao modelo exposto por Del Roio. As várias minúcias espaciais – e o detalhe temporal – da cartografia proposta em Anderson, tal qual a força e a sustentação de seu argumento explicativo, entorno ao *divórcio estrutural entre teoria e prática*, bem como operosidade da noção de Del Roio, serão inspiração conceitual para a construção de *um cânone interpretativo próprio*, que não seja “nem decalque nem cópia”, de um ou outro mas, sobretudo, um *constructo* efetivo. Vale sublinhar o equívoco de simetria bilateral entre um e outro: se Anderson excomunga Gramsci de sua categoria analítica de *marxismo clássico*, Del Roio exila Trotsky deste seu novo continente teórico, ou a vertente da *refundação comunista*.⁵⁶ Nem a excomunhão – ou o exílio – são *nada* razoáveis. Por mediação categorial *inclusiva*, estamos dispostos a evitar os cancelamentos e as exclusões ou bem noções descritivas/autoproclamatórias, em busca da *unidiversidade*.

⁵⁵ Del Roio, Marcos. *Os Prismas de Gramsci: a Fórmula Política de Frente Única (1919-1926)*. São Paulo, Xamã, 2005 + Riddell, John. *Toward the United Front: Proceedings of the Fourth Congress of the Communist International*. Chicago. (1922/2012). *Historical Materialism Series*. Haymarket Books.

⁵⁶ A inspiração para nomear um “*marxismo clássico*” advém do apreço de Perry Anderson por Isaac Deutscher. Já o autor Marcos Tadeu Del Roio parece ter-se animado com a imposição programática assumida pelo *Partito della Rifondazione Comunista*. Em 2003 dois artigos, nas revistas Unesp-Novos

Um reagrupamento de matéria, posto por Alvaro Bianchi, sugere uma boa ideia sob novo epíteto: *Arqueomarxismo*. O neologismo «Arqueomarxismo», título de livro recente, usa do prefixo “*Arqueo*”, da palavra grega *Arkhé* (ἄρχή), que quer dizer gênese, como em “o início do mundo” – “*no princípio era*”–, *i.e.*, aquilo que *funda*, e o que sói *dar a tôada*; para designar um *início* ao que é o *marxismo*. Então, os autores daí agrupados – V. Ilitch e Trotsky, Gramsci e Lukács, Benjamin e Brecht – re-presentam o *princípio duma tradição*. Literalmente, *Arkhé* significaria “o que está à frente”, mas, no léxico da filosofia antiga grega, este tanto poderia expressar: i) o que está à frente, e por isso é o *início* de tudo, seu princípio, um “ponto de partida” e ii) o que está à frente e, por isso *dirige* tudo que lhe segue; *fundamentando, aí, a todo um processo*. Uma tal cepa, ao ser um *Arkhé*, não só inaugura *uma tradição que se inventa a si mesma*, como se faz presente em todos os seus *momentos*. Por uma série de bons motivos e intenções, trata-se ora de um *reagrupamento* bastante sério, e cuidadoso, naquilo que nomeia. Para nossos propósitos, porém, enfrenta a alguns problemas. A *geração imediata* que sucedeu – e herdou – o espólio dos fundadores Marx e Engels, portanto *os primeiros marxistas*, formou-se em um momento histórico de uma relativa paz social. Antonio Labriola, Franz Mehring e George Plekhanov puderam desenvolver um labor de teoria e cultura longe de papéis de liderança político-partidária, em já buliçosa tranqüilidade. A sistematização, intelectual-profissional, da herança marx-engelsiana foi, sobretudo, um ato de escopo e espectro *tradutório e jornalístico* no sentido *dialético / integral*, ora adjudicado. Em correspondência pessoal e política com Friedrich Engels se ocuparam da formação do marxismo enquanto uma concepção total de mundo *ampla, coerente e facilmente apreensível* – para *público* vasto –; a *reelaborar* princípios filosófico-históricos, e a estendê-los, para domínios donde o marxismo não havia cruzado sabres com seus contendores e adversários. Os vários aspectos teóricos e metodológicos, a filosofia e a estética, a literatura e a religião deram lugar a temas e problemas de pesquisa. À compilação (e publicação) sistemática de obras, como os Volumes II e III d’*O Capital*, *Teorias da Mais-Valia* e a *Correspondência de Marx-Engels*, acresceu-se uma biografia político-intelectual de Karl Heinrich Marx. Esta camada da *intelligentsia* europeia russo-central, campano-italiana e pomerano-alemã foi tal o oleiro a dar *forma* à visão de mundo, de homem e de conhecimento, pressuposta na dialética crítica, do materialismo histórico. A natureza – e os limites – do que fizeram e foram estes intelectuais, contudo, *não condiz* com a vertente que Del Roio nomeia *refundação* comunista e, Anderson, tradição *clássica*. O período em que se formaram foi anterior à turbulenta época histórica; de guerra e crises.

De resto, o termo apresenta uma dificuldade autoevidente, ou seja, *carece de uma explicação erudita*. O propósito de *tornar comum*, ou *comunicar*; de *re-portar*, ou *levar-para*; fica obliterado por esse problema de origem. Se é eficaz em traçar limites dentro da universidade (e suas disputas internas), não se pode dizer que possa ser um grito-de-guerra a ser *ex-portado*; d'além-muros. Sua finalidade crítica carece dum nome literal/literário e, autoconscientemente, se presta aí a constituir uma nascente-montante de alta filosofia não-destinada a desaguar na jusante-corrente do senso comum, protegida assim dos acidentes ambientais/geotopológicos que margeiam o córrego se preserva à salubridade de sua água. A contribuição é altamente original e inovadora e, apesar de não comportar propriamente uma descoberta científica ou filosófica, se presta ao *comentário* informado e enriquecedor para uma polêmica vívida, porém não extra-acadêmica. Na tentativa do quê P. Bourdieu (inspirado pelos esportes coletivos) nomearia *desmarcar-se do mapeamento* de Anderson, podemos dizer que a *forma* de Del Roio tendeu identificar marxismo e hora do “Partido” e a de Bianchi (2013) o fez ao lugar da “Universidade” sendo que ambos se consideram qual *companheiros de jornada*, e *camaradas em armas*, no que se refere à *defesa do marxismo*. (O que não significa, absolutamente, que Del Roio se maravilhe com os novos rumos do *neoeurocomunismo* de Partidos-Frente *Rifundazione Comunista*, *Izquierda Unida* ou até o *Bloco de Esquerda* na Europa ou Bianchi morra de amores por Universidades da América.) Oras. Sabemos desde Marx-Engels que *o fim do proletariado é a realização da filosofia* e que *a filosofia tem como finalidade sua a extinção do proletariado*. A supra-sunção de um termo significa a superação *dialética* do outro; destruindo-conservando / *ultrapassando-os*. Se algo nos ensinou conviver de perto com as gentes do Teatro e apreender-lhes sua Arte *foi atentar*, para-além de intenções, *aos gestus*. Marcos Tadeu Del Roio foi, literalmente, o primeiro gramsciano brasileiro a reconhecer, em obra publicada, às fontes trotskianas do já tão importante *Americanismo e Fordismo*. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez é talvez dos primeiros trotskistas latinoamericanos a consubstanciar – e a documentar –, nos diferentes momentos de sua produção, às diversas nuances e matizes do riquíssimo *tema* Gramsci-Trotsky, que perpassa desde as mais diáfanos questões de literatura e do espírito até mais rudes encarnações das artes militares e da matéria. Tal fertilização recíproca pode até não coincidir exatamente com uma figuração literário-metafórica do «*Arkhé-Marxismo*» ou a programática impostação de voz da «*Refundação-Comunista*», mas *o que são*, e *quê fazem*, desde as zonas orbitais do não-tão-velho PCB *Refundado* e a partir das fileiras do não-tão-novo PST-Unificado pode vir a fazer saltar, de teses e resoluções, o *espírito* frenteunitário.

A solução encontrada não é meio-termo tipicamente acadêmico nem aspira a uma neutralidade valorativa quanto a uma tomada de partido. Trata-se ora de não mais que uma *tautologia*. A constelação teórico-política, a qual autorreivindicamos, nomeia-se *marxismo revolucionário*.⁵⁷ A redundância se dá na relação nome/substantivo e sobre-nome/adjetivo. *Não seria, todo o marxismo, revolucionário? Não é, todo marxismo, crítico?* A experiência histórica – já da Oposição de Esquerda e/ou da Quarta Internacional – aponta para *Outra realidade a nomear* e, no que se refere aí a *nomeações*, se habituou a usos e costumes de *ênfase por repetição*. Os membros-fundadores – de frações e órgãos – foram chamados de *trotskistas* pelos *stalinistas* da IC. Tal Marx não se nomeava *marxista*, alcunha pejorativa inventada pelos *bakuninistas* da AIT, Trotsky não se arrogou *trotskista*. Os opositoristas de esquerda acostumaram-se a se nomear *bolchevique-leninistas*, no interior do Partido, e *comunistas-internacionalistas*, fora da Internacional. Os motes de *revelação da ocultação* causavam “técnica-desmascaramento” e/ou “efeito-estranhamento”: lançando luzes sobre a zona de penumbra de bolcheviques *não-leninistas*, e comunistas *não-internacionalistas*, diziam muito (e eloqüentemente) *com poucas palavras*. Se falar sobre o marxismo *crítico* desvela o *acrítico* e dizer materialismo *vulgar* atesta a existência do *novo* materialismo; o marxismo *revolucionário* tornou-se uma forma tão complexa quanto simples para falar do marxismo *arqueotípico/comunista*; designando-lhe hora / lugar de fala. *Os desdobramentos perfazem ordenação política*, mas não só. Na dimensão ôntica, do *ser social*, versa prática e irreconciliável *oposição a tudo que aí está* e, no plano epistêmico, da *consciência*, a não-defecção às representações do real instituído, em *teoria tradicional*. O critério ulterior não faz retroagir a um velho marxímetro político ou ceder ao novo marxianômetro acadêmico. Obviamente, se trata de parâmetro de *autodefinição*. Karl Kautsky e Edward Bernstein não objetariam estar de fora, tanto quanto Jacob Gorender ou Max Horkheimer. *No princípio* – o *Arkhé* – *não era o verbo*. Se uma *tradição clássica*, newleftiana, tratou de ex-comungar a Gramsci e a *refundação comunista*, novorumiana, exilou Trotsky trata-se – aqui e agora – *de principiar pelo fim*. O *marxismo revolucionário* não cancela critérios de ortodoxia em matéria de materialismo histórico com centralidade metodoepistemológica em categoria de *totalidade*; ou sequer elide a pressupostos vitais – *extramethodoepistemológicos* – de fulcro onto-prático da filosofia da práxis. É o *marxismo* duma época de *atualidade da revolução*.

⁵⁷ Del Roio (2003) cita o *marxismo revolucionário*, In: *É possível uma refundação comunista no Brasil?* Ao fazê-lo, contudo, identifica-o, *exclusivamente*, com o movimento trotskista brasileiro. *Não é o caso*. O quê intentamos ora açambarcar é uma constelação muito mais ampla do que, tão-só, o trotskianismo. Se de fato de esta constelação, como *Muito e mais*, se quiseremos, *marxismo revolucionário*, se trata, certamente, não se trata

Um marxismo que assumiu aos desafios de seu tempo, a partir de seu espaço, que não deixou de constituir uma *Refundação* e, no sentido que se arroga correntemente, não deixou de ser *Clássico* e, assim sendo, não deixou de fazer juz a uma sua *Arkhé*. V. Ilitch e Rózalia Luksemburg, W. Benjamin e B. Brecht, Karl Korsh e Florestan F., Mario Pedrosa e José Carlos Mariátegui, R.M. Marini e Alexandra Kollontai, Evgueni Preobrazhenski e Lev Vigotski e, *por que não?*, Edward P. Thompson e Perry R. Anderson, o perfizeram. Os marxismos de Norte e Sul, Ocidente e Leste, Novos e Velhos, de Europa e Américas, da Filosofia e Estética tanto quanto Economia e Política. *Um marxismo de não-dualismos*. No adiantado da hora que presenciamos, de *um programa de pesquisa marxista no/desde o Brasil*, onde a pesquisa alentada já tomou lugar às certezas repetidas, não pode haver mais lugar para *exclusivismos* ou *autoproclamações*. Para isso, é tão-só *fundamental* pôr nossos mortos para conversar entre si. Neste sentido a última obra de Edmundo Dias, *Revolução Passiva e Modo de Vida* (SUNDERMANN, São Paulo, 2013) é *um exemplo mais que notável*.

Se Gramsci e Trotsky se nos são apresentados, no Brasil, tais como *irreconciliáveis antípodas* há, ali, uma junção dum dos mais afamados conceitos do quiçá mais citado intelectual no interior das assim-chamadas ciências humano-sociais i) e categoria das mais obscuras do talvez mais *outsider* marxista no *Bem-falar acadêmico* ii) “*Revolução Passiva*” + “*Modo de Vida*” (ou “*Byt*”). Antonio Gramsci, ou *Nino*, para um círculo íntimo; e Lev Davidovitch, ou *Trotsky*, para vastas multidões. À problemática conceitual de “*revolução passiva*”, uma apropriação metódica de Antonio Gramsci da alta cultura teórica européia, contrasta-se a um complexo categorial do “*modo de vida*”, objetivação orgânica, de Leon Trotsky, da cultura, de massas, prática, soviética. De um lado, uma teoria-programa de dominantes aspirantes a eternos dirigentes e, de outro, o programa-teoria de dirigentes que anseiam (e ousaram) abolir toda relação de dominação. Uma impositação programática a ser combatida, verso-a-verso, e um outro acento teórico por ser construído, golpe-a-golpe. Como poderia haver interação possível entre as reformas de-cima-para-baixo impregnadas no que Gramsci reelabora como “*revolução passiva*” e as revoluções de-baixo-para-cima pressupostas naquilo que Trotsky evoca sob o “*modo de vida*”? Que diálogo pode se dar entre um texto do cárcere fascista e o con-texto da insurreição soviética? Além de obra organizada pelo próprio Edmundo, em ensaio de Roberto Massari (*Gramsci e Trotsky*, 1999) n’*O Outro Gramsci*, projeto inacabado dum livro de Perry Anderson (Estado e revolução no Ocidente ou *As antinomias de Antonio Gramsci*, 1977/2002), editado “a cura” da *New Left Review*, e artigo de Carlos Zacarias (*Gramsci: mais um antitrotskyista?*,

2004), na revista Outubro, há pouco material original/inovador a respeito do não-acabado “tema Gramsci-Trotsky”. N’*O Laboratório de Gramsci* (2008) d’Alvaro Bianchi avança-se uma série de problemas/questões atinentes a este tópico *mal-dito* do pensamento social e político contemporâneo. Tal o dizia Edmundo: “*Qui si convien lasciare ogni sospetto.*” (D. Allighieri). Massari e Anderson, Zacarias e Bianchi; por melhor-instruídos especialistas científicos, e mais bem-preparados dirigentes intelectuais que sejam, não poderiam chegar sequer perto dos resultados parciais da *fricção* realizada por Edmundo entre o *agitador* de pouco para muitos / orador de multidões anônimas; *Trotsky*, e um *propagandeador* de muito para poucos / formador de próximos companheiros; *Gramsci*. Edmundo sabia já transitar em ambos os ambientes e, afora quando a sua enfermidade já não se lhe permitiu, freqüentemente o fazia. Curiosamente, levava algo de seu *trotskyanismo* para tertúlias de salão miúdo e um pouco de seu *gramscianismo* para congressos de ginásio lotado. Sabia baixar e levantar a voz quando necessário e nunca concebeu a *guerra de posições* como excludente da *revolução permanente*. Era ele tanto próximo a um *parlamentar comunista* quanto um *organizador de exércitos*, e sempre compreendeu a Ocidente e Oriente em uma dialogal interação. *Edmundo era mestre, sobretudo, da dialética*. O produto de sua crítica reflexão não é uma aborrecida historiografia-padrão ou uma metateoria social diletante. Sua peça de resistência é portentosa, imaginativa e ousada forma-ensaio tal qual György Lukács ou Theodor W. Adorno jamais lograram, sequer nos mais delirantes sonhos. Se Edmundo abrisse às picadas no interior da mata que conduziriam um programa coletivo de pesquisas à constatação de que Gramsci jamais fora stalinista ou simpatizante, nunca abandonara à estratégia revolucionária e, enfim, em momento algum defeccionara à insurreição socialista desde seu primeiro escrito; suas últimas linhas tem o céu – sob/por assalto – como limite a ser ultrapassado. Para leitores sérios de Gramsci e Trotsky é claro que o gramsciano *Quaderno 22* não poderia vir-a-ser sem o trotskiano *Europe & America* (por primeira vez traduzido, aqui, pela Sundermann, 2008, como *Imperialismo e Crise Econômica Mundial*) e o trotskiano *O Futurismo* não seria o mesmo sem a crítica literária gramsciana. Diferente da geração catedrática que lhes sucedeu o *marxismo revolucionário* desenvolveu uma vasta correspondência – apesar *e contra* o limitado (e angustiado) tempo livre, menor sistematização filosófico-profissional e o *amateur* conhecimento de idiomas – que não encontrou igual. O que Anderson disse “*paroquialismo teórico*” de intelectuais do porte de Sartre ou Horkheimer encontra pálido/nanico/patético reflexo nas correntes de pensamento marxista da universidade brasileira eternamente divididas e ignorantes entre si.

Acreditamos que um diálogo crítico entre as obras teórico-políticas de Gramsci e Trotsky – para além das falsas identidades e/ou oposições diamétricas que se praticaram, amiúde, com ânimo conjuntural, *e parca atenção à letra dos textos* –, *interrompido* pela Meia-Noite do Século – caracterizada por Fascismo, no Ocidente, e Stalinismo, ao Leste –, pode nos fornecer *uma rica confluência* para o manancial de *um programa de pesquisas coletivo marxista*, e às formas e conteúdos da revolução social e política. Deixando pré-noções e pré-juízos de lado, e abordando diretamente os textos e atentando a con-textos; o nexos de unidade e distinção, que particulariza às contribuições originais e inovadoras do sardo e do ucraniano, oferta-nos uma orientação-para-a-ação, do ponto de vista do trabalho teórico-metodológico, baseado no *marxismo revolucionário* que os unificava mundialmente. Já foi devidamente realçado que Gramsci enfatizava uma dimensão *nacional* da política. A relação *nacional*, para ele, seria o “resultado de uma combinação ‘original’ única (num certo sentido) e que nessa originalidade e unicidade deve ser compreendida se se deseja dominá-la e dirigi-la.” (Q14 §68). O desenvolvimento mesmo da unidade nacional era em direção às relações internacionais em pelo menos dois sentidos: i) a formação que absorve e expressa em si às tendências da correlação de forças supranacional e ii) que se verte para o exterior, tornando-se parte constituída e constituinte da cena mundial enquanto totalidade. A ação realista e eficaz parte do *nacional* e *transcresce*, na perspectiva *internacionalista*.⁵⁸ Não à-tôa, o apontamento para se estudar atentamente “a combinação de forças nacionais que a classe internacional deverá dirigir (...)” ou, então, a perspectiva das relações locais, nacionais e *até internacionais* para a pesquisa historiográfica dos vários partidos políticos. O terreno do Estado-nação é a mediação que *estabelece os liames entre o local e o global*. Aqui se estabelece nexos sobretudo *nacional-internacional* da opera gramsciana como todo. A apreciação singular da situação nacional constituiu a preocupação central do autor sardo.

Se Gramsci buscou *traduzir* dialeticamente a realidade internacional para uma sua situação nacional particular, Leon Trotsky firmou uma posição de *verter* o nexos nacional-internacional, destacando o desenvolvimento *desigual e combinado* do sistema capitalista inter-Estados. A condição da situação *mundial* ocupava posição determinante nesta relação. Como atestam os dicionários especializados, o ato de *traduzir* significa no mais das vezes transcriar a língua estrangeira ao idioma nacional, enquanto o ato de *verter* quer dizer o movimento anverso, qual seja, *transpor*, a um idioma nacional dado, para Outra língua estrangeira qualquer. É claro, não se põe a tradução/versão *literal* para a presente *metáfora*.

⁵⁸ Di Napoli (2009) *Intorno a dialettica gramsciana: dialettica e movimento*. Gramsci, Trotsky

Atentemos para seu desenvolvimento *metafórico* como *orientação geral e linha tendencial*.

Os jornalistas de um periódico anglossaxão, *Manchester Guardian*, em preâmbulo editorial duma entrevista, de março de 1931, registraram que Leon Trotsky respondia às suas questões em uma “musical mescla de [inglês,] alemão e francês” (2008/1931, p.139). Noutra ocasião, asseverou ele: “se se tomar à Inglaterra e à Índia como os dois pólos do capitalismo [mundial] deve-se reconhecer que o internacionalismo proletário de ingleses e indianos não é em nada fundado sobre a identidade de suas condições, tarefas e métodos; *mas sobre a sua estreita interdependência*”.⁵⁹ De modo *estricto* ou *mais geral* vemos em *ato* tradução não só de intransigente internacionalismo *orgânico*,⁶⁰ mas a concepção total – de História, de Política e de Teoria – que traz dimensão *metódica*, assaz *internacionalista*.

Esse lógico *internacionalismo metódico* surge plenamente em 1906,⁶¹ na sua obra «*Balanço e Perspectivas*». A Revolução de 1905, afirma o autor nesse texto, findara com a particularidade russa, amostrando, aí, o desenvolvimento russo enquanto *não-excepcional*. Mas expôs também o caráter *singular* desse desenvolvimento, *i.e.*, mescla de todos rasgos distintivos de sua *formação* e que abria, por sua vez, perspectivas históricas inteiramente inéditas (Trotsky, 1906/2011). *É desde tal nexa de diferença-identidade que se constitui a formação social russa*. A enquêta de tais características tornava-se possível mediante uma concepção da *heterogeneidade espaço-temporal histórico-social do desenvolvimento dum capitalismo global*. O devir mesmo das forças sociais de produção na Rússia podia, assim sendo, ser compreendido *comparativamente* vis-à-vis a outros Estados europeus, centrais. O *quantum* dum devir civilizacional, “lento e primitivo”, não era dado, desse modo, numa esfera restrita *a um Estado-nação*. Esta, estabelecer-se-ia *internacionalmente*, levando em conta a uma dimensão, *socioespacial*, do capital. Já Marx e Engels tinham sublinhado a tendência à universalização da forma-Valor (vide trechos do Manifesto de 1848, em que o capital se traduz como *relação social* que se globaliza). Era o achado dessa tendência o que incutia um *credo*, compartilhado pela maioria (à época), em pressuposta linearidade e homogeneidade do desenvolvimento sociohistórico. Amplamente difusa por um então dito “*marxismo legal*”, essa noção prevalecia, outrossim, no interior da socialdemocracia russa.

⁵⁹ Prefácio à Edição Alemã d’*A Revolução Permanente* (Trotsky apud Löwy 1930/1998 In: *Lutas Sociais*.)

⁶⁰ Trotsky circulou muito cedo pela esquerda europeia, não se restringindo aos círculos de emigrados russos e, por meio de distintas intervenções, participou do debate mundial. Sua dedicação às questões de relações internacionais nos primeiros anos da revolução russa e o seu empenho na organização da Quarta Internacional costumam ser exemplos expostos para comprovar a filiação ao *internacionalismo*.

⁶¹ A este respeito seguimos *de perto* uma importante contribuição, de Bianchi (2007), para este debate. Trata-se muito abertamente dum acompanhamento proximal de seu “*internacionalismo metodológico*”.

A “*tradução*” gramsciana ou a “*versão*” trotskiana à mesma *linguagem* filosófica passavam longe de leitura reducionista de Marx e Engels e, porquanto, de concepção linear do devir civilizacional duma formação social a meio caminho entre o Ocidente e o Leste. Uma insígnia dessa leitura vinha assinalada pelo próprio Marx que, no Prefácio à Primeira Edição d’*O CAPITAL*, fez asseverar que: “O país que é mais desenvolvido industrialmente apenas mostra aos menos desenvolvidos a imagem de seu próprio futuro.” Palavras fortes, tais quais: “mesmo que uma dada sociedade comece a seguir a trilha da lei natural de seu movimento (...) ela nunca saltará sobre as fases naturais de seu desenvolvimento nem as removerá ... por decreto”, não são facilmente soslaíveis. *Tal qual imagem viril, se impõe. O poder duma visão – e/ou sua expressão verbal adequada – pode ser demais eloqüente. Mas não fala por si só.* Se, “a finalidade última desta obra é revelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna” também “poderá abreviar e diminuir dores do parto”. *A ressalva, ao final, não recebera devida atenção.* Em troca de cartas a *Anais Patrióticos* (Отечественные записки), ou correspondência a Vera Zasulich, a ressalva fez-se notar. A generalização da forma-Valor não segue uma mesma *démarche*, nem dá resultados iguais. O passado de uns não se reconverterá *teleologicamente* em modelar a Outros. O chefe-de-redação malinterpretou – ou mal-*traduziu*, dialeticamente, e mal-*editou*, jornalisticamente – os caminhos alternativos vislumbrados por Marx no capítulo sobre acumulação originária, e a dirigente menchevique generalizara altas abstrações, sem um devido cuidado filológico. *Não são pavimentados os caminhos da teoria* e não há mapeamento prévio para a história. *Picadas e sendeiros tortuosos/estritos, não vias expressas*, fazem avançar o intelecto geral.

A obra, épica, de V. Ilitch, sobre o desenvolvimento capitalista russo, destacou seus caracteres, tipicamente *capitalistas*, e indiciou às contradições, *internas*, de sua formação. Num cerrado combate intelectual contra o nacionalpopulismo *narodniki*, Ilitch construiu à sua argüição; *desmarcando-se* de assertivas do *excepcionalismo russo*. A noção lenineana de *formação social*, sua dimensão propriamente *nacional*, é conservada pelo elemento de internacionalismo *metódico* de Leon Trotsky, possibilitando passo para além e *internalização* duma *nova dimensão* de análise, perquirindo aos espaços *nacionais* de produção (e reprodução) das relações sociais capitalistas + os nexos contraditórios que se estabeleciam entre *o processo de universalização-internacionalização da forma-Valor x o processo de particularização-nacionalização da forma-Estado*. Visando a tal duplo movimento, desde a Periferia do capital, *Trotsky radicalizou a tal concepção*. A relação contraditória entre o desenvolvimento de forças *x* relações de produção se dá *sob a mediação do Estado-nação*.

À zona *limitrofe* espacial do capital – e ao *transbordo* de seu tempo contraposto –, Trotsky anteviu uma *nova escuta* (e *escrita*) do tempo histórico.⁶² Moderno e Arcaico tornavam à Rússia atrasada, como a viram nacionalpopulistas, *longe da modernidade idealtipicizada*. Mas, também a fez *contemporânea* do tempo-do-capital que assim e a seu modo *informava*.

Arcaico x Moderno / Passado x Presente / Extemporâneo x Contemporâneo / Velho x Novo / Uno x Diverso fundem-se, aí, no *nexo* entre forças internas e devir civilizacional numa formação social a forças externas do sistema mundial interestatal que a compreendem. A categoria de *totalidade* era, daí, incorporada por Leon Trotsky na análise do processo histórico (Löwy, 1998), com um seu *lento* desenvolvimento das forças sociais de produção locais e conseqüente *embrionarismo* de base à moderna formação de classes fundamentais, por um lado e, por outro, a sua inserção no sistema político e econômico do capital global. Se *auscultar aos batimentos cardíacos do-ente* russo significava então atentar para o seu aparelho militar nacional – e ao capital financeiro europeu – apontava, também, para um capitalismo *engendrado aí por seu próprio Estado central*. Um primitivismo artesanal e o desenvolvimento moderno, a meio caminho de *absolutismo europeu / despotismo asiático*, e sob dependência estrutural do capital estrangeiro tornava à Rússia formação social *híbrida*. A *tradução* política, de tal situação, arrojava à burguesia (e o liberalismo) russo *para fora* da revolução democrática e punha o proletariado à *vanguarda da cena nacional*. Esta via particular de desenvolvimento condicionava às formas de combate contra o czarismo, bem como *ao próprio processo de transição socialista*. A economia russa, sob uma batuta do capital europeu, determinava tanto a fraqueza da burguesia interna, quanto à força de seu proletariado. O passo célere – e ponteiros históricos – registrava o devir dum capitalismo industrial e, também, *a sua superação concreta* por meio da revolução operária socialista. Mas, a partir desse momento, o tempo era novamente refrenado e, um miserável porvir de forças sociais de produção, cobrava sua fatura. N’*A Revolução Traída*, Trotsky expunha o quadro; *comparativamente*. A Rússia *não* era o elo mais forte das correias do capitalismo e, *sim*, o mais fraco. A sua vez, a União Soviética não estaria acima do nível mundial da economia, mas tão-somente intentando alcançar os países capitalistas. É, portanto, desde o *nexo nacional-internacional* que o ucraniano perquiria ao *particular* do desenvolvimento capitalista russo e sua *possibilidade* de transição socialista. Mas esse *critério interpretativo* não se restringe a uma análise da formação social russa. É um critério *universal*, próprio do *marxismo revolucionário*, para apreender às diversas dinâmicas do capital contemporâneo.

⁶² Sobre a *utilidade* do tempo histórico, remetemos à obra *Introdução* de Daniel Bensaïd (1990, Cap. 2).

O marxismo da nossa época “*procede a partir da economia mundial considerada não tal qual uma simples soma das suas unidades nacionais, mas tal qual uma poderosa realidade independente, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial que, em nossa época, domina a todos os mercados nacionais.*” (Trotsky, 2011). O domínio dos mercados nacionais não implica, entretanto, à sua supressão. Se ao largo dos Séculos XVIII-XIX a constituição dos Estados-nação dinamizou o devir das forças de produção o mesmo não ocorre ao largo da época histórica de *guerras/crises/revoluções*. À contradição entre relações de produção e o devir de forças sociais de produção, notadas por Marx e Engels, Trotsky acresce àquela que existe entre o desenvolvimento das forças de produção e os Estados-nação, entre uma lei do “valor-trabalho” no Mercado Mundial e a regulação estatal, por um lado, e países do Centro e Periferia / Semiperiferia, por outro. Segundo o autor, o capital teria duplo mérito histórico, por ter colocado à técnica em um nível elevado, e por ter ligado todos os rincões do mundo, desde seus liames econômicos. Daí a base de sua expansão seria sempre o Estado; suas fronteiras, alfândegas e exércitos. Entretanto, as forças sociais de produção de-há tempos teriam superado a suas fronteiras, transformando-o então *de fator histórico progressivo num constrangimento insuportável*. A crescente *mundialização imperialista* – nos últimos quartéis de século – não fez mais que *agravar* a tais contradições. A expansão/concentração/centralização de capital em grandes corporações transnacionais tornaram, potencialmente, *mais graves* aos conflitos entre os Estados no Mercado Mundial. Vantagens comerciais, neste, são obtidas por diferenças em níveis médios de produtividade-trabalho. Em alguns períodos, ou os ditos “normais”, um *Hegemon* no Mercado Mundial é o que lograr obter um nível mais alto de produtividade-trabalho e, com isso, obter *vantagens competitivas* para as suas mercadorias. Se quiserem competir no mercado, os outros países deverão ajustar sua produtividade a esse novo nível

O capitalismo é um fenômeno mundial. Ele conseguiu abarcar todo o globo terrestre; e isso se manifestou ainda mais agudamente durante a guerra e durante o bloqueio, quando um país, privado de um mercado, produzia excessos, enquanto o outro, com necessidade de mercadorias, não tinha o acesso às mesmas. E, hoje, essa interdependência, do mercado mundial desmembrado, manifesta-se aqui e em todo lugar. O capitalismo, na etapa alcançada antes da guerra, baseava-se numa divisão mundial do trabalho e na troca mundial de produtos. (...) Essa divisão do trabalho ... não era algo constante, algo dado – de uma vez por todas. Ela [divisão] tomou forma historicamente; [ela] é constantemente rompida por crises e concorrência – sem falar das guerras tarifárias. E é restaurada, de novo e de novo, apenas para ser rompida, de novo e de novo. Mas a economia mundial como um todo se apóia numa divisão maior ou menor entre os respectivos países, de produção, de necessidades correspondentes. (Trotsky, 2008/1921, p.15-16.)

Nesse contexto, o Estado é um instrumental da afirmação de lugares no interior do Mercado Mundial. Na cena mundial, enseja à solução provisória, *mas nunca supressão*, de conflitos interimperialistas, através de força/chantagem; “*violência e fraude*” (QC). Permite, também, a coerção à autodeterminação nacional Periférica/Semiperiférica, garantindo uma divisão inter-nacional do trabalho, favorável aos interesses das potências hegemônicas. No cenário nacional, o Estado reforçado reconduz à repressão o movimento dos trabalhadores e à manutenção de elevadas *taxas de produtividade*, em miúdos: *exploração do trabalho*. Assim, ao invés de pressupor uma tendência ao amortizamento (à supressão) dos conflitos entre as classes sociais (e no interior da própria burguesia) como, por exemplo, sugere a sempre citada (mas pouco estudada) teoria kautskiana do *Ultraimperialismo* a concepção *renovada* do imperialismo, possibilita que se compreenda à continuidade – e até mesmo o *transcrescimento* – destes tais conflitos. Sua arguta análise das relações, entre *Europa & América*, esboçada em 1921 (e, até 2008, inédita no país), atesta como a afirmação duma hegemonia estadunidense – que, longe de colocar um freio às crises – *transfigurava-as*. Relacionando às dimensões nacionais e internacionais da Política, Trotsky afirmava que as formas nominais “estabilização” / “normalização” / “pacificação” capitalistas à Europa, depois da derrota da Revolução Alemã (1918-1923), foram possíveis graças a uma estreita correlação material e espiritual para com primeiros passos de intervenção americana nos *affairs* europeus. Mas a coação dos Estados Unidos sobre a Europa, ao mesmo tempo em que colocava a esta numa posição subalterna-associada, aumentava, em potencial, à tensão existente entre os vários Estados europeus.⁶³ Da investigação ativa de uma tal contradição *interimperialista* Trotsky resenhava uma *situação mundial* na qual o reforço da hegemonia internacional da potência imperialista estadunidense ocorreria ao passo em que aumentaria a probabilidade de guerra. Desse modo, sem embargo à primeira intervenção dos Estados Unidos em solo europeu tivesse, aí, um efeito “normalizador” ou “estabilizador”, da “paz social”, já a médio-prazo o seu efeito seria o de elevar às múltiplas tensões internacionais, gerando, daí, *novas* disputas. A *tradução* política dum tal internacionalismo *metódico*, e do conceito *renovado* de imperialismo a que aduz, articulando assim às dimensões políticas e econômicas destes é, enfim, *autoevidente*. Uma visão *global* do imperialismo produz um internacionalismo que *supera* ênfases numa identidade conjunta (ora *realmente inexistente*). O acento, *agora*, é posto na *imperiosidade* de opor, ao imperialismo, a ação internacional *organizada* do proletariado. *O neointernacionalismo dos Séculos XX/XXI é revolucionário.*

⁶³ Xyle e uma concepção dinâmica sobre o sistema de ordem dum sistema socialista mundial no IC

Os esforços de *tradução* e *versão* interatuam, dialética e integralmente, na *metáfora lingüística* que cunhamos a tão-só **um** dos aspectos do *tema* Gramsci-Trotsky. *Senão vejamos*. Gramsci acusou-o, ao ponto de vista do dirigente ucraniano, enquanto “*cosmopolita, isto é, superficialmente nacional e superficialmente ocidentalista*”. A fina análise que Trotsky faz da Rússia desmente um tal despautério, além dos seus escritos sobre formações sociais tais quais a inglesa, a francesa e a alemã, ressaltando aí às totalidades diferenciais de suas diversas vias para o capitalismo e os caracteres distintivos do movimento operário de cada país. A tradição intelectual *cosmopolita* recebe na obra carcerária uma *dura* caracterização. Tratam-se, *os cosmopolitas*, de perfis formados pelo *não*-reconhecimento da vida nacional em sua específica distinção, com atividade *estranha* e até *oposta* aos interesses da maioria. A *desagregação* da vontade coletiva nacional-popular da classe do trabalho e seus aliados seria a finalidade não necessariamente premeditada da existência “cosmopolita” na Nação. Falando sobre o tema da *tradução* e o Nacional-Popular em Gramsci, Claudio Reis (2007) reprisa o prejuízo de que Trotsky fora “popular, sem ser nacional”; e Stálin, “nacional, sem ser popular”. *A afirmação é bizarra*: por considerar que Trotsky não alcançara a *tradução* do devir especificamente russo para a vida social e política do país; presumir um tipo de “popular-internacional” *abstraido* das unidades nacionais que lhe são aí pressupostas e, ao fim e ao cabo, por rebaixar o dirigente revolucionário a *organizador coletivo de derrotas* de prosa *rude*, obra *miserável* e **nenhuma** ideia / programa originais para a presente tradição. (Na letra do texto prisional, é V. Ilitch *profundamente nacional + profundamente europeu*.) *Vejamos mais de perto à questão*. A acusação, de *cosmopolitismo*, foi recorrente no que a publicística antitrotskyista no poder produziu, e trazia, em si, a *um forte teor antissemítico*, uma vez que *Lev Davidovitch Bronstein* – tal qual *Karl Heinrich Marx* – tinha origens em herança judaica. A reprodução acrítica de tão estapafúrdio *nonsense* é um dos pontos abjetos das escrituras dos *Quaderni* gramscianos, e deve ser debitado às condições de isolamento e desconhecimento que a prisão impôs à vida intelectual e política deste marxista italiano. Um exame mais apurado chegaria à conclusão que nem o sotaque *nacional* de Gramsci o faz um *chauvinista* nem o acento *internacional* de Trotsky o converte em um *cosmopolita*. A vida (e a obra) de Gramsci colocou-lhe a necessidade de interpretar/ler à linguagem de textos nacionais italianos e, a um só mesmo tempo, ex-pôs uma possibilidade para Trotsky transformar/falar em contextos internacionais diversos em atividade. As radicalizações das respectivas situações político-pessoais redundaram aí em *cárcere fascista* do parlamentar sardo, e no *exílio stalinista* do combativo ucraniano. Sua fertilização recíproca é *benvinda*.

O marxismo visa realização dum «universal concreto» (G. Hegel) capaz de integrar já *em-si e para-si*, sob uma forma de «*Aufhebung*» dialética – ou “*superação-conservando-o-superado-como-superado-interiorizado*” – à toda a riqueza social-humana do particular. Na história real, diria o sardo, *a antítese tende a destruir a tese*, a síntese será *superação*, mas sem que se possa estabelecer, *a priori*, o que da tese será “conservado” em tal síntese. (... “Que isso ocorra de fato é questão de ‘política’ imediata porque – na história real – o processo dialético se esmiúça em diversos momentos parciais inumeráveis”, *In: Q10 §45*). Enfim, um *universalismo* que respeita a diversidade das culturas e civilizações, bem como das línguas e dos povos, sem absolutizá-las, e que não se faz biombo de *império universal*. Graças ao *novo* conceito de *Imperialismo* o marxismo pôde escapar às armadilhas do falso universalismo *eurocentrista* – ou à *Ocidentalização do mundo* – que intende impor a todos os rincões do mundo, principalmente à Periferia e aos subalternos, sob ares de “processo civilizador”, a barbárie moderna quotidiana de dominação/direção de um “modo de vida” liberal-burguês típico da modernidade do capital, *i.e.*, a propriedade privada, o mercado mundial, a expansão do capital, um produtivismo predatório, um utilitarismo estreito, o individualismo possessivo e o ápice da hegemonia burguesa, a racionalidade instrumental. O processo de realização de uma história verdadeiramente *universal* à qual o marxismo só pode aspirar a atuar tal *mediador* impõe a tarefa tradutória + o internacionalismo metódico enquanto resortes fundamentais sendo, nesta linguagem historicamente determinada, os conceitos de Gramsci e os termos de Trotsky daí tratados *reciprocamente intertradutíveis*. *A leitura e o ato de fala* de tais anunciações e enunciações colocam, à ordem do dia, o quê J.W.Goethe chamou início d’“*idade da literatura mundial*” (*Weltliteratur*) e, endereçado a J.P.Eckermann (1827), exortou: “todos devem colaborar para apressar a seu nascimento.” Tal noção goetheana, de *Weltliteratur*, introduz um conceito que diz respeito ao estado da arte moderno da relação entre mais diversas linguagens e ambientes literários do mundo. Nesse sentido é melhor falar – como se o faz – da *Idade da Literatura Mundial*. Em tal *Era* essas *Repúblicas de Letras* não se satisfazem mais travando *relação* – fenômeno que *mais ou menos* sempre existiu; como atestam a história e a teoria da tradução disponíveis – mas concebem *abertamente* à sua existência e seu *desdobramento* no âmbito de uma interação incessante, crescente e *exponencialmente intensificada* por dialética quantidade-qualidade. A partir da ideia-força de *Weltliteratur* surge a reflexão goetheana *sobre o ato tradutório*, que seria constituído e constituinte do intercâmbio cultural entre os vários povos e línguas. As trocas *interculturais-civilizações* compreenderiam qual pressuposto à *história universal*.

K. Marx e F. Engels já asseveravam, lá desde o *Manifesto*, que o unilateralismo e a “estreiteza de espírito” nacionalistas vinham se tornando cada vez mais inviáveis e que, de muitas literaturas locais e nacionais, debutava a se alçar a *literatura* propriamente *mundial*. Não à-tôa as ideias de Goethe sobre tradução, surgidas dos mais diversos materiais de sua produção crítico-humanística e científico-social, coincidam no tempo com a *Weltliteratur*. Mais que um teórico da tradução Goethe foi um de seus maiores praticantes e entusiastas. O idioma e o romantismo alemães – assim como, analogicamente, a língua e a ilustração francesas – se empenharam no nexo nacional-internacional da formação humano-genérica. As intensas trocas interculturais ocorridas na Alemanha, distintamente à França, de uma forma aguda enriqueceram à *Kultur* alemã de modo que não se deu à *Civilisation* francesa. Se consideramos à linguagem e à língua do ponto de vista dialético duma concepção total de mundo, que corresponde à cultura nacional-popular de uma civilização estatal integral, o fato histórico-universal da filosofia clássica alemã e a história-política francesa surgirem em seus respectivos horários e lugares não pode ser debitado a uma obra de acaso objetivo. Se é verdade que a *forma*-tradução encontrou a seu ponto alto em Goethe, e teve como um de seus maiores e mais reputados pensadores a Walter Benedix Schönflies Benjamin, o é também que não teria mesmo valor sem se combinar à *forma*-jornalismo de senso *integral*. Da mesma forma que o conceito *dialético* de tradução não se confunde com a sua acepção tradicional, também o senso *integral* do que vem a ser jornalismo, não é igual ao canônico.

O *intercâmbio publicístico* – ideias políticas e teóricas – para além dos conteúdos imanentes ou lógicas internas, leva em conta aos con-textos de criação, difusão/recepção, fortuna crítica – a circulação e distribuição – e, sobretudo, de *tradução*. A tradução, inclusive aquela de sentido *estricto*, revela algo sobre quão permeáveis são as fronteiras intelectuais e morais dos Estados-nação. Uma tradução, sugere Boothman (2005), nunca surge tal um *raio em céu azul*. O autor realiza uma interessante reflexão – sobre a relação entre difusão e recepção, dos primeiros recenseadores das edições gramscianas a partir da Inglaterra – afirmando que “nenhuma tradução nasce no vazio”. Destaca o paciente – e meticuloso – labor – dos agrupamentos político-culturais – para organizar círculos de cultura e centros homogêneos de produção e circulação de ideias e, antes disso, as primeiras pré-noções (e pré-juízos) sobre obra e autor. Se o discurso marxista se apresenta enquanto crítica do que aí está, cruzando sabres com campeões, de tendências filosóficas adversárias e *inimigas*, a *polêmica* não é mais que *momento*. Tratar-se-ia de criar uma *nova* cultura política e, para isso, se faz preciso uma “técnica” – e uma “política” – de trabalho cultural, *i.e.*, o *jornalismo*.

II TRILHAS

NTMH

O texto deste pequeno livro deriva de um convite do Programa de Teoria Crítica, da Universidade de Califórnia, para três palestras dentro de uma série na *Wellek Library*. Passar em revista (“*to review*”) os desenvolvimentos intelectuais ocorridos desde CSMO – e verificar como haver-se-iam comportado, as suas conjecturas anteriores – resultou não, propriamente, numa continuação de *Considerations on Western Marxism*. Isso se deve em parte ao fato de que o período tratado é muito curto — *ipso facto*, apenas uma década. Tal intervalo não permite o tipo de retrospectiva geral tal qual é possibilitado em meio-século. As proporções e relações, a partir de uma distância tão-exígua, estariam sempre sujeitas a reduções e, assij, com as conseqüentes distorções. A forma das análises ali apresentadas também difere do texto prévio. Exposta oralmente enquanto palestra, em estruturação acadêmica, elas empregam um tratamento mais informal do que o de um texto destinado originalmente à impressão, incluindo, aí, o uso mais freqüente do pronome pessoal. Outra particularidade é a interessante conformação inicial do tema, introduzido sob a rubrica de apontamentos sobre a noção mesma do que viria a ser “Teoria Crítica”. Outra divergência, em relação às linhas do estudo anterior, é que à ocasião não seria possível um exame dos desenvolvimentos recentes por *dentro* do marxismo sem levar, então, em consideração desenvolvimentos filosóficos simultâneos por *fora* dele, na medida em que afetaram o seu destino. Por uma tal razão, a segunda fala é amplamente dedicada à discussão sobre o estruturalismo / pós-estruturalismo. A inspiração geral para o tratamento dessas áreas é creditado a Sebastiano Timpanaro, “cuja combinação de erudição crítica e energia política é um exemplo para todos os socialistas da minha geração.” Para reflexões mais locais, Peter Dews e seu livro sobre o tema, “*A Critique of French Philosophical Modernism*”, (“incomparavelmente mais amplo em alcance e fino em textura”), são referidos como uma “autoridade e afinidade que não possuo: seu surgimento em breve tornará estas páginas mais ou menos obsoletas.” O fechamento às palestras incluiu a um *Post-Scriptum* que levanta alguns problemas não diretamente mencionados nelas – essencialmente assuntos que concernem à relação entre Marxismo e Socialismo na contemporaneidade histórica. O livreto intenta rastrear às trilhas do materialismo histórico nos anos já passados, e que tomaram mais de uma direção. Os resultados são expostos a modo de uma interpretação tão-só provisória. Como tal, sua intenção é redundar em fornecer “um guia grosseiro” de algumas das mudanças na ambiência intelectual na passagem dos anos 70 para os anos 80.

“Sinto-me lisonjeado que apareçam em uma série vinculada ao nome de René Wellek” (decano acadêmico de Literatura Comparada e mestre da própria História do Criticismo), diz Anderson, “seu fluente internacionalismo intelectual e empenhada defesa dos padrões clássicos de argumentação/validação racional devem inspirar a admiração de todo adepto dos valores do marxismo – um corpo de pensamento distante do seu.” P. Anderson alude às *Discriminations* de R. Wellek, e o seu “*A Map of Contemporary Criticism in Europe*”. “É algo semelhante que se tenta aqui, em relação ao materialismo histórico da América do Norte e na Europa Ocidental.” A homologia estruturante que Anderson estabelece entre o trabalho de Timpanaro – marxista/socialista e filólogo –, a obra de Wellek, um não-marxista/não-socialista e crítico literário, e seu próprio esforço, é algo o bastante revelador. As três palestras são: i) *Predição e Desempenho*, ii) *Estrutura e Sujeito* e iii) *Natureza e História*; acrescidas de uma prefaciação e o *postscriptum* para a versão transcrita em livro; perfazendo então cinco capítulos ao total entorno a um novo ensaio de ora algo como 80p.

A problematização da expressão “Teoria Crítica” é o mote para o início de sua fala. “Em primeiro lugar, *teoria de quê?* Os usos oscilam entre os dois pólos principais: de Literatura, mais familiar, como nos recordam o nome e a coleção a que ora prestamos homenagem.” Mas também da Sociedade, como aquela existente numa tradição menos difundida, porém mais polêmica e aguda. Nesta segunda versão, as duas palavras que compõem a fórmula freqüentemente adquiririam letras maiúsculas, como a marca de sua distância [diacrítica] em relação à primeira. E, por outro lado, o outro componente da expressão levanta questões semelhantes. Que espécie de crítica está sendo daí teorizada? A própria diversidade de posições, dentro da crítica literária, com os resultantes atritos e colisões, sempre tendeu a anudar Literatura e Sociedade (*History of Criticism*, R. Wellek). A conexão (obrigada) entre ambos é freqüentemente atestada inclusive por aqueles que repudiaram do modo mais extenuante a noção mesma de “Teoria”. “Crítica de literatura,” proclamou afinal Leavis, é “crítica da vida”. Esse movimento involuntário, seja declarado ou sugerido, do Literário para o Social, não tem sido revertido, de forma tão generalizada, em anverso. A crítica literária, seja “prática” e/ou “teórica”, é tipicamente isso, *Crítica* – sendo que seu irreprimível impulso avaliativo tende espontaneamente a ultrapassar texto *em direção ao contexto*. A “teoria”, como tal, careceria de um semelhante influxo inverso. É um exemplo notável a corrente principal da “teoria da ação” que, por tanto tempo, dominou a sociologia norte-americana. Enquanto a maioria das teorias literárias propõe, direta ou obliquamente, algum discurso sobre a sociedade, são relativamente escassas as

teorias sociais que contêm, em si, um discurso sobre a literatura. É difícil imaginar uma poética de T. Parsons; mas é fácil distinguir Sociologia/História dentro do *New-Criticism*. Com a remarcação erudita Anderson dá pistas de um interesse bastante peculiar em operar a dialetização entre não só texto/contexto, mas os campos de teoria literária e teoria social: a sociologia histórica/a história social – em especial o marxismo – atentas à letra do texto.

O marxismo entra, maciça e predominantemente, naqueles sistemas de pensamento preocupados com natureza e limites da sociabilidade como um todo. Ao contrário de seus rivais nessa área, também desenvolveu no Séc. XX um extenso discurso sobre literatura. Haveria uma série de razões para isso, mas sem dúvida uma delas pode ser encontrada na própria intransigência da crítica feita pelos fundadores do materialismo histórico à Ordem em que viveram. Desde o começo com uma perspectiva radical e inabalavelmente crítica, o marxismo foi rapidamente levado por seu próprio ímpeto, por assim dizer, para o terreno das letras. A correspondência Marx-Lassalle mostra o quão natural foi esse movimento, no seu *gestus* inaugural. Isso não quer dizer que houvesse, então e depois, qualquer acordo fácil entre os discursos social e literário. Pelo contrário, o registro de suas relações tem sido complexo, tenso e irregular; múltiplas rupturas / deslocamentos e/ou becos sem saída. Se nunca ocorreu a ruptura completa desde Mehring, isso se deve sem dúvida alguma ao fato de que, para além do seu ponto de partida crítico comum, sempre houve linha de fuga histórica derradeira, ao longo do horizonte de cada um. Não seria fortuito que a expressão contemporânea, “teoria crítica”, possua as duas conotações dominantes: de um lado, um corpo teórico geral sobre literatura, de outro, um particular sobre a sociedade, desde Marx. É este último que costuma levar maiúsculas, a ascensão a um estatuto superior efetivada, essencialmente, pela Escola de Frankfurt. Horkheimer, que codificou tal sentido (1937), tentava com isso recuperar o afiado gume filosófico marxiano, excessivamente embotado – como viu sua geração – pela herança da Segunda Internacional. Politicamente, declarou Horkheimer, a “única preocupação” do teórico crítico era acelerar a um desenvolvimento que levaria a uma sociedade sem classes. Intelectualmente, contudo, visava – nas palavras de Adorno – tornar os homens conscientes daquilo que distingue o materialismo, *i.e.*, uma longa e apaixonada elucidação crítica da herança (e contradições) da filosofia clássica e seus sucessores contemporâneos, voltada mais e mais para o domínio da arte e a literatura.

Contudo, é insuficiente definir o marxismo como uma teoria crítica em termos simplesmente de objetivo, a sociedade sem classes, ou de procedimental de uma filosofia, em específico. A real propriedade expressiva – para o marxismo – encontra-se noutra lugar.

O que é distintivo no tipo de crítica representada em princípio pelo materialismo histórico é que ele inclui, indivisível e ininterruptamente, a **autocrítica**. Isto é, o marxismo é uma teoria da história que, ao mesmo tempo, reivindica proporcionar uma história da teoria. Um *marxismo do marxismo* estava inscrito em sua constituição desde o início, quando Marx e Engels definiram às condições de suas próprias descobertas intelectuais como a emergência das contradições de classe, determinadas, da sociedade do capital, e seus objetivos políticos não apenas como “um estado ideal de coisas”, mas como gerados pelo “movimento real das coisas”. Tal concepção não envolveria a nenhum elemento de positividade complacente – como se a verdade, a partir daí, estivesse garantida pelo tempo, o ser pelo devir, e, a teoria, imune a erro graças à simples imersão nas mudanças. “As revoluções proletárias”, escrevera Marx, “criticam-se constantemente a si próprias, interrompem continuamente seu curso, voltam ao que parecia resolvido para recomeçá-lo outra vez, escarnecem com impiedosa minúcia das deficiências, fraquezas e misérias de seus primeiros esforços, parecem derrubar seu adversário apenas para que este possa retirar da terra novas forças e soerguer-se novamente, e agigantado, diante delas”. Duas gerações mais tarde, Korsch (1923) foi o primeiro a aplicar esta autocrítica revolucionária ao desenvolvimento mesmo do marxismo, desde os impetuosos dias de 1848, distinguindo – conforme coloca – três estágios principais pelos quais passou a teoria marxista desde seu nascimento –, assim, inevitavelmente no contexto do desenvolvimento social concreto. Sem estar inteiramente cômico disso, seu autor entrava, com elas, num quarto estágio na história da teoria marxista – um estágio cuja forma estaria distante de suas expectativas e esperanças à época. O excursão-padrão do “marxismo ocidental” desde a Guerra Mundial até o final do longo desenvolvimento que se seguiu ao Segundo Após-Guerra – o meio século entre 1918-1968 – fora análise de meados dos 70 pela pena do próprio P. Anderson, com um diagnóstico e algumas predições. Esboçava balanço provisório de um longo período que parecia terminar, e sugeria outras direções às quais a teoria marxista poderia (ou deveria) encaminhar em novo cenário. Um importante propósito de NTMH será medir a acuidade da análise (e das antecipações), daquele texto, à luz dos desenvolvimentos subseqüentes. Antes de empreender tal tarefa, contudo, houve uma observação preliminar. Tal *observação* se trata de *uma conquista formal do tipo de marxismo* que aqui nos ocupa. Senão, *vejamos*. Com notável conhecimento de causa Anderson discorre sobre os critérios de descoberta e validação para as assim-chamadas ciências naturais, suas discrepâncias de ordem estrutural com a teoria literária a este respeito e, por fim, o caso da sociologia do

conhecimento e a sua sanha de relativismo epistêmico. Passar em revista de Lakatos a Mannheim, da física teórica a *Utopia e Ideologia*, não parece ser grande esforço ao autor. Os requisitos para uma reflexão marxista sobre o marxismo deveriam, assim, ser duplos. De um lado, o destino do materialismo histórico, em qualquer período dado, precisa antes de tudo ser situado dentro de intrincada trama de lutas de classe nacionais e internacionais que o caracterizam e cujo curso deve ser apreendido pelos seus próprios instrumentais de pensamento. A teoria marxista, aplicada à compreensão do mundo, sempre pretendeu uma unidade [assintótica] com prática popular capaz de transformá-la. Portanto, a trajetória da teoria tem sido sempre guiada primariamente pelo destino de tal prática. Inevitavelmente, então, qualquer comentário sobre o marxismo – da década passada – será, antes de tudo, a história social e política de um seu ambiente externo, *i.e.*, mais Ranke e menos Welleck. Mas ao mesmo tempo, precisamente por causa de toda a distância que separa Marx de Mannheim – ou seus sucessores modernos –, tal avaliação deve também confrontar os obstáculos, aporias, bloqueios internos da teoria na sua tentativa mesma de se aproximar de “uma verdade geral da época”. A sua história reductiva seria um feio Leito de Procrusto. Anderson chama a atenção para o caráter científico do socialismo propugnado após Marx, governado por critérios de evidência e verdade, racionalmente controláveis. Uma história interna, de cegueiras e obstruções cognitivas, assim como de avanços e discernimentos, é essencial para uma real averiguação dos destinos mesmos do marxismo em quaisquer anos. Sem isso, o rigor da autêntica autocrítica desapareceria: o apelo ao movimento mais amplo da história tenderia à (e para além da) explicação material para a isenção intelectual.

i) A derrota da insurgência proletária no Velho Continente, suas organizações revolucionárias e órgãos de poder dual – Alemanha, Hungria e Itália – no após-guerra, 1918-22; ii) a constituição de Frentes Populares, abrindo passo à ascensão do nazifascismo, e configurando nova derrota social operária – nos anos 30 – Espanha, Alemanha e Itália; iii) o encouraçamento da burocratização da URSS e a stalinização do Comitern – com o crescente afastamento/neutralização/passivização de intelectuais –, resultando em posterior dispersão da resistência partigiana, a partir de meados dos 40 e, por fim, iv) a subordinação real geral do Trabalho ao Capital – e a subsunção real do trabalho intelectual ao capitalismo monopolista, em particular – mediante um novo boom econômico após-45: tais teriam sido as coordenadas históricas –ou ambiência externa– do marxismo ocidental.

Se no Leste o stalinismo se consolidara na URSS, no Ocidente, as mais antigas e as maiores sociedades capitalistas do mundo, Grã-Bretanha e Estados Unidos, mantiveram-

se inalteradas frente a qualquer contestação vinda de baixo. Entre esses dois flancos, uma forma pós-clássica de marxismo floresceu nas sociedades onde o movimento operário era suficientemente forte para representar uma ameaça autêntica ao capital – encarnando uma ação de massas que formou o horizonte necessário de todo pensamento socialista –, mas não forte o bastante para destruir o capital – ao revés, a cada momento fulcral de prova, sofrendo derrotas sucessivas e radicais. Alemanha, Itália e França foram os três principais países onde o marxismo ocidental encontrou sua terra natal nas cinco décadas entre 1918 e 1968. A natureza desse marxismo só poderia estar marcada pelos desastres que o acompanharam e circunscreveram. Uma série de características define – e delimita – o “marxismo ocidental” enquanto uma tradição integrada. A fundamental é o progressivo e lento distanciamento entre este marxismo e a prática política. A unidade orgânica entre prática e teoria, característica da geração clássica de marxistas, que desempenhou uma função intelectual orgânica e política dentro de seus respectivos partidos, iria perder-se pouco a pouco em meados do século posterior à Primeira Guerra Mundial. O marxismo ocidental se desenvolveu de maneira vigorosa mas longe de toda prática política de massa.

Uma conseqüência adicional foi o deslocamento, gradual, dos lugares de produção do discurso marxista dos partidos socialistas e comunistas e dos sindicatos operários para as universidades e para os institutos de pesquisa. A mudança inaugurada com a Escola de Frankfurt se transformou em uma tendência dominante no período da Guerra Fria. Esta mudança de terreno na institucionalização do marxismo se refletiu em uma mudança de enfoque. Os determinantes externos que impulsionaram o deslocamento dos principais focos da teoria marxista da economia e da política para a filosofia, e seu traslado dos partidos às universidades, inscreviam-se na própria história social e política do período. Esta mudança, entretanto, complementava-se com outro elemento importante, neste caso interno à própria teoria: a revelação tardia dos mais importantes trabalhos do jovem Marx – em especial dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (de 1844). Apesar de terem sido publicados pela primeira vez em 1932, via Riazanov, foi no após-guerra que se fizeram sentir dentro do marxismo os efeitos de sentido destas obras do pensamento de Karl Marx. Nascido após o fracasso das revoluções proletárias nas zonas avançadas do capitalismo europeu depois da revolução russa deu-se em uma crescente cisão entre a teoria e a prática.

No Capítulo sobre *Predição e Desempenho* Anderson revisou as suas previsões e entendia que se haviam, em parte, cumprido. O esgotamento do marxismo ocidental, a ascensão do abstrato ao concreto – abordando economia e política – e o encontro entre a

história e a teoria, tal como intendia, aconteceram. Nada obstante o divórcio estrutural entre teoria e prática persistiu já mesmo em meio a oportunidades sociais e políticas potencialmente alentadoras, com um déficit de estratégia socialista e superávit de literatura marxista. De resto, uma espécie de crise do marxismo da Europa do Sul se fazia notar. Uma hipótese para tal acontecimento, avançada no Capítulo sobre *Estrutura e Sujeito*, teria a ver com o desafio teórico lançado pelo programa de pesquisa pós-estrutural a respeito do problema elemental das relações realmente existentes entre sujeito/estrutura no interior do processo histórico. A história intelectual interna não poderia ter explicado de per se a reconversão de Paris em novo centro da reação intelectual e a debandada anti-marxista. Lévi-Strauss, Lacan, Derrida e Foucault, longe de responderem aos anseios de Simone de Beauvoir, Merleau-Ponty e J.-P.Sartre apenas o reapresentaram sob veste outra às vésperas do Maio de 1968. O paradigma estrutural teria sido validado com credenciais marxistas por L.Althusser – simultaneamente em batalha de ideias contra o humanismo teórico marxistencialista – quando, nada obstante, extrapolou de modo falacioso o que seu pai-fundador, F.Saussure, havia delimitado no interior de seu *Curso Geral de Linguística*. A *exacerbação* da linguagem, a *atenuação* da verdade e a *acidentalização* da história teria sido o corolário do trabalho teórico combinado da antropologia, psicologia e filosofia que se reivindicaram estruturais à época. O absolutismo retórico e a fetichização fragmentária obliteraram uma teoria da relação, entre sujeito / estrutura, com respeito dialético a ambas.

Habermas é alvo de uma retificação em NTMH. Se CSMO havia livrado-lhe de uma crítica compreensiva, quando de uma aproximação do conselho editorial de uma série de posições teóricas e políticas do autor – com entrevistas que de algum modo revisaram as críticas que lhe haviam sido dirigidas, nas páginas de NLR – o presente texto é a oportunidade para de alguma forma retomar sua reconstrução efetuada sobre a teoria crítica. Já o Capítulo sobre *Natureza e História* coloca em questão os marxismos francês e italiano, donde o maoísmo e o eurocomunismo haviam se apresentado como alternativas ao stalinismo e à socialdemocracia da Europa latina. Para Anderson a rubrica da “crise do marxismo” (que justifica a primeira titulação que NTMH recebeu no Brasil, *A Crise da Crise do Marxismo*, Trad. Denise Bottman) tinha a ver fundamentalmente com a decepção com o marxismo do Partido Comunista Italiano – em aberto contraste com o mundo anglo.

O problema crucial da estratégia socialista é apontado como a grande questão de hoje qual há meio-século a verdadeira Esfinge à qual se enfrenta o marxismo no Ocidente. Tratar-se-ia da tradução política da relação realmente existente entre sujeito e estrutura.

Os temas evocados por feminismo, ecologismo e pacifismo são tratados como questões de atualização da perspectiva marxista no apartado sobre *Natureza e História*, bem como a questão de uma ética socialista. A relação entre marxismo e socialismo é ora abordada no *postscriptum*. Longe de exclusivismos no planos das ideias ou de pretensões de monopólio da verdade, Anderson advogava pela centralidade da teoria marxista em sua relação com a cultura socialista em geral: i) uma ampla esfera de ação como sistema intelectual ... corpo de ideias suscetível de desenvolvimento contínuo e progressivo, ii) a segunda faculdade peculiar ... residiu sempre em seu caráter de teoria do devir histórico ... só o marxismo produziu um conjunto de instrumentos analíticos o suficientemente amplos e iii) o chamado radical à crítica das armas para a derrubada revolucionária do sistema do capital. A relação entre a abolição das classes sociais e a extinção da opressão de gênero se transfigura em toda uma questão mais ampla a respeito da emancipação humana como objetivo mais profundo do que o fim da exploração do homem sobre o homem. Anderson, em uma relação com o debate feminista socialista desenvolvido à época de Beauvoir, defende a política da indivisibilidade das formas de combate e da centralidade clássica do trabalhador coletivo – de ambos os gêneros – como a agência da transição ao socialismo. O debate sobre a utopia – abstrata e concreta – adquiria em Anderson a especificidade dum reclamo sobre a necessidade real de debater as formas institucionais de realização histórica da transição ao socialismo de forma tentativa e exploratória. As páginas finais de NTMH evocam uma comprometida evocação marxista a seu destino comum de penetrar as massas, isto é, a busca de agências subjetivas com estratégias viáveis para desalojar estruturas objetivas. Alguns críticos vão apontar para o rápido desprezo de Anderson para com os contendores não-marxistas (pós-estruturalismo e pós-modernismo) e, também, o seu relativo “bibliocentrismo” no que se refere à teoria e à política; marxistas e socialistas.

EXCURSO III (“Close-Reading”)

Para uma teoria do “alterjornalismo”: *giornalismo integrale e riviste-tipo*

Antonio Gramsci foi jornalista. De 1910, quando da edição da primeira matéria em L’Unione Sarda, até a prisão pelo fascismo, em 1926, escreveu, pelo menos, 1.700 peças. É o equivalente a mais do que o dobro das páginas reunidas nos póstumos Quaderni del Carcere, redigidos de 1929 a 1935. “Em dez anos de jornalismo, escrevi linhas suficientes para preencher quinze ou vinte volumes de quatrocentas páginas”, teria afirmado em carta à cunhada, Tatiana Schucht, escrita da Penitenciária de Turi, ao dia 7 de setembro de 1931. Desde os anos de juventude em Torino até a fundação do jornal L’Unità, órgão central do Partito Comunista d’Italia / Sezione Italiana della Internazionale Comunista (PCI-IC), do qual foi o redator-chefe, a sua atividade de labor jornalístico está intimamente relacionada, das páginas operárias conselhistas turinenses até o órgão central comunista-internacionalista, a uma concepção dada de jornal a qual se intertraduz em determinada concepção de partido. O conceito integral da forma-jornalismo reivindicado, além da recíproca redutibilidade ao conceito dialético da forma-partido, faz parte duma total concepção de homem, de mundo e de conhecimento em geral. Os materiais histórico-filosóficos que alicerçam à construção de tais conceitos remontam a passado e presente. Já foram devidamente observados alguns caracteres especificamente constituídos / constituintes do método-pensamento gramsciano. Ao enfoque pela via da singularidade nacional e ao antidogmatismo/antideterminismo do autor sardo devemos acrescentar à perspectiva de totalidade nas durações as mais longas. Disposto a transformar a tudo quanto existe o senso integral de jornalismo pensado por ele considerava a interatuação dialética da Reforma alemã sobre a alta filosofia clássica e a Ilustração francesa como a «Internacional espiritual» da revolução democrático-burguesa. A reforma e a ilustração são consideradas por A. Gramsci como rudimentares e primitivas, do ponto de vista filosófico. Não trazem grandes descobertas científicas/fatos históricos em si. Aqui cabe um paralelismo possível, com a teoria do jornalismo de V. Ilitch, outro marxista revolucionário para quem o saber-fazer jornalismo tem hora e lugar de destaque em íntima conexão com a sua teoria do partido. Ilitch dizia, a respeito da relação jornalismo-partido, dum modo desabridamente metafórico. Traduzindo à metáfora arquitetônica do edifício de K. H. Marx – e lembremos que o fundador da filosofia da práxis também era um jornalista –, o comunista russo escreveu sobre a qualidade dos materiais utilizados nos canteiros de obras para uma prévia-ideação do trabalho coletivo de construção (em sentido literal e/ou literário). Feitos com material de má-qualidade e durabilidade, de que serviria o andaime?

O jornal não é apenas um propagandista coletivo e um agitador coletivo; é também um organizador coletivo. A esse respeito, pode-se compará-lo aos andaimes que se levantam ao redor de um edifício em construção; constitui os esboços dos contornos do edifício, facilita às comunicações entre os diferentes construtores, permitindo-lhes que repartam a tarefa e atinjam o conjunto dos resultados obtidos pelo seu trabalho organizado”. Pode-se realmente dizer que, da parte de um literato, de um homem especializado no trabalho de gabinete, haveria um exagero de seu papel? *Os andaimes não são de modo algum necessários à construção em si; são feitos com material da pior qualidade; são utilizados durante um curto período de tempo e atirados ao fogo antes de estar a obra terminada.* No que diz respeito à construção de organizações revolucionárias a experiência [vivida] confirma que, por vezes, é possível construí-las mesmo sem andaimes – como em 1870-1880. Mas, nesse momento, não podemos sequer imaginar a possibilidade de construir, sem andaimes, o edifício de que necessitamos. (Lenin, V.I. *Que Fazer?*, São Paulo, Hucitec, 1978. T F. Fernandes grifos.)

A *teoria do jornalismo* de V. Ilitch deverá ser *especificada em suas particularidades*, mas aqui o que nos interessa é tão-só uma relação possível com o pensamento de Gramsci. Em cerrada batalha de ideias (e programas) com o economicismo e artesanismo russos o que faz V. Ilitch é comparar a necessidade de um jornal para a construção de um partido ao que seria *necessidade de andaimes para a construção de um edifício*. À primeira vista o andaime não soa lá a grande cousa. *Mas seu papel é, literal/literariamente, fundamental.* Dum modo algo análogo, não haveria maior nexos entre Reforma e filosofia clássica alemã ou entre Ilustração e revolução democrático-burguesa francesa. Mas, atentando para uma **perspectiva de totalidade** – *em que o tempo se espacializa* – a *extensão* dos movimentos alemão e francês não é desprezível para compreender a *profundidade* do que viria a ser a filosofia clássica alemã e/ou a história política francesa. A relação entre simples/completo e passado/presente se coloca na técnica-política do trabalho cultural intencional em Gramsci. A significação histórica, e o *sentido social*, das realizações de modesto escopo se relaciona *mediatamente* com o espectro grandioso. A *grande-filosofia* teórica e a *grande-revolução* prática, em profundidade, teriam como antecedentes histórico-filosóficos, *p.ex.*, a difusão do conhecimento para além das ideias dominantes e de seu monopólio pela Igreja Católica, em extensão. Desta perspectiva *não* haveria Kant sem Lutero *nem* Robespierre sem Diderot.

A. Gramsci se dedicou ao Jornalismo após deixar o curso de Letras. Colaborou nos jornais *Il Grido del Popolo* e *Avanti!*, do PSI e, em 1917, dirigiu *La Città Futura*, uma revista de exemplar único, que divulgou textos de Gaetano Salvemini e Benedetto Croce, intelectuais cujas ideias a seu ver deveriam ser mais conhecidas e discutidas. Em 1919, ao lado de Palmiro Togliatti, Umberto Terracini e Angelo Tasca, Gramsci fundou o seminal *L'Ordine Nuovo* em cuja linha-fina lê-se — *«Rassegna Settimanale di Cultura Socialista»*

Em nova carta à cunhada, o sardo afirmou: “*Nunca fui jornalista de profissão, que vende sua pena a quem pagar melhor e deve continuamente mentir, porque a mentira faz parte de suas qualificações. Fui jornalista absolutamente livre, sempre de uma só opinião (...)*” (12 de Outubro de 1931). Esconder às convicções – para agradar a patrões ou prepostos –, à semelhança de K. Marx, *não era a sua opção*. Antes de publicar *Nota de Demissão* na *Gazeta Renana* (de 17 de março de 1843), Marx escreveu, colérico, ao camarada A. Ruge: “É lamentável testemunhar trabalhos servis, mesmo já em nome da liberdade, e lutar com alfinetadas, e não a cacetadas. Estou cansado: da hipocrisia, estupidez, autoridade brutal. Estou cansado dessa docilidade, obsequiosidade, recuos e querelas por meio de palavras.” *Nada poder-se-ia fazer na Alemanha*, diz o renano, *lugar onde falsificar-se-ia a si mesmo*. Aqui se faz notar *com força* a um pressuposto vital das concepções marxiana e gramsciana de *Jornalismo*. A liberdade e universalidade de expressão e comunicação humana e social têm necessariamente de configurar o jornalismo – assim como às artes e à ciência – como um fim, e não um meio. A pena a soldo ou a reversão do jornalismo a trabalho assalariado seria algo em-si notadamente *antijornalístico* qual os romancistas franceses já observaram. Neste sentido fica cada vez mais clara a unidade entre este *Outro jornalismo* reclamado e a reinvidicação de *Outro mundo*, i.e., a *tradutibilidade* entre *novo jornalismo* e *novo mundo*.

Nos *Quaderni* o jornalismo é objeto de reflexão crítica profunda e extensa. Desde o primeiro programa de pesquisa anunciado, que abre um *Primo Quaderno*, se lê ao tópico: «Riviste-tipo: teoria, critico-storica, di cultura generale (divulgazione)» que se reconverte «Raggruppamenti di materia» (Q8-10), *Appunti sul giornalismo*, e há todo um quaderno especial, intitulado este «Giornalismo» (Q24). O Q24 é composto de nove Textos C, cujos respectivos Textos A se encontram dispersos em Q1, Q3 e Q8; e nem todos apontamentos sob a rubrica «Riviste-tipo» são retomados. O Jornalismo objeto de estudo nos QC assume significados unos e diversos: modalidade específica de atividade intelectual; labor voltado a aparatos hegemônicos de objeção dum senso comum; tal qual momento de pensamento e ação da práxis revolucionária, que intende criar *novo senso comum* (e *nova hegemonia*) e transcrescimento político-cultural de camadas subalternas *em luta* contra a subalternidade. Pensando num senso *integral*, tratar-se-ia de jornalismo tão formativo quanto *informativo*, *metaeducativo*; até quando aparentemente *não* logra um argumento estritamente *político*. A que se refere o adjetivo *integral*? Para Gramsci «não só intende satisfazer necessidades (de certa categoria) de seu público mas intende criar e desenvolver a estas necessidades e até suscitar – em certo sentido – o seu público e estender-lhe progressivamente sua área».

(Q24). Isto é: «*um agrupamento cultural (em sentido amplo) mais ou menos homogêneo, de um certo tipo, de um certo nível e, especialmente, com uma certa orientação geral*» o qual «*se queira (...) para construir um edifício cultural completo, autárquico, a começar da propositura da língua, isto é, do meio de expressão e para o contacto recíproco.*» (idem). Gramsci, contudo, enfatiza que as premissas necessariamente mudam, porque se é verdade que um determinado fim, dado, pressupõe a certas premissas, também o-é que, durante a elaboração real, de uma atividade dada, as premissas, daí, são necessariamente mudadas e transformadas *com/sob a consciência dos fins*, alargando-se e concretizando-se, reagindo sobre as premissas, e “conformando-as”, *cada vez mais*. (ibidem). Não se trata aí de uma relação de passivização dos ‘de baixo’. É por isso que o «*giornale di Stato*» preideado por Napoleão III (Q6 §65 Texto B) não lhe parece isento de riscos mesmo se o autor sardo está disposto *a traduzi-lo* a uma sociedade em que «*o Estado é concebido como superável pela “sociedade regulada”*». No interior da luta pelo fim da distinção governantes-governados, o instrumento-*jornal* pode vir a ter uma função semelhante, em escopo, à educação escolar.

A atividade jornalística, sob plano/divisão de trabalho racionalmente predispostos, perfaz atuação (enquanto “círculo de cultura”) difundindo a concepções totais de mundo e contribuindo para uma sua organização. A atividade própria de “revistas-típicas” / “tipo” poderia formar a um parâmetro ao trabalho *metaeducativo* de elevação cultural e política das classes subalternas. A formação integral de intelectuais, função da educação escolar, pode ser *preparada* pelo *jornalismo de tipo integral*, constituindo um terreno favorável ao início de dada ação e do pensamento, para resolver ao dilema da cultura, mesmo que um trabalho educativo jornalístico não substitua à educação escolar estricita. Assim como «a luta contra o analfabetismo é diferente de uma escola para analfabetos», jornais e revistas não seriam, por si mesmos, uma solução para tal dilema, mas poderiam ser tomados como um *ponto de partida* para a criação de uma nova civilização integral. Gramsci relaciona o labor jornalístico das revistas-tipo à *organização de um dado trabalho cultural*, visando a orientar a pedagogia de um centro homogêneo de cultura para o fim da luta de hegemonias, a criação dos meios, para difundir novas concepções, que permitissem aos grupos sociais subalternos a consciência de si, dos seus próprios fins e o saber-fazer histórico-filosófico. Numa nova ética (como norma de conduta) adequada à nova visão do mundo, é buscada às bases para uma reforma intelectual (concepção de mundo) e moral (norma de conduta) – teórica e prática –, essencial à fundação de um novo Estado, e poderia levar a uma nova direção cultural e política, *i.e.*, uma nova hegemonia e o autogoverno da classe do trabalho.

Antes da constituição de uma civilização estatal integral da classe do trabalho não é possível se transcriar – *em sua inteireza* – a todas as formas sociais de consciência do proletariado *como um todo*. A consciência só poderia ser transformada *completamente* na totalidade da classe do trabalho – como já afirmara Trotsky, em *Literatura e Revolução* e, antes dele, sugerira Marx, na terceira tese *Ad Feuerbach* – a partir de sua *constituição enquanto classe dominante*; a partir da execução do *autogoverno*; na Produção + Política. A atividade jornalística em Gramsci se liga indissolúvelmente a uma perspectiva que não se atém à *interpretação* do mundo, mas reivindica à sua *transformação*. Neste sentido se faz necessário atentar para não tão-só um aspecto de relação pedagógica desenvolvido por Gramsci mas também a dimensão da luta de hegemonias contida na sua ideia de jornalismo. Sobretudo, *uma noção plena de hegemonia ativa* do proletariado, enquanto direção tanto política quanto cultural da classe do trabalho sobre conjunto de grupos sociais subalternos. Neste sentido, o período de *L'Ordine Nuovo* se trata de riquíssimo momento de fusão do que Gramsci aspirava em perspectiva de mais altas inquietações críticas e revolucionárias. Reter as reflexões de Gramsci quando de seu planejamento, sua atuação decisiva junto aos conselhos de fábrica de *Torino* durante o assim-chamado *Bienio Rosso* e autogestão fabril e os vários momentos da existência deste órgão central é aqui de importância *fundamental*.

Com a fundação em 1919 da revista *L'Ordine Nuovo* o autor sardo desenvolve uma teoria e uma prática político-cultural que tinha na questão da autoeducação um elemento constitutivo essencial. Até sua prisão, em 1926, Gramsci passou por diferentes momentos de elaboração de tal questão. O momento fundacional é aquele no qual ele dá prioridade ao “espírito de cisão”, ao *antagonismo da subjetividade* e/ou à própria autoatividade dos trabalhadores, diante do capital e sua Ordem, no núcleo, mesmo, do processo produtivo capitalista; a *educação*, aí, *confunde-se com autoeducação* = “*práxis revolucionária*” (AF). O nascimento da revista ocorre no turbilhão de acontecimentos histórico-sociais das lutas de classes – de Europa e Itália – ao fim da Primeira Guerra Interimperialista de 1914-1918. Formados no ambiente literário de uma cultura crítico-humanística, na qual se destacava a figura de Benedetto Croce os fundadores da revista – com Gramsci *al capo* – intendiam à necessidade de agir no processo revolucionário que envolvia todo o continente. Essa nova juntura detonada pela eclosão de uma vaga revolucionária mundial alterou na prática seus modos – de pensar e agir – a partir/desde os problemas de organização e de consciência: “promover o advento de grupos livremente formados no movimento socialista e proletário para o estudo, e a propaganda, dos problemas da revolução comunista.” (*L'Ordine Nuovo*)

As revistas-tipo e/ou típicas constituem rubrica sob a qual Gramsci redige diversas notas, nas quais estuda aos mais diversos tipos – ou tipologias – de forma e/ou conteúdo, delineando assim ao menos a três grandes tipos tendenciais, voltados aos públicos-leitores diversos, dos mais populares àqueles intelectual e politicamente mais eruditos que, para o internacionalista sardo, conformavam *um só e mesmo circuito de cultura*. O «organismo unitario di cultura», *como forma-partido inclusive de práxis revolucionária*, deveria dar vida a um complexo sistema – político-editorial – e iniciativas jornalísticas diversas, dum espectro publicístico já variado, adjunto à «*collezioni-librerie*», almanaques, anuários e outros; todos voltados – *enquanto forma-partido* – ao devir político-cultural do público ao qual esta se endereça, tratando, aí, de «elaborar, fazer pensar concretamente, transformar, homogeneizar, seguindo a um processo de desenvolvimento orgânico que daí conduza do simples senso comum ao pensamento coerente e sistemático» (Q24). Cada órgão agiria tendo como um seu fim: «modificar a opinião média de uma certa sociedade, criticando, sugerindo, corrigindo, reparando, amadurecendo e, definitivamente, introduzindo “novos lugares comuns”». A atitude em relação ao senso comum deveria ser não a do sorriso de fina ironia nem menosprezo – de cima para baixo – mas justamente a de respeito/valorização.

Cada iniciativa editorial deveria ter um endereçamento intelectual muito unitário e *não-antológico*, isto é, deveria ter a redação disciplinada e homogênea; com uns poucos colaboradores jornalísticos principais dever-se-ia redigir *corpus* essencial de cada edição. Uma atividade centralizada e unitariamente auto-organizada, própria aí de uma revista *de tendência* – e de uma espécie de *jornal-partido* (Gramsci fala a respeito da hipótese de jornais-partido *ou da constituição de jornais em partidos* a partir de contextos específicos e também interrelaciona, dialeticamente, a forma-partido e forma-jornalismo, *em geral*) –; o que evoca a revista *Critica*, croceana, e a experiência implícita do jornal semanal *ON*. O exame criterioso de jornais ingleses, franceses e italianos, a comparação de situações as mais diversas da estampa de cada país, as diferentes especializações técnicas e direções políticas – *detalhes*: como *suplementos culturais, escolas de jornalismo, manuais de estilo e redação* – o olhar atento sobre cada nuance e matiz do mundo do jornalismo revelam um jovem Gramsci inserido na herança nacional europeia do jornalismo realmente existente e, simultaneamente, a preocupação de se inserir na herança internacional soviética desde a perspectiva da tradição de agitação/propaganda e organização de uma vaga revolucionária. O intenso *intercâmbio* intercultural da vaga revolucionária mundial e o *internacionalismo* nos remetem à prática e teoria de Leon Trotsky, Gregory Ezvséievite Zenoviev e V. Ilitch.

Trotsky com seu *Questões do Modo de Vida*, Zenoviev com as *Teses e Resoluções sobre a Imprensa da IC* e, maiormente, V. Ilitch com seus vários escritos sobre história e teoria do jornalismo e, sobretudo, *Que Fazer?* e *Por Onde Começar?* – além, é claro, dos exemplares do jornalismo revolucionário, ao qual um Gramsci teve acesso – formam um panorama vigoroso, de uma constelação da qual o sardo, certamente, é parte importante. O cuidado com a tipografia e o público-leitor exortados por Trotsky, a orientação geral para se conhecer não só os locais de trabalho mas os lugares de moradia dos leitores e, por fim, a preocupação para recrutar correspondentes proletários e *tornar a vida operária o centro o mais nevrálgico da vida jornalística da imprensa comunista* é pré-ocupação comum aos dirigentes revolucionários. Mas, a intensidade e a diversificação de tais apontamentos de Gramsci sugerem que o tópico-jornalismo ganha contornos mais compreensivos no sardo: *dicionário enciclopédico político-científico-filosófico, biografias/autobiografias políticas-intelectuais, espólio sistemático de jornais e revistas, recenseamento/resenha de livros, a bibliografia crítica própria à concepção total de mundo exposta na revista, a observação específica do território e à situação regional*: eis as rubricas de trabalho jornalístico e metajornalístico para Gramsci. O detalhe técnico e especializado da atividade jornalística era ainda atestado pela ênfase na crônica de narrativa jornalística sobre o local e regional na análise conjuntural de um determinado território, a questão da enunciação dos títulos, correspondentes internacionais, a resenha jornalística e a relação comercial de compra e venda: i) [leitor] elemento ideológico *transformável filosoficamente/capaz/dúctil/maleável à transformação* e ii) [leitor] elemento econômico capaz de adquirir às edições e de fazer *com que outros o façam* (sendo que ambos *interatuam*, reciprocamente); *ter em conta nos projetos editoriais sempre aos dois elementos para cálculo realista e de acordo aos seus próprios interesses*. A anotação da necessidade de *uma série de ensaios sobre jornalismo das mais importantes capitais de Estados do mundo* assevera sem lugar a dúvida um lugar de destaque ao «*jornalismo integral*», e às «*revistas-típicas*», almanaques e anuários, aos dicionários e aos manuais, aos espólios e às resenhas, às crônicas e às críticas, ao jornal de tipo variado e difuso, enfim, *a tudo aquilo que acompanha o modo de vida, a cultura e a vida cotidiana da classe do trabalho* – e dos grupos sociais subalternos – *em termos de edições e publicações periodísticas*. As diversas formas (e substâncias) se voltam para as questões de técnica e política, ou seja, de especialização + direção, de um jornalismo que se voltava, simultaneamente, para a *interpretação* e a *transformação* do mundo a partir de diversas esferas. Distinguir entre a *técnica* e a *política* é fundamental para um labor cultural.

Assim como *uma batalha contra o analfabetismo não é a mesma coisa que criar à escola para analfabetos*, o debate de Gramsci sobre as revistas é mais do que uma luta a favor da “organização da cultura”; para “pensar” em abstrato *uma nova civilização*. Para eliminar o analfabetismo, por exemplo, *não basta luta política ou teórica*. É necessário, além disso, contar com uma escola que, ipso facto, *ensine a ler e a escrever*. Não basta a Gramsci a *política* cultural. Ele defende a necessidade de dispor duma *técnica*, isto é, *os meios e instrumentos fundamentais de produção* para desenvolver uma *ação cultural*. Por isso observa, daí, que tais revistas-tipo devem constituir um instrumental para reforçar os *aparelhos culturais*. Por si mesmas, as revistas seriam estereis se não se tornassem a força motriz e formadora destes aparelhos culturais, *de tipo associativo*, de massa, isto é, *cujos quadros não estejam fechados*. Isso também se aplicaria às “revistas de partido”; não é aí necessário crer que o partido constitua, de *per se*, mesmo, o aparelho cultural de massa da revista. O partido é essencialmente *político* e também a sua atividade política é *cultural*. Os aparelhos culturais devem ser não apenas de uma “política cultural”, mas de “técnica cultural”. (Impossível não lembrar aqui o conceito de *militantismo cultural* de L.Trotsky). Pensar as possibilidades – *práticas* – de educar, metódica e sistematicamente, às grandes massas, desenvolvendo, daí, a todos os *meios e instrumentos culturais* para se extirpar o *analfabetismo político e cultural*. Com tal propósito, ele realiza uma vasta pesquisa sobre o *princípio educativo*. Já no *Primo Quaderno*, apresenta um esboço daquilo que intende ser uma condição principal (mas não a única) para “organizar a cultura.” A difusão por um centro homogêneo, de todo um modo de pensar e de agir sistemático. No *Quaderno 19*, Gramsci formula duas linhas para uma *nova hegemonia* de um círculo de cultura: i) uma concepção geral de vida + ii) um princípio educativo e pedagógico original que interesse e dê uma atividade própria, desde seu campo técnico, àquela fração dos intelectuais que é a mais homogênea e a mais numerosa (desde os professores da escola fundamental até os professores universitários). Para tais linhas, o comunista italiano sugere a *duas* estratégias.

Uma estratégia didática diria respeito aos métodos de elaboração da cultura e da consciência. Refere-se à aquisição de um pensamento metódico, o qual depende de uma especialização, pois o pensamento lógico não é espontâneo, mas depende de uma técnica. *Os intelectuais têm um método próprio de pensar*, o qual opera com *indução + dedução*, *sistema do qual carece a maior parte das gentes*. O trabalho de educação de um método para pensar é *complexíssimo*, **mas é “a” tarefa fundamental** à organização de um centro homogêneo de cultura. Deve ser articulado e graduado: deve haver a dedução e a indução

combinadas, a identificação e a distinção, a demonstração positiva e a destruição do velho. *Mas não em abstrato e sim em concreto*; com base no real e *na sua experiência efetiva*. Já a estratégia organizativa de um centro unitário de cultura, Gramsci a elabora tendo como referência a atividade editorial, seja quanto à organização do seu trabalho de publicação, seja já quanto à sua atuação social e política para esclarecer ideias e difundir um modo de pensar. Ele se ocupa daquela parte do público ativa, intelectualmente, «*in nuce*», mas apenas em estado potencial, e que poderia ser aí *estimulada*, via um trabalho jornalístico. (Distinguir as dimensões técnica e política contribui para que pensemos no binômio muito difundido, e pouco entendido, do *trabalho intelectual*. Por razões e significados que nossa época histórica explica, a magnética atração da compreensão tende ao reconhecimento primeiro do adjetivo, *intelectual*, e só depois do substantivo, *trabalho*. Com a distinção e o seu pormenor Gramsci nos lembra: *o trabalho intelectual trata-se sobretudo de trabalho*. E à condição de *trabalho* exige *meios e instrumentos* além de uma especialização *técnica*.) O erro iluminista consiste em conceber com que todos utilizam os mesmos caminhos para se chegar a determinado conhecimento. Mas o que o “intelectual” assume como “natural”, Gramsci bem o sabe, *não é*. Nas correspondências carcerárias Gramsci demonstra vívido interesse por se manter a par do processo de aquisição por seus filhos de hábito/costume intelectual. Isso abarca processos cognitivos desenvolvidos, como a atenção dirigida, mas também nexos psicofísicos; tal a coordenação motora fina. A paciência para se sentar nas cadeiras escolares, *para uma criança proletária*, pode se mostrar uma árdua conquista das suas vontades sobre seu desejo. Não à-tôa Gramsci se esforça por legar uma série de jogos e brincadeiras que combinavam aí a experimentação, e *curiosidade*, à invenção e à criação.

Mas também «*o educador precisa ser educado*»; e isso só se vai tornar-se possível (e necessário) em meio à «*práxis revolucionária*». Gramsci revela que *ON* teria se iniciado de uma forma algo tateante e exploratória enquanto uma *resenha cultural* socialista-crítica e tão-só após a eclosão da insurreição italiana, no bojo do processo da vaga revolucionária mundial – que comocionou à Rússia, à Alemanha e à Hungria – ter-se-ia clarificado qual seria o papel preponderante, de um tal agrupamento político-editorial, em meio à situação nova da *política* e da *cultura* no país. Inseridos no processo produtivo da riqueza social, os proletários urbanos seriam já dotados de um certo conhecimento técnico especializado. O labor tecnicamente qualificado e produtivo deveria se relacionar a um conhecimento mais amplo da cultura científica e filosófica, não só para poder gerenciar o processo produtivo, *mas à própria gestão colegiada – de um novo Estado em potência – operário e socialista*.

Assim a classe do trabalho, *dentro de seu próprio processo de autoeducação*, geraria seus intelectuais (educadores), *educando, desse modo, a seus órgãos, sindicatos e partidos*. O organismo fundamental da *Democracia Operária* – à Rússia, Hungria, depois Alemanha – é o *Conselho Operário*. “Na *Torino* italiana [Gramsci] o conselho de operários / soldados [Soviet] da *Petrogradsky* russa [Trotsky] poderia ser *traduzido* nas comissões de fábricas”,⁶⁴ não apenas uma escola de direção e gestão da produção, mas também *educação de classe*, dotada de *espírito de cisão*, soreliano. Uma esfera *pública* proletária se formava a partir de órgãos duais de poder autônomos do Estado, e isentos da forma de mero aparelho *privado*.

Giambattista Vico reinterpreta ao princípio socrático do «*conhece-te a ti mesmo*». Em dupla polêmica, já com Vico e Bordiga – a quem a educação não era meio necessário “para se tornar socialista” –, Gramsci asseverou que *a cultura* é o meio pelo qual se torna possível compreender um próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos; e os respectivos deveres. Essa concepção, porém, não poderia aí acontecer por evolução espontânea, por ações (e reações) independentes da própria vontade ou pela lei determinante das coisas. O tema será retomado nos *Quaderni*. Critica o erro iluminista do intelectual profissional de conceber que mudanças – nos modos de pensar e sentir –, nas crenças e valores, realizam-se por meio de explosões céleres e/ou generalizadas. A ruptura do senso comum se dá tal progressiva crítica ao processo histórico até agora desenvolvido *que deixou em ti mesmo uma infinidade de traços que foram acolhidos sem o benefício do inventário*. «É necessário (...) realizar tal inventário.» O homem ativo, segundo o sardo, não possuiria a uma consciência teórica clara dos seus modos de agir e é possível, mesmo provável, que esta esteja inconforme com a sua prática. Haveria duas formas sociais de consciência no ser-que-trabalha. Uma *implícita*, nos seus modos de agir e que de alguma forma e em alguma medida uniria todos os co-laboradores na transformação prática da realidade, e outra *explícita* (verbal), subsumida e subordinada, à qual os homens adeririam em tempos de passividade e subordinação *como herança não-criticada de seu passado*. A compreensão crítica de si mesmo adviria duma luta de hegemonias (políticas), de direções contrastantes; primeiro na ética depois na política, para então assumir forma superior na *concepção do real*. A consciência mesma de fazer parte de uma *força* hegemônica – ou a consciência *política* – é o primeiro *momento* para adquirir a autoconsciência progressiva e ulteriormente no interior de um processo de unificação dialética entre teoria e prática. Este benefício do inventário poderia *e deveria* ser objetivo do jornalismo integral de *revista-tipo*.

⁶⁴ Del Boca, Matteo. Gramsci e a educação do trabalho. *Coloquio Gramsci*, N. 70, p. 211-28, set./2006.

Uma tal forma-jornalismo, *evidentemente*, não poderia coexistir pacificamente com os seus determinantes os mais contemporâneos, *i.e.*, a forma-mercadoria, propriedade não-comunal – e/ou não-social – dos meios fundamentais de produção jornalística, alienação entre concepção/execução, divisão social e técnica tipicamente capitalista de um trabalho jornalístico, despotismo na redação, tirania do patronato e, para voltar ao início da crítica, ao próprio estatuto do sistema de salariedade de *per se*. Uma pena a soldo *não pode ser livre*. Para começarmos a repensar a referência ao *jornalismo integral* e da experiência de uma imprensa da força hegemônica alternativa é preciso exercício de *imaginação sociológica*. Tal *jornalismo* – tanto quanto o *teatro épico* brechtiano, o *cinema moderno* eisensteiniano e *outras* formas – pressupõe a existência *densa, real e à contracorrente* de um movimento social reivindicativo de massas. Uma «orientação geral» das *revistas-tipo* e do *jornalismo integral* é **totalmente diferente** da imprensa liberal-burguesa, e não se adscrive, tão-só, ao projeto editorial. O empenho em fazer que um leitor operário se *identifique* com o jornal, e se torne um *colaborador útil* ou *recrutador zeloso* além de *agitador* e *propagandeador* só pode ser compreendido pela ideia-força dum *sentido de pertença*, ou de *integrar à nova força hegemônica* e, assim, a ruptura com o individualismo possessivo, a existência serial e uma forma típica de «*Sociedade Anônima*», característica de meios de comunicação de massas burgueses e *certa imprensa operária socialdemocrata tradicional/stalinista oficial*. Uma das formas, de *envolvimento* do leitor, é a sua *participação direta* por meio de artigos e cartas gerando *amplo material* de denúncia e exigência além duma *alma social* ao jornal. *Na realidade isso significa dizer mais*. O interesse, e a **necessidade**, de pôr fim à distinção entre governantes e governados, ou *entre aqueles que fazem e aqueles que sabem*, isto é, à contradição fundamental da alienação do trabalho na sociabilidade tipicamente burguesa e seu modo de ser passa *necessariamente* pela progressiva e ulterior **finalidade**, em gênese e devir, *do jornalismo integral se voltar para o fenecimento da distinção escritor-leitor* ou de modo já mais claro e direto: *a necessidade de reunificar jornalismo e público* qual se dá a prerrogativa do desvanescimento do Estado e sua reintegração, de corpo burocrático e *stacatto*, ao seio da sociedade humana. O modo de produção jornalística dos conselhos de redação das “*revistas-típicas*” – que funcionavam tal qual *círculos de cultura* – preserva às especialidades técnicas de cada um e exerce a crítica tal órgão colegiado; sintetiza, daí, *o intelectual coletivo*. Um “novo tipo” – *típico de órgãos centrais democráticos* – emerge de *sugestões recíprocas + autorreparos, observações metódicas + comentários críticos; necessidade mesma de construir intransigentemente pela raiz à independência intelectual*.

O nevoeiro jurídico-político posto pelo julgamento do Superior Tribunal de Justiça duma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) impetrada pela associação patronal de proprietários de meios de comunicação de massa no Brasil é uma espessa bruma, de difícil penetração. O “fim da obrigatoriedade” do diploma de jornalismo para o desempenho da profissão, sua regulamentação pelo Ministério do Trabalho, a reclamação de formas para o controle social público sobre aparelhos privados de hegemonia, as novas diretrizes do Ministério de Educação para a formação acadêmica do jornalista profissional e todo um debate sobre o «Mal-Estar do Jornalismo», nos dias de hoje, torna o assunto candente e de difícil apreensão – para além do economicismo-corporativismo – de *trabalhadores* não-proprietários e *proprietários* não-trabalhadores, no Campo da Comunicação. (Importante *distinção*, em país que chama a Roberto Marinho de *jornalista*.) A *rationale* que dá forma ao conteúdo classista dos reclamos é “*protecionista*”, por parte dum mundo do capital, e “*reformista*”, por parte do trabalho. A luta de hegemonias não se encontrou ao *quantum* de consciência *máximo*, a saber, a maturidade do *liberalismo*, por um lado, e *socialismo*, por um *Outro*. A contingência dessa expressão faz com que, *a patronal* se ocupe de um cartel corporativo, para flexibilizar ainda mais a um estatuto assalariado categorial, da profissão jornalística, e *o sindicato* não faça mais que disputar posições, neste “mercado”. *Assim é...*

Longe de dirimir essa querela, aqui, vamos nos ocupar tão-só do que não pode ser mais do que manifestação epifenomênica de um acaso objetivo, que merece a nossa leitura proximal. O STF decidiu, dia 17 de junho de 2009, oito votos a um, que *é inconstitucional a obrigatoriedade do diploma em curso superior específico para o exercício da profissão de jornalista no Brasil*. Os Ministros da Justiça acolheram recurso ajuizado pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo (Sertesp) e pelo Ministério Público Federal (MPF), contra uma decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que tinha asseverado a necessidade do diploma. O voto do relator – o Presidente da Corte; Gilmar Mendes –, segundo o qual uma formação específica em curso deve ser dispensada para a garantia do exercício pleno das liberdades de expressão e comunicação, foi seguido pelos demais Ministros, presentes. Em sua argumentação, Mendes com-parou o ofício de *Jornalista* com o de *Cozinheiro*: “Um excelente *chefe-de-cozinha* poderá ser formado numa *faculdade de culinária*, o que não legitima exigir-se que toda e qualquer *refeição* seja feita por profissional registrado mediante diploma (...). O Poder Público ... não pode restringir a liberdade profissional *no âmbito culinário*. (...) não afasta ... exercício abusivo e antiético dessa profissão com riscos eventualmente até *à saúde e vida dos consumidores*.” *Vejamos:*

Foram os alemães que primeiro se levantaram contra aquilo que se chamou de uma concepção *culinária* da cultura. Em alemão o adjetivo *kulinarische* indica *pejorativamente aquilo que é para ser consumido*, imediata e rapidamente, *num prazer sem maior esforço*. Embora valha para toda a língua, o termo esteve bastante em voga no início do Séc. XX na teoria literária e no ensaísmo cultural. Adorno diz, em seus textos da área, da “música culinária”, que sabe a algo ruim – de soar rápido e irrefletido –, e carente de escuta atenta. Desde os primeiros esboços sobre a teoria dialética do teatro épico, Brecht critica o teatro dramático-burguês, classificado por ele como “teatro culinário” onde o público compraria emoções a granel, e estados de embriaguez, suspendendo ao juízo crítico numa arte de evasão destinada a um gozo precoce. *Em contraponto*, Benjamin via na “ópera culinária”, dum mesmo Brecht, uma *nova possibilidade histórica* de experiência vivida já que o prazer de degustar algo bom ao paladar – e aos sentidos – poderia, também, trazer a crítica à tona. Para além do *efeito-estranhamento*, causado por fórmula cultural antitética e veio satírico-irônico, tão caro ao dramaturgo e encenador alemão, podemos perceber, aí, uma implícita crítica a dada concepção de cultura. Outra produtiva crítica à cultura aponta noutra direção.

É bem sabido que para A. Gramsci tanto quanto para Benedetto Croce todo homem é filósofo, artista e/ou intelectual. Deve-se discutir o preconceito muito difundido, diz o sardo, de que filosofia seja algo muito difícil, pelo fato de ser atividade intelectual própria.

Quais são os “limites máximos” de uma acepção de “intelectual”? É possível encontrar a um critério unitário para se caracterizar igualmente todas as diversas, e variadas, atividades intelectuais e para distingui-las, ao mesmo tempo – e de modo essencial – das atividades dos outros agrupamentos sociais? O erro metodológico mais difundido, ao que se me parece, é se ter buscado a este critério de distinção no que seria intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual essas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram – *no conjunto geral das relações sociais*. Na verdade, um operário ou proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais (sem falar no fato de que não existe trabalho puramente físico, e de que mesmo a expressão de Taylor, do “gorila amestrado”, é só uma metáfora, para indicar um limite numa certa direção: em qualquer trabalho físico – e mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora). (...) Por isso, seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade uma função de intelectuais (*assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgado no paletó não significa que então todos sejam cozinheiros ou alfaiates*). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas, para o exercício da função intelectual; formam-se em uma conexão com todos os grupos sociais, mas, sobretudo, em conexão para com os grupos sociais os mais importantes (...).

(O1) 82 orifos/negritos)

Gilmar Mendes, de um lado, e *Antonio Gramsci*, de outro. Não poderia haver uma comparação *filológica* já tão mais vigorosamente *antitética*. Mendes rebaixa o labor dum jornalista. Gramsci eleva à condição de alfaiates e cozinheiros. Para Gramsci, à diferença de Mendes, não há intelecto sem manualidade e não há manualidade desprovida de razão. O ingresso do ser (social) na *comunidade* de falantes de uma língua é que garante, *per se*, uma **condição de intelectual** – *a todo / qualquer ser humano*. Não há quem seja só nervos e músculos, nem só mentes e corações. Ora, todos nós podemos escrever uma/duas linhas. Em tempos de telefonia móvel, redes sociais e *microblogging* a expressão do que deveria “morrer ao fim-do-dia” ganha todo um novo significado, *tempo real*, a cada nanossegundo e é cada vez mais raro o quê aí deveria ser *fur ewig*. «*Anyone can cook!*»; atesta um *Chef Auguste Gusteau-Mendes*,⁶⁵ sem maior qualificação profissional ou conhecimento técnico. A ideia dum “jornalismo cidadão”, “compartilhado” ou “midialivrismo”, são algumas das presentes reivindicações de que **todo homem é um jornalista**. Sylvia Moretzshon expõe o jornalismo como uma forma de conhecimento com centro no «singular» e questões afins à *atividade de mediação* – entre “fato jornalístico” e público –, desde/a partir da esfera da vida quotidiana e do senso comum.⁶⁶ Para Moretzshon (2007) tal seria a *especificidade* do jornalismo tal qual desde sua gênese na quadra histórica do Aufklärung (Esclarecimento) relacionado à formação da esfera pública (Öffentlichkeit) e legitimação – autoadjudicada – de novo *medium*. Pensando numa *teoria da personalidade* em Gramsci ou na “hipótese comunista” da *reconciliação do homem consigo mesmo*, não precisamos opor uma forma à outra mas, e, *de modo muito mais interessante*, pensar num *tertium datur*; dialético. A omnilateralidade, a formação politécnica total e a codeterminação humano-social permitem pensar para além do capital, numa teoria da transição adjunta à nova cultura/*nuova civiltà*⁶⁷ do futuro *comunista* da humanidade – *sem receitas culinárias* –, em que a divisão social e técnica especificamente capitalista do trabalho coletivo deixará de alienar cidade e campo, pés e cabeças, atividade e consciência e/ou a satisfação de estômagos x de fantasias. Por ora, num presente capitalista, todo homem – e, principalmente, *mulher* – é uma jornalista. *Pode a jornalista escrever crítica literária de manhã, vaquejar à tarde, e pescar, à noite? Sem sombra de dúvida. Mas nem todos podem reportar, noticiar, editar/diagramar, revisar.*

⁶⁵ Ver *Ratatouille* (“Ra·ta·tu·i”), longa de animação cômico. Da *Pixar Animation Studios*, de Brad Bird.

⁶⁶ Aqui as convergências Gramsci-Benjamin na forma-tradução, *não* têm lugar, no jornalismo integral.

⁶⁷ *Civiltà* deriva do latim *Civilitas*, que a sua vez, vem do adjetivo *Civilis*, de *Civis*, isto é, *Cidadão*. Nesse sentido, significa o complexo de caracteres da vida total dos membros de uma *Comunidade*.
 [Aqui o texto original é cortado e substituído por uma linha decorativa]

Uma dimensão pouco conhecida da difundida *teoria do jornal* em V. Ilitch postula justamente tal ideia; *anti-noção de gorila amestrado*: por um «*correspondente operário*». *Senão, vejamos*. Ao longo dos mais diversos momentos dos seus jornais, o partido russo procurou sempre se adaptar a cada situação concreta dada. Os bolcheviques nunca fizeram um jornal endereçado exclusivamente à agitação / à propaganda / à organização da política e/ou ao governo da produção. O que houve, *ipso facto*, foi uma combinação desigual, de diferentes acentos, acorde aos momentos vividos. Por isso, da perspectiva da concepção leniniana de jornal é parcial se dizer que este não é tão-só um «organizador coletivo». Ele é um *organizador*, mas também é *agitprop*. Este caráter flexível do jornal bolchevique-leninista tinha, porém, um elemento constante, *sua relação com a forma-partido*. A forma na qual jornal partigiano consegue estabelecer tal estreita relação de laços indissolúveis é *através dos corresponsais*. Quando das discussões para o lançamento do *Vperiod* – jornal ilegal dos bolcheviques, publicizado entre Dez./1904 e Mai./1905 – V. Ilitch enfatizava: “Devemos ter o maior número possível de trabalhadores do partido correspondendo-se conosco, e correspondendo-se no sentido habitual, e *não-jornalístico*, do termo. (...) É um equívoco considerar que os escritores, e tão-só eles (num sentido profissional do termo), possam contribuir plenamente para uma publicação; pelo contrário, ela será vívida/vivida e viável tão-só se para cada cinco jornalistas que o dirijam e escrevam, regularmente, haja de 500 a 5.000 colaboradores não-escritores.” Por isso, manifestou insatisfação quando a redação do jornal *Vperiod* não conseguira cumprir a uma tal meta: “Por que vocês não nos colocam em contato direto com os trabalhadores? Nem um único trabalhador escreve para o *Vperiod*. Isso é um escândalo. Precisamos, a todo custo, de dúzias de correspondentes operários.” A ideia de V. Ilitch seria retomada pelas Resoluções do 3º Pleno da IC: «Não é o bastante ser agitador e recrutador zeloso para o jornal, é preciso também se transformar num colaborador útil. É preciso informar, e o mais rápido possível, tudo o que mereça ser observado, do ponto de vista social e econômico, na fração sindical e núcleos, do acidente de trabalho à reunião laboral, dos maus-tratos dispensados aos jovens aprendizes até o balancete econômico da firma». Era em base à prática corresponsal e seus informes que o jornal partigiano formava parte do próprio movimento de massas, exercendo, aí, um *duplo caráter* educativo: i) *internamente* educava aos membros do partido para as atividades de agitação/propaganda/organização e ii) *externamente* era o elemento formativo duma nova concepção de mundo *generalizando* a vida e a luta *operária* sob a forma de *luta de classes*.⁶⁸

⁶⁸ V. Ilitch e Vladimir Dinich, *Além Lenin e o jornal de verdade*, Quiliza Socialista, 400, 2010, São Paulo.

Por isso, seria possível dizer que todos os homens e todas mulheres são jornalistas integrais/educadores totais *mas nem todos teriam a função de jornalistas e/ou educadores*. Assim sendo, o fato de que alguém possa, em determinado momento, escrever duas linhas e/ou ensinar uma lição de gramática não quer dizer que sejam daí jornalistas e educadores. A *paráfrase metafórica*, de Gramsci, enriquecida pela teoria lenineana do jornal, coloca-se-nos a noção de um jornalismo *integral* como parte integrante e integrada à *concepção ampliada de partido do marxismo revolucionário*. Para um começo de conversa, poder-se-ia aqui dizer que, *em se tratando desta tradição político-intelectual*, existe recíproca e dialética redutibilidade ou intertradutibilidade que se traduz à fórmula de que *a concepção de partido é a concepção de jornal, e, a concepção de jornal, é a concepção de partido*. Assim o *marxismo revolucionário* poderia ser espacializado territorial e materialmente tal um *canteiro de obras* para a construção de todo um edifício, de suas bases estruturais e/ou as fundações até as suas superestruturas mais altaneiras. A tarefa de *mediação* exercida pelo jornalismo integral – e pela autoeducação total – são tal qual os andaimes de V. Ilitch. O *cânone-tradutibilidade* e o *internacionalismo metódico* são parte dos esforços nucleares de *mundialização da forma-Marxismo* seja enquanto materialismo histórico / filosofia da práxis, no sentido da generalização dos modos de viver e lutar do que é a classe do trabalho. Se a forma-tradução a que reivindicamos para este trabalho é notadamente *extralinguística* a forma-jornalismo é, notoriamente, *extraliterária*. Seriam, pois, tradução *não-tradutória* e um jornalismo *não-jornalístico*? *Não*. Tratar-se-ia mais bem de uma tradução e dum jornal que fossem *para além de si mesmos*. A realização destes seria *o seu fim*. Sobretudo o tema do *fim do jornalismo* é, aqui, radicalmente *ressignificado*. Um jornalismo-*andaime* só tem razão-de-ser enquanto função precípua para a *construção* que lhe compreende e ultrapassa. Uma formação integral + organização coletiva – além de agitação e propaganda – só pode ser algo feito de material transitório, *provisional*, feito para ter fim. *O fim é sua realização*. E, se atentarmos para o fato de que a realização de necessidades do ser-genérico se trata de um *complexo de complexos* que gera mais e mais desenvolvidas *novas* necessidades, bem, aí veremos que as premissas se transformam em toda e qualquer planificação racional que se ponha à dialetização constante e interminável de meios e fins conscientes de si e para si. A forma de ser de «círculos de cultura» como centros mais ou menos homogêneos e auto-organizados para fins constantemente criticáveis e *revistos* nos leva, sem outra solução de continuidade, aos modos de operar descritos pela rubrica dos «centralismos democráticos». Antes, vejamos como é possível explorar a relação realmente existente entre *jornal/partido*.

É necessária a ação política stricto sensu para se poder falar em partido político?

Gramsci diz que, na *Modernidade-Mundo*, pode-se observar, em muitos países, a partidos orgânicos e fundamentais, por necessidades da luta ou outras razões, divididos em frações, em cada uma das quais havendo assunção do nome-partido e, ainda, partido *independente*. Por isso, e já com muita freqüência, o Estado-maior intelectual dum partido orgânico não pertenceria a nenhuma de tais frações, mas atuaria tal qual força dirigente completamente independente, superior aos partidos, e, às vezes, desse modo concebida pelo público. Diz, da função, poder-se-a estudar – com uma maior precisão – se partir do ponto de vista de que *um jornal ou um grupo de jornais, uma revista ou um grupo de revistas, são também partidos, frações de partido ou função de determinado partido*. Ilustra-o com a função do *Times* na Inglaterra e a do *Corriere della Sera* na Itália mas também com a função do dito jornalismo informativo, o qual se diz “apolítico”, e até o jornalismo esportivo e/ou técnico. Tal conceito de partido-jornal ou jornal-partido, ou grupos de jornais ou revistas e a toda a assim dita grande imprensa, jornalismo esportivo ou especializado, enquanto uma direção moral e intelectual e partidos políticos propriamente ditos qual meras frações de partido é um cânone de interpretação *bastante útil* para compreender todos meandros da realidade. Sem muito esforço muitos comentaristas – desde um Francisco Weffort a José Arbex Jr. – utilizaram-se desta orientação geral para tecer opinião sobre o conjunto dos jornais do país. Como alentados partícipes da imprensa alternativa de ontem e de hoje poderiam se ocupar de outras motivações gramscianas, descritas em rubricas como *diletantismo e disciplina e movimentos e centros intelectuais*. Tanto para o mapeamento externo da situação editorial quanto para a organização interna do labor jornalístico dos jornais e revistas que integraram. Já com todas as críticas, que se possam fazer, à revista *Retratos do Brasil* parece ser um periódico o qual mais se assemelha ao aspecto *técnico* da forma-jornalismo aqui ex-posta, vide iniciativa do almanaque sobre a ditadura empresarial-militar e após-transição político-conservadora. Já seu aspecto *político* parece encontrar uma objetivação duradoura nalguns jornais qual o *Opinião Socialista* que se afirmou historicamente via *Versus/Convergência*. (Gramsci fala à seqüência de jornal-partido “tradicional” com caráter essencial “indireto”, qual seja, se apresentaria tal puramente “educativo”/“moral”/“cultural”, *i.e.*, o movimento libertário/anarquista. A dita *ação direta* seria concebida como “propaganda pelo exemplo”, o quê permite reforçar um juízo de que o movimento não seria autônomo senão *à margem* de Outros partidos; “*para os educar*”. Pode-se falar de um inerente a cada *grande-partido orgânico* de um grupo social fundamental. Neste sentido vide à “tática” *Schwarzer-Block*.)

A partir do pressuposto de um agrupamento cultural *de orientação geral*, Gramsci discorreu sobre como uma associação jornalística pode, daí, se organizar para atender às *demandas de um grupo social dado*. A atividade proposta deveria acompanhar a todos os centros e movimentos intelectuais, *resenhando-os e/ou supervisionando-os*. Para começar, *dever-se-ia mapear aos grandes movimentos de ideias e os grandes centros intelectuais de uma formação social*. Os *impulsos inovadores* também deveriam ser controlados, desde que fossem *no mínimo coerentes* ou *de interesse intelectual* (mesmo os que não, deveriam ter atenção *proporcional*). O **Giornalismo** ao que se refere Gramsci é o *ato* que parte de uma *organização cultural* a qual *registra e regula toda a produção intelectual de um país*. Trata-se dum organismo unitário e coerente, de difusão e produção de cultura, que oferta a diferentes grupos sociais jornais e revistas, ao lado de coleções de livros correspondentes e recenseamentos editoriais precisos. Sua finalidade seria, segundo o autor, satisfazer às exigências de uma certa massa de público, que é algo ativa intelectualmente, *mas somente em estado potencial*, e que importaria *sobre-elaborar; fazer com que pense concretamente; trans/formar*, homogeneizar de acordo com um processo de desenvolvimento orgânico que *eleve tal público, do mais simples senso comum ao pensamento mais coerente/sistemático*.

Ao se desenvolver, uma associação permanente, de tal tipo, necessitará se sustentar por princípios ético-políticos para que, assim, e com a homogeneidade lograda, se alcance também os objetivos a que se propõe. Tal associação, está *interligada a um agrupamento dado* e *através dele* se liga a toda a sociedade humana e, por isso, não se pode vê-la como algo “pronto e acabado”, tende a ampliar-se *para todo um agrupamento social* e este, por sua vez, amplia-se e tende a *unificar toda a humanidade* e sua história social. Essa “ética” de determinado grupo que se expande como conduta consentida por toda cultura só poderá ter bons resultados quando superadas algumas contradições do sistema atual, por exemplo, *a desigualdade entre os sujeitos*, que, *por questões políticas*, criam *formas diversas de ética/moral e regras de conduta*. A disciplina interior e o esforço individual concretos são indispensáveis ao funcionamento da associação e esta deve ser resultado da elaboração de *pensamentos coletivos que escapam dos processos estranhos aos indivíduos singulares*. A elaboração de uma consciência coletiva – *e homogênea* – não é um objetivo simples de se estabelecer. Organizar um centro homogêneo de difusão de modos de agir e pensar é um ponto e Outro bem diferente é garantir que todos os “receptores”, *ou todo tipo de público*, será atingido da mesma forma, e responderá / reagirá igualmente. *Não ocorre desse modo*. Se a intenção é transformar aos modos de agir e pensar, não bastaria, aí, a simples *difusão*.

Ações diferentes, para cada agrupamento social, dentre outras classificações (*categoria profissional*, por exemplo), serão necessárias para se alcançar esse objetivo por completo. *São os tais «prismas» gramscianos*. A mesma análise gramsciana do *Giornalismo* se insere – enquanto cânone – no âmbito de reflexão sobre *a questão dos intelectuais* sob as estruturas e/ou processos de construção, afirmação e defesa da hegemonia por parte das forças sociais as quais aspiram à direção político-cultural de/em determinadas sociedades. Segundo atesta a obra gramsciana, *alguns comitês de redação* funcionam, a um só tempo, *enquanto círculos de cultura* (QC). Uma tal prática editorial (“jornalística”, strictu senso) organiza-se – nestes comitês, peculiares – acorde, aí, a um plano intelectual e divisão do trabalho preestabelecidos, *de modo crítico-racional*. Ao redor daquilo a que Gramsci (op. cit) denomina o jornalismo integral, das revistas-típicas (ou tipo), constituem-se círculos de cultura que buscam criticar – *em gestão colegiada* – os trabalhos produzidos por cada redator individual contribuindo-se, daí, a instituir uma nova competência técnica de tal trabalhador intelectual coletivo *que o eleve* ao nível do melhor instruído desta tal associação.

Em sua muito rica elaboração sobre a função intelectual junto à luta de hegemonias, Gramsci logra atestar que, nas junturas de crise, determinados órgãos podem operar tal qual “partido político”, em uma reforma intelectual e moral que dialetiza simultaneamente *momentum* de desconstrução da *vecchia civiltà* e, a um só tempo, àquele que atende à construção de uma *nuova*. Nesse sentido que – os mesmos – podem cumprir a função de um “meio para organizar e difundir determinados tipos de cultura” articulados – de forma orgânica – com determinado agrupamento, “mais ou menos homogêneo – de um certo tipo – e, particularmente, com uma certa orientação geral”. Na Itália do *entreguerras*, junto ao contexto efetivo europeu-ocidental, Gramsci conferir-lhes-ia ao menos duas funções, co-determinadas/co-determinantes, para os tais órgãos centrais: i) *direção política geral* e ii) *função de cultura política* – literária/artística/científica –, a qual não teria o seu respectivo órgão difundido. São estes que – à ausência de partidos, *organizados e centralizados* – têm uma sua função magnificada. Mas de que forma poderíamos conceber – ao “jornal” – como um “partido”? E, de que modo isso se retraduziria então num recurso heurístico e/ou procedimento metodológico? A constituição duma revista-típica, operária / socialista, em “partido-consciência” – uma *forma-partido*, em acepção *ampla* –, serve-nos, daí, como hipótese diretiva de labor/ação teórica. Na análise de Marx e Engels sobre a forma-partido o pressuposto presente é de que esta seria *a tradução do objetivo socialista primordial*, qual seja, *a constituição do proletariado enquanto classe*. Sua formação enquanto classe

leva à necessidade da *forma-partido* correspondente ou, enfim, *o partido revolucionário*. Desde o velho Manifesto do Partido Comunista – ao calor, mesmo, das revoluções sociais *quarenttotescas* – K. Marx e F. Engels atribuem, a “partido”, um duplo caráter. O ente-de-classe, tal qual Comitês de Correspondência, Círculos de Liga, Associações Operárias, jornais e revistas – o movimento da classe – e, ainda, a classe em movimento. Balibar (1978) designaria esta duplicidade de caráter tal qual “partido-organização” + “partido-consciência”. A trans/form/ação do proletariado em um novo sujeito *transindividual* auto-consciente e auto-organizado entende-se como *premissa* para a construção de uma *nuova civiltá*. As fraturas do marxismo dariam lugar a uma concepção de *uno no diverso*, i.e., a perspectiva do jornal e sua redação enquanto uma espécie dada dum “partido-consciência”.

V. Ilitch via no jornal, tal Gramsci e Zenoviev, uma forma de criação de um órgão central de propaganda, agitação e organização que funcionasse aí como um verdadeiro «intelectual coletivo», que poderia criar às condições favoráveis a uma prática política revolucionária. O autor demonstra nessa proposta um modo de superar os economicismo e primitivismo existentes entre muitos socialdemocratas do país. O quinto capítulo de sua obra, “*Que fazer?*”, trata justamente de um plano de um jornal político para toda a Rússia: “*Não há outro meio para educar pessoas para formar organizações políticas fortes senão um jornal para toda a Rússia.*” (Lenin, 2010, p.237). O papel *autoeducativo* do jornal é importante na formação, ali, de novos dirigentes, oriundos tanto das massas e das classes subalternas quanto dos próprios intelectuais. A questão é formá-los para que possam ser iniciados no pensamento sistemático, junto aos aspectos quotidianos de vida e luta. Para ele, um jornal não deve ser visto como um fim, mas como meio de organização para um *todo*, ou seja, para algo *além*, que seria *práxis revolucionária* até lograr a hegemonia ativa da classe do trabalho, de seu momento e, *a posteriori*, a edificação de uma sociabilidade sem Estado, sem classes e/ou hierarquia. Seu plano de um jornal de circulação nacional propõe um modo, *prático*, de mobilização a favor da *práxis revolucionária* de massas. Em 1902 a Rússia possuía um movimento revolucionário fragmentado e muito adscrito à “luta do quotidiano” – arraigada, esta, no credo economicista de principais dirigentes da social-democracia russa. Além da crítica ao economicismo existe, na proposta, a preocupação em mudar formas de atuação pensando primeiramente na organização e con-centração de revolucionários profissionais, *no sentido atribuído a tal conceito/termo por Ilitch Ulianov*. Uma organização, em nível nacional, deve ser omniconscente, e os comitês do partido social-democrata de sua época agiam via de regra em direção à fragmentação, com

propostas de jornais apenas locais e preparação de manifestações idem. Tão-só a simples difusão do *jornal* já seria uma forma de liame entre diferentes *construtores*, porém, mais importante do que é isso, seria a troca de experiências *entre as partes do todo*. A oferta de dados, debate e denúncias políticas e econômicas, agiriam de modo a elevar a atuação de massas e da classe do trabalho por todo país. No contexto em que atuou e, principalmente, na juntura em que escreveu ao *Plano para o Jornal Político para toda a Rússia*, ou seja, às vésperas da «*Revolução Russa de 1905*», o país passava por uma crise revolucionária bastante conturbada. O que o autor contestava era a ideia da forma-partido pautada apenas na progressiva «marcha progressiva da luta do quotidiano». Via sentido na luta econômica diária, *mas sabia da necessidade de um organismo permanente e unitário de organização que atingisse a todo o território russo*. Na belíssima metáfora supracitada, ao comparar os *andaimes* – para a construção de um *prédio* – à função do *jornal*, consegue-se enxergar a amplitude que o jornal integral pode atingir em processos de luta de *Hegemons*: a missão do “jornal político” não se resume porém a difundir ideias, a autoeducar politicamente e a conquistar aliados estratégicos. O jornal não é aí tão-só propagandista coletivo ou agitador político. *Ele é, também, um organizador*. Neste último sentido pode ser comparado com os andaimes que são levantados ao redor de um edifício em construção, e que assinala a seus contornos, facilita as relações entre os diferentes pedreiros, ajuda-lhes a distribuírem as tarefas coletivas e a observar os resultados gerais alcançados pelo trabalho auto-organizado. Portanto, o jornal não é só um agitador, não é só um propagandista, não é só um organizador. Ele tem a premissa de concentrar em si as três categorias em um só instrumento/meio. Tal obra (“*Que fazer?*”) critica extensamente o economicismo presente na socialdemocracia russa de seu tempo. Os economicistas destacavam unicamente a luta i-mediata. *O caráter revolucionário de dada organização não se dá unicamente por sua ação imediata ou seu método de luta, mas, sim, sobre o eixo teoria-movimento*. A crítica ao economicismo é, neste ponto, afirmação duma das mais importantes teses de V.Ilich: “*Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário*”. Outra crítica presente no escrito recai sobre o método artesanal. A falta de planejamento sistemático pode dificultar a sua unificação nacional. O planejamento deveria, então, ser bem-preparado, junto ao desenvolvimento das questões, *já das lutas ou seu partido*, para superar uma fase inicial de *construção empírica*. Uma implantação social – *por meio dum planejamento racional* – identificaria necessidades das lutas, por um lado, e os recursos disponíveis no partido, por outro. Para se bater ao *primitivismo do método*, era fulcral a *criação de um órgão central*.

Tal jornal *partigliano* recriaria às condições para uma práxis político-social revolucionária, sendo um verdadeiro “*intelectual coletivo*.” Tal órgão central – o *jornal político* (V. Ilitch) ou *jornal integral* (A. Gramsci) – trabalharia organicamente às questões de organização do partido e da autoeducação teórico-político da filosofia da práxis, difundindo, daí, local e (inter)nacionalmente a ação e pensamento *dum centro homogêneo unitária/coerentemente*.

O «centralismo democrático» seria *uma forma* pela qual a organização dum órgão central, e a sua *democracia*, lograriam coexistir, coetaneamente – nas distintas junturas e situações a que está submetido o partido –, como *meio* para a realização duma estratégia partigliana, de modo dinâmico e flexível às situações político-sociais as mais diversas. A “centralização” e a “democracia” manteriam entre si nexos de unidade-distinção que não pode ser confundido com a «figura do êmbolo» na mecânica automotiva. Assumir nexos de unidade-distinção entre centralização e democracia partigliana implica reconhecer que *a democracia é a condição da centralização, ao mesmo tempo em que esta é a condição da democracia*. A relação, entre ambos termos, não seria aquela característica do movimento pendular do êmbolo, no qual a subida dum disco implica uma necessária descida do outro; ganhando, um, o que perde, o outro. O que garante que a vontade da base partigliana seja respeitada é a unidade do partido em torno da vontade de sua maioria. O que permitiria a unidade do partido, por outro lado, seria participação ativa, a base partigliana, no processo de discussão/deliberação a respeito da estratégia/tática do partido. *Não há democracia sem centralismo e não há centralismo sem democracia*. Ao tratar o centralismo democrático tal qual uma forma organizativa é imprescindível que se a pense em níveis ascendentes e descendentes que permeiam os eixos horizontal e vertical. O eixo horizontal garantiria a participação dos militantes das bases no quotidiano partigliano por meio de núcleos/células de base. Isso aproximaria o partido da classe do trabalho e sua juventude para a discussão e deliberação das idéias, e das linhas centrais, do partido, e as suas iniciativas concretas. Também existiria tal qual uma forma de controle da dirigência do partido. O eixo vertical diria respeito à estrutura do partido em nível local, regional e (inter)nacional. Os níveis ascendentes e descendentes iriam da base à direção, e da direção para a base, seguindo o caminho dos organismos verticais. É uma forma, *não-fossilizada*, de assegurar o intenso e extenso debate das estratégias e táticas do partido com toda a militância, ou seja, da base à sua direção e da direção às suas bases e, também, proporcionar a definição duma política unitária coerente, para/pelo partido. As ações centralizadas da classe do trabalho fazem-se necessárias para vencer ao aparelho hegemônico burguês. (“*Golpear como um só punho*.”)

Mas nos *Estatutos da AIT* redigidos por K. Marx ele dizia que a emancipação dos trabalhadores seria *obra dos próprios trabalhadores*. Não seria então essa uma premissa contrária à necessidade da formação de um partido? *Vejam os*. O mesmo Marx disse, n’*O Manifesto*, que a *constituição do proletariado enquanto classe* era a sua formação como partido político, autônomo e independente das demais classes e/ou grupos sociais. O ato histórico mesmo que implica autoemancipação se compõe de uma antessala, contingente, para sua realização, necessária. Daí um seu *valor-heurístico*, um cânone interpretativo, da distinção gramsciana *entre o partido progressivo e o partido não-progressivo*. O partido centralista-democrático, diferentemente do centralista-burocrático, aspiraria à **extinção** da distinção, entre dirigentes e dirigidos, para, daí então, formar uma *sociabilidade nova* que prescindia da alienação entre saber e fazer, concepção ou execução, trabalho material e intelectual, mãos / cabeças ou, enfim, a toda hierarquia entre alto e baixo. Gramsci e V. Ilitch participaram ativamente da imprensa dos partidos dos quais fizeram parte, questão esta que se comprova tanto pelo fato da obra pré-carcerária de Gramsci ter sido publicada quase que exclusivamente por jornais do Partido Socialista Italiano e depois pelos jornais do Partido Comunista Italiano. Também Ilitch constituiu, quase que por toda sua trajetória revolucionária, parte da imprensa russa e estrangeira, ao começar pelo clandestino *Iskra* e, depois, pelos vários jornais em que contribuiu, já junto ao partido bolchevique e comunista.

Ao largo destes tópicos, elencados supra, já discorreremos, aqui, sobre uma série complexa de multideterminações – tramas/encadeamentos – do pensamento político/ social que evoca toda uma *história intelectual*, e à tradição teórica, do *marxismo revolucionário*. Refizemos tal per-curso com a preocupação de ex-por às marcas de produção, *marxísticas*, dum *pensamento vivo* em perfazimento a respeito de termos e conceitos que sabemos bem à contracorrente do ideário dominante. L.D. Trotsky esmerou-se à construção internacional orgânica dum movimento operário socialista e logrou elevar o internacionalismo a estatuto metódico, enquanto J. Stálin edificou a teoria do socialismo num só país amesquinhando o “marxismo-leninismo” a razão-de-Estado. Rosa Luksemburg combateu núcleo irracional (e anti-intelectual) do revisionismo alemão alentando ao nexo indissolúvel teoria/prática e salvaguardando à centralidade da dialética enquanto E. Berstein fez o diametral oposto. V. Ilitch insistiu, fortemente, na necessidade da forma-organização tal qual teoria-estratégia e na superação – *por incorporação + ultrapassagem* – da relação *local-global* para a práxis revolucionária e J./L. Martov fez tódo o contrário, sob o culto da cotidianidade espontânea e o “*small’s beautiful*”. Escovar – *a contrapêlo* – à história de tais ideias *vencidas* é preciso.

III ARGUMENTS

AWEM

A trilogia até a presente data não está completa para leitores de língua portuguesa – em geral – e os brasileiros, em particular. Como sói acontecer para bibliófilos resolutos das zonas lusófonas, uma atenuação relativa de fato editorial foi a tradução ao idioma castelhano de *Arguments within English Marxism* (NLB/Verso, London, 1980) sob o título já algo adaptado de *Teoría, Política e Historia: un debate con E.P.Thompson* (Siglo XXI, Madrid, 1985). Ainda assim pode-se dizer que quiçá seja a lacuna de difusão mais importante que perdura no mundo das letras brasileiras a respeito deste marxismo inglês e do pensamento de Perry Anderson. É curioso notar que a história editorial tenha brindado uma publicação dupla de CSMO e NTMH unificando ambos os ensaios em volume único (2004) sem a sua inclusão. Mais intrigante é observar que se trata justamente do engajamento da polêmica Anderson-Thompson a respeito de temas centrais para a historiografia marxista britânica; área nobre do pensamento social e político muito respeitada na seara do marxismo acadêmico do país.

Isso dito vamos ao grão. O texto andersoniano de algo entorno a duzentas páginas arranca atestando a condição de Edward Palmer Thompson como nada mais e nada menos do que tão-só *o melhor escritor socialista da Inglaterra* — “e, possivelmente, da Europa.” Os créditos são caracteristicamente remetidos à letra do texto do autor de obras como *The Making of the English Working Class* e *Whigs and Hunters*; “grandes obras de literatura.” Uma *estupenda variedade de timbre e ritmo*, segundo Anderson, é que predomina em seu melhor — “apaixonada e alegre, cáustica e delicada, conscienciosa e coloquial” — e, para todos efeitos, não teria paralelo no seio da esquerda. O juízo literário é, enfim, o mais alto. *Mas não se para por aí*. Não obstante, diz, as conquistas estritamente historiográficas de uma série de estudos sobre os Sécs. XVIII e XIX — que abarca desde *William Morris* até o brilhante conjunto de ensaios de *Costumes em Comum* — constituiria algo como o produto *mais original da mais avançada* historiografia marxista mundial, “à qual contribuíram tantos eruditos de talento.” Para qualquer leitor familiarizado com as acerbas polêmicas de Thompson com Anderson desde meados dos 60 este livro, dos anos 80, nesta introdução, se constitui como um registro no mínimo diferenciado. O duro tom da querela de réplicas e tréplicas dá lugar ao mútuo reconhecimento que está longe de tradicional e piedoso ideal.

Deixando de lado outras considerações resulta pouco habitual que um pesquisador se desenvolva com idêntica facilidade em duas épocas tão contrapostas. Qualquer que seja a valoração que se faça sobre este ponto – sobre o qual, sem dúvida, é impossível chegar a um veredicto final –, no labor de Thompson como historiador se destacam duas características particulares. Sua história foi desde o primeiro momento a mais abertamente política de todas as de sua geração. Cada uma das obras maiores que escreveu, e quase também cada uma das menores, se conclui com uma reflexão direta e manifesta sobre sua lição para os socialistas de nosso tempo. William se fecha com uma discussão sobre o “realismo moral”; *The Making...* recorda nossa dívida com a “árvore da liberdade” plantada pelo primeiro proletariado inglês, *Whigs...* termina com uma valoração geral do que é o “rule of law”; um ensaio como *Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial* especula sobre a possibilidade de “velhos e novos sentidos de tempo” em uma futura sociabilidade comunista que tenha superado a “questão do ócio”. Todos estes textos foram, a sua maneira, tanto uma intervenção militante no presente quanto como uma reconstituição profissional do passado. A coerência de sua trajetória desde os meados dos anos 50 até finais de 1970, do que se dá fé em seu extenso prólogo à nova edição de seu alentado estudo sobre Morris (1977) é tremendamente impressionante. Estas obras de história foram também centrais e deliberadas contribuições à teoria: nenhum outro historiador marxista se esmerou tanto em confrontar e examinar sem insinuações e circunlóquios as difíceis questões conceituais surgidas de sua pesquisa. As definições de “classe” e “consciência de classe” de *The Making...*; a crítica à noção de “base e superestrutura” através do prisma da lei em *Whigs...*; a reabilitação do “utopismo” como imaginação disciplinada na nova edição de *Morris*: tudo isso representa uma série de arrazoados teóricos que não são meros enclaves em respectivos discursos históricos senão que constituem mais bem a sua culminação e resolução naturais. (TPEH, p.2)

O reconhecimento extenso e profundo de Anderson se dá em virtualmente todos os campos em que ele mesmo se adscrive: teoria, política e história são ali saudadas com um entusiasmo e resolução que não são moeda corrente na escrita rigorosa deste crítico de ideias e historiador de processos. Não bastasse tudo isso o juízo das estruturas formais em tanto que estrutura literária e trabalho de escriba são louvados logo de início: tratar-se-ia do melhor *escritor* socialista da Inglaterra e, *provavelmente*, da Europa. A qualificação tão superlativa – raríssima, em Anderson – é aí logo justificada. “O direito a nosso respeito crítico e a nosso agradecimento ... é amplo e complexo.” (idem, *ibidem*). Nada obstante, diz o autor, uma apreciação crítica de ideias e programas mais fundamentais de Thompson ainda estaria por ser feita. A recém-publicação de *The Poverty of Theory and Other Essays* (Merlin, London, 1978) forneceria uma boa oportunidade para tanto. Este livro lançado em 1978 recompila quatro ensaios diferentes. *The Peculiarities of the English* é a primeira investida de E.P.Thompson contra as Teses Nairn-Anderson que inauguraram o modo de pensar da segunda geração da NLR sobre a cultura e a sociedade inglesas. Já o texto que dá nome ao livro é um ataque ao pensamento de Louis Althusser em 200 páginas

A amplitude e novidade, que domina o volume, justificaria um interlocutor althusseriano, o que Anderson já não se considera nos anos 80, apesar de ter sido influenciado de modo sistemático por seu pensamentos nos anos 60 e 70. Além de “The Poverty of Theory, or an Orrery of Errors” (1978), “An Open-Letter to Leszek Kolakowsky” (1973), “The Peculiarities of the English” (1965) e “Outside the Whale” (1960) constam, também, uma “Foreword” ou Posfaciação, uma “Note on the Texts” e, por fim, o “Afternote” / Epílogo. As edições brasileira e espanhola – ambas de 1981 – e a reedição inglesa, de 1995 (pela própria Merlin), só publicaram o ensaio “A Miséria da Teoria”, subdividido em tópicos de teor como i) “Agradecimentos”, ii) “Mapa do Livro”, iii) “Mesa, Você Existe?”, iv) “A Epistemologia de Althusser”, v) “Tem a História uma Teoria”, vi) “Os Filósofos e a História”, vii) “Intervalo: A Lógica Histórica”, viii) “O Velho Bufão: Engels”, ix) “Da Economia Política à Origem das Espécies”, x) “Estrutura e Processo”, xi) “A História como Processo”, xii) “O Motor da História”, xiii) “O Que Falta no Planetário”, xiv) “O Termo Ausente: Experiência”, xv) “Teoria e ‘Marxismos’”, xvi) “Autocrítica”, xvii) “Pós-Escrito” e xviii) “Notas”. O *Planetário de Erros* de Althusser, supracitado em inventário mais minucioso, não seria tanto uma polêmica e tão-só. É algo que Anderson aprecia como uma primeira exposição sistemática e autoconsciente do pensamento de Thompson a respeito de teoria, história e política. As dificuldades técnicas de tantas lacunas e omissões deliberadas na história editorial da difusão e recepção destes materiais abundam e comprometem uma mirada mais geral sobre os respectivos trabalhos e, enfim, limitam o impacto o imediatamente possível da reconstituição das razões e significados para uma história social das ideias teóricas mais afeita à documentação e comprovação de validação racional e conscienciosa. Cientes dos limites da empreitada e das barreiras que deverão ser transpostas neste decurso sigamos na via escarpada do saber.

A consideração das críticas de Thompson a Althusser, a evidenciação de princípios que ancoram o trabalho de Thompson e o seu respectivo cotejo são os objetivos do ensaio de Anderson que, tipicamente, assume como pré-texto a resenha editorial-política de um lançamento significativo para tratar de temas e questões para além da letra do texto. O trato de Thompson inicia com moderação e termina com fúria, de acordo com Anderson, e é reorganizado, por Anderson, de modo conciso e elegante entorno, aqui, a sete tópicos precedidos de uma *Introdução* e acrescentados, na edição espanhola, de um *Postscriptum* que dá fé de uma re-aproximação ocorrida entre E.P.Thompson e o comitê editorial da NLR – por conta de sua intervenção militante no seio da Campanha Antinuclear Europeia.

São os tópicos: i) A historiografia, ii) A ação, iii) O marxismo, iv) O stalinismo, v) O internacionalismo, vi) As utopias e vii) As estratégias. Anderson considera que o conjunto do ensaio é dominado por quatro aspectos centrais: o caráter da pesquisa histórica, o papel da agência humana na história, a natureza e o destino do marxismo e, por fim, o fenômeno do stalinismo. A consideração de cada um desses aspectos, no ensaio em particular e no conjunto da obra de Thompson, bem como uma clarificação subsequente de um contexto comparativo entre o labor deste historiador e o advento da segunda NLR e seu projeto intelectual são as metas autodeclaradas de Anderson a respeito desta sua já típica resenha crítica. Aqui Anderson deixa entrever um *motif* importante deste texto: a NLR. Thompson foi dirigente da Nova Esquerda, criador da NLR e destacado comunista dissidente; engajado na teoria e na prática marxista e socialista da Grã-Bretanha do Segundo Após-Guerra. Nada mais justo do que o novo editor-em-chefe, passadas duas décadas das mudanças políticas e editoriais tão decisivas dum *breakthrough* peculiarmente inglês, dar novo testemunho a respeito daquilo que são as *English Questions* ou, quiçá mais convenientemente, os *Arguments within English Marxism*. Teórica e filosoficamente, um *Argumento* é uma tentativa de persuadir alguém de alguma coisa, dando razões para aceitar uma conclusão particular tal qual autoevidente. A forma geral de um *Argumento* em uma linguagem clássica é a de premissas (mais normalmente na forma de proposições) como suporte de uma vindicação. Ademais, em língua inglesa, *to argue with*; arguir com alguém a respeito de algo, tem uma conotação polêmica bastante aguda; de uma natureza e com limites bastante claros a respeito do teor de estabelecimento de contrapontos/crítica.

Within; dentro de. O enunciado formal, de difícil tradução, seria, por aproximação, algo de árida adaptação para um ambiente literário onde socialistas e comunistas, bem como a esquerda e o marxismo brasileiros, tem grandes dificuldades de estabelecer uma cultura política e teórica comum baseada na argumentação racional de critério polêmico, já seja via a oferta de premissa destinada a uma garantia de verdade para uma conclusão, argumento *dedutivo*, ou o fornecimento de razão que fundamente sua provável verdade, argumento *indutivo*. Não obstante, o contexto imediato de uma tese acadêmica – a banca de exame de defesa – traz um vocabulário teórico em que a arguição/argumentação é nada menos que uma palavra-chave. O trânsito da racionalidade crítica para a polêmica política passando da teoria à história e da história à teoria, para todos os efeitos, são aqui um tema *peculiarmente inglês*. Os *Argumentos no interior do Marxismo Inglês* para a polêmica que se estabeleceu, no seio da *New Left* mais antiga do mundo, é o tópico que nos ocupa agora.

Uma das predições concretadas da trilogia andersoniana é, aqui, inaugurada. O jovem editor fizera prognóstico do encontro da historiografia insular com a filosofia continental. O Canal da Mancha, contudo, fez com que se estrelassem um contra o Outro o histórico Thompson e o teórico Althusser. A primeira grande confrontação em grande escala de um historiador inglês com um grande sistema filosófico continental no terreno do marxismo: este é o significado a ser celebrado da empreitada deste ensaio histórico-político-teórico. O desenvolvimento do marxismo mundial muito se beneficiaria do direto confronto entre tão distintas tradições, representadas por Thompson e Althusser, e, desse modo, dar-se-ia largada ao processo de tornar a histórica conscientemente teórica; a teoria historicamente informada. O singelo recado de Anderson era nada mais e nada menos uma emulação do labor historiográfico de Thompson aliado ao trabalho teórico de Althusser, se atentando para a crítica do empirismo do primeiro e do ultrateoricismo do segundo, se é que é possível equivaler ainda que sugestivamente *corporas* de pensamento tão contrários.

Arguments é uma ampliação em tom mais diplomático de “*Notes on ‘The Poverty of Theory’*”, apresentação na History Workshop Conference de 1979 em Oxford. As áreas de divergência – internacionalismo, utopismo e estratégia – são de interesse político-historiográfico-teórico, mas talvez mais seja a explicitação, por contraste, dos credos do próprio Anderson à ocasião. Trata-se do limiar não-cicatrizado entre a efervescência dos anos das barricadas e o prenúncio de uma década perdida para a reação política mundial. A justeza da crítica thompsoniana ao antiempirismo althusseriano não deixa de sublinhar a necessidade da teoria na história, isto é, a construção e sistematização do conceito que permita ao historiador ascender – do abstrato ao concreto – via “síntese de múltiplas determinações”. Desafiando os postulados de T.Kuhn e G.Bachelard não deixa de atribuir cientificidade social à perspectiva da teoria do conhecimento afeita a uma metodologia de programa de pesquisa realista. O resultado teórico-prático é o marco epistemológico para uma historiografia que reclame o *núcleo-duro* do materialismo histórico com a submissão de constructo teórico à evidência histórica. Uma controvérsia clássica das ciências sociais é enfrentada: a dicotomia entre o determinismo estrutural e a agência do livre-arbítrio. Considerando a ambiguidade dos termos e conceitos de *Agente* e *Sujeito* (uma distinção importante em idioma inglês) rechaça-se o que se considera os unilateralismos de Thompson, *criatividade humana*, e Althusser, *implacabilidade estrutural*. Em seu lugar se propõe uma posição compatibilista, tratando de reconciliar o irreconciliável nos termos em que se põem: ação volitiva trazida por Thompson e causalidade universal de Althusser.

Acima do Bem e do Mal, por assim dizer, Anderson tratava de estabelecer uma espécie de equivalência geral entre estrutura e agência cada qual em seu respectivo pólo predominante – a individual ou privada e a coletiva ou pública – ao mesmo tempo em que se propunha a um *tertium datur* dialético-histórico que superasse dialeticamente as proposições do humanismo/historicismo de um e o estruturalismo/determinismo de outro. Para Anderson, os projetos coletivos que tentaram fazer de seus pioneiros os autores de seu próprio modo de produção da existência social com um programa autoconsciente de de forma auto-organizada encaminhando-se para criar ou demodelar estrutura e agência a um só tempo e em sua totalidade complexa conformam um tipo de ação historicamente inédita e, sobretudo, algo recente. Tratar-se-ia de obra coletiva do moderno movimento social operário nascente como que a criar realmente essa nova concepção e prática de transformação histórica social. Com o advento do socialismo científico os projetos coletivos de mudança social e política se irmanaram pela primeira vez na história da humanidade com esforços sistemáticos e ordenados por interpretar os processos do passado e do presente e, assim sendo, produzir demiurgicamente a um futuro pré-ideado. A Revolução dos Soviets dirigida por bolcheviques-leninistas teria sido o ensaio geral dessa nova forma histórica de pensar e agir sobre a transformação do mundo, isto é, uma encarnação real e inaugural de um novo tipo de fazimento da história, baseado em um modo de ação sem precedentes conhecidos. Como bem se sabe os resultados realmente existentes deste grande ciclo de revoltas históricas estiveram bem longe do que se sonhou. “Mas, em qualquer caso” – disse P.Anderson – “a alteração do potencial da ação humana operada no curso do Séc. XX é irreversível.” (p.20-21) Há coisas que não se podem perder.

Operando através da mediação andersoniana para a querela Thompson-Althusser estava o marxismo de Timpanaro e, crescentemente, Cohen. Uma revalorização crítica do Prefácio de 1857 fora uma das conquistas formais da passagem andersoniana de Althusser e Colleti a S.Timpanaro e G.A.Cohen. O insólito da formulação de Anderson era dizer que se Thompson fora o campeão da historiografia, Althusser, inadvertidamente, era quem se apresentava com uma concepção de história. Enquanto o primeiro expunha a história como o passado *per se* o segundo ia a um ponto crucial: o fato histórico como aquilo que altera ipso facto relações estruturais realmente existentes. A crítica andersoniana objetava a Thompson por suas concepções de *codeterminação* (“the making of”, ou o fazimento da classe), *identificação de classe com consciência de classe* (classe em-si e classe para-si) e pressuposta *compleição do processo de formação* da classe trabalhadora nos idos de 1830.

A ênfase – unilateral e impiedosa – no poder sobredeterminante da necessidade estrutural em história corresponde mais fielmente, diz o autor, ao núcleo-duro daquilo que compreende o materialismo histórico e o estudo científico do tempo passado, mas ao preço de obscurecer a novidade histórica representada pelo moderno movimento operário e neutralizando a vocação social do socialismo revolucionário de transformar tudo que há. O sentido de história apaixonado e apaixonante para o potencial de mudança da vontade ativa da agência humana para a moldura de novas condições coletivas das esferas da vida está muito mais próximo do que foi o temperamento político de Marx e Engels em seu próprio tempo, mas tende a ser algo de uma idílica visão prospectiva quando projetado a um passado mítico que romanticamente denega a milenares opressões à autodeterminação no reino da necessidade. Seria preciso a verdadeira *Aufhebung* dialética de um e de Outro. Para Anderson, se fazia necessário retomar o conceito de agência, em toda a sua extensão. Uma nova forma emergira da colonização política, heterodoxia religiosa e utopia literária. Sua premonição imediata no tempo e no espaço fora a Revolução Francesa e a Americana. V. Ilitch e L. Trotsky, diferentemente de Robespierre e Washington, foram indivíduos que dirigiram processos creditando-se a si mesmos tal detentores duma compreensão científica de um mundo social que os habilitava à avançada predição de expectativas revolucionárias. Esse tipo de história seria a terceira forma de agência soslaidada pela escrita de Thompson.

O transpasso da história das pessoas de um grupo social que seja um só e mesmo tempo atenta às vicissitudes da história dos indivíduos singulares e não descuide um ambiente que os compreende, atravessa e ultrapassa é assunto duma determinada ciência e uma certa arte. Uma noção de discordância dos tempos – talhada por D. Bensaïd (1995; 1996) – é, daí, de um inestimável valor. Ao rejeitar uma determinada concepção de tempo linear/homogênea, Bensaïd resgata – na obra intempestiva de K. Marx – uma noção de tempo histórico ditada pelo *contratempo* musical da escuta e a *não-contemporaneidade* de um seu andamento. A *evolução*, já própria à historiografia positivista, *explode + convulsiona-se + fragmenta-se*, desvelando a descontinuidades disruptivas, e saltos mortais, no espaço-tempo da história. Ao revés duma concepção teleológica da história, a reduzi-la à mera espera; a história qual *Drama*. Ao invés duma narrativa a pôr Ordem ao caos; uma nova *Escrita* da história social. Senão, vejamos. A. Callinicos⁶⁹ inicia à sua

⁶⁹ Alex Callinicos é membro do comitê editorial da revista teórico-política *Internacional Socialism* e correspondente britânico do instituto *Actual Marx*. É membro-dirigente da *Secretaria Internacional do Socialism Workers' Party* e uma das principais mentes do *International Socialist Tendency* da *Third Way*.

obra – *Making History*:⁷⁰ sujeito, estrutura e transformação na Ciência Social – com duas epígrafes que, já ao menos em sua aparente imediatez, restariam em diametral oposição. Por um lado, abre aspas a K. Marx, *N’O CAPITAL*; “Indivíduos são aqui considerados tão-só à medida que encerram personificações de categorias econômicas, tal como portadores de relações determinadas e interesses de classe particulares.” Por outro, cita a Jean Renoir, em *LA RÈGLE DU JEU*, “Todos têm suas próprias boas razões.” As duas orações relacionam-se a escopo e espectro desta problemática, das mais largas amplitudes de onda.

Primeiramente, K. Marx apresenta-se em sua mais austera perspectiva estrutural, aí preocupado em analisar as relações mais objetivas nas quais os seres sociais singulares se encontram, abstraindo, rigorosamente, qualquer motivação subjetiva. Em segundo lugar, tratar-se-ia do diálogo de um filme cuja força essencial residiria, já essencialmente, em reconstruir *empaticamente* os diferentes *motivos-geradores dos indivíduos de dado grupo*. O interesse simultâneo por tais funções aludidas, em cada um dos enunciados – a saber, estrutura social x agência humana –, parece ter aparecido em cena a partir do que muitos apontaram como a progressiva convergência entre as disciplinas de *sociologia e história*.⁷¹ (Um crescente interesse – das chamadas ciências humano-sociais – pela história, como processo, pode ser ilustrado pela adoção do termo *sociologia histórica* – já amplamente difundido –, para classificar às obras, tais como *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*, de Barrington Moore. A atração recíproca – de historiadores, em direção à teoria social – pôde ser já observada em um corpus de publicações sociologicamente imaginativas e, sobretudo, com distintivo grau de *autoconsciência*, por dizer, «teórico-metodológica». Talvez máxima expoente seja *O Queijo e os Vermes*, de Carlos Ginzburg.)

Consideramos, aqui, que uma rica e dinâmica síntese pôde ser operada na história do que alguns comentadores concebem como um *marxismo britânico*, terreno insular ao qual a perspectiva marxista deve muito dos seus ulteriores desenvolvimentos realizados

⁷⁰ A alusão que o título compreende – *Making History* ou «Fazendo História» –, num bem-calculado duplo sentido, dimensiona, a um só tempo, uma teoria da história e a história da teoria, a partir dos conceitos de estrutura e sujeito, em *uma perspectiva marxista* para a questão central da formação histórica enquanto fazimento, perfazimento e, sobretudo, autofazimento; *in-the-making*. Se atentarmos para o quê se chamou uma “crise da crise do marxismo” em geral, e à história do marxismo britânico, em particular – lembremos do título original do já clássico *The Making of the English Working Class*, de E. P. Thompson –, a interação entre o devir histórico e o ofício do historiador ou, em especial, à inter-relação dos termos *História* (Geschichte) e *historiografia* (Histoire), aí poderemos captar a um evoluir dialético – ou uma “elevação do abstrato ao concreto” – que este ex-põe em-si. (Callinicos, Alex In: *Making History – agency, structure & change in social theory*. London: Brill Publisher, 1987).

⁷¹ Como bem apontou Marcelo dalla Vecchia, o nível de análise opera a partir de elevada abstração. Tal contexto intelectual – ilustrado por Anderson e Callinicos – compreende um movimento social

durante o último quartel do Séc. XX. Perry Anderson – considerado enquanto um de seus maiores expoentes – afirmava, já desde os seus primeiros ensaios de juventude, que “o marxismo é a única corrente de pensamento que uniu rigorosamente a análise genealógica e a análise estrutural: é a um só tempo historicismo puro (negação de toda essência supra-histórica) e radicalmente sistêmico (as sociedades são totalidades significativas). Esta síntese continua sendo única.” (Anderson, 1962). Mais tarde veio a asseverar – ainda a este respeito – a propriedade da nomeação à tradição marxista tal *materialismo histórico*. O prognóstico já realizado por Anderson em seu clássico ensaio NTMH – a fertilização recíproca entre teoria e história, no interior do marxismo, como desdobramento ulterior – encontra a seu esteio nos desenvolvimentos do velho Grupo de Historiadores do Partido Comunista da Grã-Bretanha e, subseqüentemente, na formação da nova NLR. Entre os primeiros encontramos Thompson, Hill e Hobsbawm. Entre os segundos destacar-se-iam, além do próprio Anderson, nomes como o de Robin Blackburn e Tom Nairn. *Sem rodeios, vamos ao grão*. A polêmica trazida em meados dos anos 60’ por L. Althusser e E. Balibar – em escrutínio teórico da concepção materialista da história, apresentada a partir d’*O CAPITAL* – despertaria grande controvérsia, em todo o mundo, redefinindo aos termos do debate. Michael Löwy, na França, e Edward P. Thompson, na Inglaterra, podem aí ser apontados como os adversários destacados de tal interpretação althusseriana de Marx, que encontrou grandes entusiastas, entre os anos 60’ e 70’, na NLR. A discussão em torno às teses de Althusser traz, daí, à tona – para além de uma sua conscrição à filosofia, pelo estruturalismo francês – a relação primordial entre Sujeito / Estrutura, questão central para a perspectiva marxiana. Como bem o atesta Anderson, por um lado, tem-se em Marx – no conhecido *Prefácio de 1857* – a lei tendencial ao desenvolvimento das forças produtivas – em contradição com as relações sociais de produção – como uma centralidade fulcral da transformação histórica (estrutura); e, por outro, o papel social da intervenção ativa da agência humana na história (sujeito) é destacado no *Manifesto do Partido Comunista*: “a história das sociedades, até os nossos dias, não foi senão a história da luta de classes”. *Diz*:

A primeira refere-se essencialmente a uma realidade estrutural, ou mais propriamente interestrutural: a Ordem daquilo que determinada sociologia contemporânea chamaria de uma integração sistêmica (ou, para Marx, desintegração latente). A segunda refere-se às forças subjetivas em conflito e confronto pelo domínio das forças sociais e processos históricos: o âmbito daquilo que a sociologia contemporânea chamaria de integração social (que é igualmente desintegração e/ou reintegração). Como se articulam na teoria social do materialismo histórico estes dois diferentes e específicos tipos de “causalidade” e/ou de princípios explicativos? (NTMH)

A suposta dualidade epistêmica⁷² encontraria reflexão enquanto antinomia política: i) economicismo de um lado, ii) voluntarismo de outro. As intervenções de V. Ilitch contra ambas as deduções – dum legado marxista – não se elevaram à necessária universalidade teórico-política, constituindo a intervenções meramente ocasionais, e, sobretudo, práticas, contra as posições neorreformistas/neoanarquistas, no que se refere à questão de *Estado e revolução*. De qualquer forma, aí mesmo se encontraria – a articulação contraditória entre necessidade e possibilidade – o terreno propício para a formulação histórico-concreta da *estratégia revolucionária*; solo para o qual este debate deve ser transplantado, fecundado pela história e, sobretudo, pela intervenção ativa na luta de classes. (Qualquer resposta não-ocasional e não-prática, neste caso, seria menor diante da magnitude inquietante desta questão, central para todos/as aqueles/as que se reivindicam marxistas-revolucionários/as.) Tal qual afirmara Marx (1845), já desde suas *TESSES AD FEUERBACH*: «A questão se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, a saber, a efetividade e o poder, a ceterosidade de seu pensamento. A disputa sobre a efetividade ou não-efetividade do pensamento isolado da práxis – é uma questão puramente escolástica». Desta forma – e já segundo o substrato granítico duma concepção materialista da história – em última instância assevera-se que a prática impõe-se como critério interpretativo – e transformador – ulterior à razão histórica.

A questão da estratégia permanece, ainda hoje, tal como a cinquenta anos, como a esfinge a defrontar o Marxismo no Ocidente. É evidente que a liberdade da democracia capitalista, magra mas real – com suas cédulas e cartas-magnas de direitos sociais –, só pode ceder à força de uma liberdade qualitativamente maior, da democracia socialista, exercida sobre o trabalho e a riqueza, a economia e a família, e bem como sobre toda a sociedade organizada. Mas, como dominar as estruturas – flexíveis e duráveis – do

⁷² Dentro já de uma determinada perspectiva teórica marxista, apesar de (e, *quicá*, contra) Anderson, concebemos a história enquanto um desenvolvimento simultâneo, articulado e inarredavelmente **indivisível** de ambos os processos – a realidade interestrutural e as forças subjetivas –, cuja apreensão lógica exige níveis diferenciados de abstração histórica. Por um lado, i) há um processo de luta de todos os homens (“filogenia”, enquanto gênero) pelo domínio da natureza, pela apropriação da técnica e pelo desenvolvimento tendencial das forças produtivas (natureza/história) e, a um só tempo, ii) tem-se um processo de luta entre os homens (“ontogenia”, enquanto classes) pela apropriação do excedente do trabalho socialmente produzido (divididos estes, antagonicamente, pela forma como se inserem no modo de produção – e em função do *quantum* de riqueza social que se lhes destina cada ordenação societal); iii) a pré-história da humanidade *traduzir-se-ia*, desta forma, enquanto uma síntese dialética da totalidade concreta das lutas de classes, nos diferentes modos sociais de produção (e reprodução) das condições materiais de existência social (sujeito/estrutura) que já se sucederam historicamente. Há que se destacar que a força motriz do trabalho humano – estrutural e historicamente – é profundamente determinante (centralidade “filo-ontogênica”), tanto ao nível das forças sociais de produção quanto no que se refere às relações sociais de produção. Uma concepção marxista da história *AD HOMINEM* não comporta a qualquer redução, a respeito do tema – num ou outro sentido –, seja essa do caráter que for.

Estado burguês, infinitamente elásticas ao se ajustarem a acordos sobre os quais ele imediatamente repousa, e infinitamente rígidas em preservar a coerção da qual ele depende, por fim? Que bloco de forças sociais pode ser mobilizado, e por quais meios, sempre se encarregando dos riscos de desconectar o ciclo mesmo da acumulação de capital nas economias de mercado, intrincadamente integradas? São as questões que nos lembram, constantemente, que o problema da estrutura e do sujeito – estruturas do poder econômico-político colaborativo, sujeitos de alguma insurgência equacionável contra elas – é um problema não apenas para a teoria crítica, mas, também, para o mais concreto, de todas as práticas, sociais e políticas. (AAAG)

A oscilação sujeito/estrutura torna-se decisiva para se autoevidenciar aos critérios essenciais da concepção materialista da história. Um acento diferencial o qual se coloca sobre cada pólo desta contradição em termos – entre necessidade estrutural e vontade subjetiva – leva à sobrevalorização ou das forças/processos produtivos ou das relações sociais/lutas de classes *no bojo mesmo do processo histórico*. Poder-se-ia buscar a gênese dessa *oscilação* na produção do próprio Marx: por um lado, há a atribuição do papel de principal força motriz da mudança histórica à contradição fundamental forças produtivas *versus* as relações sociais de produção; e, por outro, vê-se também um eixo central na intervenção mais ativa do sujeito social – considerando a história e as lutas de classes –, enquanto mediação necessária para a revolução social. Em belíssima metáfora, Arcary (2004) compara o primeiro nível lógico de abstração histórica à força caudal de gravitação que a Lua exerceria, sobre a levada das Marés, enquanto o segundo corresponderia – na imagem adotada – ao fluxo do Vento atuando sobre a superfície das Ondas. O livro que publiciza a última parte de sua tese de doutoramento – *As Esquinas Perigosas da História*. São Paulo : Xamã, 2004 (AEPH) – inicia-se com a *figura de linguagem* de forma literária:

*Dos rios se os diz violentos /
mas silenciam sobre as violentas margens /
que os oprimem.* (Bertolt Brecht)

Da história já se disse que flui como as águas dos Rios. Como as margens mudam de lugar, nunca se sabe ao certo para aonde vão. Nem sempre os rios desembocam nos Mares. (...) Assim são, também, os Rios da história. São revoltos, cheios de curvas imprevisíveis, com quedas d'águas vertiginosas, rápidas correntezas, às quais sucedem a calmaria das águas paradas: que, entretanto, também se movem, lenta, mas irreversivelmente. Às vezes, transbordam para os lados. Não é, portanto, simples [e facilmente previsível] o movimento dessas águas. O vento pode explicar a forma das ondas. É, no entanto, a força gravitacional da Lua – pressão incomparavelmente mais poderosa, porém, oculta –, o que define aos movimentos das Marés. (AEPH)

Arcary (ibidem) considera a relação *sujeito/estrutura* “uma *questão metodológica crucial* e que poderíamos, talvez, enunciar como uma dualidade epistemológica em Marx,

decisiva para esclarecer os *critérios-chaves* do materialismo histórico” (grifos nossos), qual seja, a tensão entre necessidade ou vontade, entre determinismo e livre-arbítrio. Os desdobramentos e a incidência destas diferentes análises na dimensão teórico-política das lutas classistas do movimento social operário foram assim resumidas por Arcary: “Aonde, contudo, se esgotaria a vontade? Quais seriam os limites impostos pelas circunstâncias históricas? No Século XX, *grande parte dos socialistas desiludiu-se com a revolução, e muitos revolucionários não foram marxistas*. Classificações são sempre reducionistas e eliminam, perigosamente, inúmeras mediações intermediárias; mas os participantes destes debates se chamaram, mutuamente, [...] fatalistas e voluntaristas. A maioria dos primeiros se inclinou por posições moderadas, enquanto muitos, entre os segundos, abraçaram perspectivas revolucionárias, ainda e quando ocorreram exceções em cada caso.” (AEPH).

A falência histórica do projeto intelectual de L. Althusser (que Löwy e Thompson, por diferentes caminhos, se o relacionam ao fenômeno do stalinismo) pode ser verificada pela concepção *estrutural* da história como *autoprocesso sem sujeito*, na redução da agência humana a *suporte* – e/ou *apêndice* – de relações sociais de produção e da própria noção de subjetividade como mero constructo da ideologia a interpelar indivíduos. Se é verdade que estudos histórico-concretos se valeram aí de suas ferramentas analíticas, também o é que, partindo de seus pressupostos, tornava-se já (quase) impraticável conceitualizar à própria luta social e política e, tanto mais, *quê dizer então da transformação histórica?* Os pólos opostos de tal *contradictio in subjecto* colocavam-se de forma irreconciliável. De um lado, o que seria uma *dissolução anti-humanista* do sujeito (Althusser, estruturalismo francês e sociologia funcionalista) e, de outro, uma *redução das estruturas sociais* a emanações da subjetividade (Thompson, teoria da escolha racional e tradição fenomenológica). Qual é o papel duma agência humana na formação / eliminação de sujeitos? Como se dá o advento / substituição das suas estruturas? (São os túneis subterrâneos da Velha Toupeira a abrir passagem, sob tremores, de superfície, para os *novos racontres*, de Revolução & História.) «*Os homens fazem história*» – o diz Marx (e ressoa, em eco, o título de Callinicos), em célebre passagem de *O 18 Brumário* – «*mas não a fazem sob condições de sua escolha*». Trata-se ora, sem dúvida, de um dos mais importantes enunciados marxianos acerca da relação entre o sujeito e a estrutura. De qualquer forma, concebe-se aqui as circunstâncias como galvanização assaz *negativa* sobre as razões do agir e, a própria *agência* humana, não logra mais do que um estatuto *teórico* bastante *ambíguo*. Perry Anderson define então – para esclarecer o debate – a *três diferentes formas de agência humana*, com diferentes

objetivos adscritos à atividade de homens «que fazem história». A primeira delas, e a mais típica, tratar-se-ia de uma forma de ação individual na busca de interesses privados como, por exemplo, uma escolha marital, a reprodução doméstica ou os exercícios de qualquer habilidade pessoal. Uma segunda forma de agência operaria no interior de determinadas relações sociais, agora animada por finalidades públicas, tais como as lutas políticas, os conflitos civis-militares e/ou suas negociações diplomáticas. Finalmente, há uma forma historicamente inédita de agência social, que envolve os mais amplos *projetos coletivos de transformação global*. Seus primeiros *embriões* desenvolveram-se na Revolução Francesa e Americana, mas só amadureceram, historicamente, a partir do surgimento do moderno movimento social operário de massas e da teoria política marxista-revolucionária, como esforços sistemáticos para entender passado e presente, e construir a um futuro pré-ideado.

O espectro da autodeterminação – algo mais preciso do que o termo, vago, de “ação” – vem se ampliando, nos últimos cento e cinquenta anos, mas permanece ainda muito menor do que o seu contrário. O verdadeiro propósito do materialismo histórico tem sido, antes de qualquer coisa, o de dar aos homens e às mulheres os meios efetivos para exercer a toda uma autêntica autodeterminação coletiva, pela primeira vez na história. Este é, exatamente, o objetivo da revolução socialista, cuja aspiração é inaugurar a transição, segundo Marx, do reino da necessidade ao ... liberdade. (AWEM).

*Lírica; Dramática; Épica.*⁷³ A resolução deste debate alberga no reconhecimento de que um escopo, mesmo, dos modos de agir humano-societal – e em especial, nesta sua terceira forma, a *autodeterminação coletiva* – depende de *condições históricas*, um tanto *específicas*. O determinismo estruturalista e um historicismo humanista podem, cada qual a sua vez, ser “verdadeiros”. Mas há que se render uma conceitualização teórica adequada a cada nível de abstração histórica, já em sua especificidade. Ambas as fórmulas políticas antagonísticas – a “Althusseriana” e/ou a “Thompsoniana” – são enunciados axiomáticos, igualmente *apodícticos*, e de uma natureza *especulativa* que, em essência, não auxiliam a compreender os limites – e/ou a natureza – de cada empreendimento deliberado, já seja no individual ou coletivo, desde/no interior da *rudeza material do devir*.⁷⁴ Uma verdadeira *aproximação histórica* à questão ocupar-se-ia de *traçar a parábola ascendente de tais empreendimentos; agigantados em escala épica* – em termos de *participação de massas, escopo de objetivos e um amplo raio de alcance* – nos Séculos XX/XXI, a considerar seus níveis iniciais, tão invulgarmente rudimentares, inócuos e quiçá até mesmo escassos. Já a

⁷³ Para a tradição dialética as três esferas interatuam à experiência humana coetânea/coextensivamente.

⁷⁴ V. Ilitch, em menoscabo daqueles que se aferram à letra inamovível “dos autores clássicos” à revelia da impossibilidade de se aplicar às suas ideias as ideias de Gramsci, afirma: “A história não é um jogo de palavras. É uma luta.”

“estrutura social”, a sua vez, i) determina o grau de interdependência da ação humana, ii) sustenta sua própria reprodução ampliada através das *millieux* e das gerações, iii) garante a autonomia das relações sociais relativa aos seus agentes particulares, iv) prevê a um desconhecimento / indiferença acerca de suas dinâmica ou funcionamento interno e v) permite uma série de variações, e matizes, até a extensão dos limites, em marcos já pré-estabelecidos (Callinicos, idem). O materialismo histórico, já em geral, reconhece uma primazia de dois componentes da estrutura social sobre uma agência humana: *as forças produtivas e as relações de produção*, nos quais se inserem sistemas sociais, tais como os ditos *modos de produção* e as suas *formações sociais*. (Um complexo arranjo, histórico e concreto, de «modos de vida», em diferentes níveis de abstração histórica, do âmbito da combinação desigual entre o eixo das forças produtivas e as relações sociais de produção).

Os critérios interpretativos marxistas acerca da aferição das correlações de forças entre as classes sociais em presença, no entanto, não supõe qualquer esquematismo no que se refere à primazia de condições relacionadas às estruturas ou aos sujeitos envolvidos, em *uma determinada análise*. O tempo histórico não é pressuposto em torno à continuidade ininterrupta de eventos sucedâneos, de forma linear, sequencial ou, até mesmo, opaca. Um tempo, assim preconcebido, seria aí inarredavelmente avesso a rupturas, deslocamentos e, portanto, *desconheceria às revoluções*. Os *conceitos de temporalidade*, portanto, não se desenvolvem de *uma maneira homogênea* – desde a perspectiva marxista – dado que a periodização deverá aí considerar desde os parâmetros de **época** histórica, referentes aos circuitos temporais de mais “longa duração”, até os “tempos curtos”, de intensa aceleração da **conjuntura** política. (As aspas, aqui, recolhem inegável inspiração historicista, de *matriz braudeliana*.) Tal é a hercúlea tarefa, assumida por V. Arcary (2000) em sua tese de doutoramento direto, como aponta um seu subtítulo: «um estudo sobre a história dos conceitos de época, de situação e crise revolucionária no debate marxista» (FFLCH/USP). Neste sentido, apresenta-se a *hipótese da inversão* de relações dinâmico-causais – que não operam senão em unidade contraditória e dialética interrelação – ou, enfim, a alternância da primazia de fatores, entre “objetividade” e “subjetividade”. Dentre os mecanismos de mudança social – os mais essenciais – figuram as contradições fundamentais entre forças produtivas e relações sociais, e não só as classes em luta, originadas estas por relações sociais de produção antagônicas. As primeiras sobrepõem-se às segundas, pois que a maior força social de produção é sempre *o trabalho humano* que, por sua vez, constitui uma classe determinada pelas relações de produção e cujos respectivos níveis, contudo,

não coincidem totalmente: resumindo de maneira brutal ter-se-ia que as crises estruturais dos modos de produção **não são** – e, de fato, *nem/não podem ser* – idênticas aos conflitos sociais entre as classes fundamentais, em uma *determinada* ordenação societária. *Os Rios da história*, enfim. Umas e Outros podem fundir-se, ocasionalmente. O início das grandes crises econômicas, tanto sob o Feudalismo como sob o Capitalismo, geralmente pegaram desprevenidas *todas as classes sociais*, ao se derivar das profundidades estruturais que se encontram *debaixo do conflito direto entre aquelas*. Por outro lado, a resolução de ditas crises foi, não poucas vezes, *o resultado de prolongadas contendas entre as classes*. De fato, *as transformações histórico-sociais revolucionárias* – quais sejam, de um modo de produção a outro – são, em geral, o terreno (mais do que) privilegiado das lutas de classes. A *hipótese da inversão* – das forças produtivas, à luta de classes –, não obstante, tem larga tradição no materialismo histórico. Se prestarmos atenção à sua gênese mesma, poderemos prescindir da concepção, falha, de *uma pré-suposta dualidade epistêmica* e, quiçá mais importante, *superar às antinomias políticas* daí decorrentes. Já desde o *Manifesto do Partido Comunista*, 1848, ocorre forte inflexão política e epistemológica nos fundadores da ciência histórica, atentos que eram ao próprio *subjecto* de estudo da disciplina recém-inaugurada. Sob a avassaladora iminência de assim-chamadas revoluções sociais-políticas européias *quarantottescas*, ocorre um acerto de contas com o período de juventude – de forte acento hegeliano –, no qual a dimensão prática era afirmada tão-só teoricamente. A necessidade da revolução, afirmada desde *AD FEUERBACH*, aparece ainda em seu momento abstrato n’*A Ideologia Alemã*, ao nível de forças e modos de produção. A luta de classes aparece então como *resultado de um movimento histórico que dela independe*, a partir da contradição entre as forças produtivas e as formas sociais de intercâmbio (o conceito de relações de produção se postava, ainda, tão-só *em ato*). O determinismo de tal análise se refere, antes, ao altíssimo grau lógico de abstração histórica, operando, aqui, ao nível “de épocas e continentes”, no sentido de divisar, ao longe, definições absolutamente gerais das principais coordenadas espaço-temporais da transformação histórica. Da preocupação “de longa duração”, em historicizar/historiar a sucessão de diferentes modos de produção, até a precisão de todo um método de análise que especificasse daí “o tempo curto” – *uma situação*, marcadamente, *mais concreta* – depreende-se aí a necessidade de uma cada vez maior aproximação ao *subjecto* de estudo. E, no interior deste movimento, um nexos entre forças produtivas e relações de produção é interiorizado ao processo produtivo de um modo específico de produzir (e reproduzir) a vida material: o sistema do capital. A luta de

classes n' *A Miséria da Filosofia* já não é *exterior* ao movimento aludido, mas eixo-diretor e, momento constitutivo, deste mesmo. A já célebre afirmação da luta de classes como *principal força motriz da história* não tardaria. A teoria, e finalmente, sofrera já uma significativa *inversão prática* (Rossi apud Bianchi, 1998); *consciência máxima* dum beco histórico de pugna; *entre um novo e o velho*. Mas o que haveria possibilitado o vínculo orgânico entre teoria e prática? Não há resposta para o mundo dos homens exterior à sua própria história. As lutas de classes mesmas abriram o caminho para a possibilidade de unificação entre as massas proletárias em movimento e uma crítica marxista à Ordem do capital. Isso se considerarmos a gênese mesma do próprio materialismo histórico – para além “das cabeças” de Marx e Engels – enquanto objetivação teórica do ponto de vista social “dos pés” os mais avançados da nascente classe operária moderna, em processo de formação histórico-social já desde o século XIX. A premissa central da unidade dialética entre teoria e prática – ou, mais precisamente, do vínculo orgânico entre teoria marxista e movimento social revolucionário de massas – configura-se, historicamente, a partir da *presença em cena* do proletariado moderno. A concepção marxista da história, na “própria tentativa de se aproximar de uma verdade geral da época”, envolveria a superação de “cegueiras e obstáculos cognitivos” e a identificação de “avanços [teóricos] e [novas] descobertas” (NTMH) no percurso da história da teoria. Por outro lado, sua respectiva teoria da história estaria indissolúvelmente imbricada, caso aspirasse a ser real, em complexa trama de lutas sociais. (Ainda segundo Anderson, a historiografia marxista teria tal resorte fundamental documentação segundo normas de controle de evidência concreta). De quebra, e tal como já vimos, a algumas páginas, o marxismo, constituir-se-ia enquanto:

uma teoria de fato autocrítica e capaz de explicar a sua própria gênese e metamorfoses. (...) os requisitos para uma reflexão marxista sobre o marxismo devem ser duplos. De um lado, o destino do materialismo histórico, em qualquer período dado, precisa antes de tudo ser situado dentro da intrincada trama das lutas de classes nacionais e internacionais que o caracterizam, e cujo curso deve ser apreendido pelos seus próprios instrumentos de pensamento. A teoria marxista, buscando a compreensão do mundo, sempre pretendeu uma unidade assintótica com uma prática popular que tenta transformá-lo. A trajetória da teoria, portanto, tem sido sempre determinada primariamente pelo destino desta prática. Inevitavelmente, qualquer relato sobre o marxismo (...) será antes de tudo uma história política de seu ambiente externo. (...) Mas, ao mesmo tempo (...) tal avaliação deve confrontar os obstáculos e bloqueios internos da teoria na sua própria tentativa de se aproximar de uma verdade geral da época. (...) Uma história interna – de cegueiras e obstáculos cognitivos, assim como de avanços e descobertas – é essencial para uma real averiguação dos caminhos do marxismo (...). (NTMH)

O que se considera a uma **autodeterminação** da agência humana – enquanto *novo padrão* de agir social histórico, independente e de massas, por sobre as estruturas sociais – fora inaugurada pelo *moderno movimento social operário*, sendo este *o sujeito em cena* que realmente *deu origem* a esta *nova prática* para a *transformação histórica*. A partir do surgimento da concepção materialista da história – o quê Marx e Engels denominavam “socialismo científico” –, os projetos coletivos de transformação social total se irmanaram, por primeira vez na história, com seus esforços sistemáticos por entender os processos do passado – e do presente – e, daí, então, produzir *um novo futuro* (pré-ideado de forma historicamente inédita e autoconsciente). A Revolução Russa é, a este respeito, a própria encarnação de *um novo tipo de história*, personificada esta em uma *forma social* de ação histórica independente de massas já sem quaisquer precedentes conhecidos. Que este ciclo histórico de revoltas sociais e políticas tenha sido sucedido pela degeneração burocrática, a bonapartização estatal e, enfim, o Golpe da sua *des-sovietização* (e, *depois*, que a casta burocrática tenha restaurado o capital – e sem nunca abdicar da forma política “partido comunista” – para então, por fim, converter-se em classe dominante a partir do próprio *Politburo*) não diminui a magnitude de um seu processo histórico. Em qualquer caso, o *transcrescimento social do potencial revolucionário* – de ação histórica independente de massas – segue ainda tal qual uma *possibilidade efetiva* no alvorecer do Séc. XXI. Daí a insípida máxima de «liberdade», familiar à república burguesa, ser constantemente reproduzida – sem quaisquer adversários à altura – pela ausência radical de democracia proletária na ex-União Soviética burocratizada, cujas ditaduras stalinistas sob sua zona de influência no Leste Europeu lograram o quê Anderson denomina o «mínimo infernal». “Não temos aqui espaço para investigar os efeitos de cinquenta anos de stalinismo: sua importância é enorme para compreender o complexo sentido histórico da democracia burguesa hoje.” (AAAG) O materialismo histórico traduzir-se-ia, a um só tempo, como teoria da história e crítica do capital, a expressão necessária de síntese dialética entre um programa teórico marxista revolucionário (consciência) e um movimento social proletário de massas (espontaneidade). Em seu primeiro aspecto – teoria da história –, subministra o conhecimento causal do passado (e do presente) em vistas de iluminar à luta mesma por um futuro livre, dotando aos sujeitos sociais de meios *estrategicamente viáveis* para um *objetivo possível* (o socialismo). No segundo – crítica do capital –, não só aporta razões ético-sociais para se opor ao mesmo e sua Ordem como, além disso, deve explorar o ideal imaginativo a um necessário mundo emancipado, para além do capital. De sua *idéia*

antecipadora (teoria) a objeto real (movimento), dialeticamente, *o espírito se faz carne*. Trata-se, por fim, de superar o *divórcio estrutural* entre o materialismo histórico e as massas operárias – ocorrido desde a geração de V.Ilich e Luksemburg; Gramsci e Trotsky – para transformar, entre o proletariado avançado, das democracias capitalistas, teoria em revolução. Ou em poucas palavras, para se intervir ativamente nas crises “das alturas” – consubstanciando-as de fato em um movimento social, real, de massas e *extraparlamentar* – *não há outra alternativa* senão superar Outra crise: a crise de direção revolucionária dos “de baixo”. Um terreno propício ao bom combate às ilusões sobre dada condição não se sintetizaria nelas mesmas mas, antes – e se algo aprendemos, com a máxima marxiana –, é *indivisível* à respectiva condição que lhes servem de baluarte material. (Aqui se afirma a *necessidade social* – a fórmula política da **frente única** – *para uma tal ofensiva socialista*.) Marx foi quem afirmou de maneira inequívoca que as armas da crítica não podem, de fato, substituir a crítica das armas; a força material teria de ser deposta por força material, mas a teoria também se converteria em força material *uma vez que apoderada dos homens*. A teoria é daí capaz de *se apossar dos homens* desde que demonstre a sua verdade face ao homem, desde que se torne, para todos efeitos *radical*. Ser *radical* é atacar o problema em *suas raízes*. Para o homem, porém, a raiz é o próprio homem, *i.e.*, a sua *autodeterminação*.

Muito uso (e abuso) se fez da *metáfora do edifício* (“Base-Superestrutura”), do já clássico *Prefácio de 1857* de K. Marx. Ocorre que há diferentes interpretações, no interior da tradição marxista, sobre um tal cânone de investigação histórica. O marxismo – como uma já *amplíssima* perspectiva teórica e política, inserida esta num complexo conceitual *necessariamente* aberto e inconcluso – comporta a uma larga diversidade em sua própria história. Não parece produtivo, nesse sentido, tentar aferir o que seria, afinal, “uma análise tipicamente marxista”. O cotejamento mesmo de toda uma Ortodoxia marxista – em seu potencial crítico e revolucionário, como concepção de mundo *autônoma e onnipotente* – não deveria coexistir com um “marxímetro” (expressão, brincalhona, usada por Werneck Sodré) pretensamente capaz de medir o grau de “fidelidade” *em relação a textos clássicos*. A velha metáfora marxiana (“base-superestrutura”) indicava tanto mais uma linguagem anunciativa, em pleno desenvolvimento do combate intelectual à filosofia alemão, do que uma enunciação epistêmica em torno a teses e conceitos já definitivamente articulados entre si, numa nova concepção de história. Daí que tenha originado diferentes angulações de desenvolvimento. Algumas delas com maior e outras com menor (bem menor, digamos *sem maiores pudores*) fortuna e/ou recepção crítica. Entre estas, uma corrente tornou-se

circunstancialmente hegemônica ao afirmar a derivação quase direta de um (pré) suposto “reflexo” superestrutural e oculto (ideológico) que uma “base” infraestrutural e revelada (material) determinaria – em um movimento algo unilateral, já carente de mediações e, conseqüentemente, de sentido. Entre os muitos marxistas que se revoltaram contra um determinismo estruturalista temos a V. Ilitch e Trotsky, Luxemburgo e Thompson, entre tantos/as. Em Gramsci encontramos à negação dialética a tal determinismo: *não é verdade* que a filosofia da práxis “separa” a [base] estrutura das superestruturas, pelo contrário, concebe a seu desenvolvimento tal como intimamente vinculado e necessariamente inter-relacionado e recíproco. No revolucionário sardo há um considerável guia de análise, no caso *deste debate*. O autor funde os textos marxianos de teor teórico-metódico – como, em especial, o *Prefácio de 1857* – e de análise histórico-orgânica, tal qual *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. O seu *ponto de partida* à argüição, é a metáfora arquitetônica do edifício:

[...] Na produção social da sua existência, os homens contraem relações determinadas, ... independentes da sua vontade, relações de produção, que correspondem a dado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base [social] real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas determinadas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona a existência social, política e intelectual em geral. Não é a consciência do homem que determina a sua existência. Em determinado grau da sua evolução, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que não é senão uma expressão jurídica disso, com as relações de propriedade em cujo seio se tinham movido até então. Estas relações transformam-se de formas de desenvolvimento das forças produtivas em seus entraves. Abre-se então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a imensa superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Ao considerarmos estas transformações, é sempre preciso distinguir entre a transformação material das condições econômicas de produção, susceptível de ser constatada de modo cientificamente rigoroso, e as formas jurídicas, políticas, religiosas ou filosóficas, numa palavra, ideológicas em que os homens tomam consciência deste conflito e o dirigem até ao fim. Assim como não se julga um indivíduo pelo que ele pensa de si próprio, também não se pode julgar uma tal época de revolução pela consciência que ela tem de si própria, é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. Uma formação social nunca declina antes que se tenha desenvolvido todas as forças produtivas que ela é suficientemente ampla para conter e nunca surgem novas relações de produção superiores antes de as suas condições materiais de existência se terem gerado no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade nunca se propõe senão tarefas que pode levar a cabo, já que, se virmos bem as coisas, chegaremos sempre à conclusão de que a própria tarefa só surge se as condições materiais da sua resolução já existem ou estão, pelo menos, em vias de se formarem. (*Prefácio de 1857*, várias edições, s/d.)

Trata-se, aqui, de destacar a dois princípios *indissociáveis*. São eles: i) o princípio *objetivo* da contradição entre relações sociais de produção e forças produtivas e, ainda, ii) o princípio *subjetivo* da maturação das condições político-ideológicas de resolução desta contradição. Ou – como diria a «velha guarda» – as “condições objetivas” e as “condições subjetivas”. Um primeiro se expressa em que uma formação social jamais desaparece sem antes desenvolver a todas as suas forças produtivas (condições objetivas) e inspiraria um ***pessimismo da razão***. Já o segundo aponta que a humanidade só se coloca problemas para os quais se encontra apta a resolver (condições subjetivas) e daí suscitaria um ***otimismo da vontade***. (Se nos permite Rosa Luxemburg, a evocação-relâmpago: «*um olho que ri, um olho que chora.*») Gramsci – considerando a *época histórica* em que vivemos, na qual a humanidade já se coloca um «problema» para o qual existem *condições materiais de resolução* – destaca ao nível da análise referente ao *segundo momento*. Trata-se de **revalorizar o lugar *par excellence* da vontade humana, posta em movimento, enquanto consciência ativa das necessidades históricas**. Uma insistente recorrência, de Gramsci, ao *Prefácio* – o textículo, da “base-superestrutura” –, justamente o referencial tomado pela maioria das leituras deterministas e estruturalistas do marxismo que vicejaram também em seu tempo, revela um debate em torno à justa relação entre teoria e movimento (filosofia e práxis). A partir dum tal *Prefácio* Gramsci – em famoso apontamento de seus *Quaderni*, sobre «*Análise de situações e relações de força*» –, destrincharia aos diversos momentos constitutivos da realidade social e econômica. Trata-se de investigar até aonde os vários marcos de análise atém-se ao terreno contingencial e em que medida pode-se afirmar que *ultrapassam* – ao menos embrionária, inicial e tendencialmente – o nível das conjunturas sociais, políticas, econômicas e culturais imediatamente presentes situando, tal Gramsci, um nexos histórico-dialético entre os movimentos de Ordem *ocasional e orgânica*. O que é o orgânico (objetivo/estrutural) e o ocasional (subjetivo/conjuntural) em uma determinada situação (e sua respectiva relação de forças)? A análise concreta de situações e relações de forças deve – em sua interpretação – considerar tendências históricas de “longa duração” e de “tempo curto”, bem como a sua recíproca (e ininterrupta), interação dialética, *em devir*.

O erro em que se incorre freqüentemente nas análises histórico-políticas consiste em não se saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional. Chega-se, assim, ou a expor enquanto imediatamente atuantes causas que, ao contrário, atuam latentemente, ou a afirmar que as causas imediatas são as únicas causas eficientes.

Num caso, tem-se excesso de economicismo (doutrinarismo; pedante); no outro, excesso de ideologismo. Num caso, superestimam-se as causas mecânicas; no outro, exalta-se o elemento voluntarista ou subjetivo (*a distinção entre movimentos e fatos orgânicos e movimentos/fatos de conjuntura ou ocasionais deve ser aplicada a todos os tipos de situação, não só àquelas em que se verifica um processo regressivo ou de crise aguda, mas àquelas em que se verifica um processo progressivo/de prosperidade e àquelas em que se verifica estagnação das forças produtivas*). Gramsci distingue três níveis à análise da correlação de forças: i) o econômico, ii) o político e iii) o militar. O primeiro vincula-se à estrutura objetiva das forças materiais de produção, podendo ser analisadas à luz dos “métodos das ciências exatas”. O segundo estima um grau de experiência, consciência e organização das classes sociais – que pode variar de um estágio *econômico-corporativo*, ao de “solidariedade de interesses”, até a *consciência política*. Já no terceiro coloca-se o problema fundamental e decisivo da *insurreição revolucionária* – a “classe-para-si” como consciência socialista, *auto-adjudicada em ato* – subdividindo-se nos momentos “técnico-militar” e “político-militar”. (O material histórico que Gramsci tem em mente são os casos da Revolução Francesa e Russa, e não as “revoluções em abstrato”. Aqui interessam, sobretudo, os eixos/momentos de passagem do nível “econômico” ao “político”, do ponto de vista de *uma* concepção marxiana *permanentista* do processo *revolucionário*.) Ao final, seu percurso, de “elevação do abstrato ao concreto”, em Gramsci – e depois de um largo caminho, *prenhe de mediações* – coloca-se-o nos seguintes termos, em princípios: i) o de que *nenhuma sociedade assume a encargos para cuja solução ainda não preexistam as condições necessárias e suficientes*, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; ii) o de que *nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver/completar todas formas de vida implícitas* desde suas relações. A proposição de que uma sociedade não se coloca diante de si problemas para cuja solução ainda não existam as premissas materiais é **questão fulcral** de *formação duma vontade coletiva* que *depende imediatamente desta proposição*. Analisar, criticamente, seu significado, implica inquirir como se formam as vontades coletivas *permanentes*, e, como as *tais vontades* se propõem a objetivos, imediatos, e mediatos concretos, isto é, a uma linha de *ação coletiva*. Nos parece que a revalorização crítica do *Prefácio de 1857*, presente mais em A.Gramsci que em G.A.Cohen ou S.Timpanaro é uma chave heurística importante para colocar bom termos a esta importante discussão originada dos anos 70 do marxismo inglês e mundial a respeito do que se convencionou chamar enquanto polêmica entre determinismo / vontade.

iv CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Quão importante fora – o papel das ideias – nas convulsões que marcaram grandes mudanças históricas? São elas meros epifenômenos do material, de grande profundidade e processos sociais ou possuem um poder autônomo decisivo como forças de mobilização?” (Anderson, 2007, p.401). Os *contrastos* e *predições* de uma tal *milieu*⁷⁵ são *esclarecedores*. O enunciado *formal*, e o que traz em si de questões centrais e eixos de interrogação; *falam*. As marcas *produtivas* de um projeto e de uma formação passam por um processo de *fusão alquímica*; certas *afinidades eletivas* que sintetizam às peculiaridades de seu modo de ser. Os *modos* de pensar e agir de um autêntico *círculo* de cultura coletivo e sua *grupalização efetiva* d’*além-muros* do sistema universitário, em determinado lugar e em uma certa hora, isto é, justamente o *momentum* em que se perguntaram: *para onde vamos?*; *quê horas são?* Há tempos – os *lapsos memoráveis* – que, em poucas semanas, põem em questão a séculos inteiros. São as *horas históricas* privilegiadas de *racontre* entre uma exasperante lentidão, estruturante e secular – a *continuidade* –, e uma ocasião, aguda, de turbinação conjuntural, qual seja, uma *ruptura*. Como nos ensina aquela Londres de 68, o tempo histórico pode ser *acelerado, fragmentado e convulsionado*, tanto mais e quando se combinam a erupção de uma práxis – político-social – de autodeterminação operária, rebelião estudantil e combate teórico-político, enfim, a *toda forma histórica de opressão social/exploração econômica*. Consoante à cadência súbita, imposta pela gênese de um novo *sujeito coletivo*, a explosiva primavera social irrompia à lógica das formações sociais forjadas sob a permanência das mais modernas casamatas e tradicionais fortalezas da Europa do capital. Uma impetuosa onda de crise revolucionária varre, *como rastilho de pólvora*, o velho continente de Paris a Praga, de Berlim a Turim assombrando, tal um espectro inarrestável, à classe proprietária. Mas face à dimensão épica da greve geral francesa e à revolta *antistalinista* tchecoslovaca, por que figuraria a «*Peculiaridade dos Ingleses*» como digna da memória *setantottotesca*? Uma vez mais recorreremos à imagem-metáfora *caiçara*, do curso das *águas em movimento*.

⁷⁵ Gualtiero Marini (Anpocs / Lindoia, 2012, p. 196), *In: MARXISMO E SOCIOLOGIA: Georges Sorel et «Les Théories de Mr. Durkheim»* (1895), analisou ao nascimento, em França, de uma nova sociologia, profissionalmente definida, tal qual uma das respostas à crise social e política que eclodia na Europa Ocidental de finais do Séc. XIX. Ao mesmo tempo, este novo curso da sociologia – inspirado pelo *pensée*-E. Durkheim – é forçado a lidar com a afirmação da teoria marxista introduzida, no país, pela *figura poliédrica* de G. Sorel, através de várias iniciativas políticas e editoriais / tradutório-jornalísticas *em senso dialético-integral*. O artigo supra, a crítica de idéias soreliana às últimas elaborações de seu compatriota, revela como certa Ortodoxia marxista característica deste momento da *demarché* de Sorel leva-o a desenvolver uma série de interessantes objeções, a uma recém-nascida sociologia acadêmica, durkheimiana, e qual seria “o grau de acordo que o rigor metodológico de Durkheim estaria disposto a admitir à teoria soreliana” (idem, *ibidem*). G. Marini elaborou uma síntese sobre a obra de Sorel.

Como já vimos *interatuam dramaturgicamente* um nível mais abstrato de análise à força caudal de gravitação que a Lua exerce sobre a levada da Maré enquanto o Outro – já mais concreto – corresponderia, na imagem adotada, ao fluxo do Vento atuando sobre a superfície das Ondas. À Europa Ocidental de 1967 a 1975 viraram-se múltiplas e diversas «*esquinas perigosas da história*». Se, por um lado, uma imponência do 1968 italiano ou alemão em muito supera seu equivalente cronológico inglês, por outro, bem sabemos que a concepção marxista da história não admite cárcere positivista em tão-estreitas chancelas espaciais e/ou temporais. O tal percurso, acima aludido, parte da lenta temporalidade da *estrutura* social das classes – uma rígida Ordem do capital, tal qual ela se nos apresenta, independentemente de nossas vontades – até o ritmo frenético das barricadas do *Quartier Latin*, no qual ganha relevo o que se trata de uma *relação* política de forças e, sobretudo, a *práxis revolucionária*. Uma verdadeira onda internacional de insurreições populares teve lugar nos pontos nervrágicos da acumulação de capital nessa vaga revolucionária mundial a qual, apesar de ter naquela Paris seu epicentro insurrecional, em muito extendia-se *para além de ambas as margens de um Rio Sena*. O operariado italiano lançaria uma escalada grevista com uma força inédita em 1969; eclodiria, em 1974, uma vibrante Revolução dos Cravos, a falar o idioma da *última flor do Lácio* e, desde o *ensaio geral* de 1972, era a vez da *English working class* pôr, em marcha, à sua mais bem-sucedida ofensiva industrial. *A Maré cheia* – que possibilitara uma prova histórica real à tendência de *síntese* entre teoria marxista e política do trabalho nos centros nervosos do mundo do capital – *aportaria daí ao Outro lado do Canal da Mancha*.

A tradicional Maria-Fumaça da velha Nova Esquerda e a moderna *Rive-Gauche* marxisteletrizante da NLR, sob *novo comitê de redação*, estavam nos trilhos quando foi acionado um *freio de emergência* neste abrupto *Eurochannel* insular-continental. Dessa feita, não fora necessário insistir sobre a importância de um olhar d’além fronteiras. A um só e mesmo tempo, uma supremacia militar de Washington revelava historicamente sua vulnerabilidade, frente à Ofensiva-Tet, e a burocracia estatal de Moscou punha a nu suas contradições, em meio à Invasão da Tchecoslováquia. Revoltos Mares da História foram então atravessados, «*como uma quilha corta as ondas*», quando a grande voga de revolta estudantil em 1960’ anunciou a entrada em cena de massivos batalhões sociais operários e populares na Europa Ocidental, em uma forma histórica antes testemunhada tão-só desde os célebres *Conselhos Spartakistas* e o *Bienio Rosso* dos anos 20’. Contudo, não se pode dizer acuradamente que tais eventos tenham surgido *qual raio em céu azul*. Um ano antes

do movimento parisiense, eclodira a longa ocupação universitária na tradicional *London School of Economics* e uma vasta – e combativa – manifestação contra a Guerra do Vietnã. «Até este ano a Grã-Bretanha, e quiçá exclusivamente, careceu de qualquer movimento estudantil significativo. Durante os últimos quinze anos, grupos de estudantes britânicos desempenharam um papel ativo, senão predominante, na agitação sobre o Canal de Suez, campanhas antirracistas e anticolonialistas e, mais auspiciosamente, na Campanha pelo Desarmamento Nuclear. Mas nenhum deles refletiu nada que pudesse ser nomeado uma *específica* consciência estudantil.» (JONES, G. et al. *Student Power: What is to be Done?* *New Left Review*, 1967, grifos no original).

A modernização conservadora, das *sociabilidades inglesas*, operada pelo governo *labourista* – o qual, diga-se, apoiou à guerra imperial, e desferiu duros golpes às classes trabalhadoras –, exigiu-lhe a expansão social de modo a massificar um até então altamente elitista sistema educacional britânico e, com muitas contradições, consolidar a um vasto complexo de comunicações, já altamente desenvolvido. Em meio, aí, a uma superexpansão *scholar*, em tudo *precarizada*, maciços contingentes de estudantes universitários – e em detrimento da cultura acadêmica que reinava nos *campi* – foram levados, muitos deles advindos de origem social subalterna e periférica – como um jovem galês ou um católico irlandês o são, no interior do Império Britânico –, a um penetrante e acelerado processo de resistência e luta contra a autoridade despótica do sistema disciplinar «*in loco parentis*»,⁷⁶ em uma superresiliente institucionalidade política. Em um ensaio publicado no verão de 1968 na NLR, o mais destacado expoente da chamada segunda geração da Nova Esquerda anglossaxônica prenunciava às características mais centrais que a rebelião estudantil em voga possivelmente assumira na Inglaterra: i) o desafio direto ao autoritarismo doméstico, ii) a solidariedade ativa e contra o imperialismo no exterior, iii) a batalha contra a cultura reacionária inculcada nos institutos e universidades, e, iv) a aliança operário-estudantil para, então, passar a inventariar ao que chamou de *The Components of National Culture*. Não se trata de detalhe menor notar que, ao fazê-lo, o vinteanista P. Anderson começou a seu devastador ensaio de interpretação sociológico-marxista, do quadro mental do Império Britânico em presente *crise*, desvencilhando-se – praticamente *a cotoveladas* – de uma das contribuições centrais da velha guarda da primeira *New Left*, qual seja, a sua *concepção de cultura* tal como um modo de vida, cotidianidade e tradições sociais operárias e populares.

⁷⁶ A vida privada do estudantado era então devassada pelas autoridades *scholars* britânicas em comitês disciplinares os quais agiam «*em lugar dos pais*» – tal como o atesta, a terminologia jurídica latina – entendendo-se então a situação familiar e a intenção de controle e disciplinares de autoridade da família.

(Lido, com o benefício de um distanciamento histórico-crítico; salta aos olhos *uma miopia político-cultural* de tal feito justamente *no caldo de cultura à época*. Após os tais eventos, extraordinários, parte do conselho editorial se lançou – de forma inédita – ao movimento social estudantil tomando daí a uma série de iniciativas sociais/políticas extrajornalísticas.)

Os elementos se combinaram *ipso facto* a uma escalada universitária que precedeu, imediatamente, à edição deste artigo. Não só a autoridade acadêmica fora enfrentada pela impenitente luta estudantil como esta se vinculou a um movimento anti-Guerra do Vietnã, cujas manifestações políticas assistiram, a sua vez, à dura repressão *labourista*. Os textos publicados na revista a este respeito – sob uma sintomal insígnia, de *Student Power* – refletiram a um fenômeno de *radical politização* de significativas frações da *intelligentsia* britânica. Um espírito social de rebelião estudantil – quase sempre – não é pontualmente acadêmico, nem estreitamente político; mas torna-se uma contestação global dos valores e crenças pelos quais se se consolida a uma determinada Ordem estabelecida.⁷⁷ O moderno movimento estudantil contemporâneo assumiu a diferentes sistemas de reivindicações: i) corporativo-acadêmico (pelas condições de ensino e direitos estudantis tais como moradia, alimentação, transporte, edifícios, instalações); ii) político-social (defesa de liberdades públicas, contra as ditaduras civis-militares, os decretos governamentais etc.); iii) cultural (liberdades individuais, orientação sexual, modo de vida, cotidianidade e cultura jovem); iv) solidariedade ativa (aliança antiimperialista contra a metrópole, aliança anticapitalista contra as burguesias, campanhas antiopressão sexual, racial e/ou homofóbica etc. etc. etc.). As demandas *econômicas*, por bolsas universitárias ou controle estudantil, dariam lugar a um *giro*, assaz *político*. Em um texto de combate, sob pseudônimo literário, o colaborador mais próximo do Secretário de Redação da NLR exortava – inspirado no guerrilheirismo foquista de R. Debray – ao avanço de «bases vermelhas» nos *campi* comparáveis, segundo o autor, aos *soviets operários e populares*, na Rússia de 1917, e aos *territórios livres*, da China, nos anos 1930. Segundo certo J. Wilcox (R. Blackburn) as universidades britânicas constituiriam – seguindo Lenin – «o elo mais fraco» da sociedade e da cultura britânicas. Sob a pressuposição de um *fetichismo* soviético ou *voluntarismo* maoísta havia uma forte *tendência* política e social de viés, claramente, *substitucionista*. (*Two Tactics*, NLR, 1969.) Vale dizer que os riscos presumidos – demissões e prisões – foram plenamente assumidos.

Enquanto Perry Anderson argumentava por uma política revolucionária operante *no interior da cultura britânica*, Robin Blackburn sugeria a reconversão de recém-bases

77 A tal propósito remeter-se à discussão de A. H. H. (1969) sobre a cultura da inteligência e estudantil

vermelhas em alavancas, da luta estudantil, para o embrião da criação de «poder popular». Uma breve recensão factual mostrar-nos-ia que, um 1968 inglês, não foi algo menor ou, sequer, acessório. A Inglaterra inicia o 1968 com cortes maciços do governo labourista de Harold Wilson – já em seu segundo mandato – na previsão orçamentária para o ano; há o subsequente *sentença*,⁷⁸ de 250 estudantes, à Aston University. Mais de 3 mil estudantes de Liverpool, Leeds, Bristol, Keele e Manchester cercam a Prefeitura de Sheffield coreando «*Fora Wilson!*», por causa do Vietnã. Milhares marcham em Londres contra as leis anti-imigração; a Leicester University fora ocupada. O 1968 inglês assistiu à eclosão de uma greve das maquinistas tecelãs da Ford – a qual inaugurou o movimento de trabalhadoras, por salários iguais – e à primeira Marcha de Enfermeiras, enquanto a Irlanda do Norte vê nascer o movimento de massas por direitos civis. Dois importantes intelectuais críticos – tal qual Ralph Schoenman e Tariq Ali – são deportados, ou quase. *E o mais estava por vir*. A longa ocupação da LSE em 1967 – em protesto à nomeação, enquanto diretor, de um ativo apoiador do regime racista em Rodésia (Zimbábue) – marca aos primórdios das mobilizações estudantis na Grã-Bretanha seguindo-se daí uma série de *ações diretas* nas faculdades, em 1968. Outro indício de *radicalização política*, entre a *esquerda marxista*, foi a publicação – e no mesmo ano – do *May Day Manifesto* por personalidades tais como Raymond Williams, Stuart Hall e Edward Thompson. Apesar de seus limites e vacilações o *Manifesto* refletia a uma genuína aversão às políticas levadas daí a cabo pelo Governo Wilson, um breviário de suas ilusões *labouristas* e, quiçá o mais importante, se expressava socialmente a *formação* – no plano das ideias – de *uma milieu socialista*. A Campanha de Solidariedade ao Vietnã fora encabeçada centralmente por Internacionais trotskistas, tais o International Marxist Group e International Socialism inspirados em E.Mandel e T.Cliff.⁷⁹

⁷⁸ Um *sentença* é uma forma de ação direta que envolve um grupo de protestantes que ocupam uma área para demonstração, no mais das vezes, voltados para uma mudança social, política e/ou econômica. Os manifestantes costumam sentar-se, ou deitar-se, em uma localização estratégica e assim permanecem até que sejam expulsos, geralmente por um ato de coerção, ou até que seus reclamos sejam atendidos. Historicamente, os *sentenças* causam perturbação e levantam questões que chamam daí a atenção para o protesto. A desobediência civil não-violenta já foi capaz de despertar a simpatia de amplos setores, e eventualmente levou à aprovação da *Lei dos Direitos Civis* – de 1964 – que acabou com a segregação racial legalmente sancionada nos Estados Unidos e, também, à aprovação da *Lei dos Direitos de Voto*, de 1965, que derrubou às barreiras racialmente-motivadas usadas para o voto censitário a não-brancos. Sua generalização durante os anos 60/70, porém, levou parte dos novíssimos movimentos sociais alter-mundialistas, com inspiração no neoautonomismo alemão, a criticar, questionar e negar a *toda* forma social e política de ação *não-violenta* e, ao fim e ao cabo, à criação de *Schwarzer-Blocks / Black Blocs*. Tal debate sobre programas e estratégias assim como metodos e táticas, já constituiu o centro da vida da NLR, independentemente de erros ou acertos.

⁷⁹ Dele, juntamente trotskistas, como há de se esperar inglês, como quando se trata de questões políticas no Reino Unido.

A realocação destas face a uma nova plataforma política, então a principal forma organizativa assumida pela juventude antiguerra, fora decisiva para seu desenvolvimento. Por detrás do aparente crescimento econômico e da prosperidade material acumulavam-se muitas contradições sociais, políticas e culturais *não-resolvidas* – além de novos conflitos, decorrentes da industrialização e da urbanização aceleradas –, pondo insuportável pressão histórica e social sobre as já velhas e arcaicas instituições da superestrutura grão-britânica. O movimento estudantil – *além de uma jovem intelectualidade socialista* – prepararia ao terreno, aí, para uma inaudita ofensiva industrial da classe trabalhadora inglesa. Em 1972 o país assiste a um Piquete de Saltley, onde mineiros e engenheiros unem-se em ações de massas. A ameaça de greve geral, neste ano, força à libertação dos estivadores presos sob as leis antissindicais do governo conservador. Em 1974 outra greve da mineração derruba ao Governo Tory – é a primeira vez que, na História da Inglaterra, uma ação grevista traz abaixo a *um governo eleito* através do sufrágio universal – realocando o partido *labourista* ao Poder neste país. (O revisionismo histórico sobre a vaga revolucionária mundial destes *anos das barricadas* grassejou por toda a parte na Europa e teve, em N. Sarkosy,⁸⁰ 2007, seu *principal baluarte* mundial.) À revelia de muitos, o elemental pressuposto marxista de que o proletariado moderno representa *a classe revolucionária por excelência* da época imperialista assistiu a uma real *vigorosa síntese* pelo “veredicto da história”. A *situação revolucionária* aberta no Velho Mundo – «detonada», esta, pelos movimentos estudantis – assumia a contornos clássicos, já em várias formações sociais particulares, com um pleno sentido de *autodeterminação* soviética, e voltando-se, paradoxalmente, contra as mesmas instituições que reclamavam *sua herança formal*. (Sobre uma tal Europa pode-se afirmar, guardadas às diferenças, que a teoria marxiana da revolução permanente *saltara* dos livros para tomar uma *forma* histórico-concreta; em ocupações, greves e atos de autêntico novo porvir nos diversos elementos indiciados pela pena de um L. Trotsky: i. a ponte entre as *unas* reivindicações democráticas e *Endziel* socialista, ii. uma *não-construção* do processo revolucionário entre as barreiras nacionais e, por fim, iii. a *desinterrupta* transformação de *todas* relações sociais, das mais diversas esferas; de *modo de vida*, cultura e cotidianidade. Mas não é esse o momento para uma *análise em geral*, e sim, para sua *apreciação crítica*.)

80 N. Sarkosy, *Revolution in the 1970s: A History of the European Revolutions of 1968*

De que *formas* os 1960 impactaram às diferentes, e específicas, *milliex* da Nova Esquerda?

Os agrupamentos político-editoriais que deram vida à NLR – *The New Reasoner*, de ex-comunistas *políticos*, e *Universities and Left Review*, ex-trabalhistas *acadêmicos* – foram *animados*, por assim dizer, por um forte movimento reivindicativo de massas, *i.e.*, a *Campanha pelo Desarmamento Nuclear*. Socialmente denso e politicamente difuso, com *alta voltagem*, entablado pela Ala Esquerda do movimento trabalhista e galvanizado pela renovada tradição, dos *New Left Clubs*, tratou-se da principal Oposição de Esquerda no país. No entanto, já em 1961, tal *novo movimento* colapsou e, *quando veio abaixo*, deixou *desconcertadas* ambas correntes que formaram à NLR. A *simultaneidade* de crise política e editorial, assomou-se *Outra crise*; a *financeira* e de *circulação*. Quando, primeiramente, assumiram o comitê da revista os jovens de vinte e poucos anos que formaram sua equipe editorial – independentemente do juízo que se faça sobre o que se passou, seja um cenário de *coup d’Etat* jornalístico ou «*embarcação abandonada*» –, o que se queda claro é que as *análises da situação* eram radicalmente distintas no que se refere aos diferentes aspectos de figura/fundo com que realizaram o retrato social e político à época. A imagem de T.W. Adorno abertamente desautorizado pelo então movimento estudantil alemão, por um lado, e um misto de assombro e desinteresse com que os acontecimentos foram recebidos pelos ex-intelectuais e historiadores do CPGB marcaram a nítidos contrastes, por outro. O jornal britânico *The Times* – expressando aí ao terror das classes proprietárias inglesas – trouxe como capa-símbolo da década, à edição de 5th de setembro de 1968, manchete afirmando que edifícios-chave de Londres seriam ocupados como o *sinal de uma revolução*. Para se compreender à *milieu* que sucedeu, já histórica e/ou politicamente, aos ex-comunistas é necessário – de alguma forma – ambientar à *realidade interestrutural* e às *forças subjetivas*. No nosso caso, importa sublinhar à *autopercepção* da geração *sucedânea* sobre aquilo que consideravam as debilidades e limites da extraordinária cepa de historiadores / intelectuais ex-comunistas, em geral e, em particular, a problemas e tergiversações que de toda forma conectavam-se às questões relativas aos «*quê podemos saber?*» + «*quê devemos fazer?*» do momento histórico-político sobre o qual lhes tocava uma *resposta* – tática e estratégica. Por razões que a razão explica – e *pulsões que Freud tematiza* – o grupo de historiadores e de intelectuais comunistas dissidentes foram implacáveis críticos da *nova formação* e do *novo projeto* representados pelo *novo grupo*, ora em questão. A eloquência da conjugação verbal-estética e o seu vigor moral-político são todo um capítulo dos estudos lingüísticos e históricos – até mesmo literários – dos gêneros de discurso *clássicos*; da *polêmica* política.

Os jovens eram, na primeira metade de seus vinte anos, os únicos dispostos a tomá-la [NLR], e nós o fizemos com o quê era na verdade uma espécie de embarcação abandonada. Para nós, os 60' não eram bem um momento de derrota política como o era para os Outros. Os mais velhos tinham enormes esperanças a respeito desta grande campanha e acharam que isso iria levar a um giro político, para a esquerda na Inglaterra, e isso não aconteceu. Eles ficaram bastante desanimados, para já não dizer [...] desmoralizados. Mas para os jovens, de minha geração, o que importava – se você pensar nesses anos – era, na verdade, a grande revolta cultural predominantemente da classe trabalhadora inglesa: a Era dos Beattles e dos Rolling Stones, esse era o **nosso** momento e nós nos sentíamos nas nuvens, *isso era fantástico!* Os velhos tabus estavam sendo quebrados, e uma grande reviravolta estava em marcha, «somos a onda do futuro». Uma maravilhosa sensação de arrogante autoconfiança, eu diria. Nós tínhamos aquele terrível sectarismo da juventude, o que os americanos chamariam «Ageism». Eu me lembro vívidamente – aos vinte e poucos isso era bastante comum –; «qualquer um com mais de trinta anos é um cadáver, já está morto, só nós importamos». Obviamente, nós tínhamos muito o quê aprender da vida. (Fronteiras do Pensamento, *Café Filosófico*, TV Cultura/Instituto CPFL, Perry Anderson).

Uma *milieu*; uma *geração*. O *projeto vis-à-vis dada formação*. *Como se dá tal ato?* A “grandeza de alma, que, por um momento apenas, os identificaria com a alma popular, a genialidade que instiga, a força material, ao poder político, a audácia revolucionária que arremessa ao adversário a frase provocadora: ‘Nada sou e serei tudo’.” Na frase marxiana, da *Crítica à Filosofia do Direito* hegeliana, uma pista se coloca, para a sua *compreensão*. A cotidianidade *reificada/reificadora*, subsumida a estruturas de *poder*, leva os indivíduos a viver seu destino tal qual uma condição incontornável. Ainda que submetidos às mesmas condições que seus *companheiros-de-viagem*, não vivem *simbolicamente* a tais condições enquanto base para o pensar e agir coletivos, mas como *serialidade*, nos termos de Sartre: «**C’est la vie**», *mote à la française*. Mas há lapsos em que o *impossível* advém *inexorável*. A *autocrítica* constante, a disruptiva interrupção, o voltar aos inícios, o impiedoso motejar às próprias misérias, o derrumbe dum inimigo – uma e outra vez *reagigantado* –, e o *recuo* constante – ante a magnitude, *sem-fim*, dos próprios objetivos –, cria à situação que torna infactível qualquer retorno, e na qual as próprias condições gritam: *Hic Rhodus, hic salta!* (*Eis aqui Rodes, heis aqui de saltar!*). A fábula esópica citada no mouro renano foi de uso para a narração do espírito mesmo da revolução proletária, n’*O 18 Brumário* mas, *também, estranhamente*, n’*O CAPITAL*: “Nosso possuidor de dinheiro, por ora ainda presente só qual capitalista larvar, tem de comprar às mercadorias a seu valor, vendê-las a seu valor e, ainda assim, extrair, ao final do processo, mais valor que lançara nele. Sua metamorfose numa borboleta tem que se dar à esfera da circulação, mas não tem que se dar à esfera da circulação.” Sua *transformação* teria lugar quando a *impossibilidade* fosse, daí, *impossível*.

Da descrição à segunda seção do Livro Primeiro à narração épica d’*O 18 Brumaire – austera determinação x volitivo livre-arbítrio* – conta-se-nos um *acontecimento sintético* revelador: *impossibilidade de mudar* enquanto *impossibilidade de viver*. O *pensée* francês remete à crise da monarquia absoluta, que levou à eclosão da velha Revolução Francesa; nada obstante, podemos perquirir *outras angulações* para tal ato. Da mesma forma que um *acontecimento sintético* poderia levar à *fusão* e à própria *superação*, de uma sua *situação de serialidade* descobrindo, na ação coletiva do grupo, condições de abrir às barreiras e de superar «*o campo prático-inerte*»; pode-se conjecturar que um modo de agir *epicizante* de *uma autodeterminação social e política*, provoca *um efeito sobre os indivíduos*, mesmo aqueles que *não* estejam envolvidos mais direta/presencialmente em seus acontecimentos. O efeito de *deslizamento* do *sentido* seria uma condensação dum *deslocamento* de *forças*. Dennis Potter, dramaturgo inglês, escrevera: «é impossível ser jovem numa terra morta.» Os jovens seres seriam, aí, impelidos a agir contra a *ameaça comum*, criando *fusão grupal* que abre passo para um espaço liberto, a *práxis*. O desejo de manter tal *força grupal* leva tais indivíduos, que encontraram a fusão no grupo, a um “*juramento*”, a primeira *forma* do *projeto grupal* e, depois, à “*fraternidade-terror*”, momentum em que o grupo trás dentro à *ameaça externa* e a *usa* como forma de *manter* à *solidariedade grupal*; passa ao *organizar*, ao *instituir* e, eventualmente, *burocratizar*, que trás novamente à *serialidade* e à *alienação*. Ora, tão trágica narração dos eventos revolucionários/*contrarrevolucionários* pode até nos revelar uma dialética *mitigada* em Sartre – inspiração forte no primeiro Anderson – na qual toda *externalização/objetivação* redundaria em *alienação/estranhamento* mas, sobretudo, é um interessante recurso heurístico para se apreender o real do *processo de grupalização*. Já vimos que eventos de 1956 – nas distantes Suez e Budapeste – forneceram algo como o choque histórico-social que levara à *conscientização* política “e à necessidade de ir à rua”. Mas, na vaga de 1967-1975, os acontecimentos sociais, políticos, econômicos e culturais são o momento decisivo do «*point of no return*» para um *empowerment* coletivo/comunal. Das polêmicas histórico-políticas sobre a presente *crise* e suas *origens*, no início dos 60’, a finais da década, com o advento das barricadas/passeatas, ocupações/greves, sentaços/atos, marchas/concentrações, *meetings*/discursos, congressos/assembleias, *rallies*/confrontações o *ponto de viragem* produzira às condições objetivas e subjetivas para o espírito de corpo. Uma mudança de *maré histórica* de tipo *político-cultural* vinha operando molecularmente com uma *amplitude de ondas* ampla e difusa e, *não à-tôa*, Anderson relaciona-a à vaga do *Rock’n’Roll* inglês que, segundo o autor, teria a sua *expressão genuína* nos *Rolling Stones*.

É incorreto dizer que os Stones não são «grandes inovadores». Talvez uma polarização Stones-Beatles, tal como Adorno construiu entre Schoenberg e Stravinsky (evocada por A. Beckett), ora, pode realmente ser um exercício fecundo. Basta dizer, aqui, que apesar de toda a inteligência e refinamento, os Beatles nunca se desviaram para além dos estritos limites da convenção romântica: momentos centrais de sua obra são a Nostalgia e o Inefável, ambas tradições eminentemente consagradas da classe média da Inglaterra. A categoria pejorativa de Lukács do *Angenehme* – «Agradável» [Palatável] que entorpece e pacifica – se encaixa perfeitamente em sua obra, com uma precisão mortal. Já por outro lado, os Stones se recusaram a uma ortodoxia estabelecida da música pop; seu trabalho é uma negação sombria e realista da mesma. É um fato surpreendente que praticamente não haja uma só composição Jagger-Richards que seja convencionalmente já sobre tanto um “feliz” quanto “infeliz” relacionamento pessoal. Amor, ciúme e lamúria – a substância de 85% do pop tradicional – está em falta. *A exploração sexual, a desintegração mental e a imersão física são seus elementos substitutivos.*

Sob o pseudônimo literário de Richard Merton – que, no satírico *roman à la clef* de Tariq Ali, *Redemptions*, é lembrado tal como um “frenético dançarino” – Anderson dá o ar o qual se respirava à época. Ali se condena Teatro/Romance/Cinema ingleses em seu conjunto tal como *formas* incapazes de configurar a *experiência* vivida naquela Inglaterra. Seu olhar se volta ao fenômeno da música popular inglesa, em especial o *Rock’n’Roll* e, já particularmente, no interior do fenômeno Stones-Beatles, um juízo estético-social potente. Quiçá não coincidentemente Mick Jagger e Keith Richards fossem *companheiros de viagem* do *International Marxist Group* – o partido trotskista inglês, com membros na NLR – no início de 1968. Muito já se escreveu sobre o fazimento do *sentido de pertença* moderno de *Englishness* a partir do rock anglossaxão, bem como o fenômeno de internacional-popular a que deu hora e lugar, para além das fronteiras insulares; e os ensaios *mertonianos* de 68’ e 70’ figuram, até hoje, como um dos pontos mais altos de descrição e narração do que compõe a etnomusicologia, a crítica / teoria musical e a história social do rock como área. O comentário de Anderson sobre os Stones parte da premissa do valor e complexidade de sua beleza interna e dignidade própria, como W. Benjamin fez em relação a B. Brecht em sua poesia política/teatro épico, sem *em nenhum momento* cancelar à criticidade do juízo. Falando sobre o álbum *Beggars’ Banquet* afirma que este «suprime qualquer vestígio da categoria liberal de *protest-song*.» O surpreendente é este ter sido escrito antes mesmo do reconhecimento de grandeza dos Stones, concentrado na transição de registros tais como “*Aftermath and Behind the Buttons*”, sobre temas como a *exploração sexual* (“*Backstreet Girl*”/“*Yesterday’s Paper*”), *doença mental* (“*Mother’s Little Helper*”/“*Paint it Black*”) e a *vontade* (ou a incapacidade) de *orgasmo* (“*Satisfaction*”/“*Going Home*”). (Quem já fez o *amor selvagem*, ao som de *Sympathy for The Devil*, sabe do que está falando Rick Merton.)

A NLR foi um tipo de *journal* que editou fascículo com *manual prático* de controle de natalidade; falou a respeito de *crítica de televisão* – interesse partilhado com o *não-tão-velho* R. Williams –; publicizou *formas de combate* operário-estudantil. O ideário (e o imaginário) duma *Torre de Marfim* sob o qual é confrontada a realidade político-editorial da NLR *realmente existente* muitas vezes se ressentia de um anacronismo-teleológico que olha para o passado com lentes pouco *autoconscientes* sobre sua constituição no presente. O *Oliampanismo retrospectivo* aplicado ao conjunto da história editorial de tal revista nos revela que sequer a catalogação bibliológica, operação intelectual a mais *naïf* das ciências humano-sociais, parece ser axiológica e/ou moralmente neutra. Compreender tal quadro de dialetização recíproca entre a *milieu* pessoal e a *estrutura* social nos demanda movimentos aparentemente opostos, mas essencialmente complementares, de *aproximação e distância / identidade e estranhamento* ou, como o diria um galhardo jornalista narrativo uruguaio, *um olho no microscópio e outro na luneta*. Um “mapeamento” *em geral* do que já se disse “coordenadas históricas” *pode vir a calhar* para situar o tempo e ubicar no espaço à NLR; seja para definir a termos de recuo e avanço de *esfera pública plebéia* e de *revista normal*.

Os quadrantes histórico-político-culturais internacionais dos anos 60 e 70 ligam-se às condições materiais e espirituais presentes já especialmente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, mas que eram partilhadas também por outros países da América Latina. A crescente urbanização/industrialização, a consolidação de um modo de vida citadino, aumento quantitativo das classes intermediárias, o acesso crescente ao Ensino Superior, o peso significativo da juventude na composição estatístico-demográfica da população, não-representatividade social e política das estruturas de poder, o avanço técnico e científico. Ao alcance da população trabalhadora, e das pessoas comuns, estavam eletrodomésticos como os aparelhos de televisão, a pílula anticoncepcional, o pleno emprego e automóveis. Essas condições não explicam por si sós as ondas de *rebeldia e melancolia* à época, tão-só possibilitariam, historicamente, que florescessem ações políticas e culturais contestadoras, aproximando a Política da Cultura e a vida cotidiana da arte; + a «*imaginação ao poder*»: uma conjuntura internacional de prosperidade econômica; crise dos Sistemas Escolares; ascensão ético-política à insubordinação; vasta/difusa onda antiimperialista/anticapitalista; negação duma sociedade de imagens para o consumo; ação direta de massas em protesto; conexão íntima entre a resistência e luta contra a estrutura social e a *milieu* pessoal; novos movimentos sociais feministas, antirracistas, ecologistas, pacifistas e/ou por direitos civis. A modernidade urbana capitalista, já conforme a sugestão da polêmica Anderson-Berman:

a «*intersecção de uma Ordem social dominante semiaristocrática, a economia capitalista semi-industrializada e um movimento social operário semi-insurgente*»; caracterizara ao *modernismo*, historicamente, por uma sua resiliência, à especialização academicista nas artes, a indissociabilidade de aspectos pré-capitalistas na Cultura e na Política, em que as classes aristocráticas – e *landowners* – dariam a tôada cultural e política; emergência de novas invenções industriais, de impacto social na vida cotidiana / geradora de expectativas emancipatórias no desenvolvimento das forças de produção através da técnica-ciência e por uma *proximidade imaginativa* da revolução social / política (Anderson, 1986, p.18-19). O último quartel do Século XX presenciou à emergência dos *novos movimentos sociais* e a *formas de tipo associativo*. A ascensão dos movimentos sociais, nos idos dos anos 60 / 70, a luta social e política pela expansão pública dos direitos fundamentais e a afirmação da identidade de sujeitos coletivos, até então à margem da história, marcou às formas mais tradicionais – de participação social e política – e introduziu novas táticas e métodos de mobilização social popular, com formas organizativas e estratégicas já renovadas. A nova quadra social mundial forneceu o contexto efetivo no qual tais movimentos e organizações tiveram lugar e podem ser caracterizados por um *mapeamento de coordenadas históricas*:

- i) Crise/Crítica das formas de organização consubstanciadas nos partidos stalinistas e/ou socialdemocratas – tal qual o CPGB e o LP, na Inglaterra – e os seus sindicatos atrelados;
- ii) Crise/Crítica do *Welfare State* e o seu potencial de passivação das classes subalternas;
- iii) Crise/Crítica dos regimes políticos ditatoriais da América Latina ou do Leste Europeu.

Ao sublinhar momentos de *Crise+Crítica* sublinhamos raiz comum de *objetivo/subjectivo*, isto é, as crises *materiais* do ser social e a respectiva forma *espiritual* de consciência *sobre*. Tais caracteres, combinados de modo desigual, deram origem a formas de associativismo e participação social e política que, rompendo com antigas instituições, inauguraram um *novo ciclo histórico* com práticas sociais inovadoras, criando novos espaços-tempos numa esfera pública plebeia, solidariedade ativa e produzindo modos originais de *reorganização*. No que tange a uma sua *realidade interstrutural* observamos a manifestação fenomênica da redução tendencial da taxa de lucro e a crise de acumulação (e reprodução) capitalista, que já se apresentam – internacionalmente – desde a década de 1960, tais como os indicadores imprescindíveis para apreendermos aos quadrantes sócio-históricos que conformaram às expressões político-ideológicas atuais numa *crise estrutural do capital*. Um segundo pós-guerra consolidara padrão de acumulação do capital e regulação estatal basados na forma social *Taylor-fordista*, o modo de vida *Americanismo* e o predomínio da indústria cultural.

O instante decisivo em que um novo projeto de círculo de cultura e conselho de redação se consolida marcará a quadra social de transição entre *formas* históricas de devir civilizador. De alguma forma e em alguma medida o tipo de trabalho intelectual que a NLR propositou pode ser descrito tal *sui generis* justamente por coexistir em uma transição sócio-histórica. Uma *intelectualidade socialista* que já não se dispunha a participar de *Workers Education Association* ou mimeografar jornais em garagens privadas, mas tampouco ambicionava se projetar em carreiras acadêmicas e aparelhos universitários; não se atraía centralmente por partidos e sindicatos mas tampouco se imaginava tais “intelectuais livremente flutuantes”; admitia qual falácia pretensamente erudita às ciências humanas e sociais *axiologicamente neutras* mas não se dispunha a abdicar de um padrão de trabalho intelectual elevado como mínimo ao praticado no sistema universitário; não falava a linguagem do *Sinal das Ruas*, mas tampouco simpatizava como uma perspectiva de *Torre de Marfim*. A oratória ardente de um Edward Thompson – ou um discreto charme de Raymond Williams –, *intelectuais públicos* que conquistaram certa audiência *de massas* para além do circuito universitário, é algo que *não encontra* paralelo no que se conhece na *nova personalidade pública* da NLR. Os intelectuais anticapitalistas que conheceram a vida adulta nos anos 60 e 70 tem de fato um *processo geracional* de ser-estar no mundo bem como modos de agir e pensar *Outros*. A tipologia histórica criada por Anderson para distinguir a terceira geração de marxistas à quarta vaga – o que ele nomina de *marxismo clássico* e *marxismo ocidental* – são modelos os quais de algum modo não podem ser emulados, e nem superados, pelas suas *millieux*. Como veremos na tese, a pugna histórica entre a ultrapassagem das coordenadas históricas que deram origem ao marxismo ocidental – com algumas *predições* e *desempenhos* que se confirmaram pelo veredicto da história – e a não-superação dos dilemas e limites impostos pelos tempos e espaços, constituídos e constituintes, levaram a uma *crise permanente* do que se pode creditar como representação política e/ou identidade intelectual desta geração. Mas, e ao mesmo tempo, ou justamente por tal condição, colocaram-lhe uma condição em tudo *sui generis* e que, com o nexos das devidas mediações e codeterminações reflexivas se pode prestar à explicação social e política de como/porquê assumiram tal forma/conteúdo. Uma coisa que as polêmica, réplica e tréplica *Marshal Berman-Perry Anderson* põem de manifesto é o quanto este último optou por um marxismo *avesso ao senso comum e à vida cotidiana* tal qual práxis reificada e não-reflexiva/crítica e o primeiro abraçou-os tal como cheios de arte e humor – sensibilidade e inteligência – sabedoria popular e inconformismo plebeu, enfim, como, na verdade, «*marxismos em luta*» não se explicariam só pela Idade...

Ao definir à *imaginação sociológica*, W. Mills chama a atenção para a interrelação *entre* história e biografia, *i.e.*, as perturbações *pessoais* da *milieu* e as questões *públicas* da *estrutura* social. Os problemas estão localizados entre biografias individuais e o seu *meio* – ou *milieu* – imediato(a), uma experiência *aparentemente* privada, enquanto as questões públicas são aquelas que estariam ligadas a escalas, mais amplas e históricas, de *estrutura*. Na concepção de Mills, a tarefa da sociologia seria articular *nexos* entre esses tais planos. A pesquisa social seria aí uma atividade significativa pela qual os liames entre problemas individuais e questões públicas são reelaboradas, e uniria conhecimento do senso comum com uma concepção teórica e a construção empírica. O que distingue à pesquisa social de opiniões variadas, *insights* e rumor é a maneira sistemática em que a vida social e política é perquirida. A pesquisa se inicia com as experiências dos indivíduos, a fim de explorar os temas e os problemas sociais e humanos. Esta **socialização** da *experiência* permite que reivindicações substantivas, as mais amplas, sejam feitas sobre a relação entre o ambiente social e as suas circunstâncias imediatas. Mills argumentou que situar problemas pessoais dentro das questões públicas – reunir biografia e história – é o quê constitui a perspectiva característica das sociologias. Na sustentação de uma prática metódica que produza uma análise profunda e extensa dessa relação entre problemas pessoais e questões públicas, há uma tendência a conceber a subjetividade e a objetividade como perspectivas lógicas que se excluem mutuamente. Isso provou ser demasiado simplista e até inútil. Uma abordagem o mais crítico-reflexiva das questões sociais de método permite aos pesquisadores acesso à experiência individual e, ao mesmo tempo, resolve às tensões que se dão no **meio-lugar** subjetividade/objetividade por meio dum *vis-à-vis* de conhecimento social / senso comum. O ferramental millsiano coloca algumas questões perturbadoras para a investigação que se intende aqui em processo. A experiência coletiva vivida por Thompson, Hobsbawm e Ray Williams levou-os dos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial a células do PC, de Associações de Educação Operária a diferentes formas / relações de extensão universitária e da edição de livros e revistas a campanhas públicas e plataformas políticas. Com quê se poderiam confrontar, em profundidade / extensão, à *cultura do vivido* de Nairn, Blackburn e P. Anderson? Em vários momentos, sobretudo Anderson, dedicou-se com *exclusividade profissional* às atividades intelectuais e políticas próprias do complexo editorial-político da NLR. Já Williams e Thompson produziram, além dos artigos e livros de historiografia social e estudos culturais: discursos, romances, contos, poemas, roteiros de filmes, peças de teatro, ficção científica, programas de tevê, manifestos, ensaios e *um sem-fim de outros*.

O mesmo, então, que possibilitou uma envergadura intelectual e política, além de longevidade ou consistência, ao legado institucional de uma revista periódica e sua malha editorial correspondente foi o que limitou às audiências latentes da segunda geração-NLR. A sua força e fraqueza é justamente uma generalização de laço exclusivamente cognitivo ou afetivo com a herança intelectual e literária marxista, ou mesmo seus modos de agir em relação ao jornalismo e à tradução – de tipo comunista em geral – e a ausência de pessoas reais de carne e osso que dessem corpo e alma a aspirações / anseios de emancipação total. *Que pudessem ser tão cosmopolitas e eruditos foi justamente a impossibilidade real de se voltarem nacionais ou populares.* A incapacidade de falar sem mediações a públicos vivos foi o que gerou à ambiência para que se internacionalizassem e multiplicassem leitores de além-mar. Mesmo o termo e conceito de uma sua *radicalização* política em contraste com o *reformismo* gradualista da geração anterior e *insight* dialético de suas laborações teóricas devem algo ao caráter abstrato e *alta teoria* que nunca chegou a testar sua validade à práxis de qualquer agência humana e mediação organizacional que dessem cor/textura às Letras. A afirmação de que a geração de intelectuais e historiadores oriundos das filas do Partido Comunista da Grã-Bretanha nos anos 50 – tal qual Eric Hobsbawm –, encontrou, no Brasil uma boa recepção ou difusão editorial (ou acadêmica) não poderá mesmo ser considerada controversa. Dum modo geral, ainda, pode-se dizer que a obra mesma, da considerada primeira geração da Nova Esquerda britânica, teve uma melhor fortuna crítica no país, do que os seus principais sucessores, a assim-dita “segunda geração”. A *Social History from Below*, em Edward Thompson, e os *Cultural Studies*, de Raymond Williams – em seus exponenciais, os mais paradigmáticos –, tiveram uma interessante acolhida, entre os marxistas brasileiros, enquanto que, as obras de Perry Anderson e Robin Blackburn, por exemplo, não encontraram (ainda) tamanha sorte. A geração que teve sua gênese a partir da dispersão do círculo originário de intelectuais composto por E. P. Thompson e outros – egressos, estes, das filas do núcleo de historiadores do PC britânico –, entorno à NLR e seu projeto editorial, bem como pela sua subsequente sucessão por ainda jovens (e recém-recrutados, às fileiras da revista) egressos universitários – ou seja, no caso –, Anderson & Cia. Seguindo às trilhas de Duncan Thompson (2008) e Ellen Meiksins Wood (1995), tais recepções explicar-se-iam desde/através de *uma história comparativa* entre as respectivas idiossincrasias geracionais e/ou em sua «*differentia specifica*». Aposta esta pesquisa que, justamente uma tal formação, de já rica trajetória política e grande valor teórico, em suas aventuras e desventuras, merece uma maior atenção, no sentido de sua tradução, no Brasil.

Tão-logo a segunda geração começou a desenvolver suas próprias ideias a respeito da história, política e sociedade inglesas e publicá-las, recebeu *um feroz ataque* de um dos principais – de algum modo “o” principal – intelectual ex-comunista e grande historiador, E.P.Thompson, que publicou um esplêndido ataque a ela (muito ironicamente chamado “As Peculiaridades dos Ingleses”), e tal *milieu* sucedânea sentiu a necessidade de resposta. Ao fazê-lo despertaram-se para o fato de que não poderiam soslaiar os mais velhos desse jeito arrogante e fagueiro. Tratava-se de uma formidável herança, de grandes figuras, toda uma cepa de historiadores e intelectuais, Marxistas e de Esquerda. Estava à ordem do dia um balanço e um acerto de contas. Como fizeram? Trataram de explicitar teoricamente a *diferença específica* que enxergavam – como *distância crítica* – dessa formidável geração mais velha que incluía gentes como R. Williams, E. Thompson, E. Hobsbawm, C. Hill etc. *Como se diferenciaram subjetivamente – a partir de sua própria referência e meio – deles?*

i) eles são grandes historiadores, mas eles não tem uma teoria própria, são empiricistas, “*não sabem, mas o fazem*”, não tem um grande background teórico-filosófico; ii) o marxismo deles era muito inglês, mesmo antes de assumir a NLR – os meus amigos e eu – o que realmente odiávamos era a insularidade da cultura teórica britânica à época, autossatisfatória, um provincianismo não propriamente de uma pequena nação oprimida mas a autocondescendência típica do provincianismo de um Império que uma vez já dominou um quarto do globo e ainda tinha colônias na África, Ásia, Caribe e, daí por diante, no final dos 1950. Então era uma cultura muito autocomplacente que acreditava que não precisava saber o que ocorre na Alemanha, França ou Itália, achava irrelevante, cria ter tudo o que necessitava no interior de suas fronteiras e se achavam os melhores. Era algo que todos nós odiávamos e, assim sendo, nós nos orientamos muito fortemente em direção às culturas continentais europeias: França, Alemanha, Itália, Rússia e outras. Isso é muito, muito, muito importante. Último ponto: iii) uma diferença política. Os intelectuais comunistas da geração anterior – Thompson, Hobsbawm e essa gente – eram um produto de uma muito peculiar experiência no final dos anos 30/40, que era a experiência da «frente popular». O mobilizador-chave das demandas e eixo central que os animou era: *precisamos derrotar o fascismo*. Tanto durante a Guerra Civil Espanhola (1936-7) e, é claro, durante a Segunda Guerra Mundial (1940-5) o tema principal era a necessidade de ser antifascista. A ideia central «frentepopulista» era: nós temos que nos unir com quem quer que seja – não interessa se é Churchill ou Roosevelt, não interessam as posições político-sociais sobre qualquer outro assunto – o único critério é que se deveria ser contra o fascismo. Então, de alguma maneira, era um tipo *defensivo* de comunismo. Não se tratava de lutar por um Outro mundo mas apenas parar os pés da ameaça fascista. Quando nós nos politizamos no final dos anos 50 nós não simpatizamos nem um pouco com esse espírito, em parte porque as «frentes populares» eram sempre muito patrióticas a respeito de seu próprio país: lutando contra os alemães, lutando contra os britânicos e por aí vai. E nós suspeitávamos muito desse tipo de patriotismo. Em segundo lugar era muito defensivo e levava a borrar as diferenças políticas. Nós pensávamos que se algum comunismo

nos interessava – nós nunca entramos no PCGB: pequeno, filisteu e recém-havia perdido seus intelectuais mais interessantes – era o momento radical – e internacionalista – da revolução bolchevique, e não a «frente popular». Isso é muito, muito importante, não esqueçam, quando foi fundada a União Soviética por Lenin e os seus camaradas – a «União Soviética das Repúblicas Socialistas» –, não havia uma só marca de enunciação étnica ou geográfica que fôsse em si. Foi o único período da história da humanidade em que o nome de um Estado foi verdadeiramente tão-só uma pura descrição política. Esse era o espírito, internacionalista, com o qual nós simpatizávamos. Nós precisávamos buscar um espírito ofensivo para a época que nos tocava viver: das revoluções algeriana, cubana, vietnamita, os grandes acontecimentos na China, isso era o que guiava, e não batalhas de «frente popular» antifascista na Segunda Guerra Mundial. (Fronteiras do Pensamento, *Café Filosófico*, TV Cultura/Instituto CPFL, Perry Anderson).

A função da intelectualidade não seria significativamente diferente ontem e hoje?

Na acepção tardia de Anderson a função de um intelectual de esquerda e marxista tratar-se-ia primeiro, e mais importantemente, de interpretar criticamente a sociedade na qual se vive e em segundo lugar propor ideias que poderiam levar à sua transformação social. É preciso estudar e conhecer o passado social e político imediato, quais são as tradições de esquerda e marxistas disponíveis – com todas as suas limitações e problemas inerentes – se não fazer tábula-rasa disso, «deixar aos mortos enterrarem seus mortos» – o que redundará numa atitude mortuária. (É preciso preservar uma memória político-histórica enquanto se faz o próprio trabalho). Por outro lado envolveria também um forte sentido de alteridade radical que só se obtém com deslocamentos duradouros do espaço nacional do qual se é autóctone. A internacionalização da experiência vivida, não só como turismo ou viagens esporádicas, é o que garante a não-adesão automática a identidades nacionais que implicam a problemáticas, e questões, das quais se faz necessário o distanciamento crítico. Mas a sua autocaracterização, enquanto intelectual-jornalista, é algo de muito esclarecedor

Editar um journal por um longo período de tempo cria um tipo particular de intelectual – se é feito de maneira séria. (...) Eu comecei na primavera de 1962 e continuei ininterruptamente até 1982, por vinte anos, e depois fui membro pleno do comitê editorial – tendo assumido novamente após o relançamento da NLR em nova série redesenhada e refundada em 2000 por mais três-quatro anos – e, desde então, venho sendo ativo em seu interior. Então fui responsável pela publicação da revista por mais de 50 anos, basicamente. Mas o que eu diria é o seguinte. Os intelectuais, em meu julgamento, ao menos os interessantes, têm pelos menos dois tipos de mentes. O primeiro, bastante distinto e poderoso grupo de mentes, desenvolve o seu próprio conjunto individual de ideias. E de certa forma só está interessado em suas próprias ideias. Ou seja, ele registra o que são as ideias dos outros, no passado ou no presente, mas sua atitude em relação a elas é puramente apropriativa. Isto é, irá tirar delas apenas aquilo que interessa a seu projeto intelectual. Mas definitivamente não se interessará pelo corpus de obras que não são a sua. Serão seletivos e irão tomar o que

lhes serve. Os franceses – em especial Montaigne, no Séc. 16 – tinham um dístico para isso: «*Je reprends mon bien où je le trouve*» (“Eu pego o que é útil para mim onde eu encontro”). Uma atitude de tipo cléptico de pegar àquilo que lhe serve onde quer que esteja. Eu respeito muito essa atitude e tenho muito bons amigos que trabalham nos campos da cultura, política ou economia que têm exatamente esse modo de proceder. Você nunca pediria, ou muito raramente, a eles para que resenhassem (“to review”) o livro de outras pessoas. Eles não estão interessados nisso. De modo algum. Eles querem trabalhar suas próprias ideias. E há outro tipo, e se trata de um tipo que mais ou menos você tem de ser se está editando um journal: você também quer desenvolver suas próprias ideias mas você se interessa apaixonadamente pelas ideias dos outros enquanto tais. Não apenas como matéria-bruta de seu próprio pensamento mas respeitando a relativa autonomia e a intrínseca complexidade dos outros. Se você é um editor você recebe contribuições do mundo inteiro – pessoas diferentes, gerações diferentes –, você não pode apenas encaixá-las como se fora matéria-bruta para suas próprias coisas. Respeitar tal variedade é a razão-de-ser de uma revista. Isso sempre foi muito importante para mim e me formou, o que foi muita sorte, tendo a chance de ter me tornado editor muito jovem e constituindo-me intelectualmente. (...). O primeiro corpus de ideias que recebeu esse tratamento, de introdução, e não apenas tradução, tentando explicá-los a uma audiência de fala inglesa que não conhecia nenhum deles, foi o que chamei substancialmente de a tradição do “Marxismo Ocidental” (“Western Marxism”), se trata de um termo um pouco fora-de-lugar, porque na verdade se trata de um Marxismo da Europa Central e Ocidental. Trata-se de uma tradição que tem início com Lukács e Gramsci após a derrota da revolução russa, continua com a geração de Adorno e Sartre e por aí vai e tem seu fim, poder-se-ia dizer até certo ponto, nos anos 60. Mas uma questão existencial central dessas referências fundamentais e históricas para nós é que algumas delas estavam vivas e nós fomos contemporâneos. Eu me lembro de entrevistar Lukács em Budapeste, entrevistar Sartre em Paris, eu me lembro de Adorno e Habermas sendo atacados pelo movimento estudantil de 1968 em Frankfurt – e não incorretamente, devo dizer. Eles não eram só parte do passado mas parte importante de nosso presente. Muito importante e excitante para nós. E aí, é claro, nós não apenas assimilamos acriticamente. A ideia era apresentar a obra de Adorno, Benjamin, Lukács, Sartre enquanto tal mas também dizer algo crítico a respeito, não tratá-los como verdade bíblica. Tentamos demonstrar quais eram suas fortalezas e debilidades. Então uma segunda coisa, poder-se-ia dizer, era um balanço sistemático e acerto de contas com a tradição do marxismo inglês. E isso significou engajar-se em profundidade com o pensamento das figuras que eu mencionei. Após uma polêmica inicial bastante aguda com Thompson nos anos 60 tratei da obra de Thompson em detalhe nos anos 80 (English Questions), num espírito mais generoso e construtivo. Sobre Raymond Williams dedicamos todo um livro-entrevista que cobre praticamente o arco de sua obra inteira – Política e as Letras (Unesp, 2013) –, fiquei bastante surpreso e grato com a notícia da recém-tradução brasileira. E mais recentemente Eric Hobsbawm que, é claro, se tornou o mais famoso destes historiadores globalmente, foi tratado em dois grandes ensaios nos quais tento descrever e também criticar o tipo de historiografia e a autobiografia por ele produzidas. Foi assim. De modo semelhante ocorreu ao escrever sobre a pós-modernidade, na verdade era inicialmente um livro sobre Fredric Jameson e suas ideias e até hoje é em grande parte sobre isso. Escrever sobre Thompson e Hobsbawm eu posso porque não concordo com eles apesar de respeitá-los muito. Mas escrever sobre Fredric Jameson era uma outra história. Sentia-me incapaz

porque eu sentia por ele uma admiração incondicional. A terceira coisa é que você precisa então se engajar com pessoas no centro e na direita. Todos os citados até aqui são de esquerda. Se você der uma olhada neste livro, *Spectrum* (« – e não *Spectrus*, o que é diferente – ») tentei lidar em profundidade com pessoas como Leo Strauss, Carl Schmidt, Habermas – após o seu giro ao centro – e a direita, *p.e.*, Braudel não era de esquerda apesar de ser um grandíssimo historiador. São figuras que as pessoas de esquerda deveriam respeitar e admirar, criticamente é claro, mas muito frequentemente a esquerda só lê a esquerda; o que eu acredito que é muito danoso para uma já genuína e vívida cultura progressista. (Fronteiras do Pensamento, *Café Filosófico*, TV Cultura/Instituto CPFL, Perry Anderson).

De modo muito lúcido e eloquente Anderson foi capaz neste programa de tevê da TV Cultura, gravado em Campinas-SP, dizer a respeito da própria *démarche* entrevistado pela Profa. Dra. Maria Elisa Cevasco, especialista na crítica literária do marxismo inglês. Ao final da exposição, o público pôde intervir com perguntas e eu me inscrevi para fazer uma questão em particular sobre sua trajetória intelectual e jornalística. Perguntei-lhe mais ou menos o seguinte: «O seu pensamento é bem difundido, no Brasil dos anos 2010, em livros e/ou artigos. Dentre os trabalhos os mais conhecidos figuram o ensaio, CSMO, redigido nos anos 1970, e uma espécie de “editorial-manifesto”, de nome “Renovações” (2000). Falando sobre a história das próprias ideias – talvez mais difícil do que comentar às ideias de alguém como Frederic Jameson – como você acredita que um Anderson de 1974, o autor que fez críticas a marxistas, do tipo que aparecem em CSMO, enxergaria o intelectual *pessimista*, para usar um lugar-comum, que descreveu ao mundo de forma tão desabridamente catastrófica/sombria tal como aparece nas linhas da nova série da NLR?».

Em CSMO um dos argumentos era que essa era uma tradição que adveio de um conjunto de derrotas políticas e, portanto, apresentava um subtexto pessimista em praticamente todos autores, um grande tema teórico trágico – fôsse Adorno, Sartre, Benjamin, Althusser ou quem quer que seja –, seus principais temas eram trágicos, e que isso nasceu de uma experiência histórica particular. Eu não os critiquei por isso pois, como você sabe, foi a história que produziu este tipo de pensamento; que era bastante criativo enquanto corpo de ideias. O que eu fiz foi um contraste entre essa tradição e o marxismo clássico – o marxismo do início do Séc. 20, da Segunda e Terceira Internacionais. Eu não era um crítico desta tradição. O que eu enfatizei fortemente foi que este tipo de marxismo, o marxismo ocidental, nasceu em um momento em que não havia mais um movimento social revolucionário de massas. Havia uma teoria revolucionária mas não um movimento revolucionário. Adorno escreveu muito eloquentemente a este respeito e tinha uma grande consciência disso. O único para quem isso não era de fato verdadeiro foi Antonio Gramsci que, de fato, tinha uma teoria para a conquista revolucionária do poder e a transformação socialista da sociedade. Mas mesmo em seus últimos dias no cárcere fascista sua visão se tornou mais soturna. As condições objetivas não poderiam ser vencidas pelo otimismo da vontade mas ainda assim se pôde realizar um trabalho criativo em seu interior. Quando eu escrevi esse editorial – que, de fato

tinha essa característica, de manifesto – muitas pessoas ficaram chocadas por eu ter escrito coisas tais como “o neoliberalismo é a ideologia de maior sucesso em tôda a história mundial”, “a esquerda foi derrotada nos mais diversos aspectos por essa e aquela razão”, e eu os desenvolvi, como se isso fosse algum tipo de rendição. Mas a razão-de-ser do editorial não era esse [a rendição], de modo algum. A verdadeira rendição seria uma atitude autocondescendente para com uma situação adversa. A resistência correta e real se trata de enfrentar a realidade de frente, descrevendo-a efetivamente, e não se rendendo a ela. Essa é a mensagem deste editorial, a qual eu suporto muito fortemente: o realismo. E por realismo entenda-se conhecer as fortalezas do inimigo e não subestimá-las. Tratando de compreender qual é – ou deveria ser – a posição da esquerda hoje em dia. (Fronteiras do Pensamento, *Café Filosófico*, TV Cultura/Instituto CPFL, Perry Anderson).

REFERÊNCIAS LITERÁRIAS

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Material de Anderson editado na NLR

- I/7 Sweden: Mr. Crosland's Dreamland (Parte 1) [jan./fev 1961]
- I/9 Sweden: Study in Social Democracy (Parte 2)
- I/10 The Politics of the Common Market (com Stuart Hall)
- I/13-14 The Debate of Central Committee of Italian Communist Party on 22nd CPSU's Congress
- I/15 Portugal and the End of Ultra-Colonialism (Parte I)
- I/16 Portugal and the End of Ultra-Colonialism (Parte 2)
- I/17 Portugal and the End of Ultra-Colonialism (Parte 3)
- I/23 Origins of the Present Crisis (com Tom Nairn)
- I/25 Brazil (não-assinado)
- I/27 Critique of Wilsonism
- I/29 The Left in the Fifties
- I/35 Socialism and Pseudo-Empiricism
- I/50 Components of the National Culture
- I/100 The Antinomies of Antonio Gramsci
- I/139 Trotsky's Interpretation of Stalinism
- I/144 Modernity and Revolution
- I/161 The Figures of Descent
- I/170 The Affinities of Norberto Bobbio
- I/173 Roberto Unger and the Politics of Empowerment
- I/180 A Culture in Contraflow I
- I/182 A Culture in Contraflow II
- I/229 Themes [on Robert Brenner and World Economy]
- I/231 A Sense of the Left
- I/231 A Reply to Norberto Bobbio (carta)
- 1 Renewals (editorial-manifesto)
- 8 US Elections: Testing Formula Two
- 10 The Oslo Accords
- 14 Internationalism: a Breviary
- 17 Force and Consent
- 26 The River of Time
- 31 Arms and Rights
- 39 The World Made Flesh (resenha)
- 48 Jottings on the Conjuncture (editorial)
- 57 A New Germany?
- 61 Two Revolutions: rough notes (esboço) [jan./fev 2010]

Material não-publicado por Anderson na NLR

- 1964 **Conspectus** 7pp
- 1968 **Document A**: Theory and Practice or The Coupure of May 16pp
- 1968 **Document B**: Ten Theses
- 1969 **The Founding Moment** 137pp
- 1974 **A Decennial Report** 131pp
- 1980 **NLR 1975 – 1980** 92pp
- 1983 **NLR 1980 – 1983** 72pp
- 1983 **Charter** 11pp

(+ esboços-proposta, teses / balanços etc.)

Material sob pseudônimo de Anderson na NLR (MERTON, Richard)

1968 Coment NLR 47

1968 Coment NLR 59

(+ introduções, prefaciações / notas etc.)

Material de Anderson editado por fora da NLR em inglês, castelhano, italiano ou em francês

1960 Cuba Free Territory of America (com Robin Blackburn), New University, N.4, dez., p.17-23

1967 The Limities and Possibilities of Trade Union Action, In: Blackburn, R. e Cockburn., A.

The Incompatibles, Hardmondsworth, Penguin.

1968 The Marxism of Regis Debray, Monthly Review, v.20, N.3.

1971 Historical Introduction, 1930-1964: The Legacy of Vargas, In: Quartim, João. **Dictatorship and Arm Struggle in Brazil**, NLB.

1974a **Passages from Antiquity to Feudalism**, NLB.

1974b **Lineages of the Absolutist State**, NLB

1976 **Considerations on Western Marxism**, NLB

1977a **Wester Marxism**, Ed. NLR.

1977b **La Cultura Represiva**, Anagrama.

1978 The Strategic Option: some questions. In: Liebich, A. (ed.). **The Future of Socialism in Europe**, Montreal.

1980 **Arguments within English Marxism**, Verso.

1981a Communist Party History. In: Samuel, R. (ed.). **People's History and Socialist Theory**, Routledge.

1981b **Estado y revolución en el Occidente**. Fontanamara.

1983a **In the Tracks of Historical Materialism**, Verso.

1983b Class Struggle in Ancient Greek World, History Workshop, N. 16, outono.

1985a **Teoria, política y história**: un debate con E.P. Thompson. Siglo Veintiuno.

1985b **Los límites de la democracia**. CLACSO.

1986a Social Democracy Today, Against the Current, 1:6

1986b Agendas for Radical History (com Eric Hobsbawm, Christopher Hill e Edward Thompson), Radical History Review, N. 36.

1987 The Myth of Hellenism, Guardian, mar.

1988a Discussion, In: Nelson, C. (ed.). **Marxism and the Interpretation of Culture**, Macmillian.

1988b Dictadura y Democracia en America Latina, In: Anderson, P. **Democracia y Socialismo**: la lucha democrática desde una perspectiva socialista, Editorial Tierra del Fuego.

1989a The Common and the Particular, International Labour and Working-Class History, N. 36, out.

1989b Un carteggio tra Norberto Bobbio e Perry Anderson I, Teoria Politica, v. 5, N. 2.

1989b Un carteggio tra Norberto Bobbio e Perry Anderson II, Teoria Politica, v. 5, N. 3.

1992a **English Questions**, Verso.

1992b **A Zone of Engagement**, Verso

1992c The Notion of a Bourgeois Revolution, In: Anderson, P. **English Questions**, Verso.

1992d The Light of Europe, In: Anderson, P. **English Questions**, Verso.

1992e Geoffrey de Ste. Croix and the Ancient World, In: Anderson, P. **English Questions**, Verso.

1992f The Legacy of Isaac Deustcher, In: Anderson, P. **English Questions**, Verso.

1992g Michael Mann's Sociology of Power, In: Anderson, P. **English Questions**, Verso.

1992h Roberto Unger and the Politics of Empowerment, In: Anderson, P. **English Questions**, Verso.

1992i Max Weber and Ernest Gellner: science, politics, enchantment, In: Anderson, P. **English Questions**, Verso.

- 1992j Nocturnal Inquiry: Carlo Ginsburg's, In: Anderson, P. **English Questions**, Verso.
- 1992l The Pluralism of Isaiah Berlin, In: Anderson, P. **English Questions**, Verso.
- 1992m Fernand Braudel and National Identity, In: Anderson, P. **English Questions**, Verso.
- 1992n The Ends of History, In: Anderson, P. **English Questions**, Verso.
- 1992o The Intransigent Right at the End of the Century, London Review of Books, set.
- 1994a The Dark Side of Brazilian Conviviality, London Review of Books, nov.
- 1994b Comment: Power, Politics, Enlightenment, In: Miliband, R. **Reivinting the Left**. Cambridge, Polity.
- 1994c Introduction to Mapping the West European Left, In: Anderson, P. (ed.). **Mapping the West European Left**, Verso.
- 1994d On John Rawls, Dissent, inverno.
- 1994e **Mapping the West European Left**, Verso.
- 1994f Darkness Falls, Guardian, nov.
- 18
- 1995a Fantasmi, Il Manifesto, nov.
- 1995b Il Fantasmi della Destra Eversiva, Il Manifesto, dez.
- 1996a Introduction, In: London Review of Books. **An Anthology**. Verso.
- 1996b Le Capitalisme après le Communisme, In: Bidet, J. **Cent Anes de Marxisme: bilan critique et perspectives**, Presses Universitaires de France.
- 1996c El despliegue del neoliberalismo y las lecciones para la izquierda, Ko'eyu, dez.
- 1997a Under the Sign of Interim, In: Anderson, P. (ed.). **The Question of Europe**, Verso.
- 1997b The Europe to Come, In: Anderson, P. (ed.). **The Question of Europe**, Verso.
- 1997c **The Question of Europe**, Verso.
- 1998a **The Origins of Postmodernity**, Verso.
- 1998b A Belated Encounter I, London Review of Books, jul.
- 1998c A Belated Encounter II, London Review of Books, ago.
- 1998d My Father's Last Years in China, London Review of Books, ago.
- 1998d Foreword to Jameson, In: Jameson, F. **The Cultural Turn**, Verso.
- 1999 The German Question, London Review of Books, jan.
- 2001a On Sebastiano Timpanaro, London Review of Books, mai.
- 2001b Reflections on the Left from the Left (video), *Berkley Conversations with History 2001* (entrevista), Texto disponível em: <http://iis.berkeley.edu/>. [Consultado em: 30/mar./2010]
- 2002a The Age of EJH, London Review of Books, jul.
- 2002b Confronting Defeat, London Review of Books, out.
- 2002c The Four Ages, London Review of Books, dez.
- 2002d Lula's Inheritance: The Cardoso Legacy, London Review of Books, dez.
- 2002e Continuidade e Novidade, La Rivista del Manifesto, N. 24, jan.
- 2002f Land without Prejudice, London Review of Books, mar.
- 2003 Casuitres of Peace and War, London Review of Books, out.
- 2004 Union Sucrée: The Normalising of France, London Review of Books, set.
- 2005a **Figures in the Forest**, Verso.
- 2005b **Spectrum**, Verso
- 2006 **Extra Time**, Verso.
- 2007a Russia's Managed Democracy: Why Putin?, London Review of Books, jan.
- 2007b Our Man: The Inglorious Career of Kofi Annan, London Review of Books, mai.
- 2008a Kemalism: After the Ottomans, London Review of Books, set.
- 2008b The Divisions of Cyprus, London Review of Books, mai.
- 2009a An Invertebrate Left, London Review of Books, mar.
- 2009b An Entire Order Converted into What It Was Intended to End: Italy's Decline, London Review of Books, fev.
- 2010 Sinomania, London Review of Books, jan.
- (+ resenhas, comentários/lectures etc.)

Material de Anderson em língua portuguesa

- 1976 **Considerações sobre o Marxismo Ocidental**. Afrontamento.
- 1984 **A Crise da Crise do Marxismo**. Brasiliense.
- 1985 **Linhagens do Estado Absolutista**. Brasiliense.
- 1986 Modernidade e Revolução. Novos Estudos CEBRAP. N.14.
- 1989 **Passagens da Antigüidade ao Feudalismo**. Afrontamento.
- 1992 **O Fim da História** – de Hegel a Fukuyama. Zahar.
- 1996a **Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental**. Contraponto.
- 1996b **Zona de Compromisso**. UNESP.
- 1998 **As Origens da Pós-Modernidade**. Zahar.
- 2000 Balanço do Neoliberalismo, In: Sader, Emir. **Pós-Neoliberalismo** – As políticas sociais e o Estado democrático. Paz e Terra.
- 2002a Renovações. Revista Práxis, N. 2.
- 2002b **Afinidades Seletivas**. Boitempo.
- 2002c “Pós-Neoliberalismo” (*lecture*). LPP/UERJ.
- 2003 Força e Consentimento: aspectos da hegemonia americana. Estudos de Sociologia, N. 15. 19
- 2004a A Batalha das Idéias na Construção de Alternativas. In: Borón, Atilio (org.). **Nova Hegemonia Mundial**: alternativas de mudança e movimentos sociais. CLACSO.
- 2004b **Considerações sobre o Marxismo Ocidental / Nas Trilhas do Materialismo Histórico**. Boitempo.
- 2005 As Idéias e a Ação Política na Mudança Histórica, Margem Esquerda, N. 1.
- 2009/2010 “Crise do Capital e Perspectivas do Socialismo” (*lecture*). FFLCH/USP.
(+ duplicatas, reedições/versões etc.)

Recompilações da NLR lançadas no Brasil

- 1997 Vozes do Século. Entrevistas da NLR. Organização e apresentação de Emir Sader. Paz e Terra.
- 2001 ContraCorrente. Artigos da NLR. Org. e prefácio de Emir Sader. Record.
- 2002 Afinidades Eletivas. Artigos da NLR (Anderson). Org. e prefácio de Emir Sader. Boitempo.
- 2006 ContraGolpes. Artigos da NLR. Org. e apresentação de Emir Sader. Boitempo.
(+ parcerias, reedições e anúncio –da Agência Carta Maior – de intercâmbio de conteúdo, nov./2008)

BIBLIOGRAFIA GERAL

- ARANTES, Pedro Paulo. *O Fio da Meada*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- ARCARY, Valério. *As Esquinas Perigosas da História*: situações revolucionárias em perspectiva marxista. São Paulo: Xamã, 2004.
- BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo*: grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BLACKBURN, Robin. A Brief History of the New Left Review. *New Left Review Website*, London, 2000. Available at: <<http://newleftreview.org>>.
- BLACKLEDGE, Paul. *Perry Anderson, Marxism and New Left*. London: Merlin Press, 2004.
- BIANCHI, Alvaro. O Laboratório de Gramsci. São Paulo: Alameda, 2009
- BIANCHI, Alvaro. Trotsky para o século XXI. *Opinião Socialista*, São Paulo, ed. 138, 2002. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br>>.
- CALLINICOS, Alex. Perry Anderson and Western Marxism. *Internacional Socialism*, London, Nº23, 1984.
- CANDIDO, Antonio. *Introducción a la literatura de Brasil*. Caracas: Monte Ávila, 1968.
- DIAS, Edmundo; BIANCHI, Alvaro e BRAGA, Ruy. *O Outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.

- ELLIOT, Gregory. *Perry Anderson: el laboratorio implacable de la historia*. Girona: Universitat de Girona, 2000.
- ENGELS, Friedrich. *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. São Paulo: Ed. Sociais, 1977.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere* (edizione critica dell'Istituto Gramsci – a cura di Valentino Gerratana). Torino: Giulio Einaudi, 1975.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *Os Cadernos sobre a Dialética de Hegel*. Lisboa: Minerva, 1975.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *Que fazer? – questões palpitantes de nosso movimento*. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Ed. Hucitec, 1979.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. Rio de Janeiro: Global Ed., 1989.
- LENIN, Vladimir Ilitch.. *O Estado e a Revolução / A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*. Trad. Henrique Canary. São Paulo: Ed. Inst. José Luís e Rosa Sundermann, 2005.
- LEHER, Roberto. Considerações sobre uma teoria sem prática. *Margem Esquerda*, São Paulo, N° 4, 2004a.
- LEHER, Roberto. Educação, Formação e Conflitos Sociais (Experiências de Educação Popular). Laboratório de Políticas Públicas da UERJ/Observatório Social da América Latina do CLACSO. Rio de Janeiro: UERJ/CLACSO, 2004b. Disponível em: <<http://www.outrobrasil.net>>.
- LEHER, Roberto. Resgatar a tradição crítica para construir práticas necessariamente renovadas, in: LEHER, Roberto e SETUBAL, Marina (org.). *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005a.
- LEHER, Roberto. Opção pelo mercado é incompatível com a democracia: a crise no governo Lula da Silva e no PT e as lutas sociais. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, v.I, N.º 17, 2005.
- LEHER, Roberto. Universidade e Marxismo (Experiências de Educação Popular). Laboratório de Políticas Públicas da UERJ/Observatório Social da América Latina do CLACSO. Rio de Janeiro: UERJ/CLACSO, 2005c. Disponível em: <<http://www.outrobrasil.net>>.
- LOUREIRO, Isabel Maria e MUSSE, Ricardo. Apresentação, in: LOUREIRO, Isabel Maria e MUSSE, Ricardo (orgs.). *Capítulos do Marxismo Ocidental*. São Paulo: UNESP, 1998.
- LÖWY, Michael. Por um marxismo crítico. *Lutas Sociais*, SP, N.º 3, 1998, p.21-30.
- LÖWY, Michael. *Método Dialético e Teoria Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. Para a crítica da economia política [Grundrisse], in: GIANOTTI, José Arthur (org.). *MARX*. São Paulo: Abril Cultural, 1978a.
- MARX, Karl. Teses contra Feuerbach, in: GIANNOTTI, José Arthur (org.). *MARX*. São Paulo: Abril Cultural, 1978b.
- MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, in: MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Lisboa/São Paulo: Presença/Martins Fontes, 1980.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista, in: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *O Manifesto Comunista 150 anos depois: Karl Marx e Friedrich Engels*. Rio de Janeiro/São Paulo: Civilização Brasileira/Fund. Perseu Abramo, 1998.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Les Aventures de la Dialectique*. Paris: Gallimard, 1955.
- MUSSE, Ricardo. A dialética como método e filosofia no último Engels. *Crítica Marxista*, São Paulo, N° 5, 1997.
- MUSSE, Ricardo. Teoria e Prática, in: LOUREIRO, Isabel Maria e MUSSE, Ricardo. *Capítulos do Marxismo Ocidental*. São Paulo: UNESP, 1998.
- MUSSE, Ricardo. O Primeiro Marxista, in: BOITO JR et alli. *A Obra Teórica de Marx*. São Paulo/Campinas: Xamã/Unicamp, 2000.
- MUSSE, Ricardo. Da Militância Política à Filosofia, in: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10/fev./2001. Disponível em: <<http://antivalor.cjb.net>>.

- MUSSE, Ricardo. Tudo é História, in: BOITO JR., Armando *et alli*. *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.
- MUSSE, Ricardo. *Três Clássicos* (Resenha). Trópico, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://antivalor.cjb.net>>.
- MUSSE, Ricardo. A dialética como discurso do método. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, Nº 1, 2005.
- MUSSE, Ricardo. A consciência de classe entre a negação e o consentimento (Prefácio), in: IASI, Mauro L. *As Metamorfoses da Consciência de Classe – o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977.
- SADER, Emir. Apresentação, in: ANDERSON, Perry *et alli*. *ContraCorrente – o melhor da New Left Review em 2000*. São Paulo: Record, 2001.
- SADER, Emir. Apresentação, in: ANDERSON, Perry. *Afinidades Seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- SADER, Emir. Introdução: o marxismo ocidental no Brasil, in: ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental / Nas Trilhas do Materialismo Histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004. SADER, Emir. Apresentação, in: ANDERSON, Perry *et alli*. *Contragolpes – seleção de artigos da New Left Review*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- SADER, Emir. SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora de lugar, in: SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social no início do romance brasileiro*. São Paulo: Editora 34/Duas Cidades, 2000.
- SILVA, Luiz Fernando. *O Pensamento Social Brasileiro entre 1960 e 1980 – análise da trajetória de um grupo de marxistas acadêmicos* (Dissertação de Mestrado). Araraquara: UNESP, 1995.
- SILVA, Luiz Fernando. A discussão teórico-metodológica nos marxistas acadêmicos do grupo d’*O Capital*. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 2, 1997.
- SILVA, Luiz Fernando. INTRODUÇÃO – O capítulo brasileiro do marxismo ocidental, in: SILVA, Luiz Fernando da. *Pensamento Social Brasileiro: marxismo acadêmico entre 1960 e 1980*. São Paulo: Corações & Mentes, 2003a.
- SILVA, Luiz Fernando. O DESLOCAMENTO TEMÁTICO E TEÓRICO NOS MARXISTAS ACADÊMICOS – Em sintonia com o marxismo ocidental, in: SILVA, Luiz Fernando da. *Pensamento Social Brasileiro: marxismo acadêmico entre 1960 e 1980*. São Paulo: Corações & Mentes, 2003b.
- SILVA, Luiz Fernando. O Lógico e o Histórico em Marx, in: MARTINS, Sueli T.F. (org.). *Anais do I Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo* (EBEM): Marxismo, Ciência e Educação – a práxis transformadora como mediação da produção de conhecimento, UNESP, Bauru, 2005a.
- SILVA, Luiz Fernando. A Revista Teoria e Política – expressão do deslocamento ocorrido em setores marxistas na década de 1980. *Idéias*, IFCH/Unicamp, v. 12, n. 1, 2005b.
- SILVA, Luiz Fernando. Sobre o marxismo no capitalismo contemporâneo, in: MARTINS, Sueli T.F. (org.). *Método Histórico-Social na Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SILVA, Luiz Fernando; REGINA SILVA, Célia e MARTINS, Sueli T.F. *MARX, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO: a práxis transformadora como mediação para a produção do conhecimento*, in: MARTINS, Sueli T.F. (org.). *NEPPEM: sua história e os pressupostos teórico-metodológicos que orientam o seu trabalho*. Bauru: Pós-Graduação em Educação Para a Ciência/UNESP, 2004.
- PIOZZI, Patrícia. Capítulos do Marxismo Ocidental. *Crítica Marxista*, São Paulo, Nº8, 1999.
- THOMPSON, Duncan. *Pessimismo of the Intellect – a history of the NLR*. Merlin, London, 2008
- THOMPSON, Edward Palmer. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Antonio Negro e Sergio Silva (orgs.). Textos Didáticos Nº 10, vol. 1, 3ª ed., IFCH/Unicamp, 1998.
- TROTSKY, Leon. *1905 suivi de Bilan et Perspectives*. Paris: Minuit, 1969.
- WOOD, Ellen M. A Chronology of the New Left and its Successors, In: *Socialist Register*, 1995.